

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Thiago Zilio Passerini

**O apagamento do galego na história do português: ação glotopolítica em perspectiva
historiográfica**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo

2025



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Thiago Zilio Passerini

O apagamento do galego na história do português: ação glotopolítica em perspectiva historiográfica

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Dieli Vesaro Palma

São Paulo

2025

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
Dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____ Data _____

e-mail _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Zilio-Passerini, Thiago
O apagamento do galego na história do português: ação
glotopolítica em perspectiva historiográfica. / Thiago Zilio
Passerini. -- São Paulo: [s.n.], 2025.
239p. il. ; cm.

Orientador: Dieli Vesaro Palma.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa.

1. Historiografia linguística. 2. Glotopolítica. 3.
Gramaticografia. 4. Apagamento do galego. I. Palma, Dieli
Vesaro. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. III.
Titulo.

CDD

Thiago Zilio Passerini

O apagamento do galego na história do português: ação glotopolítica em perspectiva historiográfica

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Dieli Vesaro Palma

Aprovado em: __/__/

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dieli Vesaro Palma (PUC-SP) - Orientadora

Profa. Dra. Nancy dos Santos Casagrande (PUC-SP)

Prof. Dr. Cassiano Butti (PUC-SP)

Prof. Dr. Marcos Bagno (UnB)

Prof. Dr. Xoán Lagares (UFF)

A minha mãe, Marilene Zilio, cujo exemplo de força não me fez sucumbir;

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Dieli Vesaro Palma, que foi porto seguro nos momentos de aflição e exemplo de superação;

A Marcos Marcionilo e ao Prof. Dr. Marcos Bagno, os dois *Markoi* de minha vida, que tanto me incentivaram a iniciar e a concluir este percurso;

A Prof.^a Dra. Leonor Fávero e ao Prof. Me. Murilo Jardelino da Costa (*in memoriam*), que muito desejaram ver a conclusão do presente trabalho;

A Maria del Carmen Eloisa Caula Fernandez de Erosa (*in memoriam*), minha primeira mentora intelectual, que me apresentou o galego e toda sua história,

A meu sobrinho Davi, esperança de alegria vindoura,

dedico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento: 88887.895487/2023-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code: 88887.895487/2023-00

AGRADECIMENTOS

Aos que, desde o começo, e muito antes, estiveram ao meu lado, nesta e noutras caminhadas:

minha mãe, Marilene Zilio;
minha irmã, Dandara Zilio Passerini;
minha tia, Mirian Zilio;
e os demais familiares.

Aos que chegaram trazidos pela vida acadêmica e que hoje são parte fundamental de minha existência para além dos muros da universidade:

minha orientadora, Prof.^a Dra. Dieli Vesaro Palma, amiga e mãe intelectual;
meu primeiro incentivador no mundo das letras, Marcos Marcionilo, guru, interlocutor, professor e o verdadeiro “culpado” de tudo isto que “se ora apresenta”;
meu “eikon” desde a primeira linha, Prof. Dr. Marcos Bagno, que, no momento de maior dificuldade, generosamente me estendeu a mão e possibilitou que esta pesquisa fosse finalizada;
minha irmã mais velha, parceira de projetos, sonhos e ideias, “chefa” Prof.^a Ma. Marcia Bertoletti, e minha “cunha”, “chefinha”, que sofre com meu TDAH, Claudia Almeida Lopes.
minha professora de preparação de texto, Prof.^a Ma. Elizete Oliveira.
meu professor do *lato sensu*, Prof. Dr. Cassiano Butti, que depois se tornou parceiro na pesquisa e, ao longo do doutorado, não me deixou desistir, emprestando-me seus ouvidos e salvando-me com seus conselhos leais e leoninos.
meu “anjo da guarda”, Marcos de Oliveira, que, com tranquilidade, me ajudou com todos os processos relacionados à qualificação, depósito e defesa, em um momento em que já não conseguia mais processar as informações.

Aos que, na caminhada em busca pelo conhecimento, se tornaram exemplos:

minha parceira de grupo de pesquisa, Prof.^a Dra. Nancy dos Santos Casagrande, por meio da qual tive meu primeiro contato com as obras do século XVI e que tão gentilmente aceitou participar de minha banca.
meu professor na Universidade Federal Fluminense, Prof. Dr. Xoán Lagares, que me acompanha nesta caminhada desde o mestrado, quando também aceitou participar de minha banca, dando-me valiosos conselhos que me fizeram enveredar pela glotopolítica.
meu interlocutor distante e, ao mesmo próximo, Prof. Dr. Fernando Venâncio, modelo de erudição, generosidade e engenho;
meu *rhetor*, Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira, que um dia me disse: “Você é corajoso”, frase da qual muito me lembrei nos últimos cinco anos;
minha inesquecível professora do *lato sensu*, Prof.^a Dra. Marilena Zanon, que sempre me deu carinho, apoio e incentivo, desde nosso primeiro encontro, em 2015.
meu querido aluno e amigo, Bruno Galhardo, por tanto me ensinar em tão pouco tempo.

Aos que chegaram trazidos pela espiritualidade:

meu *tata ria nkisi* Mossykajy, que me salvou, abrindo, para mim e para os meus, as portas da casa de Lemba;
minha madrinha, *Amazydandê*, presente de Ndandalunda;
minhas irmãs, tripulantes do “M.S.C Preciosa”, que dividiram comigo esteiras, risos, choros,

ansiedades e conhecimento, Adèmawyla, Mwenzê e Kajamudimbê, além do meu querido Tata Ofamutundê e do meu “irmão por parte de pai” Ogan George de Ogyian.

Ao meu querido irmão e *personal trainer* Lucas Maranhão, pela paciência e por aguentar meus “furos”.

Aos membros do “Abaçá”:

minha eterna amiga e companheira, Paula Medeiros, da infância ao infinito, exemplo de garra, empoderamento, determinação e bom humor;

meu mais novo velho amigo, Gabriel Siqueira, que, em tão pouco tempo, se tornou tão importante.

Aos que partiram sem ter visto o fim desta trajetória:

minha inesquecível Prof.^a Dra. Leonor Lopes Fávero;

meu inesquecível Prof. Me. Murilo Jardelino da Costa;

minha inesquecível professora de espanhol e de cultura galega, Carmelina Erosa.

À Capes, pela bolsa concedida.

Ao que virá:

meu sobrinho Davi, prenúncio alvissareiro de tempos mais felizes e coloridos.

Alea jacta est.

“A História do português é, em larga medida, a história das suas tentativas de afastamento do galego”.

(Fernando Venâncio, 2020 [2019]).

“[...]

**O' GALLECIA, tu dás um largo thema
A' inspiração! D'ahi sahiu Camões,
Alma de fogo, synthese suprema
De nobres fastos, immortaes acões,
Cantor de uma epopeia sempre grande,
Onde de um povo a aspiração se expande.**

**Porque te insultão, lyra das Hispanhas?
Pois não ouvem o grito do Alaláala
Que os Gallegos então nas montanhas?
E que cantiga harmonica o eguala?
Porque atira teus filhos ao desprezo
Quem sente n'alma o mesmo lume acceso?**

**Quem tem os mesmos usos quotidianos,
Na mesma lingua solta eguaes canções?
— Herdeiros dos valentes lusitanos,
Não differem as nossas tradições:
Antes no campo bellico da Historia
Possuimos equal quinhão de glória.**

**Jamais o opprobrio desleal e baixo
Sobre o nome gallego, nosso irmão!
A Justiça levanta o vivo facho
Da federal e ethnica união:
Separados da Hispanha, em dia novo,
Outra vez formaremos um só povo!”**

(José Leite de Vasconcelos, 1881)

RESUMO

A presente tese tematiza a origem do português, mais especificamente o apagamento do galego na história contada em textos do século XVI ao século XIX. As perguntas que orientaram a pesquisa foram: i. Quais fatos sócio-históricos são responsáveis pelo apagamento do galego na história do português? ii. Esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica?. Com o fito de nortear o percurso empreendido, foram formuladas as seguintes hipóteses: i. O apagamento do galego ocorre em virtude do clima de opinião ao qual se filiam os autores que tratam da história do português; ii. Trata-se de uma ação glotopolítica ligada ao estabelecimento e à manutenção de uma memória da língua, bem como à criação de uma identidade linguística latina. Isso posto, o objetivo geral do trabalho é promover uma aproximação entre a historiografia e a glotopolítica, tendo, como objeto de estudo, o apagamento do galego na história do português. Visando à concepção desse escopo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Elaborar um estado de arte de estudos relacionados à temática do galego na história do português; Discutir aspectos inerentes à glotopolítica, com base em uma perspectiva historiográfica; Discorrer sobre aspectos inerentes à historiografia linguística, com base em uma perspectiva glotopolítica; Analisar textos metalinguísticos, de diferentes séculos, visando a constatar o apagamento do galego na história do português; Interpretar, à luz da historiografia linguística, em que medida esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracteriza como documental e bibliográfica (Gil, 2002) e, do ponto de vista procedimental, baseia-se nos princípios delimitados por Koerner (2014 [1974, 1987, 1993, 1994, 1995]) e nas fases definidas por Swiggers (2009; 2010). Quanto ao *corpus*, ele é composto de textos de teor metalinguístico que circularam no já referido período, dentre os quais se destacam gramáticas, diálogos, tratados ortográficos, gramáticas históricas e artigos científicos, a depender do século a ser trabalhado. Os resultados mostram a intrínseca relação entre o clima de opinião e a conduta dos autores que formulam suas narrativas com base nos interesses e nas visões de mundo preponderantes nos contextos nos quais se inserem.

Palavras-chave: historiografia linguística; glotopolítica; gramaticografia; apagamento do galego

RESUMEN

Esta tesis se centra en el origen del portugués, más concretamente en la desaparición del gallego en la historia narrada en los textos del siglo XVI al XIX. Las preguntas que guiaron la investigación fueron: i. ¿Qué hechos sociohistóricos son responsables de la desaparición del gallego en la historia portuguesa? ii. ¿Puede considerarse este borrado una acción glotopolítica? Para orientar el camino emprendido se formularon las siguientes hipótesis: i. El borrado del gallego se produce por el clima de opinión al que adhieren los autores que abordan la historia del portugués; ii. Se trata de una acción glotopolítica vinculada al establecimiento y mantenimiento de una memoria de la lengua, así como a la creación de una identidad lingüística latina. Dicho esto, el objetivo general del trabajo es promover un acercamiento entre historiografía y glotopolítica, teniendo como objeto de estudio la desaparición del gallego en la historia del portugués. Con el objetivo de concebir este alcance, se establecieron los siguientes objetivos específicos: Desarrollar un estado del arte de los estudios relacionados con la temática del gallego en la historia del portugués; Discutir aspectos inherentes a la glotopolítica, a partir de una perspectiva historiográfica; Discutir aspectos inherentes a la historiografía lingüística, a partir de una perspectiva glotopolítica;

Analizar textos metalingüísticos de diferentes siglos, con el objetivo de verificar la desaparición del gallego en la historia del portugués; Interpretar, a la luz de la historiografía lingüística, hasta qué punto este borrado puede considerarse una acción glotopolítica. Desde el punto de vista metodológico, la investigación se caracteriza por ser documental y bibliográfica (Gil, 2002) y, desde el punto de vista procedimental, se basa en los principios definidos por Koerner (2014 [1974, 1987, 1993, 1994, 1995]) y las fases definidas por Swiggers (2009; 2010). En cuanto al corpus, está compuesto por textos de contenido metalingüístico que circularon en el citado período, entre los que destacan gramáticas, diálogos, tratados de ortografía, gramáticas históricas y artículos científicos, según el siglo que se trabaje. Los resultados muestran la relación intrínseca entre el clima de opinión y la conducta de autores que formulan sus narrativas a partir de los intereses y cosmovisiones preponderantes en los contextos en los que actúan.

Palabras clave: historiografía lingüística; glotopolítica; gramaticografía; borrado del gallego

ABSTRACT

This thesis focuses on the origin of Portuguese, more specifically the erasure of Galician in the history told in texts from the 16th to the 19th century. The questions that guided the research were: i. What socio-historical facts are responsible for the erasure of Galician in Portuguese history? ii. Can this erasure be considered a glottopolitical action? In order to guide the path undertaken, the following hypotheses were formulated: i. The erasure of Galician occurs due to the climate of opinion to which authors who deal with the history of Portuguese adhere; ii. This is a glottopolitical action linked to the establishment and maintenance of a memory of the language, as well as the creation of a Latin linguistic identity. That said, the general objective of the work is to promote a rapprochement between historiography and glottopolitics, having as its object of study the erasure of Galician in the history of Portuguese. Aiming to conceive this scope, the following specific objectives were established: Develop a state of the art of studies related to the theme of Galician in the history of Portuguese; Discuss aspects inherent to glottopolitics, based on a historiographical perspective; Discuss aspects inherent to linguistic historiography, based on a glottopolitical perspective

Analyze metalinguistic texts from different centuries, aiming to verify the erasure of Galician in the history of Portuguese; Interpret, in the light of linguistic historiography, to what extent this erasure can be considered a glottopolitical action. From a methodological point of view, the research is characterized as documentary and bibliographic (Gil, 2002) and, from a procedural point of view, it is based on the principles defined by Koerner (2014 [1974, 1987, 1993, 1994, 1995]) and the phases defined by Swiggers (2009; 2010). As for the corpus, it is composed of texts with a metalinguistic content that circulated in the aforementioned period, among which grammars, dialogues, pamphlets, historical grammars and scientific articles stand out, depending on the century being worked on. The results show the intrinsic relationship between the climate of opinion and the conduct of authors who formulate their narratives based on the interests and preponderant world views in the contexts in which they operate.

Keywords: linguistic historiography; glottopolitics; grammaticography; erasure of Galician

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As duas fases da historiografia linguística de acordo com Swiggers (2010).....	95
Figura 2: A HL e a intersecção de diferentes campos do saber.....	104
Figura 3: Procedimentos metodológicos da historiografia linguística segundo Palma (2013)	120
Figura 4: Organograma do campo de investigação da HL	122
Figura 5: Codialetos e dialetos derivados da língua românica falada na faixa ocidental da Península Ibérica.....	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Esquema das operações metódicas da pesquisa histórica	96
Quadro 2: Grupos de pesquisa sob a chancela da HL no Brasil.....	105
Quadro 3: <i>Corpus</i> de análise concernente ao século XVI.....	124
Quadro 4: <i>Corpus</i> de análise concernente aos séculos XVII e XVIII.....	157
Quadro 5: <i>Corpus</i> de análise concernente ao século XIX.....	195

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 POR QUE O LATIM (NÃO) É O “PAI” DO PORTUGUÊS	22
1.1 Considerações iniciais	22
1.2 Em busca de pesquisas correlatas	23
1.3 “O ponto de vista cria o objeto”: dois paradigmas na história do português	25
1.3.1 A questão do paradigma	26
1.4 Por que o latim é o pai do português	28
1.5 Por que o latim não é o pai do português.....	34
1.6 Considerações finais.....	41
2 GLOTOPOLÍTICA(S) EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	43
2.1 Considerações iniciais	43
2.2 Glotopolítica à grega: a milenar <i>questão da língua</i>	44
2.3 Glotopolítica à moda <i>brasiliensis</i> : as polêmicas em torno do português.....	52
2.4 Unindo os pontos: afinal, o que é glotopolítica?.....	67
2.4.1 O amálgama homem, sociedade, política e língua: breves considerações	68
2.4.2 Como se “faz” uma língua? Ideologias e representações.....	73
2.4.3 Por fim, a glotopolítica.....	78
2.5 Considerações finais.....	82
3 HISTORIOGRAFIA(S) LINGUÍSTICA(S) EM PERSPECTIVA GLOTOPOLÍTICA	84
3.1 Considerações iniciais	84
3.2 História e historiografia: breve reflexão.....	85
3.3 O que quer e o que pode a historiografia linguística?.....	88
3.3.1 A historiografia linguística como a escrita da história do pensamento sobre a linguagem	92
3.3.2 A historiografia linguística como produto do método histórico	98
3.3.3 A historiografia linguística como campo de estudos	101
3.4 Por uma historiografia linguística em perspectiva glotopolítica.....	107
3.3 Considerações finais.....	117
4 O NÃO LUGAR DO GALEGO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: O SÉCULO XVI	118
4.1 Considerações iniciais	118
4.2 Breves considerações sobre o método e apresentação do <i>corpus</i>	119
4.3 Portugal quinhentista: apogeu e derrocada do Império.....	124
4.4 A gramática portuguesa <i>in statu nascendi</i> : as ideias linguísticas do século XVI.....	127
4.5 O não lugar do galego nos instrumentos glotopolíticos quinhentistas	129

4.6 Considerações finais.....	154
5 O GALEGO SILENCIADO: SÉCULOS XVII e XVIII.....	156
5.1 Considerações iniciais	156
5.2 Apresentação do <i>corpus</i>	157
5.3 Entre a queda e o levante: Portugal nos séculos XVII e XVIII.....	157
5.4 Entre a razão, a experiência e as luzes: as ideias linguísticas dos séculos XVII e XVIII .	161
5.5 O galego silenciado nos instrumentos glotopolíticos seiscentistas e setecentistas.....	165
5.6 Considerações finais.....	190
6 O REXURDIMENTO DO GALEGO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: O SÉCULO XIX .	193
6.1 Considerações iniciais.....	193
6.2 Apresentação do <i>corpus</i>	195
6.3 Uma nação portuguesa com certeza: o século XIX.....	196
6.4 A linguagem como objeto da ciência: o percurso oitocentista.....	198
6.5 O passado bate à porta: a filologia portuguesa oitocentista	201
6.6 Considerações finais.....	222
CONCLUSÃO	224
REFERÊNCIAS.....	228

INTRODUÇÃO

“Haverá sempre uma aldeia, cuja história ainda não tenha sido escrita; no entanto, a história de uma enésima aldeia preencheria verdadeiramente uma lacuna? Ela nos ensinaria algo que ainda desconhecêssemos? Em vez de um objeto suplementar cuja história não tenha sido escrita, a verdadeira lacuna é constituída pelas questões ainda sem resposta para os historiadores”.

(Antoine Prost)

Em 2020, o Brasil enfrentava os efeitos da pandemia de covid-19 e, na ocasião, o clima era de tensão e tristeza, dados os números alarmantes de contaminados e mortos, diariamente divulgados pela mídia. Ao longo desse ano, as atividades *on-line* se firmaram como única realidade possível para grande parte dos setores da sociedade e, por meio de mensagens enviadas e recebidas em diversos meios, mantínhamos contato com aqueles que, antes, víamos com certa frequência.

Em virtude do despreparo da gestão do país, que se refletia em trapalhadas comentadas dentro e fora do Brasil, o receio de receber notícias ruins tornou-se uma marca que, ainda hoje, quase dois anos após o fim desse episódio trágico, muitas pessoas, como eu, trazem em sua mente. Nessa época, eu cursava o primeiro ano do doutorado e, a meu modo, tentava manter ativa a minha vida acadêmica que, entretantes, se tornara também uma fuga à atroz realidade vivenciada por mim e pelo resto do mundo.

Mais precisamente em 19 de novembro daquele ano, recebi a mensagem de um professor que muito amavelmente se apresentava, embora já me fosse conhecido, dada sua relevância para os estudos históricos do português e, embora talvez não se lembrasse, fora por mim procurado em 2018, à época do mestrado, tendo-me cedido a cópia de um documento do qual eu carecia para completar um dos *corpora* de minha pesquisa. Era o Prof. Dr. Fernando Venâncio, da Universidade de Amsterdã que, naquele *e-mail*, contava ter tomado contato com minha pesquisa de mestrado e aproveitava o ensejo para me parabenizar, destacando o curioso fato de termos publicado, no mesmo ano, trabalhos de perspectivas semelhantes.

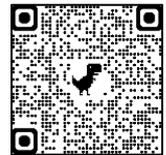
A obra de sua autoria intitula-se *Assim nasceu uma língua/ Assi nasceu ãa lingua – sobre as origens do português* e veio a lume em novembro de 2019, ou seja, dois meses após a defesa de minha dissertação de mestrado. Em ambos os estudos, tematiza-se a origem do português dando vez e voz ao galego que, por séculos, foi ocultado do passado de nossa língua ou mencionado de forma inadequada, ora apêndice do português, ora como um dialeto de pouca monta no contexto da “família” românica.

Nesse primeiro contato, o acadêmico mui gentilmente me ofereceu um exemplar para que me inteirasse de sua pesquisa. Agradei com emoção, pois, naquele momento de tanta tristeza e incerteza, tomava eu contato com alguém de fora do Brasil que lera e aprovara o meu polêmico trabalho — assim considerado, já que, até então, não havia, no âmbito do *stricto sensu* nacional, outras investigações ocupadas em defender a origem galega do português. Nos meses seguintes, mantivemos contato e, após receber o exemplar, fiquei impressionado com o fato de nossos pontos de vista convergirem. Tal constatação, naquele contexto, deu-me novo ânimo, mostrando que a opção de continuar a investigação no doutorado tinha sido uma escolha acertada, pois havia muito o que falar sobre o tema.

No segundo semestre de 2021, o Brasil ainda sofria com os efeitos tanto da pandemia quanto do desgoverno que aqui se instalara, afora o início da imunização que trazia alento e esperança aos que, como eu, acreditavam — e acreditam — na ciência. Mais precisamente em setembro, recebo outra mensagem do estimado professor, informando-me que se preparava uma nova edição portuguesa e dela constava uma menção a meu trabalho. Ademais, complementava o autor, essa nota já estava presente na edição galega, que também me foi enviada após esse contato. O texto, que me foi informado no corpo do *e-mail*, era este:

Em Novembro de 2020, tomei conhecimento da Tese de Mestrado de Thiago Zilio Passerini, *Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX*, apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em Setembro de 2019, portanto exactamente contemporânea deste livro. De sublinhar, a notável coincidência de pontos de vista nas duas obras. Para o autor da Tese, a minha profunda admiração.

Com isso, mais uma vez, pude constatar a pertinência de minha pesquisa no âmbito dos estudos históricos do português, bem como receber uma notícia alvissareira, naqueles tempos tão sombrios. Um mês depois, já de posse da versão



galega, o feito foi noticiado pelo Jornal da PUC, com a seguinte manchete: “Aluno tem dissertação de mestrado citada em publicação internacional”¹. Na ocasião, declarei à reportagem que a menção figurava também o potencial de interlocução do trabalho, por meio do qual estabeleci contato com um pesquisador renomado.

Esse breve relato foi feito no intuito de situar o presente estudo, que figura como continuação do anteriormente mencionado, no qual tratei do papel do galego na origem do português contada em textos quinhentistas e novecentistas. Assim, esta investigação também se

¹ Por meio do *QR Code*, é possível ler a notícia.

situa na linha de pesquisa “História e descrição da língua portuguesa”, do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP e, do mesmo modo, tematiza o galego na história de nossa língua.

Todavia, as perguntas que orientam o trabalho distam das formuladas no anterior, o que, obviamente, modifica a abordagem e o enfoque investigativo. São elas: i. Quais fatos sócio-históricos são responsáveis pelo apagamento do galego na história do português? ii. Esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica?. Com o fito de nortear o percurso empreendido, foram formuladas as seguintes hipóteses: i. O apagamento do galego ocorre em virtude do clima de opinião ao qual se filiam os autores que tratam da história do português; ii. Trata-se de uma ação glotopolítica ligada ao estabelecimento e à manutenção de uma memória da língua, bem como à criação de uma identidade linguística latina.

Isso posto, o objetivo geral do trabalho é promover uma aproximação entre a historiografia e a glotopolítica, tendo, como objeto de estudo, o apagamento do galego na história do português. Visando à concepção desse escopo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Elaborar um estado de arte de estudos relacionados à temática do galego na história do português;
- Discutir aspectos inerentes à glotopolítica, com base em uma perspectiva historiográfica;
- Discorrer sobre aspectos inerentes à historiografia linguística, com base em uma perspectiva glotopolítica;
- Analisar textos metalinguísticos, de diferentes séculos, visando a constatar o apagamento do galego na história do português;
- Interpretar, à luz da historiografia linguística, em que medida esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica.

Dado o caráter histórico do trabalho, o recorte temporal aqui proposto vai do século XVI ao XIX. Em comparação com a investigação anterior, foram acrescidos os séculos XVII e XVIII, muito embora, como já se disse, o enfoque seja outro, situado na intersecção entre a glotopolítica e a historiografia linguística.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracteriza como documental e bibliográfica (Gil, 2002) e, do ponto de vista procedimental, baseia-se nos princípios delimitados por Koerner (2014 [1974, 1987, 1993, 1994, 1995]) e nas fases definidas por Swiggers (2009; 2010). Quanto ao *corpus*, ele é composto de textos de teor metalinguístico que circularam no já referido período, dentre os quais se destacam gramáticas, diálogos, tratados de ortografia, capítulos de gramáticas históricas e artigos científicos, a depender do século a ser

trabalhado.

No que tange às vertentes teóricas, o trabalho se sustenta nos fundamentos da glotopolítica e da historiografia. Em relação à primeira, foram utilizadas as contribuições de Arnoux (2016), Bagno (2019 [2011]; 2019 [2013]), Calvet (2007), Guespin e Marcellesi (2016 [1986]), Lagares (2008; 2019 [2011]; 2011a; 2011b; 2012; 2019 [2013]; 2018), entre outros estudiosos da área. Em relação à segunda, compilaram-se ideias de Altman (2021), Bastos e Palma (2004), Batista (2019; 2023), Koerner (2014 [1974, 1987, 1993, 1994, 1995]), Swiggers (2009; 2010; 2019), Palma (2013), Palma e Bastos (2017) e demais pesquisadores que se têm debruçado sobre esse ramo do conhecimento.

A fim de sintetizar o percurso investigativo empreendido, a presente tese está organizada em seis seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira, ocupo-me de apresentar as pesquisas que tematizam o galego na história do português. Assim, considero dois paradigmas ainda em voga: o primeiro, moderno, que defende a origem galega do português; e o segundo, tradicional, que atribui uma ascendência latina à língua.

Na segunda seção, discuto o conceito de glotopolítica e outros a ele relacionados. Antes, debruço-me sobre dois episódios glotopolíticos ocorridos na Grécia e no Brasil respectivamente. Ao mesmo tempo, destaco algumas ações de teor glotopolítico presentes nesses episódios e, posteriormente, passo a refletir sobre o amálgama homem, língua, sociedade e política. Ato contínuo, mobilizo os conceitos de ideologia linguística e representação e, por fim, sintetizo o percurso com uma definição de glotopolítica.

Na terceira seção, o foco recai sobre a historiografia linguística. Na primeira parte, apresento brevemente as principais ideias que norteiam esse campo de estudos e, em seguida, defendo uma visão tripartite de historiografia: como área de conhecimento, como metodologia e como produto. Na segunda parte, discuto alguns conceitos inerentes ao campo da história, como a memória, o esquecimento e novamente a representação. Todavia, busco trazer à baila autores da área de glotopolítica, a fim de mostrar como se pode fazer uma historiografia linguística em perspectiva glotopolítica.

Na quarta seção, passo à análise do *corpus* concernente ao século XVI, no intuito de mostrar o apagamento do galego em textos metalinguísticos. Na quinta seção, busco caracterizar o hiato relacionado ao galego, dessa vez em textos metalinguísticos dos séculos XVII e XVIII.

Na sexta seção, menciono um possível ressurgimento do galego em textos do século XIX, entretanto, ao longo da análise, mostro como essas menções, na verdade, reiteram o apagamento aqui defendido e que orientou toda investigação, reforçando a ideia de se tratar de uma ação glotopolítica que, em maior ou menor medida, se relaciona ao clima de opinião em voga.

1 POR QUE O LATIM (NÃO) É O “PAI” DO PORTUGUÊS

“A própria língua portuguesa, por exemplo, conquistou foros de autonomia por influência de fatores políticos, que a separaram do galego e lhe atribuíram a categoria de um idioma novo, relegando a um plano de dialeto o falar de Entre Douro e Minho [...] Se Portugal houvesse continuado subordinado à Galícia, seu idioma teria como núcleo essencial o galego [...]; se as duas regiões prosseguissem unidas sob um governo comum, é de supor que o idioma vencedor refletisse a influência dos dois dialetos. A autonomia de Portugal e a evolução da Galícia para a órbita da Espanha forçaram, ou explicitaram, a expansão do português”.

(Barbosa Lima Sobrinho)

1.1 Considerações iniciais

A passagem em destaque consta da obra *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 1958. O autor, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), natural do Recife (PE), foi um notável erudito brasileiro, formado em Direito e, além de advogado, atuou como jornalista, historiador e político. No trecho, evidencia-se a relação existente entre o galego e português que, por diversas vezes, é apagada ou minimizada nas diversas narrativas historiográficas acerca da origem de nossa língua.

Afora algumas considerações que poderiam ser problematizadas, as palavras de Lima Sobrinho mostram que nem sempre o recorte temporal é suficiente para se fazer um estado de arte. Dito de outro modo, chama a atenção o fato de que, em meados da década de 1950, no Brasil, houvesse quem tão claramente enxergasse a língua portuguesa desnudada de suas vestes imperiais latinas, alinhavadas ao longo da história por muitos autores que, por necessidade ou tradição, sustentaram e sustentam o cariz latino do idioma.

Partindo de tal premissa, nesta seção, apresento alguns exemplos do estágio em que se encontram as discussões a respeito das relações entre o galego e o português. O objetivo, além de justificar a pertinência do estudo aqui empreendido, é mostrar que, apesar da candência do tema, ele ainda carece de maior pujança nos meios acadêmicos brasileiros.

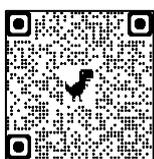
1.2 Em busca de pesquisas correlatas

Num primeiro momento, empreendi uma busca em dois repositórios de trabalhos científicos bastante conhecidos: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne textos completos de pesquisas de mestrado e doutorado defendidas em instituições brasileiras e no exterior, desde que produzidas por brasileiros; e o Portal de Periódicos da Capes, que conta com mais de 50 000 títulos de periódicos nacionais e internacionais, em um acervo que abarca artigos científicos, teses, livros, trabalhos publicados em Anais, entre outros.

Nas duas bases, inseri os seguintes descritores: galego AND português AND historiografia linguística. No Portal da Capes, a pesquisa retornou nove resultados, dos quais apenas um se enquadrava naquilo que realmente procurava. Já na BDTD, encontrei a mesma quantidade de produções e, dentre elas, apenas uma se encaixava na temática de interesse². Vale lembrar que, para definir a utilidade dos materiais, fiz a leitura do resumo de cada um deles.

Quanto aos dois trabalhos em questão, o primeiro, intitulado “O galego nos textos metalinguísticos portugueses (XVI-XIX)”, é um artigo de Sónia Duarte, publicado na *Revista Galega de Filoloxía* em 2015². O objetivo foi perscrutar, em um *corpus* formado principalmente por gramáticas, opúsculos e manuais ortográficos, menções explícitas ao galego e interpretar o significado delas. A metodologia empregada seguiu os preceitos da historiografia linguística, e o referencial teórico ancorou-se em nomes como Monteagudo (1988), Vázquez Corredoira (1998) e Duarte (2007).

Acerca dos resultados da investigação, destaca-se o papel marginal do galego nos textos de natureza metalinguística portugueses, exceto em Leite de Vasconcelos, que dá destaque ao idioma “classificando-o primeiramente como um dialeto do português e propondo depois definitivamente a classificação de co-dialeto” (Duarte, 2015, p. 99). No que concerne às necessidades apontadas, a pesquisadora enumera: a falta de estudo aprofundado da produção portuguesa na perspectiva adotada; a necessidade de delimitar se a presença do galego se modifica de acordo com a tipologia textual investigada; e a carência de estudos que determinem as relações entre o galego e o português com base na gramaticografia espanhola.



Já o segundo trabalho corresponde à dissertação de mestrado “Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX”, por mim defendida no Programa

² Por meio dos *QR Codes*, é possível acessar os trabalhos em questão.

de Pós-Graduação da PUC-SP em 2019, sob a orientação da Dra. Dieli Vesaro Palma. Na ocasião, ocupei-me de examinar a origem do português, contada em textos dos séculos XVI e XIX. O recorte temporal corresponde a dois marcos linguísticos: o início da gramatização do vernáculo português e o surgimento do método histórico-comparativo que, em Portugal, ocasionou a revisitação dos cancioneiros e, conseqüentemente, o ressurgimento do galego na história da língua portuguesa.

A metodologia seguiu os padrões da historiografia linguística, sobretudo os preconizados por Koerner (2014 [1974, 1987, 1993, 1994, 1995]) e Swiggers (2009; 2010). Com relação aos *corpora* examinados, eles foram compostos de textos metalinguísticos, tais como gramáticas, gramáticas históricas, diálogos e artigos científicos. Os resultados apontam para estreita ligação entre o clima de opinião e o conhecimento linguístico de cada período, justificando os processos de apagamento e ressurgimento do galego na história do português, quando se trata de narrar a origem do idioma.

Em um segundo momento, optei por acrescentar o descritor AND glotopolítica aos demais, a fim de refinar ainda mais os achados e encontrar novas produções. Contudo, tanto na BDTD quanto no Portal de Periódicos da Capes, a busca se mostrou infrutífera, pois não foi localizado nenhum trabalho que interseccionasse as palavras-chave. Diante disso, é possível constatar, ainda que parcialmente:

1. A parca quantidade de trabalhos que focalizem o papel do galego em textos metalinguísticos, sobretudo no Brasil — uma vez que o único trabalho nacional encontrado foi o de minha autoria;
2. A ausência de pesquisas, em âmbito nacional e internacional, de pesquisas que contemplem a temática do galego na história do português, considerando-se especificamente a interface entre a historiografia linguística e a glotopolítica aqui pretendida.

Por essas razões, justifica-se a pertinência do presente estudo, uma vez que, além de contribuir para preencher a primeira lacuna aqui apontada, pode se constituir como o primeiro, em âmbito nacional, a se ocupar do apagamento do galego na história do português, com base em uma perspectiva glotopolítica e historiográfica. Nesse caso, colabora-se também para acercar ambas as disciplinas, no sentido de incentivar a produção de historiografias que se ocupem de aspectos glotopolíticos, tal qual a apresentada nesta tese.

1.3 “O ponto de vista cria o objeto”: dois paradigmas na história do português

No início desta seção, afirmo que apenas o critério temporal não seria suficiente para a elaboração de um estado da arte. A fim de sustentar tal posição, tanto a epígrafe de Lima Sobrinho quanto os achados das pesquisas correlatas parecem-me suficientes, pois, ao contrário do que se poderia imaginar, já na década de 1950, havia quem defendesse uma relação mais próxima entre o galego e o português, ao passo que, em pleno século XXI, a temática permanece pouco explorada no âmbito acadêmico. Ademais, circulam ainda histórias do português — como se verá adiante — que apregoam a origem latina do idioma, como se o processo de modificação do romance até se constituir a chamada língua portuguesa tivesse se dado sem a presença do galego³.

Diante disso, a máxima que intitula esta subseção, atribuída a Ferdinand de Saussure⁴, é útil para ilustrar que o estágio dos estudos acerca das relações entre o galego e o português depende invariavelmente do ponto de vista adotado pelo historiador. Por isso, reafirmo que, para entender a história da língua portuguesa, se deve levar em conta a existência de, pelo menos, dois paradigmas que orientam as narrativas produzidas acerca da origem e da expansão da língua (cf. [Zilio-]Passerini, 2019). O primeiro, tradicional, refere-se tanto a uma visão factual de história quanto a uma abordagem linguística legatária dos estudos greco-romanos e, justamente por isso, fincada num ideal de latinidade.

Já o segundo, a meu ver, moderno, pauta-se numa compreensão histórica posterior à Escola dos Annales. Mais especificamente, busca-se levar em conta outros pontos de vista, sobretudo o das pessoas que, durante séculos, foram silenciadas em virtude da supervalorização dos ‘heróis’ e outros grandes vultos. Em suma, trata-se de uma perspectiva ligada à nova história que, por ser crítica, problematiza aspectos negligenciados pela história tradicional e, conseqüentemente, opera no sentido de rever diversos pontos até então considerados ‘pacíficos’ e inquestionáveis.

³ E aqui vale lembrar os dizeres de minha professora de espanhol, Maria del Carmen Eloisa Fernandez Caula – Erosa, a quem devo o primeiro contato com o galego: “Ou você acha que as pessoas simplesmente dormiram falando latim e acordaram falando português?”. Em [Zilio-] Passerini (2019), é possível ler o relato na íntegra, originalmente publicado no *blog* da Parábola em 2017.

⁴ Atribuída, pois, como se sabe, Ferdinand de Saussure não escreveu efetivamente o *Curso de linguística geral*. O livro consiste em uma compilação que os alunos do mestre genebrino fizeram das aulas por ele ministradas. Recomendo a leitura de Bagno (2021), em que o autor esclarece pontos importantes da obra e, por conseguinte, de algumas afirmações erroneamente feitas a respeito de Saussure.

1.3.1 A questão do paradigma

Antes de compreender os paradigmas vigentes na história do português, considero necessário lembrar, ainda que de forma breve, o conceito de paradigma. E aqui me refiro especificamente à contribuição de Thomas Samuel Kuhn (1922-1996), físico, historiador e filósofo da ciência, autor de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, dada à estampa em 1962. A obra é fruto do percurso, em grande medida, incomum do teórico, que transitou entre as ciências exatas e humanas, tecendo inúmeras críticas a dogmas sobre os quais se alicerçava o conhecimento científico, cujo progresso, a seu ver, se dava mais por um processo de revolução do pensamento, e não tanto pela acumulação de saberes.

Como bem lembra Hacking (2013), o contexto de produção do livro de Kuhn foi marcado pela iminência das explosões nucleares, em virtude da Guerra Fria. Por essa razão, também estava em voga a física, subsidiária de todos os avanços no campo da produção das famosas e famigeradas “bombas”, que faziam parte do vocabulário da época, tal como “isolamento social”, “*lockdown*” e outros termos fizeram parte de nossa vida no contexto da recente pandemia de covid-19.

O autor também afirma que, na ocasião, Francis Crick e James Watson receberam o prêmio Nobel pela biologia molecular do DNA, e Max Perutz e John Kendrew, pela biologia molecular da hemoglobina. Com isso, percebe-se o início de uma mudança no paradigma vigente até então, calcado nos saberes advindos da física e por eles orientados. Todavia, não se trata apenas de uma simples mudança de interesse ou até mesmo de um modismo; a suplantação de determinada perspectiva é muito mais profunda e pode ser assim compreendida: “Tal é a estrutura das revoluções científicas: ciência normal com um paradigma e dedicação para solucionar quebra-cabeças; seguida de sérias anomalias, que conduzem para uma crise; e finalmente resolução da crise por meio de um novo paradigma” (Hacking, 2013, p. 12).

Na introdução de sua obra, Thomas Kuhn questiona o conceito de ciência advindo de publicações que procuram circunscrevê-lo ao que é praticado em determinado momento da história. Do mesmo modo, ressalta a dificuldade de os historiadores desempenharem seu papel partindo da premissa de cumulação do saber. Mais especificamente, questiona-se:

Talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais. Simultaneamente, esses mesmos historiadores confrontam-se com dificuldades crescentes para distinguir o componente “científico” das observações e crenças passadas daquilo que seus predecessores rotularam prontamente de “erro” e “superstição”. Quanto mais cuidadosamente estudam, digamos, a dinâmica aristotélica, a química flogística ou a termodinâmica calórica, tanto mais certos tornam-se de que,

como um todo, as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científicas, nem menos o produto da idiossincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se, por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Dadas essas alternativas, o historiador deve escolher a última. Teorias obsoletas não são em princípio acientíficas simplesmente porque foram descartadas. Contudo, essa escolha torna difícil conceber o desenvolvimento científico como um processo de acréscimo. A mesma pesquisa histórica, que mostra as dificuldades para isolar invenções e descobertas individuais, dá margem a profundas dúvidas a respeito do processo cumulativo que se empregou para pensar como teriam se formado essas contribuições individuais à ciência (Kuhn, 2013 [1962], p. 46).

Comparando as considerações de Kuhn ao atual momento da ciência, que, de acordo com Boaventura Santos (1985), se encontra em colapso, é possível perceber que tal problema já era, em grande medida denunciado pelo filósofo estadunidense. Hodiernamente, a racionalidade positivista tem dado espaço a um *paradigma emergente*, fundamentado em premissas que consideram, por exemplo, a subjetividade do processo investigativo, duramente criticado e rejeitado “pelo bem da ciência”.

Com relação ao conceito de paradigma propriamente dito, resalto a origem grega do termo παράδειγμα, cujo significado seria “exemplo” ou “modelo”. Na perspectiva histórica, Hacking (2013) relembra que a palavra, inicialmente empregada no campo da retórica aristotélica, passou a figurar, entre as línguas modernas da Europa, em “situações cujo modelo padrão deveria ser seguido ou imitado”. Mais especificamente: “O uso básico do termo paradigma estava conectado à gramática, mas permanecia sempre disponível como metáfora” (p. 18).

Na época em que Thomas Kuhn possivelmente elucubrava os argumentos que ordenariam sua mais considerável obra, o termo era frequentemente utilizado pelo Círculo de Viena, com base no que afluía dos pensadores alemães. Prova disso, segundo Hacking (2013), pode ser encontrada na obra *Investigações Filosóficas*, de Ludwig Wittgenstein, que se vale amplamente da palavra em vários momentos de seus escritos.

A fim de deslindar a concepção kuhniana, recorro ao prefácio de *A Estrutura*, no qual o próprio autor esclarece, embora brevemente, a questão:

Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Quando esta peça do meu quebra-cabeça encaixou no seu lugar, um esboço preliminar deste ensaio emergiu rapidamente (Kuhn, 2013 [1962], p. 40).

Grosso modo, o conceito pode então ser compreendido como uma referência primeira de uma pesquisa bem-sucedida em determinado campo do saber, e não como mero modelo a ser seguido. Além disso, a “promessa de sucesso advinda de tal referência deve ser constantemente atualizada pelo cientista, que promove inúmeros estudos a fim de ampliar o conhecimento dos fatos apresentados e correlacioná-los às predições paradigmáticas” ([Zilio-] Passerini, 2019, p. 65).

Ainda sobre a ideia de paradigma presente no livro em tela, vale destacar que, de acordo com Hacking (2013), a chamada “ciência normal”, isto é, calcada em experimentos bem-sucedidos de épocas anteriores, se mantém enquanto houver problemas cuja solução, em maior ou menor medida, depende das investigações empreendidas pelos pesquisadores. Tal visão de ciência, por si, se caracteriza por um paradigma que ordena os trabalhos até que, em determinado momento, surgem as anomalias. A persistência delas, como já dito, leva a um estado de crise que, a seu turno, incita novas realizações, e elas passam então a compor um possível paradigma. É o que pretendo mostrar nas próximas duas subseções.

1.4 Por que o latim é o pai do português

Quando se afirma que o latim é o “pai” do português, do ponto de vista histórico, alude-se a um paradigma tradicional, por meio do qual foi escrita, pelo menos até o século XVIII, a história de muitos povos e países. Esse “Antigo Regime” da historiografia é descrito por Burke (2010 [1990]) como “[...] a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens — chefes militares e reis”. Obviamente, não é possível afirmar que tal paradigma se manteve uniforme ao longo dos séculos. Pelo contrário, a historiografia, no decurso do tempo, apresentou diferentes características. Com relação à história tradicional do português, afirmo, mais especificamente, que ela é legatária, em grande medida, da primeira metade do século XIX, na qual, de acordo com Caire-Jabinet (2003), vicejava grande interesse pelos aspectos nacionais. Nas palavras da autora:

Diferentemente do século 18, a história é excessivamente centralizada em torno à história nacional. A experiência revolucionária sem dúvida contribuiu para essa situação. A maioria dos historiadores admitiu seu interesse pela história, para nela reencontrar suas convicções [...].

Neste tipo de obra histórica que se escreve então, o encontro entre história e nação aparece pela primeira vez como uma evidência absoluta. Esses laços privilegiados continuarão inabaláveis até a Primeira Guerra Mundial. Tal comportamento da época não é originalidade francesa: todos os historiadores europeus procuram em suas raízes as justificativas de sua crença nacional (*ibid.*, p. 90 e 94).

Partindo de tais premissas, justificam-se algumas histórias do português baseadas em ideais nacionalistas, por meio dos quais o foco quase sempre recai sobre Portugal, como se pode ver no fragmento a seguir:

Pensar a história da língua portuguesa envolve, necessariamente, refletir sobre algumas questões anteriores: o que significa dizer, por exemplo, que o português é uma língua latina? Qual é exatamente a relação entre o que chamamos português, a “última flor do lácio, inculta e bela” de Bilac, e a língua que chamamos de latim, a flor do Lácio dita “original”? [...]

Começemos pela “filiação” do português. Dizer que o português é uma língua latina significa dizer que encontramos no latim as palavras que deram origem ao léxico do português, mas também que encontramos certas características sintático-morfo-fonológicas específicas do latim e das línguas românicas no português [...]

A constatação da “maternidade” de nossa língua nos leva ao questionamento não apenas sobre como se deu a passagem do latim ao português, mas também sobre a origem do latim [...] (Basso; Gonçalves, 2014, p. 19-20, grifos meus).

O excerto mostra claramente uma premissa latina de origem do português — da qual não discordo, porém defendo que precisa ser mais bem explicada. Ademais, assume-se a metáfora geneticista de “maternidade” — um típico traço dos estudos oitocentistas — atribuindo a filiação de nossa língua ao latim. Mais adiante, os autores assim se manifestam:

Os dialetos românicos da península, no início do século VIII, já se delineavam em uma faixa setentrional, em três grupos difusos, que viriam a se tornar as três línguas românicas principais: no noroeste, o galego-português, no centro, em contato com o substrato basco, o castelhano, e, no leste, o aragonês e o catalão [...]

Nos anos iniciais do movimento da Reconquista [...], o *galego-português*, às vezes chamado de *galaico-português*, ocupa uma área bastante avantajada com relação aos outros dialetos. No entanto, os movimentos políticos vão determinar uma outra formação em pouco mais de um século [...]

Um dos momentos mais importantes da história de Portugal se deu em virtude das alianças políticas derivadas dos movimentos de Reconquista. Assim, em virtude de seu sucesso na luta contra os árabes, Dom Raimundo e seu primo Dom Henrique receberam, respectivamente, de Dom Afonso VI, rei de Leão e Castela, sua filha Urraca e a região da Galiza, e sua filha bastarda Tareja e a *região desmembrada da Galiza, chamada Condado Portucalense. Dom Henrique administra o condado sob a tutela de Dom Raimundo, de modo que o condado ainda continue submisso à Galiza.* No entanto, Dom Henrique, ao morrer, deixa o comando do condado à sua mulher, Tareja. Seu filho, Dom Afonso Henriques, descontente com a nova vida amorosa de sua mãe, vence, em 1128, a Batalha de São Mamede e se proclama rei. Em 1143, Afonso VII,

rei de Leão, reconhece sua realeza, que foi ratificada pelo Papa Alexandre III, em 1173. Portugal passa a ser então independente da Galiza, e Dom Afonso Henriques continua a expansão em direção ao sul, que, em 1250, Dom Afonso III completa, com a conquista do Algarve [...]. Como determinar, por exemplo, quando a língua portuguesa nasceu? Em outras palavras, *quando exatamente as pessoas que habitavam a atual região de Portugal deixaram de falar latim (ou algum estágio do latim) e passaram a falar português?* Há uma data exata para tanto? Certamente, não [...]

Consideraremos que *o português arcaico abrange o período que vai do nascimento da língua portuguesa (ao menos dos textos mais antigos escritos em português), ou seja, fins do século XII e início do século XIII, até o início das grandes navegações portuguesas, em torno de 1415 [...]* (*ibid.*, p. 107-112, grifos meus).

No excerto, Basso e Gonçalves se valem de episódios da história portuguesa para situar o leitor quanto ao processo de independência do país, a fim de relacioná-lo à origem do idioma. Além disso, lançam mão do binômio “galego-português” / “galaico-português” para denominar a língua falada na região que, como se vê, antes de formar o que atualmente conhecemos como Portugal, estava submetida administrativamente à Galiza⁵.

A pergunta feita pelos estudiosos também chama atenção, pois, de fato, mensurar o “nascimento” de uma língua com séculos de existência é tarefa quase impossível. Entretanto, na tentativa de solucionar o problema, circunscreve-se a gênese do português ao entresséculos XII-XIII, baseando-se provavelmente no critério de formação do reino de Portugal. O problema, a meu ver, é justamente o fato de os textos desse período mostrarem com clareza que, entre o chamado “português arcaico” e o galego, há pouca diferença. Ademais, do ponto de vista histórico, a formação do reino português não o colocou em pé de igualdade com a Galiza, que gozava de grande prestígio à época, sobretudo pelo papel político-religioso da cidade de Santiago de Compostela.

Linha muito semelhante segue Machado (2012) que, ao tratar da origem do português, assevera:

Uma das questões que os investigadores têm colocado é de saber qual a fronteira do Galego-Português primitivo [...].

Nas regiões a sul, habitadas por uma população moçárabe majoritária, os conquistadores vindos do Norte foram impondo os seus dialectos. No caso do Galego-Português, a sua expansão para sul segue um traçado que deriva de compromissos políticos entre os reis de Portugal e de Leão e Castela, daí resultando a rectangularidade do mapa português [...]

Do fragmento, merece destaque, além do uso do já mencionado binômio, o fato de o autor empregar o termo “primitivo” para se referir ao galego-português. Também é digna de

⁵ Em [Zilio-]Passerini (2019) tratei da questão do binômio galego-português com mais detalhes.

nota a menção aos “compromissos políticos” entre os “reis de Portugal e de Leão e Castela”, sem haver qualquer delimitação de data específica, considerando-se que, antes da formação do reino português, a Galiza, como já dito, se destacava naquela região .

A esse respeito, vale retomar os dizeres de Murguía (1891), segundo o qual a Galiza, logo no início da Reconquista, se destacou na construção de mosteiros, oferecendo abrigo e auxílio a imigrantes cristãos, bem como mantendo “vivo, em meio à barbárie que os rodeava, o gosto pela literatura e poesia, conservar e copiar os livros santos, os códigos dos concílios e tantas outras coisas” (p. 78)⁶.

Além do mais, afirma o historiador galego:

Testemunhos irrepreensíveis da riqueza da Galiza e da piedade de seus habitantes nos séculos XI e XII vêm a mostrar-nos que a arte era, entre nós, tão florescente como esteve mais tarde nos domínios castelhanos. Provam, ademais, que à Galiza se deveram, em partes, não só a restauração mas também os primeiros passos para toda a arte, ciência e literatura (*ibid.*, p. 78)⁷.

Isso posto, é válido questionar, no texto de Machado (2012), por qual razão não se faz qualquer menção ao reino galego à época da Reconquista, tendo em mente seu papel de destaque, sobejamente atestado por historiadores. Mais adiante, o autor, ao tratar das fontes escritas do galego-português, testifica:

Na falta de testemunhos orais, quer directos, quer através de gravações áudio, da situação linguística de épocas recuadas, resta ao investigador o recurso às fontes escritas, caso elas existam, e à reconstrução conjectural dessa mesma situação. No que diz respeito ao Galego-Português, *ou também chamado Português Antigo*, existe um número significativo de fontes escritas literárias e não literárias (*ibid.*, p. 64, grifo meu).

No trecho, a parte destacada atesta claramente uma das contradições inerentes à história tradicional do português: o galego-português — inexistente, diga-se de passagem — é apresentado como “português antigo”, desconsiderando a relativa unidade linguística entre Portugal e Galiza. Além do mais, não se leva em conta a relevância política, cultural e religiosa desta última até mesmo após a formação do reino, em virtude da já mencionada relevância de Santiago de Compostela naquele contexto.

Agora, apresento outra passagem, um pouco mais recuada no tempo, mais precisamente

⁶ [...] vivo, en medio de la barbarie que les rodeaba, el gusto de la literatura y poesía, conservar y copiar los libros santos, los códigos conciliares y tantas otras cosas (tradução minha).

⁷ Testigos irreprochables de la riqueza de Galicia y de la piedad de sus habitantes en los siglos XI y XII, vienen á decirnos que el arte se hallaba entre nosotros tan floreciente, como lo estuvo mas tarde en los dominios castellanos. Prueban asimismo, que á Galicia se debieron en parte, no solo la restauración, sino también los primeros pasos hacia todo arte, toda ciencia y literatura (tradução minha).

de 1955:

Se assim se constituía o novo reino, a nova nacionalidade, continuava, porém a unidade lingüística a ser a mesma com Galiza. É o grande traço de união entre as duas partes. O Minho, separando os territórios, começa a separar também a primeira unidade, criando o binômio galego-português que será, até o século XV, uma das expressões mais apreciadas do lirismo medieval. [...]

Em tôda a época trovadoresca, desde o século XII até o comêço do século XV, a língua galego-portuguesa foi o grande veículo da poesia lírica de tôda a Península. A razão dêste fato está na indiscutível ascensão da Galícia que, desde o século XI em diante, graças ao poderoso centro irradiador de Santiago de Compostela, se sobrepôs a todos os demais Estados Hispânicos, embora não houvesse nem independência nem côrte, fazendo parte da monarquia asturo-lionesa, e mais tarde de Castela e Leão [...]

Êstes parágrafos [fazendo-se referência a um trecho do livro “Poesia Gallega Medieval, de 1941] pugnam pelas origens reais e incontestes, galegas, de tôda a poesia trovadoresca da Península, não só cultivada em Portugal, mas em todo e qualquer ponto da Península [...] (Silveira Bueno, 1958 [1955], p. 63-72, grifos meus).

No trecho em análise, alguns pontos merecem especial atenção e, por esse motivo, foram por mim destacados. O primeiro deles é o fato de Silveira Bueno assumir a unidade linguística que havia entre a Galiza e o Condado Portucalense, referindo-se à língua utilizada como “o binômio galego-português”. O segundo é o papel dessa língua para a lírica trovadoresca, expressão máxima da cultura da época. O terceiro é o fato de a origem da poesia trovadoresca ser efetivamente galega, confirmando a importância do reino da Galiza diante dos demais daquela região. E aqui se pode questionar por que a origem dessa produção é *galega*, mas a língua na qual ela foi escrita é chamada de *galego-português*.

Por fim, transcrevo, a seguir, outro excerto, de 1952:

Em Portugal, a estratégia militar exigida pela Reconquista, fazendo paradas antes de cada rio importante, transformou-se em possíveis linguísticos. Assim é que podemos considerar o Douro, o Voga e o Mondego três fases bem nítidas na formação de Portugal. Não constituem, todavia, limites entre falares estanques, entre tôrres de marfim cujo peculiarismo estabelece contrastes flagrantes [...].

Expressões como língua portuguesa, língua francesa, língua italiana, etc., não passam, na verdade, de conceitos geograficamente coletivos: traduzem apenas massas linguísticas da mesma origem, que se estendem por determinados territórios, como se fossem tapeçarias mais ou menos variegadas [...].

A evolução da língua faz-se no sentido da desgaleguização (aqui entendida a Galiza no sentido romano, quando abrangia Entre-Douro- e-Minho e Trás-os-Montes); aos poucos vai-se perdendo o primitivo caráter galego-português [...].

Enquanto isso, na Galiza, o galego continuava a ser o meio de expressão de uma cultura tradicional, visto que lá a vida continuava de tipo rural sem o intenso desenvolvimento urbano que provoca a instabilidade social característica da evolução. A falta de personalidade política acarretou estagnação do galego [...] (Silva Neto, 1952, p. 374-390).

No trecho em destaque, Silva Neto enfatiza aspectos históricos da formação do reino português e faz uma pertinente afirmação sobre o fato de o nome de determinada língua ser fruto de convenção geográfica. Ao mencionar a evolução da língua, lança mão do termo “desgaleguização”, a fim de explicar que a individuação do idioma ocorre quando ele se distancia de suas características galegas. Todavia, ao se referir a esse passado “primitivo”, o filólogo igualmente se vale do binômio “galego-português”, como prova de que essa ideia é ponto pacífico na visão mais tradicional da história do português. Também é importante ressaltar que ele informa o “destino” do galego no período em que o português passa a assumir seus próprios contornos: o primeiro passou por um processo de “estagnação”, como reflexo da sociedade agrária que ali se manteve, ao contrário do que houve com Portugal no pós-independência.

Em síntese, pode-se afirmar que, no paradigma tradicional, a origem da língua portuguesa está inexoravelmente ligada à formação do reino de Portugal. Do mesmo modo, ao mencionar o período mais recuado do idioma, os autores recorrem ao binômio galego-português — e seus correlatos — para nominar a língua falada na região que atualmente compreende tanto a Galiza quanto Portugal. Assim, constata-se a existência de uma ótica inegavelmente nacionalista, no sentido de relacionar o surgimento da língua portuguesa à independência de Portugal, minimizando — ou até mesmo apagando — o papel do galego e da Galiza no contexto.

Outro ponto que merece destaque é que os fragmentos selecionados para análise se concentram entre as décadas de 1950 (Silveira Bueno; Silva Leite) e 2010 (Basso e Gonçalves; Barbosa), ou seja, estão separados por mais de meio século. Todavia, conservam muitas semelhanças no modo de compreender — e conseqüentemente narrar — a origem do português, sem problematizar alguns aspectos, a meu ver, fundamentais no processo de desenvolvimento do idioma.

Seria possível apresentar vários outros exemplos de como a referida origem é tradicionalmente contada por autores renomados, cujas contribuições não pretendo diminuir no presente estudo. No entanto, tendo em mente o escopo do trabalho, optei por dar maior destaque aos estudiosos que têm procurado, há pelo menos três décadas, reconstruir o passado do idioma em uma perspectiva mais crítica, considerando o papel do galego. É o que pretendo mostrar na próxima subseção.

1.5 Por que o latim não é o pai do português

Como bem afirma Caire-Jabinet (2003), o século XX é marcado por um alargamento nos horizontes da historiografia, oriundo de questões levantadas no século XVIII e principalmente no século XIX, quando, como já dito, grande parte dos historiadores se ocupava de construir uma história nacional, sob os auspícios do espírito romântico que vigorou na primeira parte do Oitocentos. Segundo a autora: “A história, renovada pelos problemas lançados pela sociologia e pela geografia, entre outros, se reorganiza a partir de 1929 em torno dos *Annales*” (*ibid.*, p. 111).

A estudiosa também testifica que o contexto era propício à abertura de novas possibilidades de pesquisa, entre elas, a história comparativa de diferentes civilizações e a história econômica. Esta última, inclusive, deve ser entendida como resultado dos problemas financeiros enfrentados pelos franceses na década de 1920, tanto durante a chamada Reconstrução quanto na grande depressão, de 1929.

De acordo com Burke (2010 [1990]), o movimento dos *Annales* se ocupou, no início, de derrubar os três “ídolos” mencionados por Durkheim, em 1896, no prefácio do primeiro volume do periódico *Anais de Sociologia*. Assim, havia a preocupação precípua de desconstruir o “ídolo político”, ou seja, a rotunda preocupação com aspectos políticos da história; o “ídolo individual”, a saber, a tendência a perscrutar os fatos com vistas a encontrar “grandes nomes” e figuras heroicas, que seriam responsáveis por mudanças vultosas no decurso da história; e o “ídolo cronológico”, isto é, o foco nas origens de determinadas questões e — por que não dizer — a tendência de organizar fatos e acontecimentos numa escala linear.

Nas décadas seguintes, mais precisamente após a Segunda Guerra, uma nova geração de historiadores assumiu o comando das pesquisas, sobretudo em virtude de certo declínio da história em relação à sociologia, uma vez que a primeira acabou sendo tomada como subsidiária aos estudos da segunda. A resposta a esse problema culminou naquela que, em meados da década de 1970, seria chamada de “nova história”.

A revitalização dos estudos históricos, dessa vez, foi impulsionada pelas abordagens da década anterior, como o estruturalismo presente nas obras de Michel Foucault. A recusa a temas ligados à biografia, aos acontecimentos e à política se manteve, porém, quando abordados, eram feitos em uma perspectiva abrangente, sempre focalizando grupos sociais e suas motivações, além de problematizar questões outrora deixadas de lado.

Quanto às fontes, elas já haviam sido modificadas pelas gerações anteriores — pois, até o advento dos *Annales*, aceitavam-se apenas os textos escritos como base para a produção

de historiografias —, porém passaram a receber tratamento diferenciado. Mais especificamente, os historiadores podiam expressar com mais liberdade suas dúvidas, inquietações e até mesmo opiniões acerca desses materiais, bem como das lacunas por eles deixadas na tentativa de se reconstruir o passado ou entendê-lo (Caire-Jabinet, 2003).

Inspirados pelas mudanças promovidas pelas diferentes gerações dos *Annales*, diversos autores têm se dedicado a perscrutar as origens do português no sentido não só de questionar alguns pontos tidos como pacíficos na história do idioma — mostrados na subseção anterior —, mas também de destacar o galego que, como defendo neste trabalho, foi apagado nesse percurso. Com o fito de ilustrar alguns desses estudiosos, valho-me inicialmente de um fragmento de Venâncio (2020 [2019], p. 82, grifo do autor):

É-nos, portanto, claro, e nisto insisto: o idioma dos portugueses não nasceu com Portugal, ou mesmo quando um Portugal se preparava, senão bem antes. Aí está uma perspectiva inesperada, contra-intuitiva mesmo, para quem, como muitos de nós, sempre concebeu a nossa realidade histórica dentro dos acolhedores limites de «um povo, um território, uma língua». Na realidade, essa História que há séculos andamos contando uns aos outros é uma narrativa feita à nossa estrita medida, proporcionando-nos aconchego e autoconfiança. A isso nos estimulam aquelas *histórias da língua* que, implícita mas convictamente, sugerem um idioma formando-se tardia e aceleradamente a partir dum latim miraculosamente ainda em uso oral, e pronto para servir esse Portugal que não demoraria a aparecer. E assim, naquela primeira tarde portuguesa, ali estava um idioma novinho em folha, nascido por geração espontânea, prestes a estrear, para exclusivo proveito e alta recreação da nova grei.

A passagem como um todo é uma crítica muito bem fundamentada às histórias da língua cristalizadas nos meios acadêmicos — e ainda vigentes, como mostrei na subseção anterior —, segundo as quais, implicitamente, a origem do português está ligada ao surgimento de Portugal. O autor questiona tal visão, asseverando que essa narrativa é construída com base nos anseios dos portugueses, uma vez que lhes propicia lugar de conforto e autoconfiança, circunscrito a uma história estritamente nacional.

Merece destaque a parte final do excerto, na qual Venâncio exemplifica, com uma dose muito bem-vinda de ironia, o fato de se aventar o surgimento “espontâneo” de uma língua portuguesa, pronta para ser usada após a independência. Ato contínuo, ele complementa seu pensamento da seguinte maneira:

Actualmente, o sector mais lúcido da linguística portuguesa assume que a realidade política portuguesa se exprimiu, desde o primeiro momento, no idioma do território *galego* em que Portugal se originou, já que esse era o único idioma disponível. Começa, assim, a tornar-se conceito comum entre nós que, até 1400, o Norte e o Sul do rio Minho se serviram da mesma língua,

crescentemente com particularidades próprias, mas insuficientes para definirem idiomas diferentes, ou sequer dialectos (*ibid.*, p. 83, grifo do autor).

E aqui se nota que o estudioso assume o galego como o idioma utilizado por seus conterrâneos até pelo menos 1400, a partir de quando, como já mencionado, passa a ocorrer uma individuação expressiva, da qual se originaria o português. Ademais, o autor deixa claro que, até esse momento, as diferenças existentes entre o galego usado na Galiza e o usado em Portugal eram de tão pouca monta que não se pode falar sequer de línguas diferentes, tampouco de dialetos.

Mais adiante, Venâncio faz um questionamento que considero válido e, em grande medida, orienta a pesquisa aqui empreendida:

O estranho é que não tenha existido, e não exista, na historiografia linguística portuguesa, o menor interesse em cartografar o que galego e português tenham tido, ou mantenham, de comum. Tratando das duas variedades, a atenção fixa-se sempre na «diferenciação», nos «traços diferenciadores», no «processo de diferenciação» [...].

Assim foi realmente. Por isso, a linguística portuguesa mais esclarecida sugere que denominar português qualquer variedade linguística anterior a 1400 é resvalar num anacronismo, e pelo menos numa sofrível incongruência. Até essa data, Portugal utilizou a língua que herdara ao fazer-se independente: o *galego*. Historicamente, o português é um fenómeno tardio (*ibid.*, p. 83-84, grifo do autor).

No trecho, evidencia-se o fato de a historiografia linguística portuguesa — e não só ela, mas também a brasileira — ter dado pouca ou nenhuma atenção às semelhanças entre o galego e o português, ocupando-se mais de diferenciar ambos os idiomas como forma de, mais uma vez, demarcar a identidade própria do segundo em relação ao primeiro. Ademais, subentende-se que os binômios ainda em voga quando se trata da língua comum entre os reinos da Galiza e de Portugal são inadequados do ponto de vista histórico, com o que concordo por razões já apresentadas em [Zilio-]Passerini (2019).

No próximo fragmento, Faraco (2019) tece relevantes considerações acerca da língua utilizada nas duas regiões já mencionadas:

O início do século XIII é, portanto, um momento fundamental da história da língua — ela começa a ser escrita. Desdobramento do latim falado, a língua românica do Noroeste ibérico era, até então, apenas falada. Toda a documentação escrita se fazia em latim [...].

Em Portugal, esse processo se iniciou no reinado de D. Afonso II com a redação de seu primeiro Testamento. Seu uso foi, porém, ainda muito escasso antes da década de 1280 [...]

Foi, porém, só no reinado de D. Dinis (1279-1325) que, já nas últimas décadas do século XIII, se consolidou o emprego sistemático da língua românica na documentação da Chancelaria Real portuguesa [...]. E duzentos anos depois

do reinado de D. Dinis, os médicos ainda prescreviam em latim, o que levou D. Manuel I (rei de 1495 a 1521) a expedir, em 1498, uma normativa para que os médicos não receitassem mais em latim, mas “*em linguagem*” (que era, como veremos mais adiante, o modo mais comum de se fazer referência à língua românica à época) [...] (p. 74-76, grifo do autor).

Ao circunscrever o início do uso de outra língua que não o latim em documentos oficiais, o linguista a ela se refere como “a língua românica [do Noroeste]”, sem se valer por tanto do binômio galego-português ou de qualquer outro correlato. Com isso, adota-se uma postura distinta da dos historiadores tradicionais que, como vimos, adotam, aparentemente sem qualquer questionamento, tal nomenclatura, como se, desde sempre, essa língua fosse assim chamada.

Mais ao fim do fragmento, o pesquisador comenta que o modo mais corriqueiro de se referir à língua em foco era a denominação “*linguagem*”. Destarte, é possível inferir que as formas binomiais criticadas por Venâncio (2019) também não são empregadas por Faraco (2019). No que tange ao início do uso de um adjetivo pátrio para designar o idioma de Portugal, o estudioso assevera:

Saber quando a língua românica ao sul do rio Minho passou a ser chamada de português ou *linguagem*/língua portuguesa (em contraste com galego ou *linguagem*/língua galega) é, por falta de suficientes testemunhos de época, uma questão em aberto. Antes de avançar na discussão, é preciso lembrar que o recorte e a nominação de uma língua histórica [...] são fenômenos fundamentalmente socioculturais e políticos [...].

Durante boa parte do período medieval, a referência às variedades românicas não era feita por meio de nomes ou qualificativos específicos que as individualizassem, como se veio a fazer posteriormente. Nos documentos escritos da época, aparecem denominações genéricas como *vulgar*, *nosso vulgar*, *romanço/romance*, *linguagem*, *nossa linguagem* para se referir a elas diretamente ou em oposição ao latim (este, algumas vezes, chamado também de *grammatica*) (Faraco, 2019, p. 86, grifos do autor).

O autor é taxativo ao ressaltar a impossibilidade de precisar o que chama de “batismo” de determinada língua. Entretanto, oportunamente afirma que, ao longo do período medieval — no qual se produziu a parte mais considerável da lírica trovadoresca — o modo de referenciar as línguas românicas se dava por termos como “*linguagem*”, “*vulgar*”, entre outros. Em nenhum momento, cita-se o já conhecido binômio galego-português ou qualquer um de seus congêneres. Nesse sentido, percebe-se a tentativa de o estudioso comprovar, com base em fontes documentais, a inexistência de tal nomenclatura para referenciar a língua utilizada em Portugal e na Galiza de então.

Neste outro fragmento, Lagares (2012) explica como se ordena o pensamento de muitos filólogos ao recontarem a história do português:

Como explicamos em outros lugares (Lagares, 2008 e 2010), a data da transformação do condado de Portugal em reino é citada como momento simbólico que marcaria o nascimento da língua portuguesa. Com isso, Lausberg não faz mais do que projetar anacronicamente sobre o passado a realidade política do seu próprio momento histórico, pois o reino medieval não pode ser simplesmente assimilado aos estados nacionais que se formaram como tais só durante o século XIX (Hobsbawm, 2002), e a noção de fronteira responde, naquela época, mais a delimitações territoriais relacionadas à religião do que a entidades políticas ou administrativas. Esse tipo de explicação histórica identifica o reino medieval de Portugal com o moderno Estado-nação português e faz nascer, ao mesmo tempo, a nação e a língua, de acordo com o ideal do *nacionalismo linguístico* (p. 13, grifo meu).

A crítica do autor, embora recaia sobre os critérios utilizados por muitos filólogos que se ocupam da gênese do português, mostra claramente que o fato de escolherem, como marco temporal, a transformação do Condado Portucalense em reino é um reflexo do paradigma histórico tradicional, que, como expliquei anteriormente, se configura com base nos ideais nacionalistas do século XIX. Prova disso é o fato de o linguista mencionar, ao fim do excerto, a existência de um “nacionalismo linguístico”, a meu ver, indissociavelmente de outro, histórico.

Menciono, ainda, que a perspectiva oitocentista de reconstruir a história do português está presente em inúmeros manuais de filologia românica publicados no século XX, bem como em gramáticas históricas que circularam na mesma época (cf., por exemplo, Pereira (1915), Coutinho (1938), Melo (1951), Nunes (1951), Silveira Bueno (1954)). Isso porque os autores utilizados como base teórica para tais obras são os filólogos e historiadores do Oitocentos, o que se pode denotar, por exemplo, da presença de uma visão de “evolução” linguística e de toda uma metalinguagem geneticista para explicar o “parentesco” entre diferentes idiomas.

Outro pesquisador que merece destaque no processo de revisão da história do português é Bagno, que, em diversas publicações, tem se ocupado de dar ao galego o seu devido lugar, cujo apagamento, como pretendo oportunamente mostrar, foi uma ação glotopolítica empreendida ao longo dos séculos. Nas palavras do linguista:

O processo ideológico de criação da “língua portuguesa” cumpriu, portanto, uma tarefa explícita — conectar o português diretamente ao latim, estabelecendo uma genealogia de mão única, em que a “língua portuguesa” é uma filha direta da “língua latina”.

No mesmo gesto, se cumpriu também outra tarefa, desta vez não explicitada, oculta, dissimulada: apagar a verdadeira origem do português, sua real genealogia, que é a de ser uma língua derivada, não do latim clássico, nem sequer do latim vulgar, mas sim uma língua derivada do *galego* (*id.*, 2013, p. 326, grifo do autor).

Do trecho, merece destaque a menção ao fato de a “criação” do português ser uma ação indubitavelmente ideológica — como ocorre com todas as histórias das línguas, diga-se de passagem. Assim, considerando-se o clima de opinião em que circularam as primeiras histórias do idioma (cf. a seção 4 desta tese, por exemplo), é possível notar que, de fato, a conexão estabelecida foi com o latim, como se a “ascendência” da língua portuguesa fosse direta em relação a tal ilustre ancestral.

Outro aspecto digno de nota é a menção ao apagamento do galego, ponto de vista que aqui defendo, a qual, segundo o autor, se deu de forma “oculta” e até mesmo “dissimulada”. Nesse sentido, a real origem do português é socapada por meio de uma série de narrativas que se ocupam de destacar quase que exclusivamente as semelhanças entre o português e o latim, sobretudo no século XVI, quando o processo de gramatização da língua se inicia.

Para defender seu ponto de vista, Bagno (*ibid.*) recorre justamente a aspectos históricos, sinalizando que a partir do século XI, os portugueses continuam, daquela feita por seus próprios recursos, a combater os mouros, estendendo seus domínios cada vez mais ao sul. Mais adiante, assevera que a designação do galego e do português terá, como ponto fulcral, o fato de a Galiza ter perdido sua autonomia, sendo anexada ao território no século XIII, ao passo que:

Do outro lado, literalmente do outro lado do rio Minho, fronteira natural que sempre demarcou os dois territórios, está Portugal: país independente, reino autônomo desde o século XII, Estado soberano, inimigo secular de Castela, sempre muito cioso de preservar sua liberdade política diante da vizinha Espanha, mais poderosa e maior (*ibid.*, p. 330).

Em relação às questões territoriais mencionadas pelo linguista brasileiro, vale a leitura do próximo excerto selecionado, no qual Monteagudo (1999) faz algumas considerações a respeito do território no qual essa suposta língua teria surgido, destacando acontecimentos relevantes para a história da Galiza e de Portugal:

O território germinal da língua galega estava fragmentado politicamente desde antes das primeiras tentativas de se escrever em romance galego: parece que se deve situar o momento inicial da divisão no mesmo fim do século XI, quando o condado de Portugal se separou do condado da Galiza; o século XII conheceu a transformação dos condados da Galiza e de Portugal em dois reinos diferentes; o século XIII viu a união do reino da Galícia ao de Castela, e a consolidação autônoma do reino de Portugal; o século XIV viu a frustração de qualquer tentativa de separação entre a Galiza e o reino de Castela, bem como os fracassos dos intentos de unificar Galiza e Portugal; o século XV, a definitiva submissão política dos galegos e o começo de sua decadência, além a fixação definitiva da fronteira peninsular de Portugal (p. 122)⁸.

⁸ O território xerminal da lingua galega estaba fragmentado politicamente desde antes das primeiras tentativas de

Nessa passagem, as informações apresentadas pelo autor não divergem daquelas que já vimos serem reproduzidas em textos baseados em um paradigma tradicional de história. Entretanto, chama atenção o fato de se empregar o termo “romance galego” para nominar a língua falada na Galiza e em Portugal no período medieval — e até mesmo antes dele. Na sequência, faz-se um comentário que interessa sobremaneira ao presente estudo:

Segundo o ponto de vista tradicional da linguística românica, existiu um “dialecto galego-português”, derivado do “tronco” latino, dialecto que acabou por bifurcar devido a uma evolução divergente dos falares ao norte e ao sul da fronteira. Isto é, existiu uma unidade originária, concretizada na língua dos textos medievais, uma língua que posteriormente sofreu uma fragmentação devida, em grande parte, a uma duradoura subordinação do galego ao castelhano (séculos XVI- XX). Em contrapartida, no quadro conceptual em que nos encontramos, os distintos espaços linguísticos da România não aparecem predeterminados desde um suposto momento de “gênese” das variedades neolatinas, mas foram se configurando em torno de modalidades linguísticas de referência, que foram atuando no centro de articulação de sistemas linguísticos (línguas históricas) aos quais foram se integrando variedades “satelizadas” [...] (*ibid.*, p. 123)⁹.

No que tange ao “dialecto galego-português”, Monteagudo afirma que a linguística românica tradicional apregoa uma bifurcação, em virtude de uma divergência evolutiva entre o norte e o sul da fronteira. Contudo, o autor aponta que, em uma perspectiva distinta da convencional, os espaços linguísticos se configuram em torno de modalidades de referência, às quais se integraram variedades por ele denominadas “satelizadas”. Tal afirmação é importante porque, em grande medida, questiona a ideia de uma pré- existência desses espaços, suscitando a possibilidade de eles terem se configurado a partir de usos linguísticos tomados como modelares.

Ato contínuo, afirma-se:

escribir en romance galego: o momento inicial da división parece que hai que situalo na mesma fin do século XI, cando o condado de Portugal se esgazou do condado de Galicia: o século XII coñeceu a transformación dos condados de Galicia e Portugal em dous reinos diferentes; o século XIII viu a unión do reino de Galicia co de Castela e a consolidación autónoma do reino de Portugal; o século XIV a frustración de calquera tentativa de separación de Galicia do reino castelán e o fracaso dos intentos de unificación de Galicia con Portugal; o século XV, o definitivo sometemento político dos galegos e o comezo da súa decadencia e maila fixación definitiva da fronteira peninsular de Portugal [...] (tradução minha).

⁹ Segundo o punto de vista tradicional da linguística românica, existiu unha ‘ponla galego-portuguesa’, derivada do ‘tronco’ latino, ponla que acabou por bifurcar a causa dunha evolución diverxente dos falares ó norte e ó sur da fronteira. Isto é, existiu unha unidade orixinaria, que tivo a súa plasmación gráfica na lingua dos textos medievais, unha lingua que posteriormente sufriu unha fragmentación, debida em parte importante a unha duradeira subordinação do galego ó castelán (séculos XVI-XX). Pola contra, no cadro conceptual em que nos movemos, os distintos espacios lingüísticos da Romania non aparecen predeterminados desde um suposto momento de ‘xénese’ das variedades neolatinas, senón que se foron configurando arredor de modalidades lingüísticas de referencia, que viñeron actuando de centro de articulación de sistemas lingüísticos (línguas históricas) en que se foron integrando variedades ‘satelizadas’ [...] (tradução minha).

Desse modo, a suposta “primitiva unidade” galego-portuguesa aparece como relativamente menos importante que a criação de um “campo de força” ao redor de uma modalidade que teve como base os falares do centro de Portugal (concretamente, da corte e das camadas cultas de Lisboa), e o fato de o Estado português ter oferecido um âmbito próprio de desenvolvimento linguístico, geográfico, cultural, social; e a correlativa criação de um “campo de força” galego já na Idade Média, um campo de força frágil, que, de fato, desde o século XV foi satelizado pelo castelhano (centro que orientou para si a variação diacrônica do galego), mas não tão frágil a ponto de ter sido assimilado completamente, e forte o suficiente para, afora a pressão sempre frequente do idioma dominante, começar a regenerar-se de forma autônoma a partir da segunda metade do século XIX (*ibid.*, p. 123)¹⁰.

Observa-se que o autor estabelece uma relação de importância entre a suposta unidade primitiva do galego-português e o fato de se ter estabelecido um campo de força situado em Lisboa sob os auspícios do reino português. Além disso, não deixa de mencionar a ideia de que o campo de força galego teria sido mais frágil em razão da influência incontornável do castelhano, questionando tal fragilidade, uma vez que o idioma não só resistiu à atuação desse idioma, como também passou a se regenerar a partir da segunda metade do século XIX.

1.6 Considerações finais

Nesta seção, procurei apresentar as duas principais perspectivas históricas que ordenam a reconstrução do passado da língua portuguesa. Com relação à primeira, considero-a herdeira dos ideais nacionalistas que vigoraram no Oitocentos, período no qual surgiram os Estados modernos e cujo contexto impulsionou uma historiografia preocupada não só em narrar fatos relacionados a tal formação, mas também em justificar, por meio da revisitação dos primórdios dos países, as ideias em voga naquele momento. No que tange à segunda perspectiva, entendo-a como oriunda das mudanças promovidas pelo movimento dos Annales, surgido no segundo quartel do século XX e que buscava se distanciar da história puramente política e dos “grandes nomes”. Com isso, abriu-se espaço para análises mais globais — ou totalizantes —, desvincilhando-se de questões meramente cronológicas e narrativas, problematizando, inclusive, o que já se tinha produzido até então. Ademais, foi de grande

¹⁰ Deste xeito, a suposta ‘primitiva unidade’ galego-portuguesa aparece como relativamente menos importante cá creación dun ‘campo de forza’ arredor dunha modalidade que tivo como base os falares do centro de Portugal (concretamente, da corte e das camadas cultivadas de Lisboa), e ó que o estado portugués ofreceu un ámbito propio de desenvolvemento lingüístico, xeográfico, cultural, social; e á correlativa creación dun ‘campo de forza’ galego xa na Idade Media, un campo de forza feble, que de feito desde o século XV foi satelizado polo castelán (centro que orientou cara a el a deriva diacrónica do galego), pero non tan feble como para que este o desse asimilado completamente, e forte de abondo como para, malia a presión sempre crecente do idioma dominante, comezar a rexenerarse de forma autónoma a partir da segunda metade do século XIX (traduccion minha).

valia a proposta de diálogo interdisciplinar com outras áreas de conhecimento, por exemplo, a sociologia que, à época, se firmava como área de prolíficas possibilidades de pesquisa.

Em relação ao primeiro grupo, seria possível mostrar inúmeros outros trechos dos quais se depreende uma visão factual e pouco crítica de história, cujos autores se baseiam em eventos históricos para demarcar o “nascimento” da língua portuguesa, circunscrevendo-se apenas ao território português e, conseqüentemente, apagando o papel da Galiza nesse processo. Por isso, é comum ouvir que o latim é “o pai do português”, expressão que denota não só o modelo geneticista de se conceber uma língua, mas também uma visão de história que leva em conta apenas o ponto de vista do “vencedor”, cujos grandes feitos merecem de fato o reconhecimento e o registro para a posteridade. Do mesmo modo, tal pensamento permite que ainda se insista na ideia de ter existido uma “língua galego-portuguesa”, por meio da qual foram escritos os textos medievais na Galiza e em Portugal.

No entanto, considerando meu propósito com o presente trabalho — e por já ter dado vários exemplos de histórias tradicionais do português em [Zilio-] Passerini (2019b) —, optei por enfatizar o segundo grupo de estudiosos. A meu ver, inspirados em um paradigma ainda emergente de história — visto que o primeiro não foi completamente suplantado —, esses autores não só questionam as frágeis bases sobre as quais se assenta a “história tradicional” do português, suscitando aspectos como os mencionados no parágrafo anterior, mas também propõem uma nova forma de escrevê-la, reinterpretando fatos, sugerindo novos olhares e, acima de tudo, dando ao galego o seu devido lugar na origem da língua portuguesa.

Justificada a pertinência desta investigação, passo à próxima seção, em que abordo a glotopolítica com base em uma perspectiva historiográfica. Nela, busco exemplificar algumas ações de caráter glotopolítico para, posteriormente, discutir conceitos inerentes a esse campo de estudos, que se encontra em pleno desenvolvimento no Brasil.

2 GLOTOPOLÍTICA(S) EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

“Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro. O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia, pede vênia para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática. Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal — controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica. Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade P. e E. deferimento”.

(Lima Barreto)

2.1 Considerações iniciais

A epígrafe selecionada é uma passagem emblemática do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, publicado em 1915, período da literatura brasileira ao qual se convencionou chamar *Pré-Modernismo*. Protagonizada por Policarpo Quaresma, um

major aposentado, a obra narra as peripécias quixotescas de uma personagem cujas atitudes revelam exacerbado ufanismo, que o faz cair em troça e descrença diante de todos.

O excerto aqui reproduzido é um dos corolários do desejo de devolver a seu país a *brasilidade* que se esvaía em meados do Oitocentos, época em que se assistiu à Proclamação da República. No livro, o fragmento fora veiculado em vários jornais, a fim de noticiar o inusitado pedido de Quaresma — a oficialização e nacionalização do tupi-guarani¹¹. Afora o descabimento da solicitação, os argumentos utilizados pelo requerente merecem ainda hoje uma reflexão acurada.

Ao afirmar que “a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo” e, por conseguinte, “a emancipação política do país”, o protagonista revela, já naquela época, conhecimento das indissociáveis relações entre língua, sociedade e política, sobretudo no contexto de um Estado cuja independência era, de certa forma, recente. Dito de outro modo, ele compreendia empiricamente as nuances *glotopolíticas*, tanto que lançou mão de uma ação dessa natureza, a fim de tentar concretizar seu veleitário pensamento.

Partindo de tal exemplo, o objetivo desta seção é discutir o conceito de *glotopolítica* em uma perspectiva historiográfica. Para tanto, valho-me, inicialmente, de dois exemplos: um ocorrido na língua grega, em dois estágios do idioma historicamente distantes; e outro, no português brasileiro, no século XIX. Em seguida, reflito brevemente sobre as relações entre o homem, a língua, a política e a sociedade para, então, chegar às duas possibilidades de entendimento do termo em destaque.

2.2 Glotopolítica à grega: a milenar *questão da língua*

Embora o termo *glotopolítica* e seus correlatos sejam recentes, as questões que envolvem conflitos, polêmicas e tentativas de legislar sobre as línguas datam de muito tempo. Para comprovar tal afirmação, apresento, nesta subseção, dois casos ocorridos em diferentes — e distantes — momentos da história helênica. O primeiro deles, denominado *aticismo*¹², teve início ainda no despontar da Era Comum e está ligado ao surgimento da gramática grega.

De acordo com Kotrotsou-Londou (2004), desde o fim do século IV a.C., a variedade utilizada na maioria do território helenístico foi a chamada *koiné*, difundida no período de

¹¹ Vale ressaltar que o termo “tupi-guarani”, quando usado para se referir a uma língua específica, consiste em equívoco, uma vez que tupi e guarani são línguas distintas. Tupi-guarani consiste em um tronco linguístico que abarca diversas línguas, mas não um único idioma.

¹² Ἀττικισμός (*attikismós*) em grego.

expansão territorial protagonizado por Alexandre, o Magno¹³. Tratava-se, portanto, da língua empregada em todas as instâncias da sociedade, tanto na fala quanto na escrita, cuja atividade perdurou, pelo menos, três séculos.

Nos primórdios do período greco-romano, os intelectuais passaram a se valer do dialeto ático, que vigorou no período clássico, considerado o apogeu da cultura grega. Vale ressaltar que, nessa variedade, foram escritas as maiores obras da denominada *Grécia Antiga*. Acerca desse retorno ao passado clássico da língua, Christidis (2005, p. 191) assim se pronuncia:

A expansão da língua grega, com as conquistas de Alexandre, o Magno, gerou consideráveis mudanças tanto pelo contato com outras línguas quanto pelo surgimento de populações bilíngues. Para os *aticistas*, tais mudanças e o afluxo de empréstimos não consistiam em modificações, mas sim em corrupção, deformação, decadência. O “remédio” para combater a *decadência* política, social e *linguística* acreditava-se ser a volta ao dialeto ático, que “deu à luz” a grande *produção escrita* da Antiguidade grega. Assim, os aticistas dão instruções para a restauração da língua “destruída”, da koiné [...]¹² (Grifos do autor)¹⁴.

Ressalte-se o fato de o retorno ao dialeto ático se dar quando a Grécia passou para o domínio romano, após a derrota helênica na batalha de Corinto. Logo, o clima de opinião foi de grande valia para recrudescer o sentimento de perda, refletido também na língua, que distava consideravelmente da utilizada no auge da civilização grega, tanto na fala quanto na escrita. Ainda nas palavras de Christidis (*ibid.*, p. 192), “esse tipo de fenômeno relaciona-se com a percepção da mudança linguística como corrupção e deformação e liga-se a situações de crise, que dão origem à nostalgia de um passado ‘glorioso’ não só linguístico, mas também político e social”¹⁵.

Também no entresséculos II e I a.C., ou seja, entre os períodos helenístico e greco-romano, surgiu a *techné grammatiké*. Na ocasião, o intento dos intelectuais era não só preservar como também difundir a cultura grega (cf. Neves, 2005 [1987]; Zilio-Passerini; Palma, 2021). Assim, nesse espírito de época, consolidam-se as principais vertentes do pensamento gramatical

¹³ Por esse motivo, ela também é conhecida como *αλεξανδρινή κοινή* (*aleksandrini kiní*), ou seja, a *koiné alexandrina* (Cf. Kotrotsou-Londou, 2004).

¹⁴ Η εξάπλωση της ελληνικής γλώσσας, με τις κατακτήσεις του Μ. Αλεξάνδρου, έχει δημιουργήσει σημαντικές αλλαγές μέσω της επαφής με άλλες γλώσσες αλλά και με τη δημιουργία δίγλωσσων πληθυσμών. Για τους αττικιστές οι αλλαγές αυτές και η εισροή δανείων δεν αποτελούσαν αλλαγές αλλά φθορά, αλλοίωση, παρακμή. Το «φάρμακο» ενάντια στην πολιτική, κοινωνική και γλωσσική παρακμή θεωρούσαν ότι ήταν η επιστροφή στην αττική διάλεκτο, που «γέννησε» τη μεγάλη γραμματεία της ελληνικής αρχαιότητας. Έτσι οι αττικιστές δίνουν οδηγίες για την ανόρθωση της «χαλασμένης» γλώσσας, της κοινής [...] (tradução minha).

¹⁵ O mesmo ocorreu em Portugal, em meados do século XVI, com a publicação do *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães Gandavo. Na ocasião, o império português encontrava-se em franca derrocada, que culminou na anexação do território ao reino da Espanha, em 1580. Esse assunto já foi discutido em [Zilio-Passerini (2019a; 2019b) e será aqui retomado na seção 4.

grego, baseado em um modelo de língua que considerava a mudança como deformidade e deturpação.

A adoção do ático constituiu-se símbolo de um idioma “superior”, utilizado como língua de erudição, tal qual o latim quando da formação dos romances e, posteriormente, das línguas denominadas *neolatinas*. Essa situação perdurou todo o período subsequente, ou seja, o Império Bizantino. Mais especificamente, como bem aponta Kotrotsou-Londou (2004), tinha-se, de um lado, a língua grega falada, em pleno desenvolvimento e transformação, e, de outro, a língua dos intelectuais. A autora salienta que, a partir do século VI d.C., quando o latim deixou de ser a língua oficial do império, a variedade arcaica do grego tornou-se a língua da administração e do Direito.

Após a tomada de Constantinopla, que deflagrou o fim do Império Bizantino, a situação de diglossia¹⁶ ainda existia. Entretanto, em meados do século XVIII, passou-se a delinear a *questão da língua*¹⁷, período no qual tem início a discussão acerca do uso ou não da variedade arcaica, em detrimento da popular.

Neste momento, é válido esclarecer que tal escolha, àquela altura, já tinha contornos políticos muito bem delineados. Entre os defensores da variedade arcaica estavam os senhores feudais, os aristocratas em geral e o Patriarcado Ortodoxo. Já entre os propositores do uso da variedade popular, encontravam-se os burgueses, inspirados nos ideais iluministas. Como se nota, para o primeiro grupo, era nítido o desejo da manutenção de um *status quo* reforçado pelo uso de uma variedade considerada superior, ao passo que, para o segundo, a adoção da língua popular representava “[...] o renascimento e a libertação da nação”¹⁸ (Kotrotsou-Londou, *ibid.*, p. 43).

No século posterior, o debate se intensificou, sobretudo após a independência grega, ocorrida em 1821¹⁹. Nos dizeres de Kotrotsou-Londou (*ibid.*, p. 43):

¹⁶ Embora não haja consenso acerca do termo, optei por utilizá-lo em vez de “bilinguismo”, pois, tal como Fishman (1967), citado em Bagno (2017, p. 92), compreendo a diglossia como fenômeno social, ao passo que o bilinguismo se configura como prática linguística efetiva de cada falante. No caso da sociedade grega da época — e também nas ulteriores —, embora houvesse diglossia, não é possível afirmar em que medida existia, de fato, bilinguismo e até mesmo multilinguismo, já que o turco era a língua dos dominadores, até 1821.

Ainda com relação à diglossia, vale ressaltar que, segundo Mackridge (2019), a primeira utilização do termo em um sentido mais próximo do preconizado pela Sociolinguística deu-se em 1885. Na ocasião, o novelista e ensaísta grego Emmanouil Roidis o teria utilizado para se referir à situação na qual os falantes se valiam de duas variedades do grego em diferentes situações comunicativas.

¹⁷ Γλωσσικό ζήτημα (*glossikó zítima*), em grego.

¹⁸ [...] αναγέννηση και απελευθέρωση του έθνους (tradução minha).

¹⁹ Vale lembrar que o reconhecimento internacional dessa independência ocorreu nove anos mais tarde, ou seja, em 1830, após a assinatura do Protocolo de Londres, segundo o qual a Grécia estava oficialmente liberta da dominação turca.

No início do século XIX, a “questão linguística” consolida-se e passa à sua fase principal. Pretendia-se encontrar uma língua una, escrita e falada, que deveria ser usada, a princípio, na formação da identidade nacional e que, por conseguinte, se consagrasse como a língua oficial e “nacional” do Estado recém-fundado, a exemplo dos demais países europeus²⁰.

Ainda conforme a autora, os dois grupos anteriores passaram a três: um que defendia o uso da variante arcaica, cujos membros pertenciam às mesmas classes sociais já mencionadas; um que defendia o “cultivo” e o “aprimoramento” da língua popular, representado pelos radicais burgueses; e outro, formado por burgueses moderados, que defendia a “correção” e a “limpeza” da língua falada, da qual se deveriam expurgar os estrangeirismos e à qual se deveriam acrescentar neologismos oriundos do grego clássico. Tratava-se, pois, de um “caminho intermediário”, cujo principal expoente foi Adamándios Korais (1748 – 1833)²¹.



Nascido em Esmirna, o filólogo é considerado um dos principais nomes do Iluminismo grego, a quem também se atribui o pioneirismo na edição de obras da Antiguidade. Segundo Christidis (2005, p. 201), a proposta desse intelectual não

[...] “apaga” a língua falada, como fizeram os partidários da variante arcaica, mas propõe a sua “correção”: a sua “limpeza” (catarévussa)²² em relação ao turco, sobretudo os empréstimos que remontam ao longo período de dominação otomana, bem como a reintrodução, em partes, da gramática e do vocabulário do grego antigo.

Dos dizeres do autor, cumpre destacar a tentativa de eliminar as influências turcas, como forma de reagir “linguisticamente” aos quase quatro séculos de dominação otomana. E aqui, mais uma vez, sobressaem os aspectos políticos que envolvem a uso de uma língua como símbolo da soberania de um povo. Ademais, por meio da adoção da *catarévussa*, Korais e seus seguidores empreendiam “[...] um esforço generalizado de renascimento cultural do helenismo e da politização da nação”²³ (Kaloforidis, 2022, p. 17).

Com a determinação do uso dessa variedade, instaurou-se novamente um contexto de

²⁰ Στις αρχές του 19ου αιώνα το <<γλωσσικό ζήτημα>> εδραιώνεται και περνά στην κυρία φάση του. Το ζητούμενο είναι να βρεθεί η κατάλληλη ενιαία γλώσσα, γραπτή και προφορική, η οποία να χρησιμεύσει αρχικά στη διαμόρφωση της ταυτότητας του έθνους και, κατ’επέκταση, στην εμπύχωση και αναγέννησή του, και στη συνέχεια, μετά την απελευθέρωση, να καθιερωθεί ως επίσημη <<εθνική>> γλώσσα του νεοϊδρυθέντος κράτους κατά το παράδειγμα όλων των άλλων ευρωπαϊκών κρατών (tradução minha).

²¹ Por meio do *QR Code*, é possível ver uma imagem de Korais.

²² Vale lembrar que o nome *catarévussa* (καθαρεύουσα) advém do verbo καθαρίζω (*katharízo*) que, em grego, significa literalmente “limpar”. Apregoava-se, portanto, uma língua “limpa” de influências externas, sobretudo as turcas. É lícito ressaltar a perpetuação do ideário vigente desde meados do período helenístico, segundo o qual a mudança linguística, advinda sobremaneira do contato do grego com outras línguas, era considerada uma “corrupção”, uma “deterioração” do idioma e, por isso, deveria ser combatida.

²³ [...] γενικευμένης προσπάθειας, για την πολιτισμική αναγέννηση του ελληνισμού και τον εκπολιτισμό του έθνους (tradução minha).

diglossia, como assinalam Kotrotsou-Londou (2004), Christidis (2005) e Kaloforidis (2022). Ainda que concorde com esse pensamento, não se pode esquecer de que a variedade popular, o chamado demótico²⁴, já apresentava diferenciações significativas, principalmente do ponto de vista diatópico. Prova disso é a existência de variantes, ainda em voga, que se diferenciam significativamente do grego moderno, por exemplo, o pôntico (falado por descendentes de gregos que habitavam o Ponto Euxino) e o cipriota (falado por gregos residentes na ilha de Chipre). Desse modo, a situação linguística do país não era, a meu ver, apenas de diglossia na própria língua, mas de multilinguismo. Sobre isso, Kordatos (1983, p. 367) testifica:

Embora tivessem se passado alguns anos da construção do Estado grego, nas cidades e nas aldeias falavam-se diferentes idiomas. Até mesmo na capital não falavam todos o grego. O arvanítico era falado na Ática, na Beócia, em Andros, Eubeia e Corinto. O vláquico, na Tessália, em Eubeia, na Rumélia e em outras partes. Em Atenas, Pireus, Sira, Náuplia, eram muitos os refugiados de Quios, Tessália, Epiro, Eptaneso, Creta, Constantinopla e de outras regiões nas quais se falavam seus idiomas locais. Muitas vezes, era comum a dificuldade de comunicação entre uma pessoa natural de Quios e uma natural de Creta²⁵.

Vale mencionar que a proposta de Korais não resolveu a questão, pois, apesar de haver certa padronização na escrita, a situação da(s) língua(s) falada(s) não se alterou. Muitos aceitaram a implementação da *catarévousa*, pois, influenciados pelos ideais do Iluminismo e até mesmo do Classicismo, acreditavam na possibilidade de os cidadãos lerem os textos da Antiguidade e, assim, se educarem. Embora isso fosse alardeado pelas classes dominantes, elas o faziam “não porque queriam que os novos gregos se instruissem, mas justamente porque queriam o contrário²⁶” (Kordatos, 1983, p. 368).

Por esses e outros motivos, a questão linguística tomou ainda mais força, mantendo novamente a bipolaridade entre os catarevussianos, ou seja, os defensores da variedade criada por Korais, e os demoticistas, isto é, os partidários do uso da variedade popular — o demótico —, que correspondia, *grosso modo*, à língua falada à época. Acerca destes últimos, Papadopoulos (2020, p. 3) afirma:

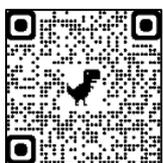
²⁴ Δημοτική γλώσσα (*dimotikí glossa*), literalmente a “língua popular”.

²⁵ Άν και πέρασαν κάμποσα χρόνια από την ίδρυση του ελληνικού κράτους, όμως στις πόλεις και στα χωριά μιλούσαν διάφορα ιδιώματα. Ακόμα μέσα στην πρωτεύουσα δε μιλούσαν όλοι την ελληνική. Τα αρβανίτικα μιλούσανε στην Αττική, Βοιωτία, Άνδρο, Εύβοια, Κορινθία. Τα βλάχικα στη Θεσσαλία, Εύβοια, στην Ρούμελη και αλλού. Στην Αθήνα, Πειραιά, Σύρα, Ναύπλιο ήταν πολλοί πρόσφυγες από τη Χίο, Θεσσαλία, Ήπειρο, Εφτάνησα, Κρήτη, Πόλη και από άλλες περιοχές που μιλούσαν τα τοπικά τους ιδιώματα. Πολλές φορές μάλιστα ένας Χιώτης μ' ένα Κρητικό ήταν δύσκολο να συνεννοηθούν (tradução minha).

²⁶ Όχι γιατί ήθελαν να μορφωθούν οι Νεοέλληνες, αλλά γιατί ακριβώς ήθελαν να μη μορφωθούν οι Νεοέλληνες (tradução minha).

Vários intelectuais começaram a se voltar gradualmente para o demótico, tais como Vilarás²⁷ e Psalidas²⁸, que expressaram opiniões bastante radicais. Pouco depois, surge Dionysios Solomós²⁹, com o “Sofologiótatos”, obra escrita em demótico simples, que lança as bases para o reavivamento da questão linguística, encabeçada pelo radical Ioannis Psycharis, o primeiro a abordar cientificamente a língua grega³⁰.

Merece destaque a figura de Ioannis Psycharis (1854-1929)³¹, filólogo de origem grega, nascido em Odessa³² e cuja formação, realizada em Paris, foi marcada pela presença de mestres como Michael Bréal e Ferdinand de Saussure. Ademais, manteve contato, por longos anos, com Victor Hugo, que exerceu grande influência sobre sua personalidade:



Logo após a morte de Hugo, Psycharis inicia sua incursão pela Grécia com o objetivo de divulgar um manifesto radical que causaria turbulências. Muito de suas atitudes, da sua ideologia e de seu comportamento em geral diante da questão linguística grega parece ter sido adotado de Hugo [...]

Devido à enorme influência e ao enorme impacto deixado pelo grande Victor Hugo, pode-se concluir com segurança que Psycharis lhe deve parte da explosividade e das visões revolucionárias que sua obra transmitiu. A admiração por sua pessoa era tão grande que, talvez em seu interior, ele gostaria de se tornar o Hugo helênico, estendendo suas ideias da França à Grécia³³ (Papadopoulos, *ibid.*, p. 5-6).

²⁷ Ioannis Vilarás (1771 – 1823) foi um intelectual grego, que escreveu poemas líricos e satíricos, além de atuar como médico. Profundo estudioso das tradições populares gregas, participou ativamente da discussão acerca do uso do demótico e publicou, ainda em vida, o livro Ρωμέικη Γλώσσα (Roméiki glóssa) — ou seja, a “língua romeica”, no caso, uma das formas como era conhecida a língua grega popular. Da obra, constam alguns poemas autorais, bem como traduções de excertos de Anacreonte, Platão e Tucídides, a fim de mostrar a pujança da variedade em questão. Outro fato curioso é que o autor lançou mão de uma ortografia “revolucionária”, segundo Politis (2004 [1978], p. 135-136), isto é, sem os chamados espíritos e os demais acentos (Cf. também Dimarás, 2000 [1949], p. 241-244).

²⁸ Athanassios Psalidas (1767 – 1829) foi um dos principais nomes do iluminismo grego, defensor do uso do demótico em detrimento da *catarévussa*. Além disso, reivindicava a reformulação do sistema de ensino grego, considerado ultrapassado em virtude dos tantos anos de dominação otomana (Cf. Izagori, s/d).

²⁹ Dionysios Solomós (1798 – 1857) foi um dos mais célebres poetas da literatura grega moderna, autor do conhecido “Ύμνος εις την ελευθερίαν” (Ímnos is tin eleftherian) — “Hino à liberdade” —, que, em 1865, se tornou o hino nacional grego, musicado por Nikolaos Mandzaros. Vale ressaltar que o poema é composto por 158 quartetos, perfazendo um total de 632 versos, dos quais apenas os oito primeiros são comumente entoados. Com relação ao “Sofologiótatos”, trata-se de uma das personagens do Διαλόγου (Dialógu) — Diálogo —, publicado em 1824. Nessa obra, os interlocutores — o Poeta, o Amigo e o Sofologiótatos — discutem o uso da língua popular, em vez da *catarévussa*, posição defendida pelo autor em questão (Cf. Politis, 2004 [1978]; Tiktropoulou, 2014).

³⁰ Αρκετοί διανοούμενοι σταδιακά άρχισαν να στρέφονται προς τη δημοτική, όπως ο Βηλαράς και ο Ψαλίδας, οι οποίοι διατύπωσαν αρκετά ακραίες απόψεις. Λίγο αργότερα εμφανίζεται ο Διονύσιος Σολωμός με το «Σοφολογιότατο», ένα έργο γραμμένο σε απλή δημοτική γλώσσα, το οποίο θέτει τα θεμέλια για την αναζωπύρωση του γλωσσικού ζητήματος από τον ριζοσπαστικό Γιάννη Ψυχάρη, ο οποίος είναι ο πρώτος άνθρωπος που θα προσεγγίσει επιστημονικά την ελληνική γλώσσα (tradução minha).

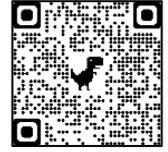
³¹ Por meio do QR Code, é possível visualizar uma imagem de Psycharis.

³² O território atualmente pertence à Ucrânia, porém, na época do nascimento do autor, fazia parte da Rússia.

³³ Αμέσως μετά το θάνατο του Ουγγό, ο Ψυχάρης θα ξεκινήσει την περιοδεία του στην Ελλάδα με σκοπό να δημιουργήσει ένα ριζοσπαστικό μανιφέστο που θα έφερνε αναταραχή στα ελληνικά δεδομένα. Πολλές από τις σκέψεις του, την ιδεολογία του και τη γενικότερη στάση του απέναντι στο ελληνικό γλωσσικό ζήτημα, φαίνεται να τα έχει υιοθετήσει από τον Ουγγό [...]

Από την τέρastia επιρροή και απήχηση που άφησε ο σπουδαίος Βίκτωρας Ουγγό, μπορεί να βγει με ασφάλεια το

A grande contribuição de Psycharis à questão da língua foi a publicação de *To taksídi mou*³⁴ (*Minha viagem*), em 1888. De acordo com Papadopoulos (*ibid.*, p. 7), o livro³⁵, de proporções romanescas, foi o primeiro a ser escrito em vernáculo, e seu êxito deveu-se sobretudo às suas aspirações literárias e concomitantemente científicas. Já no prólogo, pode-se observar que a obra, como um todo, figura como claro manifesto em favor do demótico:



Quem me lê entenderá com qual objetivo escrevi *Minha viagem*. Língua e pátria são o mesmo. Se alguém luta por seu país ou por sua língua nacional, o combate é igual. Sempre em defesa da pátria.

Minha vida é francesa. O que sou, à França devo. Amo-a como mãe e como pátria. Tornei-me seu filho na hora da dificuldade e da tristeza; como não a adorar? Entretanto, nasci grego e não posso me olvidar; tenho dívidas também com a Grécia. Gostaria de mostrar isso. Como não lhe posso ser útil na guerra, ao menos luto por nossa língua nacional. Uma nação, para se tornar nação, requer duas coisas: expandir suas fronteiras e produzir filologia própria. Se ela mostra que conhece o valor de sua língua popular e se não se envergonha dessa língua, vemos, então, uma nação. Deve expandir não apenas suas fronteiras físicas, mas também as intelectuais. É por estas que luto³⁶ (Psycharis, 1888, p. α, grifo do autor).

Como se vê, o autor tem um discurso fincado nos ideais nacionalistas vigentes no Oitocentos e, além do mais, considera indissociável a relação entre língua e nação, principalmente quando se trata do uso de uma variedade efetivamente falada pelo povo. E aqui novamente se verifica a influência que os aspectos políticos exercem sobre as línguas, inclusive no que tange à manutenção da unidade não só territorial — no caso de um país em construção, como era a Grécia —, mas também linguística, dada a situação multilíngue que imperava. Nesse contexto, o demótico figuraria também como uma forma de imprimir identidade ao Estado recém-formado, liberto do jugo otomano.

συμπέρασμα ότι ο Ψυχάρης του οφείλει ένα μέρος της εκρηκτικότητας και επαναστατικότητας των απόψεων που μετέφερε το έργο του. Ήταν τόσο μεγάλος ο θαυμασμός προς το πρόσωπό του, που ίσως βαθιά μέσα του να ήθελε να γίνει ο Έλληνας Ουγγό, συνεχίζοντας τις ιδέες του από τη Γαλλία στην Ελλάδα” (tradução minha).

³⁴ Leia-se: “*To taksídi mu*”.

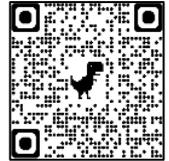
³⁵ A primeira edição pode ser visualizada por meio do *QR Code*.

³⁶ Όποιος με διαβάση θα καταλάβη με τι σκοπό έγραψα το *Takídi mou*. Γλώσσα και πατρίδα είναι το ίδιο. Να πολεμά κανείς για την πατρίδα του ή για την εθνική τη γλώσσα, ένας είναι ο αγώνας. Πάντα αμύνεται περί πάτρης. Η ζωή μου είναι της Γαλλίας. Ό τι είμαι, στη Γαλλία το χρωστώ. Την αγαπώ σα μητέρα και σαν πατρίδα. Έγινα παιδί της στην ώρα της δυστυχίας και της θλίψης πώς να μην τη λατρέβω; Γεννήθηκα όμως Γραικός και δεν μπορώ να το ξεχάσω• έχω χρέη και στην Ελλάδα. Θέλησα να της το δείξω. Αφού δεν μπορεί να της είμαι χρήσιμος στον πόλεμο, τουλάχιστο πολεμώ για την εθνική μας γλώσσα. Ένα έθνος, για να γίνη έθνος, θέλει δυο πράματα• να μεγαλώσουν τα σύνορά του και να κάμη φιλολογία δική του. Αμα δείξη που ξέρει τι αξίζει η δημοτική του γλώσσα κι άμα δεν ντραπή γι' αυτή τη γλώσσα, βλέπουμε που τόντις είναι έθνος. Πρέπει να μεγαλώση όχι μόνο τα φυσικά, μα και τα νοερά του τα σύνορα. Γι' αυτά τα σύνορα πολεμώ (tradução minha).

Após a publicação de *Minha viagem*, outros intelectuais tomaram parte na polêmica, inspirados pelo conhecimento e pela arte de Psycharis. Desse modo, passou a haver uma profusão de obras, principalmente literárias, produzidas em demótico, como é o caso do primeiro romance escrito na variedade popular, intitulado *Ο ζητιάνος (O pedinte)*³⁷, de autoria de Andreas Karkavitsas³⁸. É válido lembrar que, em 1889, Kostis Palamás³⁹ venceu o Concurso de Poesia de Filadélfia, com um poema completamente escrito em demótico. Na visão de Papadopoulos (2020, p. 17), esse foi um duro golpe contra os que consideravam rude a variedade popular.

No despontar do século XX, os gregos assistiram a inúmeros episódios envolvendo o embate entre catarevussianos e demoticistas. De fato, a questão linguística assumiu contornos cada vez mais políticos, e a reação aos excessos tradicionalistas do primeiro grupo, representado pelas elites dominantes, passou a ser cada vez mais constante. Para tanto, contribuiu uma série de acontecimentos, tais como o enfraquecimento do poder dos fanariotas⁴⁰, a redescoberta das canções folclóricas, a anexação do Eptaneso ao território grego, o estudo das variedades dialetais do grego e o interesse pelo folclore local (Cf. Tolis, 2020).

À guisa de exemplo, é possível citar o confronto ocorrido em Atenas, no ano de 1901. Na ocasião, em 9 de setembro, o jornal *Acrópolis*⁴¹ anunciava a publicação contínua do Evangelho de Mateus, traduzido para o demótico por Alexandros Politis. A reação de professores e alunos da Faculdade de Teologia da Universidade de Atenas foi imediata; em nota, manifestaram seu descontentamento com o trabalho de Politis, considerado acintoso. Nos dias subsequentes, outros jornais tomaram partido dos defensores da *catarévussa*, gerando inclusive reações do Patriarcado, que qualificou a tradução como profana. Diante desses acontecimentos, o editor do *Acrópolis* optou por interromper a divulgação da tradução.



No entanto, isso não foi suficiente para amainar os ânimos. Nos dias 5 e 6 de novembro, estudantes realizaram intensas manifestações no centro de Atenas, entrando em confronto com

³⁷ Leia-se: “*O zitiános*”.

³⁸ Andréas Karkavitsas (1865 – 1922) foi um romancista, considerado o principal expoente do Naturalismo na literatura grega moderna (Cf. Kostis, s.d.).

³⁹ Palamás (1859 – 1943) foi poeta, ensaísta, contista, dramaturgo e crítico literário, tido como um dos maiores intelectuais do chamado *novo helenismo*. Figura central da *geração de 1880* e da *Nova Escola Ateniense*, formada por jovens contrários aos arroubos do romantismo ateniense, que defendiam o uso do vernáculo na poesia, em detrimento da *catarévussa*.

⁴⁰ Os fanariotas eram famílias gregas que exerceram grande poder no século XVII, inclusive no Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, onde residiam, mais precisamente no distrito de Fanari; daí a denominação pela qual se tornaram conhecidos.

⁴¹ Por meio do *QR Code*, é possível ver uma fotografia da referida edição do jornal, na qual se lê em letras garrafais: “Evangelho na língua do povo”.

a polícia e apedrejando a sede do jornal. O ápice do conflito ocorreu em 8 de novembro, quando se organizou uma grande manifestação reivindicando a excomunhão dos responsáveis pela tradução. No embate, ao todo oito pessoas — entre elas três estudantes — morreram, e outras setenta ficaram feridas. O fim da refrega deu-se no dia 12 do mesmo mês, quando os alunos entrincheirados na Universidade puseram fim à ocupação (Cf. Amanatidis, 2017; 8 Νοεμβρίου, 2021; Τα Ευαγγελικά, 2022).

Nas décadas subsequentes, outros episódios — não tão violentos quanto o anterior — ocorreram. Em linhas gerais, relacionavam-se a questões políticas e, aos poucos, a variedade popular passou a ser reconhecida em determinados setores da educação, como nos primeiros anos do chamado *demotikó*, correspondente ao nosso Ensino Fundamental. Merece destaque a publicação, em 1941, da *Gramática da língua neo-helênica*, de autoria de Manolis Triantafyllidis (1883-1959), que ainda hoje goza de grande prestígio no país. Convém lembrar que, naquele contexto, a Grécia se encontrava sob a ocupação ítalo-germânica, em virtude da Segunda Guerra Mundial (Cf. Amanatidis, 2017).

A oficialização definitiva do demótico, sob a denominação de *língua neo-helênica*, viria somente em 1976, ou seja, após o fim do período ditatorial, que durou de 1967 a 1974. Esse fato mostra, em grande medida, como a escolha de uma língua oficial se relaciona indissociavelmente ao clima de opinião vigente em determinada sociedade. Em outras palavras, revela, de forma incontestável, a *glotopolítica* que envolve as sociedades nos mais diversos lapsos temporais.

2.3 Glotopolítica à moda *brasiliensis*: as polêmicas em torno do português

No Brasil, o século XIX foi marcado por uma série de eventos determinantes para o modelo de nação construído à época e que, de modo geral, ainda reverbera na atualidade. Da independência à abolição da escravatura; do fim da monarquia ao advento da república; do sentimento de lusofobia à tentativa de europeizar o país em construção, todos esses fatores contribuíram, em maior ou menor medida, não apenas para as discussões linguísticas empreendidas entre os intelectuais da época, mas também para as *ações glotopolíticas* realizadas pelos responsáveis por fixar um padrão de língua.

De acordo com Pinto (1978), o Oitocentos pode ser considerado um período de grande inconsistência, no qual as discussões de cunho linguístico ocorriam conforme as polêmicas instauradas entre os pensadores. Afora a ausência de método e rigor ao interpretar as teorias linguísticas, que afluíam ao Brasil por intermédio de filólogos sobretudo portugueses, nesse

período, as discussões acerca da existência — ou não — de um *português brasileiro* adquiriram forma e força.

Segundo Cunha (1968), àquela altura, estavam já delineadas duas correntes: uma tradicionalista, e outra, nacionalista. A primeira fundamentava-se em um purismo exacerbado, cuja base estava em uma concepção estanque de língua, ao passo que a segunda se firmava em um ideal de “língua nacional”, rompendo, em certa medida, com a submissão do domínio português também nessa seara. No entanto,

Êsse jacobinismo linguístico, mais um gesto do que um ato, na necessária distinção sartriana, funda-se no reconhecimento tácito de que nos servimos de um idioma por empréstimo, o que também é o pensar dos puristas. A diferença entre as duas posturas reside apenas em conformismo ou inconformismo com o estado de coisas (Cunha, 1968, p. 16).

Das palavras do teórico, merece destaque o fato de ele considerar essa polarização linguística mais um gesto do que uma ação propriamente dita. A meu ver, o grupo dos “nacionalistas” precisa ser entendido com certa cautela, uma vez que o português brasileiro defendido não refletia, de fato, a língua falada pela maioria da população, como mostrarei mais adiante.

Ainda sobre o período em questão, Orlandi (2013, p. 239) assim se manifesta:

[...] o século XIX, com suas transformações, ligadas à transformação maior que é a do Brasil tornar-se um país independente, vai organizar a sociedade brasileira com suas instituições, seus programas de ensino, entre os quais sobressai o ensino de língua. No século XIX, e com nossa independência, a relação com a língua deixa de ser uma relação com os portugueses para ser de brasileiro para brasileiro. Começamos, então, a produzir nossos instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, antologias), nossos programas de ensino (Fausto Barreto), nossas instituições (Colégio Pedro II, Academia de Letras, Biblioteca), o que muda sobremaneira a relação do brasileiro com sua língua. Ao mesmo tempo criam-se normas de estabilização de uma língua nossa (acordos ortográficos) e uma escritura (literatura) legitimamente nacional para nossa língua.

Embora concorde com a autora — principalmente no que tange à criação de instrumentos linguísticos e de instituições que legitimassem o idioma —, julgo necessário questionar, mais uma vez, até que ponto houve realmente mudança “do brasileiro com sua língua”. Prova disso são as famosas polêmicas oitocentistas que, em alguns momentos, se deram por questões linguísticas — entenda-se *gramaticais* —, nas quais é possível observar um recrudescimento da postura prescritivista de muitos versados no tema.

Nas palavras de Fragoso (2011, p. 62):

Essas polêmicas que se constituíram em tomo da língua que se praticava no Brasil (século XIX), pensando a posição dos escritores portugueses, podem ser entendidas enquanto a "imposição" do modelo clássico da língua portuguesa aos escritores brasileiros. Daí os escritores portugueses acusarem (censurarem) os brasileiros (os poetas) de estarem “corrompendo” a língua portuguesa tradicional. Os escritores portugueses, então, eram os verdadeiros autores da língua portuguesa, ao passo que os escritores brasileiros “corrompiam?” a imagem desta língua, caindo em “incorreções gramaticais”. Em outros termos, os escritores portugueses falavam do lugar de “proprietários” dessa língua. Cabia, unicamente, a eles o direito de autoria desta língua. Eles eram falados por uma certa memória discursiva que configurava a tradicional língua portuguesa como o modelo para todos os escritores dessa língua (tanto os de território português, quanto os de território brasileiro).

Como exemplo primeiro, cito José de Alencar (1829-1877)⁴², pioneiro nos embates intelectuais de nosso país. Em 1856, ano da publicação de *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), ele não se furtou a tecer duras críticas ao autor, sobretudo acerca de questões gramaticais presentes na obra. Para tanto, redigiu uma série de cartas veiculadas no *Diário do Rio de Janeiro*, assinadas sob o pseudônimo *Ig*, em referência a Iguassu, a protagonista do poema épico. Em agosto daquele mesmo ano, as missivas foram compiladas sob a forma de livro, no qual o autor revelou sua identidade⁴³. Vale ressaltar que, na obra, teriam sido omitidos alguns trechos das publicações originais, como verificamos no posfácio — intitulado *Notas* —, em que se justificam tais omissões:



Despindo pois essa discussão do que poderia ter de pessoal, resolvi-me omitir nas cartas aquellas reproduções, e apontar em algumas notas somente o que fosse preciso para justificar as censuras de menos importância que ia fazendo à medida que proseguia na leitura do poema. Essas censuras em geral referião-se á grammatica, ao estylo e à metrificacão; na minha opinião o autor da Confederação dos Tamoyos peca freqüentemente por este lado (Alencar 1856, p. 4).

É exatamente nessa parte que se encontram as censuras relacionadas à gramática, como podemos observar nos excertos a seguir (os grifos são meus):

⁴² Parte das ideias doravante apresentadas já foram por mim discutidas em Zilio-Passerini (2020), publicação na qual trato das contribuições e contradições de José de Alencar em relação aos estudos linguísticos do Brasil.

⁴³ A capa da obra em questão pode ser visualizada por meio do *QR Code*.

(I) Em um dos artigos mencionei a frase—o índio deslisa a vida, como *uma inovação que não julgo bem cabida por ser contra a etimologia da palavra, e por haver na língua portuguesa muitas expressões apropriadas* (*Id., ibid., p. 5*).

(II) O celebre verso onomatopaico á pag. 24, esse verso tão elogiado pelos admiradores do poema, *é um novo atentado contra a grammatica*

Deo com a cabeça de um contra outro, Que batendo quebrarão-se estalando, Como estalão batendo as sapucaias.

O relativo que, sujeito do verbo quebrarão-se não acha na oração antecedente uma palavra a que possa referir-se; cabeça é do singular, e entretanto rege um verbo no plural. Demais pela verdadeira regra, este relativo refere-se sempre á palavra anterior, e por conseguinte produz na oração que citamos uma confusão incompreensível, para quem não perceber por intuição que o poeta allude as cabeças dos dous inimigos. A pag. 239, no canto oitavo acha-se uma outra oração incidente em que existe a mesma discordância, . . . e os mortaes, que obra é já tua, Arrastas pelo egoísmo á nova perda.

O verbo — é — no singular, está regido por um sujeito no plural; a discordância é manifesta, e admira como em uma obra corrigida com tanto esmero escapou um erro desta natureza (*ibid., p. 7*).

Dos fragmentos, merecem destaque dois aspectos principais: em (I), há uma crítica de Alencar a uma “inovação” que não encontrava, segundo o crítico, respaldo na etimologia do português; já em (II), ele considerava os versos onomatopaicos um verdadeiro ‘atentado contra a gramática’, em virtude da falta de concordância da forma verbal “quebrarão-se”, fato repetido noutros versos, também destacados no trecho. Com isso, pode-se constatar sua preocupação não só em seguir os preceitos da gramática normativa, como também em manter as formas ditas consagradas do idioma, sem atribuir-lhes — a seu ver, sem valor estético que o justificasse — significados outros.

Como bem assinala Lima Sobrinho (1958, p. 106-107), essa postura conservadora, entretanto, parece ter se transformado quando, anos mais tarde, suas obras passaram a ser alvo de críticas de natureza diversa. Nos dizeres de Cunha (1968, p. 14), Alencar não era criticado, a princípio, pelo indianismo literário do qual se tornara símbolo em nossa literatura. “As censuras recaíam, sôbre a sua expressão lingüística, o seu vocabulário e, principalmente, a sua sintaxe, que parecia desobedecer aos intangíveis cânones portugueses”.

Em 1865, por exemplo, o romancista, no célebre posfácio da segunda edição do livro *Diva*, assim se pronunciava:

O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entende que sendo a língua instrumento do espírito não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores. Assim, não obstante os clamores da gente retrógrada, que a pretexto de *classicismo* aparece em todos os tempos e entre

todos os povos, defendendo o passado contra o presente; não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução.

A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que as instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica anuncia a raça inteligente e ilustrada.

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que por ventura ornem uma língua qualquer; mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se.

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis; e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas; essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro *classicismo* (Alencar, 1865 [1891] in Pinto, 1978, p. 55-56, grifos do autor e sublinhados meus).

Os destaques mostram que o pensamento alencariano era, de fato, condizente com o clima de opinião. Em primeiro lugar, menciona-se o desenvolvimento da língua, em consonância com os ideais evolucionistas em voga, legatários das teorias desenvolvidas no século anterior e aprimoradas por Charles Darwin. Em segundo lugar, destaca-se a relação entre língua e nação, justamente em um contexto de imersão dos ideais nacionalistas. Em terceiro lugar, alude-se à “criação” de termos, bem como à “exploração” das próprias fontes. Neste último ponto, pode-se comparar tal visão à de 1856, em que Alencar contesta um novo significado atribuído ao termo “desliza”, valendo-se, para isso, do étimo da palavra, em franca exortação à tradição da língua.

As prováveis razões para essa “defesa” foram mencionadas mais adiante pelo próprio autor. Em suas palavras:

Quando saiu à estampa a *Lucíola*, no meio do silêncio profundo com que a acolheu a imprensa da corte, apareceram em uma publicação semanal algumas poucas linhas que davam a notícia do aparecimento do livro, e ao mesmo tempo a de estar ele eivado de galicismos. O crítico não apontava porém uma palavra ou frase das que tinham incorrido em sua censura clássica.

Passou.

Veio anos depois a *Diva*. Essa, creio que por vir pudicamente vestida, e não fraldada à antiga em simples túnica, foi acolhida em geral com certa deferência e cortesia. Da parte de um escritor distinto e amigo, o Dr. Múzio, chegou a receber finezas próprias de um cavalheiro a uma dama; entretanto não se pôde ele esquivar de lhe dizer com delicadeza que tinha ressaibos das modas parisienses. Segunda vez a censura de galicismo, e dessa vez de um crítico excessivamente generoso, que se alguma preocupação nutria era toda em favor do autor do livro (Alencar, 1865 [1891] in Pinto, 1978, p. 55-56, grifos do autor).

Como se nota, Alencar citou dois momentos em que se questionava o excesso de termos advindos do francês. Na primeira crítica, de autoria não informada, considerava-se o romance *Lucíola* “eivado de galicismos”. Já na segunda, tecida provavelmente por Henrique César Múzio⁴⁴, o censor, embora reconhecesse as qualidades da obra *Diva*, não se furtou a externar seus “ressábios das modas parisienses”. Em certa medida, pode-se afirmar que o contexto, no qual imperava certo nacionalismo, contribuiu sobremaneira para despertar a reação da crítica contra “inovações” que pareciam desnecessárias e até mesmo afrontosas em relação à soberania da língua nacional.

Para defender seus usos, José de Alencar elencou, na sequência, uma série de vocábulos minuciosamente explicados, quase sempre pela ótica do latim. A seguir, apresentamos dois exemplos:

4 - EXALE – Hesitei quando a pena escreveu este adjetivo desconhecido na língua portuguesa. Lembrava-me sim das mui judiciosas observações do bom Filinto Elísio a respeito do uso dos adjetivos passivos, que ele tanto preconizou como uma das belezas da língua. Mas os adjetivos passivos de que ele falava vinham do latim em linha reta; e o meu não tinha por si o cunho da mestria romana. Refletindo mudei de pensar e arrisquei-me [...]

[...]

8 - GARRULAR – Da propriedade que tem nossa língua de criar novos verbos já falou com muito critério o autor do *Gênio da língua portuguesa*. Facilmente se adapta uma desinência verbal a qualquer nome, verbo. É o que se fez ao adjetivo gárrulo, criando-se assim o verbo para suprir a falta que nos faz o radical latino garrío, que bem se podia traduzir garrir. De resto garrular tem procedência igual à de escapulir, que provém de escapulo em primeiro grau e de escapar em segundo (*ibid.*, p. 60 e 62).

Nos excertos, é evidente o seu conhecimento acerca da língua. Mais evidente ainda é o fato de ele sempre recorrer a figuras portuguesas, como o poeta e tradutor Filinto Elísio e o gramático e filólogo Francisco Evaristo Leoni, autor da obra *Gênio da língua portuguesa* (1858). Todavia, é preciso ponderar que, até aquele momento, não havia uma quantidade considerável de obras de autores brasileiros, principalmente no que tange a materiais de cunho linguístico, uma vez que o processo de gramatização massiva em nosso país ocorreu justamente a partir do Oitocentos (Cf. Fávero; Molina, 2006). Ainda assim, verifica-se que a baliza utilizada

⁴⁴ Poucas são as informações encontradas acerca desta figura citada por Alencar. Cheguei a esse nome por intermédio de uma missiva enviada pelo autor a Machado de Assis, datada de 1868, na qual cita, entre outros ‘jovens escritores’ o nome de Múzio. A carta pode ser lida em: <https://correio.ims.com.br/carta/uma-gloria-esplendida/>. Acesso em: 18 fev. 2022. Também na crônica “O velho Senado”, Machado de Assis menciona o nome de Henrique César Múzio, com o qual teria trabalhado na redação do *Diário do Rio de Janeiro*. A crônica pode ser lida em: <https://machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20O%20Velho%20Senado,%201898.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

por José de Alencar é claramente portuguesa, no que se refere à língua.

Os galicismos não foram o único motivo pelo qual sua obra fora criticada. Noutra ocasião, o embate deu-se com Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), conhecido político, escritor e crítico português. Em 1867, publicara seus *Novos ensaios críticos*, em que dedicava especificamente um capítulo a José de Alencar. Nele, questionava-se a existência de uma literatura brasileira propriamente dita e apontavam-se as tentativas de alguns de nossos literatos em estabelecer uma arte da palavra genuinamente nacional.

Segundo Pinheiro Chagas, não tivesse morrido precocemente, caberia a Gonçalves Dias a inauguração de uma literatura propriamente brasileira. Diante disso, à “*Iracema* do snr. José d'Alencar pertence a honra de ter dado o primeiro passo affeito na selva intrincada e magnificente a velhas tradições” (Chagas, 1867, p. 218, grifo do autor). Ainda que reconhecesse o valor do romance em questão, não deixou de censurar o excesso de neologismos de origem indígena presentes na obra. No entanto, esse não era, a seu ver, o grande problema do livro, como se pode constatar no próximo fragmento:

Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo n'essa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrépidamente, é a falta de correcção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma lingua diferente do velho portuguez, por meio de neologismos arrojados e injustificaveis, e de insubordinações grammaticaes, que (tenham cautella!) chegarão a ser risíveis se quizerem tomar as proporções d'uma insurreição em regra contra a tyrannia de Lobato (*ibid.*, p. 221, grifo do autor).

Da fala do autor, ressalta-se o fato de considerar “a falta de correcção na linguagem portuguesa” um problema presente não só na obra de Alencar, mas em todas as publicações do Brasil. Também merece destaque “a mania de tornar o brasileiro uma lingua diferente do velho portuguez”, como se o processo de individuação dos idiomas fosse algo que ocorresse ao *bel-prazer* dos escritores ou de alguns falantes. Embora, na sequência, o crítico reconhecesse a “transformação das línguas”, insistia em dizer que a criação de um novo idioma iria de encontro às regras da filologia, corroborando a visão de que aquilo que se encontrava nas publicações era uma questão dos literatos, e não de alguns usos já consagrados no português brasileiro.

Voltando-se, mais uma vez, à figura de José de Alencar, o arremate da crítica deu-se da seguinte forma:

Ainda que o snr. José d'Alencar não seja dos mais audazes revoltosos, ainda que o seu estylo verdadeiramente magico resgate plenamente as incorrecções de linguagem que lhe podemos imputar, desejaríamos que nem sequer essa leve macula existisse n'um livro primoroso, n'um livro, que está destinado, como a *Iracema*, a lançar no Brazil as bases d'uma litteratura verdadeiramente

nacional (*ibid.*, p. 223-224, grifo do autor).

O crítico não considerava o romancista um “dos mais audazes revoltosos”, ou seja, em certa medida, ele ainda não subvertia de todo os preceitos da linguagem defendida pelo contendor. Mesmo assim, o contendor não deixou de lhe imputar “incorecções da linguagem”, em suas palavras, plenamente resgatadas na obra em apreço.

A defesa do brasileiro foi publicada em 1870, mais especificamente na segunda edição de *Iracema*. No texto, intitulado *Pós-escrito*, José de Alencar desenvolve sua argumentação em três excursos, dos quais merecem destaque dois. No primeiro, anuncia a correção de alguns erros tipográficos e aproveita a oportunidade para discutir alguns pontos de ortografia e gramática. Para tanto, vale-se de nomes como Sotero dos Reis e, mais uma vez, de Francisco Evaristo Leoni. Merece destaque o fato de o romancista referendar um autor nacional, cuja gramática

No segundo excurso, mais interessante para o presente trabalho, ocupa-se de responder a seu contendor. De início, agradece as “finezas” da parte do crítico e, na sequência, cita o trecho em que ele acusa os literatos brasileiros de falta de correção no português. A partir desse ponto, o romancista se manifesta contra a ideia de que a gramática de uma língua deve permanecer estanque, ressaltando a importância dos escritores para “corrigir e limar” a gramática “rude e incoerente” dos primórdios de determinada civilização. Na sequência, faz as seguintes considerações:

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós escritores brasileiros do crime de insurreição contra a gramática da nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o *brasileiro* uma língua diferente do velho português!

Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável. Mas, em vez de atribuir-nos a nós escritores essa revolução filológica, devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o germen dela e seu fomento no espírito popular; no falar do povo, esse “ignorante sublime”, como lhe chamou.

A revolução é irresistível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc.; há de ser larga e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos [...] (Alencar, 1965 [1870] in Pinto, 1978, p. 75, destaque do autor).

Do trecho em destaque, chama atenção o fato de Alencar não crer na formação de uma nova língua, mas na transformação do português no Brasil. Vale lembrar que essa visão é discutida até hoje, no que se refere à existência de uma língua brasileira propriamente dita ou de uma língua portuguesa brasileira. Com isso, notamos que o romancista tinha consciência das

particularidades do idioma aqui falado. Além do mais, é digno de nota o fato de ele sugerir ao crítico que buscasse provas dessas transformações no ‘falar do povo’, considerado, a seu ver, o verdadeiro promotor da ‘revolução filológica’ mencionada.

Apesar do aparente apreço pelo vernáculo falado, mais adiante, é à gramática tradicional e aos clássicos portugueses que ele recorre para justificar alguns de seus usos, tal como se pode verificar nestes fragmentos:

- (I) Outro artigo do libelo. A omissão do pronome *se* nos verbos reflexivos como *recolher*, *enroscar*, *destacar*, etc.
Antes de tudo, cumpre-me dizer que *recolher* na significação neutra por mim empregada encontra-se nos bons clássicos e especialmente em J. de Barros — *Clarimundo* [...] (*id.*, *ibid.*, p. 78).
- (II) É também matéria de escândalo a colocação dos pronomes pessoais que servem de complemento ao verbo, *me*, *te*, *lhe* e *se*. Entendem que nós os brasileiros afrancesamos o discurso, fazendo em geral preceder o pronome, quando em português de bom cunho a regra é pospor o pronome [...]
Em latim coloca-se ao gosto do escritor e segundo aquela regra. Eis o que a respeito diz mui judiciosamente o Senhor Leoni em sua erudita obra *Gênio da Língua Portuguesa*: “As variações dos pronomes *eu*, *tu* e *ele* admitem uma colocação que de balde pretenderá imitar a língua francesa, sendo tal colocação quase a mesma da língua de Cícero [...] Nos clássicos achamos exemplos dessas variedades:
Na *Crônica do Condestável* lê-se *nos arrasta* e logo depois *morriam-nos*, *se obrigam* e *acendeu-se*, etc. Em Garcia de Resende *se reunir* e *achando-se*. Em Vieira *se prezava* e *resolve-se* etc [...] (*ibid.*, p. 79, grifos do autor).

Em (I), observa-se que o autor trata da omissão do pronome *se* em verbos ditos reflexivos e, para justificar seu uso, recorreu à obra *Clarimundo* escrita por João de Barros no século XVI. Já em (II), o tema é a colocação pronominal que, diga-se de passagem, ainda hoje vem à tona quando se trata do fato de o português brasileiro ser, por excelência, proclítico. É curioso perceber que José de Alencar não assumia essa tendência como particularidade de nosso idioma *per se*. Ao contrário, remonta, como de costume, ao latim, buscando no idioma de Cícero a chancela de um uso rechaçado pelos antigos colonizadores. Do mesmo modo, perscruta os clássicos portugueses para mostrar que, também neles, ocorriam tanto a próclise quanto a ênclise.

Em suma, é nítida, nas polêmicas alencarianas, certa inconstância quanto à uso de uma variedade brasileira. Mais especificamente, embora o romancista reconheça a existência de diferenças entre o português brasileiro e o europeu, ao mesmo tempo, é no segundo ou no latim que ele, muitas vezes, procura justificá-las, numa atitude, a meu ver, mais subserviente que libertária, ao contrário do que possa parecer à primeira vista. Nos dizeres de Pinto (1978, p. XXV, grifos da autora):

De qualquer forma, o raciocínio seria justo se *Alencar* pretendesse chegar à conclusão de que existe uma nova língua no Brasil, baseada nessa gramática de que ele e outros escritores seriam os endossantes. No entanto, continua a falar em nome da “gramática da nossa língua comum”; [...] e, se proclama o direito que vem do *uso popular*, não defende os *neologismos* dessa origem, mas os da sua criação, cujo fundamento é predominantemente estético.

O procedimento de José de Alencar e de alguns de seus coetâneos apresenta um viés político que corresponde ao clima de opinião oitocentista. No contexto brasileiro, não podemos nos esquecer de que, apesar da existência de certo patriotismo, interessava às elites a construção de um país que mantivesse um vínculo com a Europa. Para tanto, era necessário promover não só um embranquecimento da população — como se pode notar pelo intenso incentivo à imigração de europeus, a fim de substituir a mão de obra escravizada —, mas também da língua, e isso implicava o silenciamento das influências dos idiomas indígenas e africanos sobre o português do Brasil. Dessa forma, não era conveniente considerar os usos do povo, pois refletiam diretamente as influências dessas línguas.

Do ponto de vista glotopolítico, o silenciamento dessas influências levou ao surgimento de uma norma-padrão extremamente artificial e submissa ao modelo português. Nos dizeres de Faraco (2017 [2008, p. 85]):

O esforço padronizador no Brasil, diferente do que ocorreu na Europa, não teve como objetivo primordial responder a uma situação de dialetação profunda [...]
 Não esteve também, em princípio, vinculado a um projeto de construção de um Estado unificado [...]
 O projeto da norma-padrão teve, então, como objetivo fundamental [...] combater as variedades do português popular [...] Nesse afã, os formuladores e defensores da norma-padrão se opuseram com igual furor às características das variedades populares e às das variedades cultas faladas aqui. O excessivo artificialismo do padrão que estipularam impediu, porém, que ele se estabelecesse entre nós.

Outro caso digno de nota é a célebre polêmica que envolveu Camilo Castelo Branco (1825-1890), egrégio representante do Romantismo português, e Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927), insigne jornalista, professor e poeta brasileiro, natural do Ceará. Em 1879, Castelo Branco publicara o *Cancioneiro Alegre*⁴⁵, antologia de poetas em voga na ocasião. Segundo Bueno e Ermakoff (2005, p. 293): “O adjetivo do título se justificava pelo escárnio em que Camilo punha seus antologiadados, por erros de sintaxe, expressões ridículas, solecismos e outras misérias [...]”. A figura brasileira acidamente criticada foi Fagundes Varela, grande vate do nosso Romantismo, falecido quatro



⁴⁵ Por meio do *QR Code*, é possível visualizar a capa da obra.

anos antes. Sobre o poeta, Castelo Branco assim se manifestou:

Os apreciadores portugueses da lyra brasileira distinguem com especial louvor Fagundes. E bastantemente citado este paulista, e tão lido cá, ao que parece, que a especulação o reimprimiu no Porto em 1875, reproduzindo-lhe o prefacio de 1861. O auctor, querendo bem graduar a futilidade da poesia e attenuar a ousadia de a dar á estampa, a instancias de amigos, pergunta: « Qual é o estadista, o homem de negocios que não se sentiu alguma vez na vida poeta, que aos ouvidos de uma pallida Magdalena ou Julieta, esquecendo-se dos algarismos e da estatística, não se lembrou que *havam* brizas e passarinhos, illusões e devaneios?» E grammatica. Também seria bom lembrar-se aos ouvidos das Magdalenas e Julietas, que *havia* regras para o verbo *haver*, além de brizas para refrigerio da epiderme, e passarinhos para deleite dos ouvidos. Em poesia, um sabiá não substitue a syntaxe, e as flores do ingá que rescendem no jequitibá não disfarçam a corcova d'um solecismo (Castelo Branco, 1879, p. 517-518, grifos do autor).

No trecho, fica evidente, além do tom irônico, característico do crítico, a censura ao uso da forma verbal “havam”, uma vez que, por tradição gramatical, o verbo *haver*, impessoal no sentido de existir, não admite flexão no plural. No entanto, o “solecismo” em questão não foi o único ponto escarnecido. Mais adiante, o censor recuperou outro problema, com relação ao uso do pronome oblíquo *lhe*, como podemos ler no próximo excerto:

Até aqui Fagundes.

Aguenta-te, Victor Hugo! Açula-lhe os teus ursos nostálgicos, Guerra Junqueiro! Mercieiros, enchei-me este vosso interprete de ceiras de figos de comadre.

Afinal, este sujeito hybridado dos Brazis conclue d'est'arte o seu prefacio original:

« Escrevendo estas linhas e dando á publicidade este volume, o auctor pede e espera que as musas *lhe* favoreçam com a ausência da sua divina inspiração », etc.

Eu também faço votos por que as musas *lhe* favoreçam com a ausência da sua divina inspiração. Por estes dizeres parece que foi divinamente inspirado Fagundes. Não o faz por menos, e prova-o nesta canção que denota paiz novo e arvore nova de muita seiva um pouco atacada de pulgão e lagarto (*id.*, *ibid.*, p. 519, grifos do autor).

Mais uma vez, imbuído de sarcasmo, o autor comparou Varela a nomes como Victor Hugo e Guerra Junqueiro, e destacou o emprego inadequado do *lhe* como complemento de verbo transitivo direto. Ademais, considerava que o “mau” emprego do pronome seria reflexo de um “país novo”, ou seja, a língua ali utilizada denotava a falta de tradição daquela nação emergente, ao contrário de Portugal, cujo lastro literário — e consequentemente linguístico — seria muito maior. Ainda assim, acreditava que o Brasil fosse uma “árvore nova de muita seiva”, embora “atacada de pulgão e lagarto”, em clara referência aos problemas linguísticos destacados. Logo, eles eram considerados “pragas” que poderiam prejudicar o desenvolvimento

dessa árvore opulenta e frondosa.

A resposta de Carlos de Laet veio na sequência, publicada na *Revista do Brasil* e no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, como bem lembram Bueno e Ermakoff (2006). Segundo os autores, o jovem brasileiro “escarafunchou cuidadosamente a obra gigantesca de Camilo [...] e, entre outras coisas, localizou à farta, cometidos pelo autor da *Boemia do espírito*, os mesmíssimos solecismos e desvios de sintaxe apontados no poeta brasileiro” (*ibid.*, p. 294, grifo dos autores). Na sequência, apresento um fragmento da réplica à crítica do contendor português:

Não é que eu tome partido pelo prólogo do Varela contra a gramática e o Sr. Camilo, o ortopedista de aleijões sintáticos; protesto somente porque dói-me ver o talento deprimido pelo talento, e o mérito real espezinhado pelo imoderado e truanesco desejo de galhofa [...]

Erros gramaticais! Feia coisa na verdade, mas que, como o pecado da adúltera, podem ser levados à conta da humana fragilidade e perdoados por não se encontrar quem lhes atire a primeira pedra! O mesmo crítico que à citada pag. 519 tanto leva a mal o *Ihe favoreça* de Varela, à pág. 102, no artigo em que patrioticamente disputa o título de português para o Sr. Gonçalves Crespo⁴⁶ encarniçando-se em dar caça aos peregrinismos brasileiros, que erradamente supõe feição característica da hodierna poesia brasileira, vai cair sobre umas “*falenas a esvoaçarem-se nos andá-açus*” — novidade importante, porquanto até o último pacote não constava neste país dos botocudos que o *esvoaçar* também fosse reflexivo (Laet, 1879 in Bueno; Ermakoff, 2006, p. 299- 300, grifos do autor).

Como se observa, a linha seguida por Laet é muito semelhante à de Alencar. Em outras palavras, o foco recai justamente sobre a norma portuguesa, configurando-se franca disputa acerca de quem mais — ou menos — a subverte. Na discussão, não entram em jogo as nuances do português brasileiro, tampouco as possíveis razões de ele, já àquela altura, distar do europeu. O que se verifica é uma troca de acusações de falhas contra a gramática, além do claro preconceito do contendor português em relação aos brasileiros. A atitude de Castelo Branco, por sua vez, denota também o sentimento dos portugueses para com os brasileiros, no pós-Independência. Fosse por ressentimento ou puro preconceito, inúmeras vezes os intelectuais de Portugal se referiam com desdém aos ex-colonizados, e as questões linguísticas eram apenas uma das formas de externar o que muitos pensavam a respeito de nosso país. É o que se

⁴⁶ No referido artigo, Camilo Castelo Branco tece inúmeros elogios a Gonçalves Crespo, escritor que, embora nascido no Brasil, mais precisamente filho de um comerciante português e de uma mestiça escravizada, viveu em Portugal desde os quatorze anos, tendo lá falecido. Vale ressaltar que, no referido texto, o crítico defende que Crespo é português, dado seu excelente desempenho no idioma, bem como seu papel no parlamento. E aqui se nota a tentativa, tão comum à época, de enaltecer a origem europeia de brasileiros e seus descendentes, como forma de legitimar seus feitos.

pode verificar na resposta do contendor ao texto de Laet, publicada em fascículos dos *Ecos Humorísticos do Minho*:

Vem de molde agradecer nesta coluna de sinceridades do Sr. Carlos de Laet [...] a moderação de sua crítica ao *Cancioneiro alegre*, que ele, na exuberância do seu critério, denominou “livro de pulhas”. Não de todos. Nacionais e brasileiros ficaram bastantes de fora [...]

Respeito as críticas em que há delicadeza e latim. Este escritor, zeloso do purismo da língua, acusa-me dum erro gramatical [...]. Eu não imponho ao Sr. Laet a minha infalibilidade em pureza de língua; mas afeito-me a pedir-lhe que aceite a Antônio Feliciano de Castilho, que escreveu (*Chave do enigma*, pág. 210 e 211): “...Vivo como que emprestado, semipagão, semiclássico das Corinas e Délias, e, com tudo isso, a *esvoaçar-me* [...]. Aí tem o Sr. Laet o verbo reflexivo [...].

Os senhores escritores brasileiros, que me enviam preleções de linguagem portuguesa, se me quiserem obsequiar dum modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cutia e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obrigado, mas não se incomodem (Castelo Branco *in* Bueno; Ermakoff, 2006, p. 301- 302, grifos do autor).

No fragmento, observa-se que Camilo Castelo Branco não apenas comprova a legitimidade da forma “esvoaçar-se” — recorrendo a Antônio Feliciano de Castilho, destacado escritor do Romantismo de Portugal — mas também pede que os escritores brasileiros não se incomodem em lhe enviar “preleções de linguagem portuguesa”. Em vez disso, sugere que mandem “um papagaio, uma cutia e alguns frascos de pitanga”. Ao solicitar esses itens, o crítico externa seu pensamento em relação à ex-colônia — um lugar que serve única e exclusivamente para ter suas riquezas naturais exploradas — e reafirma a incapacidade de nossos intelectuais fazerem quaisquer observações acerca de (maus) usos do português.

A tréplica de Laet veio a público no *Jornal do Comércio* e, não se dando por vencido, o então jovem e combativo jornalista continuou a perscrutar a obra de seu contendor português. Ele não se furtou em tecer suas considerações baseadas tanto em fragmentos recolhidos do autor, quanto em ironias tão refinadas quanto às do adversário:

[...] o eminente estilista [Camilo Castelo Branco] digna-se responder-me em termos amáveis. Isso não obsta a que sustente o seu *esvoaçar-se*, especando-o com a autoridade veneranda de Castilho [...]

Além disso, a minha tese está de pé. Não serve ao Sr. Castelo Branco o neologismo apontado? Quer novas e mais contundentes provas de que S.Sa. também cochila? Pois, aí as tem:

À página 34 da sua tradução *O romance de um rapaz pobre* S.Sa. empregou a locução *perder a cabeça*. Ora, o Sr. Túlio⁴⁷, nos *Estudinhos da língua pátria*

⁴⁷Antônio da Silva Túlio (1818-1884), foi um escritor e historiador português. Participou de diversas sociedades e academias científicas, dedicando-se, entre outras funções, a publicar obras nas quais tratava de questões relacionadas à língua portuguesa. Mais informações disponíveis em:

https://tecop.bnportugal.gov.pt/np4/file/446/Ant_nio_da_Silva_T_lioSITE.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

compendiados pelo mesmo Sr. Castelo Branco, considerou essa frase entre os galicismos mais frequentemente empregados pelos escritores indignos de tal ofício [...]

Finalmente, na citada tradução [...], podem danar-se os puristas ante um *Houveram* coisas terríveis... O Sr. Castelo Branco quer que eu lhe mande uma cutia: pois tome a este *houveram*, que também é bicho bravio, e veja se o aclima em São Miguel de Seide.

Contudo, *nota bene*, ninguém vá supor que estulta e despretensiosamente me propus a dar quinaus ao emérito estilista. Feliz me julgara se o houvesse por mestre de estilo e língua. Os descuidos apontados, e que demonstram o meu asserto, nem fui eu quem os descobriu; o seu a seu dono; deu com eles o Sr. G. Bellegarde⁴⁸, e citou-os em um criterioso artigo publicado nesta folha em 30 de julho do ano findo [...] (Laet *in* Bueno; Ermakoff, 2006, p. 302-304, grifos do autor).

Tanto no texto de Castelo Branco quanto no texto de Laet, nota-se a presença dos termos “purismo” e “purista”, respectivamente. A esse respeito, Cunha (1968) lembra que, em Portugal, a ideia surgiu no Setecentos e foi trazida à América, onde vicejou e perdurou até pelo menos o começo do século XX, empobrecendo ainda mais “o insosso casticismo peninsular”. Assim, resumiu-se

[...] a uma postura de passividade servil a um vocabulário mumificado e a arbitrárias regras idiomáticas, hauridas em fragmentos de um passado vago e descontínuo que, para nós, já não podia fazer sentido. Sufocava-se, com isso, a expressão escrita, paralisava-se a atividade criadora na arte verbal; mas, por outro lado, a dolorosa deficiência do ensino deixava a língua corrente, liberta na sua oralidade, seguir a deriva revolucionária que as condições ambientes desde a primeira hora favoreceram (*ibid.*, p. 27-28).

Embora concorde com a referida “deficiência do ensino” — uma vez que a educação no Brasil mantém seu teor elitista desde a fundação dos primeiros colégios jesuítas do século XVI (cf. Fávero; Passerini, 2021) —, é válido esclarecer que esse fator, por si só, não foi suficiente para deixar a língua ‘à deriva revolucionária’, como afirma o autor. Na realidade, as mudanças presentes sobretudo na oralidade resultavam, como já dito, do contato do português com outras línguas que para cá foram trazidas, como as indígenas e as africanas, sobretudo bantas.

Do mesmo modo, o purismo que aqui se disseminou não tinha apenas ares de continuidade de uma postura trazida pelos colonizadores. Muito mais que isso, configurava-se como uma *ação glotopolítica*, por meio da qual se buscava reafirmar um vínculo com a Europa e, ao mesmo tempo, um afastamento linguístico em relação aos povos originários e aos imigrantes trazidos na condição de escravizados.

⁴⁸ Provavelmente Guilherme Cândido Bellegarde (1836-1890), jornalista, teatrólogo e biógrafo brasileiro, natural de Cabo Frio – RJ. Mais informações disponíveis em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=10002>. Acesso em: 24 ago. 2023.

De retorno à disputa entre Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet, a resposta do primeiro, mais uma vez, figurou como tentativa de justificar todos os problemas apontados pelo segundo. Logo de início, reclamara o crítico português, em outro dos fascículos dos *Ecos Humorísticos do Minho*, que o brasileiro não lhe teria enviado “pitanga nem papagaio”, porém continuava a presenteá-lo “economicamente com preleções de língua portuguesa” (Castelo Branco *in* Bueno; Ermakoff, 2006, p. 305).

Em seguida, passou a explicar os supostos galicismos presentes em suas obras e, para tal, se valeu de argumentos diversos. A parte mais incisiva de sua defesa encontra-se — até mesmo por uma questão retórica, como é de se esperar em textos argumentativos — ao fim do artigo. Nele, o crítico assim se pronuncia:

A pior bomba deixei-a par o fim. O Sr. Laet guardou também para remate a estocada de misericórdia. Diz que eu escreveria na versão do Romance dum rapaz pobre, pág. 34, o escandaloso *houveram coisas terríveis*. Este solecismo é realmente feio, quase bestial. Se eu contasse com a confiança do Sr. Laet, dizia-lhe que eu vivia no Porto há dezesseis anos quando esse romance foi impresso em Lisboa; que não vi provas, e só depois dele impresso, soube que o editor, como se perdessem na tipografia algumas tiras do manuscrito, para não me incomodar nem me incomodar, mandara paginar o livro sem elas (*ibid.*, p. 307, grifo do autor).

Como vemos, apesar de aparentemente assumir a falha, o autor português não deixa de atribuir a culpa não só à distância — pois ele se encontrava no Porto, e o livro fora impresso em Lisboa —, como também a um descuido do editor, que teria mandado paginar o livro com algumas partes faltantes. Não satisfeito, ato contínuo, dá exemplos de outras ocorrências da mesma natureza em autores consagrados da literatura de seu país. Por fim, pede mais uma vez ao brasileiro “que Sua Senhoria me mande a pitanga, e mais a cacatua, e não me despeço de ainda lhe merecer o favor dum macaco, hein?” (*ibid.*, p. 308), reiterando seu desprezo pelas considerações de seu contendor.

Na derradeira resposta, dada à estampa novamente no *Jornal do Comércio*, Carlos de Laet faz uma retomada de todo o embate e, em seguida, passa a analisar os argumentos usados por Castelo Branco. Valendo-se da mesma ironia deste último, e em tom de aparente modéstia, mais uma vez aponta as inconsistências do pensamento crítico português e, no trecho a seguir, assume um tom mais incisivo:

Muito para notar é igualmente a contradição em que cai o Sr. Castelo Branco com relação ao emprego do seu *houveram homens*. É solecismo bestial de um revisor de provas, diz S. Sa. mas depois começa a trazer atenuantes, como se tratasse de escusar delito próprio e vai pedir aos clássicos uns retalhos de construções erradas. Os clássicos prestam-se complacentemente, e aí temos o

Sr. Castelo Branco a catalogar cincadas (ou erros de imprensa) do venerando Francisco Manuel do Nascimento⁴⁹, e mais de Francisco Dias Gomes⁵⁰, e ainda do Monsenhor Ferreira Gordo⁵¹.

Todos estes varões [...] fizeram concordar o verbo *haver* com o pseudo- sujeito do plural... Deus lhes perdoe! Mas enfim, se eles estavam no certo, o que disto posso concluir não é favorável ao compilador do *Cancioneiro alegre*, visto como já não vejo razão que o induzisse a criticar tão acerbamente ao Varela um engano que, podendo ser também erro tipográfico, quando não o fosse, tinha por si o respeitabilíssimo exemplo dos Filintos, Dias Gomes e Ferreiras Gordos.

Nesta questiúncula, em que vejo mais sintaxe que interesse, o sr. Camilo veio lançar em meu espírito os germens do mais triste cetiscismo. Há quem duvide de Deus, duvidam outros da imortalidade da alma, outros da existência dos corpos, e eu cá fico duvidando das regras do verbo *haver* [...]

De pitanga não é mais tempo, e quanto ao macaco entro a hesitar se devo mandar-lhe do antigo ou do novo continente [...]

Estes, os meus patrícios, têm as narinas separadas por largo septo, 32 a 36 dentes, cauda apreensora.

Aqueles, os compatriotas do Sr. Castelo Branco, tem o septo nasal pouco espesso, sacos nas bochechas, e calosidades nas nádegas.

Agora é escolher...

A contenda entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, como se pode ver, não só reflete o espírito de época oitocentista, na qual viveram e produziram os autores em questão, como também denota nuances glotopolíticas, relacionadas à motivação do embate entre ambos. Em síntese, pode-se afirmar, sobretudo do lado brasileiro, que não havia um interesse genuíno de defender as nuances e diferenças efetivas do português aqui falado e já consideravelmente distinto da variedade portuguesa. Pelo contrário, tencionava-se mostrar que nossos intelectuais cometiam os mesmos “erros” dos antigos colonizadores e, tal como eles, conheciam as minúcias da norma considerada exemplar e a única a ser seguida.

2.4 Unindo os pontos: afinal, o que é glotopolítica?

Nos exemplos anteriormente apresentados, mais de uma vez, lanço mão do termo *glotopolítica* sem tê-lo de fato explicado. A atitude foi proposital, no sentido de, com base em casos retirados da história de duas línguas distantes geograficamente — o grego e o português —, aclarar as ações dos falantes sobre elas, prática recorrente ao longo dos séculos, em diferentes contextos e de diversas formas. Doravante, tratamos desse conceito e de outros a ele

⁴⁹ Religioso, poeta e tradutor português, ligado ao Neoclassicismo, nascido em 1734 e falecido em 1819, cujos textos eram publicados sob o pseudônimo Filinto Elísio. Mais informações disponíveis em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=18741>. Acesso em: 24 ago. 2023.

⁵⁰ Poeta e crítico literário português, nascido em 1745 e falecido em 1795. Mais informações disponíveis em: <https://www.literaturamaranhense.ufsc.br/autores/?id=22025>. Acesso em: 24 ago. 2023.

⁵¹ Nascido em 1758 e falecido em 1838, era bibliófilo, formado em Direito e exerceu as funções de presbítero. Mais informações disponíveis em: <https://memoriasdomeubairro.blogspot.com/2010/08/ferreira-gordo.html>. Acesso em: 24 ago. 2023.

relacionados, dada sua relevância para o presente estudo.

2.4.1 O amálgama homem, sociedade, política e língua: breves considerações

Segundo Guespin e Marchellesi (2016 [1986]), “Quer se trate de ortografia, de gramática, de terminologia, de todas as formas de normatização, a ação da sociedade sobre a linguagem já é percebida”. Com o avanço dos estudos linguísticos, é possível compreender tais ações, sobretudo pelo fato de que o conceito de língua já não se encontra mais fixado sob as bases do “código” e do “sistema”. Mais do que isso, ela é considerada um fato e um produto sócio-histórico e, partindo desse pressuposto, não fica difícil mensurar em que medida os seres humanos de determinada comunidade são capazes de agir sobre seu próprio idioma.

De acordo com Oliveira (2007), nas últimas décadas, assistiu-se a uma ‘virada político-linguística’, ou seja, “o movimento pelo qual os linguistas (mais que a linguística) passam a trabalhar junto com os falantes das línguas, apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais”. Nesse sentido, os estudos acerca da linguagem têm considerado uma série de fatores concorrentes quando se analisa uma língua em determinado recorte temporal e geográfico, por exemplo.

E aqui vale lembrar que, já nos anos 1960, Leroy⁵² fazia uma espécie de crítica à pouca relevância dada a tais aspectos ao longo da história da linguística, quando trata de explicar a chamada “escola sociológica”. A seu ver, embora os cientistas da linguagem nunca tivessem negado o fator social inerente às línguas, ele foi contemplado — ou não, na maioria das vezes — de maneiras muito distintas. Segundo o autor, tal vertente, surgida na França, baseia-se

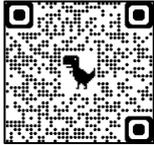
[...] nessa verificação de bom senso que constitui o caráter social do fato linguístico. Teoria assaz flexível [...] e distanciada de qualquer dogmatismo, mas que, fundada no estudo de relações sociológicas — as quais formam a essência das comunidades linguísticas — se vivifica e se atualiza em contato com realidades sociais (Leroy, 1982 [1963], p. 149).

Também no Brasil, na mesma década, houve quem mencionasse a questão social inerente às línguas, embora não de forma tão crítica. É o caso de Borba⁵³ que, em 1967, dá à

⁵² Maurice Leroy (1909 – 1990), doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Bruxelas, da qual foi reitor e professor. Dedicou-se a edições de textos do grego e do armênio, bem como a pesquisas de cunho dialetológico e estudos sobre linguística geral. Uma síntese das principais atividades desse acadêmico está disponível em: <https://catalogue.archives.ulb.be/index.php/leroy-maurice>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁵³ Francisco da Silva Borba (1932-) é um linguista brasileiro que se projetou sobretudo por seus trabalhos na área da lexicografia, à qual se dedicou por mais de vinte anos, tendo sido o organizador do *Dicionário de usos do português do Brasil*, publicado em 2002. Todavia, merece destaque a obra *Introdução aos estudos linguísticos*, aqui utilizada, uma das primeiras — senão a primeira — a sintetizar as principais vertentes de uma disciplina

estampa a sua *Introdução aos estudos linguísticos*, obra de grande relevância na ocasião, em que a linguística se firmava como área de pesquisa no país, após sua instituição nos cursos de Letras. Nesse livro, ao tratar das principais correntes em voga à época, menciona a chamada “Escola de Paris” que, segundo ele, se ocupa do componente social da linguagem, cujo fundador foi Antoine Meillet⁵⁴. Em suas palavras, parte-se



[...] da língua como realidade linguística e social — linguística porque a língua é um sistema bem definido, com leis próprias a que toda inovação individual se submete para perdurar; social porque toda língua é patrimônio de um grupo complexo de falantes e existe enquanto meio de comunicação entre os diversos membros do mesmo grupo [...] (Borba, 1967, p. 46).

Mais adiante, ao mencionar as relações entre linguística e sociologia, o autor enumera as razões pelas quais um sociólogo deve levar em conta os aspectos linguísticos de determinado povo. Em síntese, seriam elas a variação presente em determinada comunidade e o conceito de correção, alicerçado em aspectos ligados à estratificação social. No que tange ao interesse de um linguista pela sociologia, Borba afirma: “um fato linguístico só será explicado em sua plenitude se se tiver conhecimento do grupo em que ele opera” (*ibid.*, p. 61), sem dar mais detalhes de como isso deveria ser feito — e em que medida o era efetivamente naquela época.

De todo modo, atualmente, a própria *história interna* das línguas tem considerado fatores extralinguísticos que, muitas vezes, motivam as transformações por que elas passam. Dito de outro modo, a língua deixou de ser estudada “em si mesma”, como se fosse alheia às influências do meio exterior. Em que pese a ação humana, inúmeras vezes, as classes ditas dominantes valem-se de seus *stati* — os “estratos” mencionados por Borba (1967) — para, em algum momento, (tentar) legislar sobre os idiomas e, de alguma forma, fixar um “padrão”. Essas ações, genuinamente glotopolíticas, são o cerne da presente pesquisa, e os exemplos anteriormente apresentados dão prova de tais empreendimentos. Embora a ideia pareça “nova”,

recém-chegada ao Brasil na ocasião. Sobre o livro, Maria Helena de Moura Neves (2000), aluna de Borba na graduação, o caracteriza como o *vade mecum* dos alunos de Letras daquele tempo. Vale ressaltar que, no texto em questão, a saudosa professora menciona a publicação como sendo de 1971. Todavia, o exemplar de que disponho data de 1967 e provavelmente essa é a primeira edição. Aproveitando o ensejo, enfatizo a necessidade de mais estudos de cunho historiográfico acerca das contribuições desse autor à linguística brasileira.

⁵⁴ Antoine Meillet (1866-1936) foi um linguista francês, aluno de Ferdinand de Saussure na École Pratique des Hautes Études, a quem substituiu em 1894. Autor de vasta obra dedicada principalmente a estudos de gramática comparada, cunhou o termo *gramaticalização* e é tido como o precursor da abordagem social dos fatos linguísticos, abrindo caminho para a consolidação, décadas mais tarde, da sociolinguística. Embora seu nome seja sempre citado nos anais da história da linguística, sobretudo em seu período de formação, até o início da presente década, inexistiam traduções brasileiras de seus trabalhos, voltadas especificamente para os pesquisadores de Letras. Em 2020, sob a chancela da editora Parábola, veio a lume a obra *A evolução das formas gramaticais*, organizada, traduzida e comentada pelo prof. Dr. Marcos Bagno, com o fito de preencher tal lacuna. Por meio do *QR Code*, é possível assistir a uma entrevista a mim concedida pelo eminente linguista brasileiro, na qual tratamos não só da referida publicação, mas também da relevância de Meillet para os estudos linguísticos de seu tempo e ulteriores.

pensar as relações entre língua, sociedade e conseqüentemente política não é mérito exclusivo dos pesquisadores hodiernos. A história nos mostra que, muitos séculos atrás, houve quem ousasse fazer tais aproximações. É o caso de Aristóteles que, em sua *Política*, se vale do *ἐναρθρος λόγος*⁵⁵ para diferenciar o homem dos demais animais:

[...] o ser humano é um animal político em grau mais elevado do que a abelha e todos os outros animais que vivem em bandos. Porque, como dissemos, a natureza não faz nada por acaso. E somente o homem, dentre todos os animais, tem fala articulada. Os gritos não articulados expressam a dor e a alegria e para essa finalidade existem nos outros animais. Ou seja, a sua natureza permite-lhes sentir dor e alegria e comunicar tais sentimentos. Mas a fala articulada desenvolveu-se para expressar o útil e o prejudicial, e naturalmente o justo e o injusto. É esse o aspecto que diferencia o homem de todos os outros animais, isto é, somente ele é capaz de perceber o bom e o mau, o justo e o injusto, bem como outros valores similares. A comunicação desses valores contribui para a criação da família e da cidade (Aristóteles, 1989, 1252a)⁵⁶.

Como se vê, o filósofo não faz essa diferenciação de modo arbitrário. Pelo contrário, menciona a “comunicação dos valores” — que também só podem ser compreendidos pelo ser humano —, aspecto de grande valia para a “criação” (δημιουργία – *dimiurghía*) da família e da cidade. E aqui compreendemos a palavra *criação* como o advento efetivo dessas instituições. Ambas constituem a base da vida política, intrínseca à natureza humana. Em outras palavras, o homem (ἄνθρωπος – *ánthropos*), dotado da “fala articulada”, é um animal político justamente por ter essa faculdade.

Neste momento, é oportuno esclarecer a que política me refiro. Para tanto, uma vez mais, reporto-me aos gregos, pois, do ponto de vista etimológico, o termo origina-se de πολιτική (*politikí*), ou seja, aquilo que é próprio da cidade — πόλις (*pólis*). Todavia, é preciso entender a qual cidade — ou ainda, a que estágio de sua existência — se alude. No caso, trata-se da configuração posterior ao surgimento da filosofia, que subjuga as antigas crenças nos deuses e, por conseguinte, modifica muitas práticas naquele espaço. Em outras palavras: “Depois que apareceu a filosofia, que derrubou todas as regras da antiga política. Era impossível mexer nas *opiniões* dos homens sem afetar ao mesmo tempo os princípios fundamentais do seu governo”

⁵⁵ *Ἐναρθρος λόγος*, ou seja, “fala articulada”. Vale ressaltar que, em diferentes traduções, é possível encontrar essa expressão como ‘língua’ ou ‘discurso’.

⁵⁶ [...] ο ἄνθρωπος εἶναι ζῷο πολιτικὸν περισσώτερον κὶ ἀπὸ τῆ μέλισσα κὶ ἀπὸ ὅλα τα ἄλλα που ζουν σε αγέλες. Γιατί, ὅπως εἶπαμε, δεν κάνει τίποτε στην τύχη. (10) Καὶ μόνος ἀπ' ὅλα τα ζῶα ο ἄνθρωπος ἔχει ἐναρθρο λόγον. Καὶ οἱ μὲν ἀναρθρες κραυγὲς ἐκφράζουν τὴ λύπη καὶ τὴν εὐχαρίστηση, καὶ γι' αὐτὸ ὑπάρχουν στα ἄλλα ζῶα. Ἡ φύση τοὺς δηλαδὴ τοὺς ἐπιτρέπει νὰ αισθάνονται τὴ λύπη καὶ τὴν εὐχαρίστηση καὶ νὰ γνωστοποιοῦν τὰ συναισθήματα αὐτὰ τὸ ἓνα στο ἄλλο. Ἀλλὰ ο ἐναρθρος λόγος δημιουργήθηκε γιὰ νὰ ἐκφράζεται τὸ συμφέρον καὶ τὸ βλαβερὸ, (15) καὶ φυσικὰ καὶ τὸ δίκαιο καὶ τὸ ἀδικο. Αὐτὸ, πραγματικὰ, εἶναι τὸ διακριτικὸ σημεῖο που κάμνει τὸν ἄνθρωπο νὰ ξεχωρίζει ἀπ' ὅλα τα ἄλλα ζῶα: μόναχα αὐτὸς δηλ. ἀντιλαμβάνεται τὸ καλὸ καὶ τὸ κακὸ, τὸ δίκαιο καὶ τὸ ἀδικο καὶ τὶς ἄλλες παρόμοιες ἀξίες. Ἡ κοινὴ γνώση αὐτῶν τῶν ἀξιών συντείνει στὴ δημιουργία τῆς οἰκογένειας καὶ τῆς πόλης (tradução minha).

(Coulanges, 2006, 378-379, grifo meu).

O termo em destaque é fundamental, uma vez que as diferentes opiniões são o cerne da vida em sociedade. Como bem lembra Lagares (2008), “a política só existe sob a forma do litígio, do desentendimento” e, de sua afirmação, interessa sobremaneira o último termo, corolário inevitável do incessante embate entre todos os que ocupam determinado território e nele precisam — ao menos em teoria — conviver com o mínimo de harmonia. Entretanto, o (des)entendimento entre os membros da comunidade vai além do universo da chamada *doxa*. A bem da verdade, a força motriz da política se baseia numa questão de justiça que, segundo Lagares (*ibid.*, p. 40) “[...] seria a ordem que determina a divisão do que é comum, mas não como o simples equilíbrio dos interesses entre os indivíduos”.

Ainda de acordo com o autor, à política caberia enumerar as partes existentes na comunidade, a saber: a riqueza, a virtude e a liberdade — esta última, pertencente ao δῆμος (*dimos*), ou seja, ao povo. Nas palavras de Rancière (1996, p. 21, grifos do autor):

A política começa justamente onde se pára de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do *comum*, harmonizar segundo a proporção geométrica as parcelas de comunidade e os títulos para se obter essas parcelas, as *axiai* que dão direito à comunidade. Para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam.

No que tange à liberdade do *demos*, dada a impossibilidade de reconhecê-la factualmente, é necessária a δημοκρατία (*dimokratía*) — ou o “poder do povo”, nossa velha conhecida democracia. Ela, por sua vez, está imbricada no cerne da própria política, pois, para Rancière (*ibid.*), esta última só existe quando “a ordem natural dos reis pastores, dos senhores da guerra ou das pessoas de posse é interrompida por uma *liberdade* que vem atualizar a igualdade última na qual se assenta toda ordem social” (p. 31, grifo meu).

Em síntese, pode-se dizer que o aspecto político que aqui interessa é justamente a questão do litígio, do desentendimento entre forças que atuam — ou ao menos o intentam sobre a(s) língua(s). Vale lembrar que, nessa disputa, entram em jogo tanto os aspectos linguísticos propriamente ditos — concernentes à própria estrutura da língua ou “gramaticais”⁵⁷ —, quanto

⁵⁷ Tomamos o termo gramatical em sua acepção ligada ao funcionamento próprio da língua, sobre o qual também se pode tentar interferir/legislar. Acerca desse aspecto, indico a leitura de Zilio-Passerini (2022), no qual se examinam dois projetos de lei, um deles protocolado em 1999, e o outro, em 2020, que se ocupam, respectivamente, do combate aos estrangeirismos e da coibição do uso da popularmente chamada “língua neutra”. Trata-se de ações ligadas a elementos linguísticos, muito embora sempre motivadas por ideologias e questões políticas, como tem mostrado a história.

os ideológicos/identitários — relacionados à(s) ideia(s) construídas em torno de determinada língua, acerca de suas características e até mesmo de sua origem — e é sobre esse segundo campo que a presente pesquisa se debruça.

Para compreender o que se pode construir do ponto de vista ideológico, político e identitário acerca de determinada língua, é necessário, em primeiro lugar, tentar entender o que a torna reconhecida como tal. Bagno (2019 [2011], p. 356) nos alerta da complexidade de se conceituar o termo e assevera que a dificuldade de formular uma definição decorre do fato de a língua ser “[...] um amálgama no qual é praticamente impossível separar o que é propriamente linguístico [...] e o que é construto cultural, social, político, ideológico”.

Ademais, o autor afirma que esse conceito não é científico, tampouco apresenta “rigor teórico e delimitação precisa” (*id.*, 2019 [2013], p. 323). Em suma:

O conceito de LÍNGUA é e só pode ser um conceito sociológico, antropológico e político, ou seja, [...] inseparavelmente entrelaçado com as crenças, superstições, juízos de valor, preconceitos, representações sociais e ideologias que circulam numa sociedade, inclusive em seus ambientes acadêmicos e científicos” (*id.*, *ibid.*, p. 323).

Se a ela é essencial à vida política, como visto anteriormente, de certo, a reflexão sobre a(s) língua(s) também acompanha o homem ao longo da história. O próprio exemplo de Aristóteles aqui citado é uma mostra desse processo que, muitas vezes, não se dá de forma aleatória ou arbitrária, pois a língua existe em função de diversos fatores — sociais, biológicos, culturais etc. Destarte:

Para se falar de uma língua, é preciso construí-la, fabricá-la, dar um nome a ela, atribuir-lhe propriedades, características, personalidade, índole. E esse é um trabalho empreendido não somente pelo linguista, em suas pretensões de objetividade científica, mas também (e talvez sobretudo) pelos falantes comuns, em suas práticas de higiene verbal (Cameron 1995), de mitificação e mistificação coletiva dos bens simbólicos, de construção do imaginário social acerca da própria cultura a que pertencem os mitos de origem que lhes dão raízes históricas e memória comum (Bagno, 2019 [2011], p.357).

Partindo de tal premissa, a ação de construir, fabricar, nomear e caracterizar determinada língua é, em grande medida, *política*, uma vez que reflete — e por que não dizer se orienta por — interesses das classes dominantes. Ou seja, são essas camadas da sociedade, consideradas as mais ‘elevadas’, que pretendem decidir o “destino” das línguas, ainda que o façam de maneira consideravelmente artificial, já que não se podem refrear as mudanças pelas quais elas passam ao longo do tempo, tampouco o uso de cada falante.

O esforço de padronização linguística é observado desde o início da chamada

gramatização, ou seja, do processo de descrição e instrumentalização de determinado idioma (Auroux, 2014 [1992]). Quanto às razões para a ocorrência do fenômeno, elas podem ser, ainda de acordo com Auroux (*ibid.*), de natureza *prática* — como a colonização, o acesso a textos sagrados, a aquisição de uma língua de cultura — ou *política* — por exemplo, a organização e a regulação de uma língua literária ou o desenvolvimento de uma política de expansão linguística intra ou extraterritorial. Embora respeitemos o ponto de vista desse filósofo da linguagem, acredito que sempre há um componente político por trás de qualquer ação relacionada à(s) língua(s).

A gramatização se consolida, *grosso modo*, com o auxílio de “duas tecnologias, que são, ainda hoje, os pilares do saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (*ibid.*, p. 65). Esses artefatos, na perspectiva aqui adotada, correspondem a *instrumentos glotopolíticos*, uma vez que sua confecção se baseia em escolhas linguísticas politicamente orientadas. Dito de outro modo, valorizam apenas a variedade de uma pequena parcela da população, considerada exemplar e, portanto, a base para o processo de normatização.

É o que aconteceu, por exemplo, na história do português. Ao definir gramática, João de Barros diz que ela é “um modo certo e justo de falar e escrever colhido do uso e autoridade dos *barões doutos*” (Barros, 1540, A2^r, grifo nosso). Embora não caiba, neste momento, apontar de quais “barões doutos” falava o gramático (cf. [Zilio-]Passerini, 2019b), pode-se afirmar que, ao longo da história, tais figuras continuaram a existir, e o ideal de língua de prestígio manteve-se pautado nos usos dos falantes vistos como “ilustrados”.

2.4.2 Como se “faz” uma língua? Ideologias e representações

Retomando as palavras de Bagno (2019 [2011]), do processo de fabricação, construção e nomeação de uma língua, não participa apenas o linguista. Além dele, os próprios “falantes comuns” são responsáveis pela circulação e perpetuação de uma série de ideias acerca de determinado idioma, cuja origem e consolidação podem ser explicadas, por exemplo, de forma até mesmo mítica ou fantasiosa.

Considerando o escopo do presente estudo, não interessam as ações dos falantes comuns, tampouco as dos linguistas propriamente ditos⁵⁸. No caso destes últimos, o recorte temporal é anterior ao surgimento da ciência da linguagem tal como é conhecida e, por essa razão, as personagens das quais me ocupo correspondem *grosso modo* a gramáticos, ortógrafos

⁵⁸ Embora a linguística passe a se formar a partir da segunda metade do Oitocentos, a nosso ver, ainda não havia uma “consciência de classe” efetivamente, no sentido de os pesquisadores unanimemente se identificarem como linguistas. Na maioria das vezes, eles eram referenciados como filólogos ou até mesmo gramáticos.

e filólogos, que, do século XVI ao XIX, estudaram o português seguindo, em maior ou menor medida, o conhecimento vigente em cada período.

Ao longo desse processo, foram eles também responsáveis pela criação e divulgação de uma série de concepções a respeito do português ainda hoje em voga, entre elas as relacionadas à sua origem, foco de meu trabalho. Como se verá mais adiante, esses estudiosos trataram de conferir uma ‘ascendência’ nobre à língua, com base em uma ideia de consaguinidade presente desde o início da gramatização do vernáculo.

Antes de avançar, é necessário explicar como se entende o termo *ideologia*, distinguindo-o do conceito de *ideário*, com o qual costumeiramente se cofunde. De acordo com Chauí (2008, p. 7), este último concerne a um conjunto qualquer de ideias, ao passo que o primeiro é um construto histórico-social e político que esconde a realidade com diversos objetivos, entre eles, o de promover a dominação política de um povo. Mais especificamente:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar [...]
Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é [...] a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social [...] (*ibid.*, p. 109).

Das palavras da autora, interessam sobretudo os aspectos relacionados à valorização e à representação, pois, mais adiante, vê-se que é justamente nessas bases que se assentam as narrativas históricas acerca do português *in statu nascendi*. Entretanto, julgo necessário esclarecer, ainda, que o conceito em questão não deve ser tomado como “falso”, tal qual alerta Žižek (1996). Para o autor, uma ideologia pode ser, em relação ao conteúdo, verdadeira, já que o que está em jogo não é a veracidade da afirmação, mas como esse conteúdo se relaciona “com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação”. Destarte, situa-se “no espaço ideológico propriamente dito quando esse conteúdo — ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) — é funcional com respeito a alguma relação de dominação”. (*ibid.*, p. 13).

Do ponto de vista linguístico, Milroy (2001) assevera que muitos pesquisadores têm se dedicado a estudar a influência ideológica nas teorizações sobre a(s) língua(s). A seu ver, esse influxo se aplica à linguística⁵⁹ de modo geral e, na maioria das vezes, não é identificado ou

⁵⁹ E aqui é necessário aclarar a concepção de linguística que permeia este trabalho. Embora o autor, provavelmente se tenha referido à ciência da linguagem propriamente dita — ou seja, considerando o seu advento a partir da

assumido com clareza. Considerando-se o objeto desta tese, a história do português — que invariavelmente se insere no campo da teorização sobre a língua — também está eivada de ideologias que respondiam, em grande medida, aos anseios dos eruditos portugueses, inspirados, entre outros sentimentos, em um patriotismo de diferentes nuances ao longo dos séculos.

Conforme assinala Woolard (2021), as ideologias linguísticas são representações da natureza, da estrutura e do uso das línguas, carregadas de aspectos morais e políticos. Todavia, a autora reforça a necessidade de se compreender o termo “representação” não apenas como “ideia”, “concepção” ou até mesmo “discurso” — isto é, no campo das construções mentais ou verbalizações, mas como uma prática efetivada por meio de *ações* que aqui chamamos de *glotopolíticas*.

No que tange ao conceito de *ação glotopolítica* proposto neste trabalho, ele se baseia naquilo que Arnoux (2016) considera um *gesto glotopolítico*. Segundo a autora, os instrumentos linguísticos utilizados para padronizar, difundir e legitimar determinado idioma devem ser vistos como gestos dessa natureza e, por isso, precisam ser sempre contextualizados, no intuito de captar não só o clima de opinião vigente como também aspectos ideológicos que motivaram sua produção.

Partindo de tal premissa e, considerando o caráter prático da *glotopolítica*, optei por denominar os referidos gestos de *ações*, uma vez que denotam um empreendimento de ordem prática, resultante de uma série de fatores históricos, sociais e políticos, tal qual intento mostrar com o presente estudo. Ademais, embora o foco recaia justamente sobre a análise desses instrumentos linguísticos — e, por conseguinte, glotopolíticos —, é possível expandir o conceito de *ações* a outros elementos para além de gramáticas e dicionários, propriamente ditos. Assim, um projeto de lei sobre determinado aspecto de linguagem é uma *ação glotopolítica*, tal qual o são os materiais didáticos de ensino de determinado idioma.

Retornando à questão das ideologias linguísticas, Woolard (2021) explica que elas são carregadas de aspectos morais e políticos porque “representam implícita ou explicitamente não apenas como a língua é, mas como deveria ser” (p. 2)⁶⁰. Além disso,

publicação do *Curso de linguística geral* (1916), cuja autoria foi atribuída a Ferdinand de Saussure —, aqui, o adjetivo linguístico refere-se a qualquer estudo *sobre* a linguagem, inclusive os anteriores ao surgimento da área em foco. Desse modo, os estudos de Dionísio, o Trácio, acerca do grego, por exemplo, são tão linguísticos quanto as pesquisas de Noam Chomsky sobre o gerativismo. Inclusive, é nessa premissa que assenta a historiografia linguística, da qual tratamos na próxima seção.

⁶⁰ Ideologies are morally and politically loaded because implicitly or explicitly they represent not only how language is, but how it ought to be (tradução minha).

[...] conferem a algumas características ou variedades linguísticas maior valor do que outras, bem como a algumas circunstâncias e a alguns falantes. A ideologia da linguagem pode transformar as práticas de alguns participantes em capital simbólico, que traz recompensas sociais e econômicas, e sustenta a dominação social [...]. Por meio da alquimia da ideologia linguística, o capital linguístico dos grupos dominantes é dotado de uma distinção que parece inerente à essência da língua, e não ao incidente histórico, levando os falantes subordinados a endossar o valor superior de uma forma que eles próprios não controlam (*ibid.*, p. 2)⁶¹.

Do trecho, merece destaque o fato de o capital linguístico das classes dominantes ser visto como algo inerente à própria língua, e não como resultante do devir histórico. Com relação à gramatização do português, a busca de legitimar esse capital se dá não só por meio dos instrumentos glotopolíticos que passaram a circular — obviamente elegendo a variedade de uma pequena parcela da população tida como ‘ilustrada’ —, mas também das narrativas acerca da origem do idioma, que precisava de um ancestral direto à altura dos feitos dos portugueses, razão pela qual foi escolhido o latim.

Nesse percurso, tendo em conta o contexto renascentista no qual são publicadas as primeiras gramáticas renascentistas, a construção da história do português está a serviço de um ideal *clássico* de língua, discutido em Zilio-Passerini (2021, p. 171). Mais especificamente,

[...] baseados nos ideais do Renascimento, os primeiros estudiosos do idioma valeram-se de um discurso fundador que procurava dar uma origem nobre ao português e encontraram no latim o “berço” de uma língua igualmente nobre e imperial. Nessa empreitada, criou-se uma memória do idioma, a fim de que ele fosse representado dentro e fora de Portugal por todas as virtudes que lhe eram inerentes. Concomitantemente, os autores se valeram de uma memória já existente acerca do latim, representado nos textos como o verdadeiro modelo a ser seguido.

E aqui é possível questionar se, no caso em tela, não se trata de um simples ideário a respeito do português, e não de uma ideologia propriamente dita. Para dirimir a dúvida, vale lembrar que o advento da gramática em Portugal se liga inexoravelmente ao contexto de expansão ultramarina empreendido pela Coroa portuguesa, que, já àquela altura, dava seus primeiros sinais de declínio, concretizado ao fim dos Quinhentos. Por essa razão, todo o construto ideológico que envolvia a língua naquele momento se fundamentava em um patriotismo exacerbado e em franca disputa com a Espanha, cujo império acabaria por subjugar

⁶¹ They endow some linguistic features or varieties with greater value than others, for some circumstances and some speakers. Language ideology can turn some participants’ practices into symbolic capital that brings social and economic rewards and underpins social domination [...] Through the alchemy of linguistic ideology, the linguistic capital of dominant groups is endowed with distinction that seems inherent in the language’s essence rather than historical accident, leading subordinated speakers to endorse the superior value of a form they do not control themselves (tradução minha).

o português em 1580.

Outro termo recorrente nesta exposição tem sido o de *representação*, inextricavelmente relacionado ao processo de ‘fabricação’ de uma língua. De acordo com Pereira e Costa (2012), essa noção “está cada vez mais ligada aos estudos linguísticos, tratando da representação que os locutores fazem acerca das línguas, de suas normas, de suas características, ou de seus *status* face às outras línguas [...]” (p. 173). Assim, é evidente que as narrativas históricas acerca da origem de determinado idioma invariavelmente busquem representá-lo, caracterizando-o e destacando-o de outros.

Ademais, vale a pena ressaltar que:

Por definição, as representações linguísticas não correspondem necessariamente a uma realidade objetiva, mas elas apontam na direção das práticas linguísticas, constituindo objetos discursivos, impregnados pelas condições nas quais foram produzidos. No âmbito dos estudos linguísticos, elas constituem um binômio interativo com as práticas linguísticas (*ibid.*, p. 172).

No concernente às condições de produção das representações linguísticas, os aspectos históricos são fundamentais, uma vez que, para compreender tais representações, é preciso levar em conta o espírito de época do qual emergem as concepções e ideologias linguísticas. Por isso, na presente seção, focalizam-se aspectos teóricos do campo da glotopolítica partindo de uma perspectiva historiográfica que, quase naturalmente, eflui das ações dessa natureza.

No âmbito representativo, é válido mencionar a própria atribuição do *status* de língua ao falar de determinada comunidade. A esse respeito, Bagno (2019 [2011], p. 371) assim se pronuncia:

A língua como algo com limites definidos e seguros é, repito, resultado de um processo histórico e cultural. Na vida íntima das pessoas e das comunidades, não existem “línguas”: o que existe, sim, são variedades linguísticas, o que também se costuma chamar de “dialetos”, um termo que a sociolinguística contemporânea prefere evitar por causa do caráter tradicionalmente depreciativo que lhe foi atribuído com o passar do tempo⁶².

Esse *principium individuationis* igualmente abarca a ação de nomear determinada língua que, ainda de acordo com Bagno (*ibid.*), “é outro aspecto fundamental de sua transformação em objeto, em hipóstase cultural e social”. À guisa de comprovação, basta observar o português,

⁶² Vale lembrar que a diferença entre língua e dialeto foi tema bastante discutido no século XIX principalmente pelos filólogos. Obviamente, os critérios de diferenciação, à revelia do pretenso cientificismo do período, revelavam muito mais os preconceitos desses estudiosos do que critérios linguísticos propriamente ditos. Tome-se como exemplo o português brasileiro, classificado por Leite de Vasconcelos como “dialeto ultramarino”.

que passou a ser assim chamado — em concorrência com outras denominações, por exemplo, “língua portuguesa” ou “língua portuguesa” — somente a partir de meados do século XV e do início do século XVI, como bem lembra Faraco (2016).

Ao discorrer sobre o assunto, Janson (2015 [2012]) elenca, como premissa primeira para a existência de uma língua, a sua nomeação. A seu ver, trata-se de uma condição *sine qua non*, já que, sem nome, não é possível falar sobre o que quer que seja. Desse modo, a designação pode ser oriunda da criação ou redefinição de um nome já existente. O autor também assevera que tal designativo, como mostra a história, emerge a partir do momento que a língua é utilizada de forma escrita ou pouco tempo depois — e, mais uma vez, podemos utilizar o português para ilustrar tal afirmação (cf. Faraco, 2016; 2019).

A segunda premissa apresentada pelo estudioso é a base política. Janson cita exemplos de Estados que, em algum momento da história, careceram de idioma próprio a fim de fortalecer sua identidade e soberania nacionais. Nesse sentido, emerge uma terceira premissa, relacionada à semelhança entre as línguas. O pesquisador esclarece que a mudança linguística não implica necessariamente o surgimento de novas línguas, pois há idiomas muito próximos, que, embora apresentem poucas modificações em seus sistemas — como o dinamarquês, o sueco e o norueguês —, do ponto de vista sociopolítico, existem como entidades independentes e distintas.

Como se vê, todo o processo de “criação” de uma língua envolve, em maior medida, aspectos políticos e sociais, que orientam as instâncias responsáveis pelo uso de determinada variedade como a exemplar, digna de representar um povo, tornando-se um de seus mais importantes traços identitários. Uma vez discutidos, ainda que brevemente, tais aspectos, chega-se, por fim, ao conceito de glotopolítica perseguido desde o início desta seção.

2.4.3 Por fim, a glotopolítica

Com o fito de compreender o significado de glotopolítica, recorro a Lagares (2021, p. 51), para quem o termo “tem uma história irregular na área dos estudos sociolinguísticos, com aparições esporádicas na obra de alguns autores e clamorosas ausências na literatura sobre linguagem e política”. O pesquisador sinaliza a contribuição de Herrero Valeiro⁶³ no tocante à elaboração de uma breve história do conceito



⁶³ Mário J. Herrero Valeiro (1968-) é doutor em Filologia Hispânica pela Universidade da Coruña, poeta e tradutor juramentado de português. Autor de várias obras de cunho literário, bem como de artigos científicos envolvendo a temática do galego e áreas afins. No *QR Code*, é possível ler um breve resumo biobibliográfico do autor.

no âmbito dos estudos sociolinguísticos.

Em minhas buscas, tive acesso a um projeto de investigação intitulado *Ilusões glotopolíticas e planificação linguística na Galiza*⁶⁴, de 1997, no qual esse autor afirma que o termo, embora passe a ser mais utilizado na década de 1980, tem sua origem no início dos anos 1950, na mesma época em que começa a circular o conceito de sociolinguística.

Ademais, comenta que, se comparados, os termos *glotopolítica* e *sociolinguística* tiveram fortuna muito distinta, sendo o primeiro muito menos explorado no decorrer do século XX e perdendo espaço inclusive para o conceito de *language planning* — *planificação linguística* ou *planejamento linguístico*, a depender da tradução. Sobre este último, ele pode ser entendido como a implementação de políticas linguísticas, ou seja, de “grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (Calvet, 2007, p. 11).

O autor galego comenta uma certa constância no uso do termo *glotopolítica* nos estudos de Hall⁶⁵, divulgados na década de 1960, embora Malmberg⁶⁶ dele já se ocupasse no decênio anterior, em seus estudos historiográficos acerca da linguística. Na obra *As novas tendências da linguística moderna*, dada à estampa em 1959, o linguista sueco defende que um dos desdobramentos da linguística aplicada “é o que se denomina glotopolítica, que define como o uso de resultados ou instruções linguísticos em contextos políticos, por exemplo de tipo cultural” (Herrero Valeiro, 1997, p. 1059).

Retornando a Lagares (*ibid.*), encontra-se menção ao artigo-manifesto de Guespin e Marcellesi, publicado em 1986, já utilizado na presente seção. No texto, os autores, de saída, justificam sua escolha do termo *glotopolítica*, em detrimento de *política linguística* ou *planejamento linguístico*. Segundo eles, a opção, em primeiro lugar, contribui para neutralizar a célebre oposição *langue* × *parole* e, em segundo lugar, contempla as abordagens da sociedade sobre a linguagem, consciente ou inconscientemente. Nas palavras dos teóricos: “*glotopolítica* é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político” (Guespin; Marcellesi, 2016 [1986], p. 1, grifo dos autores).

Mais adiante, os pesquisadores apregoam o papel glotopolítico dos linguistas,

⁶⁴ Disponível em: <https://ssl.webs.uvigo.es/actas1997/06/Herrero.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁶⁵ Robert Anderson Hall Jr. (1911-1997) foi um linguista americano, doutor em Letras pela Universidade de Roma, que dedicou grande parte de sua trajetória acadêmica ao estudo das línguas românicas. Foi um dos primeiros professores de Linguística da Universidade Cornell e um dos fundadores do Departamento de Línguas Modernas da mesma instituição. Mais informações sobre o autor podem ser lidas em: <https://www.jstor.org/stable/480151>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁶⁶ Bertil Malmberg (1913-1994) foi um linguista sueco, discípulo de Emanuel Walberg. Em sua tese de doutoramento, ocupou-se do espanhol e do francês e, pouco tempo depois, foi o primeiro professor a ocupar a cátedra de fonética da Universidade de Lund, onde também estudou. Para mais informações acerca desse estudioso, sugiro a leitura do texto disponível em: <https://www.jstor.org/stable/480151>. Acesso em: 10 abr. 2023.

sobretudo ao aventarem determinados postulados sobre a linguagem e as línguas. Isso porque, afora o “cientificismo” que deles se espera, não estão isentos de formular ideias com base em preconceitos. Tomando, mais uma vez, a história do português como exemplo, não é de surpreender que, em muitas gramáticas históricas circulantes no século XX, o galego ainda fosse visto como “dialeto”, geralmente referido por meio do binômio galego-português e correlatos, ou sequer mencionado no âmbito das chamadas línguas românicas —atitude que revela muito mais uma discriminação por parte dos filólogos do que um estudo científico propriamente dito⁶⁷.

Ainda no texto em foco, Guespin e Marcellesi salientam os principais elementos dos estudos de cunho glotopolítico: a linguagem e a sociedade, defendendo a indissociabilidade de ambos, visto que “toda sociedade é languageira, e toda prática de linguagem é social” (*ibid.*, p. 6). Do ponto de vista prático,

[...] não basta definir um objeto único (seja a manutenção ou a transformação de uma sociedade concebida como valor em si, sobre a qual se age pela língua, seja a sobrevivência de uma língua ela também supervalorizada, sobre a qual se age por pressão da sociedade). Os princípios são abstratos e fixistas em ambos os casos. *A justificação profunda da glotopolítica não é o alinhamento de práticas de linguagem ou práticas sociais sobre um ideal abstrato de língua ou de sociedade: é o desenvolvimento da personalidade social* (*ibid.*, p. 6, grifo meu).

O trecho ilustra bem o posicionamento desses autores a respeito da impossibilidade de dividir os dois conceitos em tela. Segundo Lagares (2021), ao tomarem ambas as dimensões como plenamente integradas, converte-se a glotopolítica “num ‘ponto de vista’ que permite observar as consequências linguísticas de qualquer mudança social”. A esse ponto de vista, chamo de *perspectiva*, visto que consiste numa forma de analisar inúmeros eventos de ordem linguística.

Com o que se viu até aqui, é possível distinguir duas possibilidades de entendimento do termo: a glotopolítica como prática social propriamente dita e como uma perspectiva de análise de tais práticas — o que, por conseguinte, a faz se constituir como um ramo da sociolinguística,

⁶⁷ Aqui vale retomar a sobejamente conhecida frase atribuída a Max Weinreich (1894-1969), mas que, segundo Finbow (2019 [2011]), foi proferida pelo general francês Louis-Hubert Lyautey (1854-1934): “[...] uma língua é um dialeto que possui um exército, uma marinha e uma força aérea” (in Finbow, 2019 [2011], p. 96). A fim de ilustrar tal afirmação, consulte-se, por exemplo, a *Grammatica Historica*, de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1915. No capítulo 2, intitulado ‘Glottologia’, lê-se, no item ‘Classificação das línguas’, que, de acordo com Mayer Lübke, do indo-europeu, originaram-se o italiano, o francês, o provençal antigo, o espanhol, o português, o romeno e o rético, sem fazer qualquer menção ao galego. O mesmo ocorre na obra *Pontos de Gramática Histórica*, de Ismael de Lima Coutinho, cuja primeira edição data de 1938 e que, até a sexta, publicada em 1967 — à qual tive acesso — considerava línguas desse grupo o português, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o reto-romano, o dalmático, o romeno e o sardo.

uma área de conhecimento com características próprias. Em suma, “[...] é ao mesmo tempo uma prática social, da qual ninguém escapa (‘todo mundo faz política sem saber’, seja um simples cidadão, seja o ministro da Economia), e pode se tornar uma disciplina de pesquisa, um ramo hoje necessário da sociolinguística” (Guespin; Marcellesi, 2016 [1986], p. 13).

Guardadas as devidas proporções, algo semelhante ocorre com a historiografia linguística. Como tento mostrar na próxima seção, ela pode ser considerada uma área de estudos que atua na intersecção entre a linguística e a história, uma metodologia utilizada para se chegar a uma história das ideias linguísticas e um produto das operações historiográficas de determinado estudioso.

No que tange às práticas de cunho glotopolítico, Guespin e Marcellesi (*ibid.*) inicialmente mencionam o *fato glotopolítico*, que, em suas palavras,

[...] vai dos atos minúsculos e familiares [...] até as intervenções mais visíveis: decisão sobre o direito de determinada categoria social ao uso da palavra, sob a modalidade que for (escrita, com os cadernos de queixas; oral, com a participação num conselho de administração; televisiva, com o direito a programas eleitorais em caso de candidatura etc.). Essas decisões podem implicar a língua mesma; neste caso, a glotopolítica engloba a política linguística: todos os casos de promoção, proibição, instrumentação, mudança de status de uma língua são eminentemente fatos glotopolíticos [...] (p. 12-13).

Como se vê, a glotopolítica, enquanto ação efetiva, pode englobar as *políticas linguísticas*, mas não se reduz a elas, pois está presente em várias instâncias sociais, independentemente da magnitude de tais atos. Ainda nessa seara, os teóricos distinguem práticas ligadas ao liberalismo e ao dirigismo. No primeiro grupo, concentram-se as atitudes conservadoras com o intuito de manter ou facilitar a penetração de ideologias ligadas às classes dominantes. No segundo grupo, tomam parte as políticas linguísticas referentes a uma formação social em construção. Nesse caso, deve haver princípios de gestão democrática no que concerne às decisões de teor linguístico a serem tomadas.

Por fim, no que tange à análise, os estudiosos elencam a necessidade de acumular dados relativos aos agentes e às instâncias. Sobre os primeiros, é importante indagar “Quais são exatamente esses intelectuais responsáveis pelos processos de identificação linguística (J. A. Lefevre, 1979)? Quais são os agentes propagadores de anti-normas? Como esses agentes intervêm nos conflitos normativos, com que autoridade, que sustentação e que sucesso?” (*ibid.*, p. 23). Acerca dos segundos, é fundamental “elaborar uma história ao mesmo tempo ‘fria’ e cuidadosa da dimensão social, das instâncias glotopolíticas”. Nesse caso seria necessário um estudo sincrônico, com o fito de informar “como funciona um sistema de regulação

glotopolítica”, e um estudo diacrônico, a fim de compreender “como as instâncias nascem, se transformam e morrem” (*ibid.*, p. 23).

Como se vê, no processo de análise proposto pelos autores, convém lançar mão de algumas premissas históricas, principalmente pelo fato de esses agentes e instâncias sempre estarem inseridos em um contexto, responsável pela formação das influências por eles sofridas. Por esse motivo, no presente trabalho, procuro mostrar em que medida se complementam a glotopolítica e a historiografia linguística, retroalimentando-se do ponto de vista da construção de conhecimentos.

2.5 Considerações finais

Na presente seção, procurei discutir o termo glotopolítica e outros conceitos a ele subjacentes, uma vez que a presente investigação se situa no âmbito das *ações glotopolíticas*. Para tanto, optei por iniciar o percurso apresentando casos exemplares de tais ações. No primeiro exemplo, focalizei a língua grega mencionando o *aticismo*, ocorrido antes da era comum, e o caso da *catarévussa*, situado entre os séculos XIX e XX. Para tanto, procedi a uma revisão bibliográfica acerca do tema, arrolando autores e obras pouco conhecidos no contexto acadêmico brasileiro.

Em linhas gerais, tanto o *aticismo* quanto a criação da *catarévussa* mostram a sobrevivência da milenar *questão da língua*, pautada na compreensão dos pensadores gregos de que a mudança do idioma era sinônimo de corrupção, fato que inclusive motivou o surgimento da gramática no século II a.C. Em relação à *catarévussa*, busquei explicitar as nuances glotopolíticas que a circundaram desde o seu advento, atribuído a Koraís, como tentativa de expurgar da língua grega as indelévels marcas dos quase quatro séculos de dominação otomana. Todavia, no pós-independência, essa variante passou a demarcar a posição das classes dominantes, funcionando como forma de excluir socialmente a maior parte da população, que não a dominava.

Quanto ao segundo exemplo, o foco recaiu sobre as célebres polêmicas linguísticas ocorridas no Brasil oitocentista, com especial destaque para dois embates: o de José de Alencar e Pinheiro Chagas, no qual fica evidente a postura conservadora do segundo, em contraste com a subserviência do primeiro aos clássicos da língua; e o de Carlos de Laet e Pinheiro Chagas, em que se verifica a verve do jornalista brasileiro ao defender a literatura nacional, embora recorresse aos cânones europeus da língua para defender que os brasileiros também a sabiam utilizar satisfatoriamente.

Em ambas as contendas, evidenciou-se que a postura dos intelectuais brasileiros, afora o patriotismo que imperava no país no pós-independência, não denotava o reconhecimento de uma variedade efetivamente brasileira do português, visto que isso presumia aceitar os usos das camadas marginalizadas da população — negras e indígenas —, o que iria de encontro ao desejo de europeizar a nação que naquele momento se configurava. Tal atitude, claramente glotopolítica, foi crucial não só para o florescimento do purismo, mas também para a perpetuação de uma ideia de norma linguística que não refletia os reais usos dos falantes brasileiros.

Na segunda parte da seção, focalizei aspectos fundamentais à compreensão da glotopolítica, a saber: o homem, a sociedade a língua e a política, bem como outros conceitos que permearão o trabalho, entre eles o de ideologia linguística e o de representação. Por fim, propus uma breve reflexão acerca das possibilidades de entender a glotopolítica, que se configura como prática social e área do conhecimento.

Durante o percurso, preocupei-me em abordar os fatos em uma perspectiva historiográfica, no sentido de antecipar o aspecto teórico-metodológico que permeia a presente investigação. Desse modo, foi possível, já nesta seção, mostrar como a glotopolítica está inserida na historiografia linguística ainda que costumeiramente não se costume enfatizar tal relação. Essa e outras questões são levantadas na próxima seção, na qual discorro sobre a historiografia linguística, em uma perspectiva glotopolítica.

3 HISTORIOGRAFIA(S) LINGUÍSTICA(S) EM PERSPECTIVA GLOTOPOLÍTICA

“[...] é uma questão de ‘bonequinha russa’, quer dizer, a história da linguística, todos os eventos, disciplinas, teorias, conhecimento, tudo o que aconteceu, ligado à linguagem e às línguas, faz parte da história do que a gente chama de linguística ou, melhor ainda, numa visão menos comprometida, menos “datada”, da história do conhecimento sobre as linguagens e as línguas. Esse é o nosso objeto. A historiografia é a disciplina que estuda esse objeto. A historiografia é o estudo teórico-metodológico da história [...] e, ao mesmo tempo, um texto sobre essa história. Então, é uma ‘bonequinha russa’, quer dizer, a evolução, a história de uma língua é objeto de uma linguística histórica, que é um capítulo da história da linguística. A história da linguística, por sua vez, é o objeto de uma historiografia da linguística. A historiografia é uma metadisciplina; o objeto da historiografia não é uma língua; o objeto da historiografia é uma teoria sobre a língua [...] A boneca maior é justamente a historiografia linguística, ao lado de outras disciplinas, como a filosofia da linguística, a sociologia da linguística [...] ela é a metadisciplina.”

(Cristina Altman)

3.1 Considerações iniciais

Como afirmei na introdução deste trabalho, a pandemia de covid-19 não só mudou as relações entre as pessoas, mas também a forma de elas lidarem com o conhecimento. Em virtude do isolamento social, inúmeros eventos passaram a ocorrer de forma remota, e as transmissões ao vivo passaram a ser algo comum. A fala de Cristina Altman, que abre a presente seção, foi proferida num desses encontros virtuais. Mais especificamente, no dia 19 de março de 2021, quando o Brasil assistia aos efeitos deletérios do coronavírus, bem como da inabilidade do então governo para lidar com uma crise sanitária de proporções mundiais.

Na ocasião, a estudiosa fora convidada por Dermeval da Hora, professor titular da Universidade Federal da Paraíba, para participar do programa denominado “Conversas da Hora”, que o docente passou a transmitir em seu canal do YouTube. Tratava-se de um espaço para entrevistar grandes nomes da ciência da linguagem brasileira e, naquele momento, Altman contava seu percurso como pesquisadora, com especial destaque para o lançamento de seu livro *A Guerra*



Fria estruturalista, dado à estampa pela editora Parábola⁶⁸.

Da fala da autora, é digna de nota, entre outros aspectos, a metáfora empregada para caracterizar os estudos de cunho histórico cujo foco são as linguagens e as línguas. A “bonequinha russa” a que Altman se refere é a chamada matriosca, brinquedo que consiste em uma série de bonecas, geralmente feitas de madeira, colocadas uma dentro da outra⁶⁹. Para ela, a historiografia linguística seria a última dessas “bonequinhas”, ou seja, aquela que fica visível e, dentro de si, comporta as demais.



No sentido de compreender — e ampliar em alguma medida — as considerações de Cristina Altman, a presente seção se orienta em torno de dois excursos. No primeiro, procuro tratar brevemente daquilo que entendo por historiografia linguística, mais especificamente como: i.) a escrita da história do pensamento sobre a linguagem; ii.) o produto do método histórico concernente às ideias linguísticas; e iii.) um campo de estudo que intersecciona história e linguística. No segundo, defendo uma abordagem glotopolítica da historiografia, o que, aliás, procuro adotar ao longo deste trabalho.

3.2 História e historiografia: breve reflexão

A Escola dos *Annales*, como já dito na seção 1, foi fundamental para consolidar um novo paradigma histórico que não só pressupunha, como também passou a requerer uma abordagem totalizante⁷⁰, valorizando aspectos além dos já conhecidos, ou seja, políticos e econômicos. De acordo com Burke (2011 [1991], p. 10), essa nova história é “escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional [...]”.

A perspectiva tradicional, aludida pelo teórico, pode ser entendida como “a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência [...] considerado *a* maneira de se fazer história, em vez de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado” (*ibid.*, p. 10, grifo do autor). Em relação ao

⁶⁸ Por meio do *QR Code*, é possível assistir à entrevista, disponível no canal de Dermeval da Hora no YouTube.

⁶⁹ Por meio do *QR Code*, é possível visualizar as matrioscas disponíveis na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, a página do repositório explica brevemente em que consiste esse brinquedo tão emblemático da cultura russa.

⁷⁰ Em relação ao termo “totalidade”, Silva (2001) alerta que seu emprego é bem diverso do tradicional no âmbito dos estudos históricos. Nas palavras do autor: “Não se trata das grandes visões de conjunto, de uma abordagem que procura a intelegibilidade do singular dentro de um contexto mais amplo. Trata-se agora de, uma vez eleito o objeto de investigação, recortado de um real multifacetado, considerá-lo, em si, como uma totalidade. Torna-se, desta maneira, evidente que se trata de uma maneira de desconsiderar os amplos quadros conceituais, dentre eles a abordagem marxista em história. Neste contexto, a consideração sobre as ‘condições materiais de existência’ são [*sic.*] sequer consideradas e se colocadas, o são no máximo, num plano equivalente a quaisquer outros possíveis condicionamentos” (*ibid.*, p. 206).

paradigma proposto e instituído pelos *Annales*, Prost (2020 [2008]) assevera que ele conferia à história grande inteligibilidade, em razão do anseio de promover uma síntese dos fenômenos observados. Assim, relacionando “os diferentes fatores de uma situação ou de um problema, permitia compreender, a um só tempo, o todo e as partes. Tratava-se de uma história mais rica, mais viva e mais inteligente” (p. 39).

Vale ressaltar que, a partir da década de 1960, a história passou a ser criticada por outras áreas, como a linguística e a sociologia, visto que, apesar das modificações empreendidas até então, a pesquisa tendia a priorizar determinados temas. Assistiu-se, pois, a

[...] uma renovação que levou para o primeiro plano a história das mentalidades e, em seguida, a história cultural, ao pedir de empréstimo as problemáticas e os conceitos de outras ciências sociais para abordar seus próprios objetos, a partir de métodos transpostos da história econômica e social. [...]

Na década de 1960, os *Annales* designavam claramente a história a ser rejeitada e a que deveria ser feita: por um lado, a recusa da história política, factual, do tempo curto e do período pré-construído. Por outro, a história-problema de longa duração e, naturalmente, serial [...] (*ibid.*, p. 41).

Ainda de acordo com Prost (*ibid.*), o *modus operandi* adotado pelos historiadores da época foi privilegiar novos objetos e novas abordagens, renunciando, em grande medida, à pretensão inicial de se chegar a uma história global. Assim, o foco das investigações passou a ser mais limitado, o que não significou perda na qualidade dos trabalhos. Ao contrário:

Desde então, tornou-se possível fazer todo o tipo de história: a extensão ilimitada das curiosidades históricas tratadas acarretou o fracionamento dos objetos e dos estilos de análise; esse é precisamente o tema da história “em migalhas” (Dosse, 1987). Em vez de continuar a se definir através de determinado paradigma científico, a escola dos *Annales* pautou-se por sua realidade social de grupo centrado sobre uma instituição [...]. A história em migalhas não é o fim dos polos de influência, mas apenas o de sua definição em termos científicos (*ibid.*, p. 42).

Segundo Diehl (2002), nas décadas de 1980 e 1990, assistiu-se a uma perda da capacidade de a história explicar movimentos socioculturais e processos civilizatórios, dando lugar à consciência de que, àquela altura, já se vivia em um período multicultural e de interesses voltados a diversos campos. Consequentemente, tal momento de crise oportunizou a problematização do passado “no sentido de reconstruir idéias e experiências para uma cultura da mudança” (*ibid.*, p. 13).

Ademais:

A consciência de uma perda irreparável, promovida pela mudança paradigmática nas formas de produção do conhecimento, gerou o afastamento das histórias estruturais. Em seu lugar, crescem as histórias culturais. Já não são mais os modelos conceituais teóricos, aqueles capazes de dar conta da combinação explicativa, mas a memória como fonte agora passa a assumir importância. O resgate das memórias coletivas e individuais permite o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado (*ibid.*, p. 14).

Dos dizeres do historiador, merece destaque a mencionada profusão de histórias culturais⁷¹, relacionadas, a seu turno, aos mais diversos interesses. Do mesmo modo, convém ressaltar a importância da memória nessa nova fase dos estudos históricos, propiciando uma série de leituras do passado. Retomando a máxima de Ricoeur (2018), para quem a que a história é, do princípio ao fim, escrita, obviamente essa forma de “ler” o passado está invariavelmente ligada ao mister do historiador⁷²: narrar ou representar eventos ocorridos em determinada época.

Malerba (2016) alude ao “giro linguístico” como um dos principais responsáveis pela mudança no modo de se pensar e fazer a história. Nesse sentido, o modo de escrevê-la — ou seja, a *historiografia* — passou a ser o foco das discussões, já que, desde o início do século XX, ela se afastou do *status de* simples “registro da história” e se aproximou dos estudos críticos *sobre* a história.

Nos dizeres do autor,

[...] o trabalho do profissional de história exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua própria historicidade, temos de nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico (2006, p. 15).

No excerto, o teórico faz relevantes considerações acerca da impossibilidade de se pensar a história a partir do zero, isto é, sem levar em conta as produções anteriores, independentemente do paradigma ao qual se vinculam. Isso acontece porque qualquer

⁷¹ De acordo com Barros (2014), a grande proliferação de modalidades como história econômica, história cultural, entre outras não pressupõe apenas a ampliação dos interesses dos historiadores. Mais do que isso, o aumento dos campos históricos de pesquisa atesta que eles passaram a organizar a historiografia em divisões internas. Para ilustrar, o autor diz que, no século XIX, por exemplo, não se falava de “história política”, apesar de essa ser a perspectiva predominante. Em contrapartida, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a história passou a ser sucedida de adjetivos que denotam uma especificação do objeto a ser perseguido pelo historiógrafo.

⁷² Ao longo deste trabalho, os termos “historiador” e “historiógrafo” são usados indistintamente.

historiografia está inexoravelmente ligada ao contexto no qual foi produzida. Assim, ocorre uma expansão no seu sentido primeiro — de escrita da história —, passando a ser também entendida como o exercício de reflexão sobre o que já se produziu em relação à própria história.

O alargamento da compreensão do que seria a historiografia é motivado, em grande medida, pelo entendimento de que sua principal fonte geradora é “a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração” (*ibid.*, p. 17). Desse modo:

A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e / ou no alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao [sic.] historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica (*ibid.*, 17).

Como se vê, Malerba é taxativo ao afirmar que ao historiógrafo cabe revisitar as fontes já existentes acerca de seu objeto de interesse, em virtude de o conhecimento ser, por si só, histórico, refletindo indelevelmente o contexto no qual foi produzido. Por essa razão, é possível revisitar — e, por conseguinte, reescrever — a história, no sentido de buscar lacunas, inconsistências e inadequações, bem como de propor uma nova visão de determinados fatos. É justamente esse o escopo do presente trabalho, de cunho historiográfico, que problematiza o apagamento do galego na história do português.

De fato, a questão aqui perseguida tem contornos particulares, pois o foco recai sobre uma língua. Levando em consideração a existência de um campo de estudos específico — no caso, a historiografia linguística —, que se ocupa de reconstruir o conhecimento sobre a linguagem e as línguas, a ele recorro nessa empreitada.

3.3 O que quer e o que pode a historiografia linguística?

De acordo com Palma e Zanon (2023), a historiografia linguística, doravante HL, é legatária dos avanços promovidos pelos *Annales* que, como já dito, promoveram uma mudança no modo de conceber e, conseqüentemente, escrever a história. Na década de 1970, assiste-se ao nascimento da disciplina que, conforme enfatizam as autoras, se distingue da linguística histórica e da história da linguística, vigentes à época e, de acordo com Altman, se encaixam na primeira grande matriosca, da qual me ocupo na presente seção.

No que tange a uma definição da HL, valho-me da já utilizada em outros trabalhos (cf.,

por exemplo, [Zilio-]Passerini, 2019b; 2020) e que me parece sintetizar satisfatoriamente os propósitos desse campo de estudos:

A Historiografia Linguística caracteriza-se como uma disciplina que se debruça sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, mostrando suas contribuições no passado e sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e a explicá-lo (Palma, 2013, p. 235).

Tal visão é corroborada por Batista (2019), segundo o qual a HL tem, como objeto de estudo, as ideias linguísticas e seu ambiente histórico, social e cultural. Assim, deve-se ter em mente que as mencionadas ideias não podem ser investigadas *per se*, mas num contexto maior — totalizante, em termos históricos —, visto que são influenciadas pelo momento no qual são produzidas e circulam. Do mesmo modo, elas podem, em alguma medida, influenciar esse contexto, caso causem (ou incitem) ruptura no paradigma vigente até então.

A esse respeito, Altman (2021) assevera que práticas e ideias linguísticas não se desenvolvem espontaneamente, tampouco “no vazio”. Pelo contrário, mantêm ligação com “[...] outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência e das práticas que lhes são paralelas”. Destarte, não levar em conta tais aspectos

[...] é aumentar o risco de tomar como norma única e desejável de teorização e de prática de análise linguística nossa concepção contemporânea de conhecimento da linguagem. E se há interesse em reconstruir o que nossos antepassados disseram uns aos outros sobre a linguagem e as línguas, ele se traduz justamente em nos ajudar a (re)conhecer diferentes formas de vida intelectual, além das nossas [...] (*ibid.*, p. 29).

Em suma, trata-se de um campo disciplinar⁷³ — e de pesquisa, por consequência — que se ocupa da descrição, da interpretação e da análise do que já se produziu acerca da linguagem e das línguas. Partindo de tal premissa:

O pesquisador dessa história do conhecimento sobre a linguagem, o historiógrafo da linguística, é acima de tudo um linguista em diálogo com o ofício do historiador e tem como tarefa construir uma narrativa interpretativa sobre ideias e saberes, levando em conta seus agentes e seu contexto histórico. Para esse historiógrafo, a tarefa não é apenas contar o que um linguista, um gramático ou um filósofo falou sobre a linguagem em certo momento, mas ir além da superfície dos documentos históricos (os textos produzidos sobre a linguagem, como gramáticas, teorias científicas, tratados, livros didáticos, filosofias) e chegar a uma perspectiva problematizadora que terá como tarefa entender por que se pensou sobre a linguagem de determinado modo em uma época específica (Batista, 2019, p. 10).

⁷³ Mais adiante, em 3.3.3 discuto brevemente a afirmação de a HL ser, de fato, um campo disciplinar. Por ora, tal definição é válida por diferenciá-la de outras abordagens históricas no âmbito da história e mesmo da linguística.

No que tange ao diálogo entre a linguística e a história, é válido lembrar que, a depender do seu foco, o historiador da linguística precisa recorrer a outras áreas, por exemplo, filosofia, sociologia, geografia etc. Em relação aos documentos sobre os quais ele se debruça, devem ser tomados de forma aprofundada, isto é, não basta saber o que determinado autor disse a respeito de uma língua ou da linguagem; é preciso tentar compreender por que o disse, com qual objetivo e qual a repercussão desse ponto de vista no campo dos estudos linguísticos.

Ainda sobre as fontes, a que Bastos e Casagrande (2023) denominam “objetos de investigação do historiador”, as autoras as dividem em dois grandes grupos. O primeiro, formado por documentos metalinguísticos, corresponde a gramáticas, dicionários, antologias, manuais didáticos etc. Já o segundo grupo é composto de objetos não metalinguísticos, dentre os quais se destacam cartas, documentos oficiais, leis e até mesmo textos literários.

Formam-se assim as fontes documentais que são a origem de uma informação, especialmente para fins de investigação, em qualquer área de conhecimento, visando à produção da literatura acadêmica em diversos campos discursivos: comunicação, letras, direito, medicina, engenharia etc, especificamente em letras, podemos mencionar a história da língua, a historiografia linguística, a história da linguística e outros espaços discursivos como o texto, o discurso, a literatura, a crítica literária entre outros (*ibid.*, p. 211).

As estudiosas também aludem ao labor historiográfico, atestando certa unidade de conhecimento referente à escrita da história da linguagem. Nesse caso, o historiador atua “descrevendo, explicando e interpretando os conhecimentos produzidos, acerca dos fenômenos linguísticos. Resumindo: estudo do que foi dito e produzido em contextos sociais a respeito das línguas e seus fenômenos” (*ibid.*, p. 210). E aqui, uma vez mais, é possível inferir a relevância do papel do pesquisador nesse percurso, pois cabe-lhe elaborar uma “narrativa interpretativa (uma historiografia) sobre eventos situados em tempos específicos (esses eventos constituem o que se compreende por história)” (Batista, 2019, p. 10).

O processo de elaboração da referida narração é um ponto fundamental do processo de constituição da história dos estudos sobre a linguagem, pois, como já dito, nas últimas décadas, os próprios historiadores têm, com certa frequência, se debruçado sobre seu trabalho e os elementos que o constituem. Assim, é fundamental considerar, por exemplo, as continuidades e discontinuidades no processo histórico do desenvolvimento dos estudos linguísticos, já que, ao longo do tempo, se formaram diferentes perspectivas de abordagem acerca dos fenômenos da linguagem.

Nesse sentido:

A observação e a análise dos movimentos de continuidades e descontinuidades na história da produção de estudos sobre a linguagem podem nos conduzir à reafirmação de que paradigmas científicos e intelectuais são essencialmente construções teóricas e especulativas em busca de explicações a respeito da natureza e do funcionamento da linguagem (Batista, 2019, p. 11).

Por essa razão, ao considerar o incessante fluxo de continuidades e descontinuidades, o historiógrafo da linguística precisa também verificar a permanência ou o advento de paradigmas. Vale ressaltar que a suplantação de um paradigma não se dá de modo repentino; antes, um novo ponto de vista deve ser posto incontáveis vezes à prova, angariar pesquisadores, formar comunidades para, então, se tornar dominante. Ainda assim, é possível coexistir mais de um paradigma em determinado ramo do conhecimento, tal qual acontece com a própria história que, como afirmei anteriormente, ainda conta com dois paradigmas distintos — o tradicional e o moderno (cf. seção 1 deste trabalho).

Ainda sobre a narrativa historiográfica, Batista (2023) sinaliza a necessidade de se articularem três pontos de vista, quais sejam:

- o teórico, por meio do qual se reconstrói a chamada *história interna* da língua, perscrutando e examinando aspectos teóricos e metodológicos vigentes à época em que se produziu o documento em análise;
- o social, baseado na análise de diversos contextos, entre eles, o educacional, o cultural, o social, o político etc., em um processo de reconstrução da chamada *história externa*;
- o histórico, instituído por meio da delimitação de periodizações atinentes ao objeto de estudo, por meio do qual o historiógrafo pode delimitar sucessões de continuidades ou descontinuidades, bem como a manutenção ou ruptura de paradigmas.

O autor adverte, entretanto, que tais dimensões não podem ser tomadas isoladamente.

Pelo contrário:

A interpretação passa a estar presente quando os historiógrafos da linguística identificam articulações entre as dimensões social e cognitiva em diálogo com movimentos na corrente histórica. Com isso, se quer entender que uma atividade interpretativa paira acima de dados provenientes dos documentos históricos e da temporalidade a eles associada. Isso porque a atitude interpretativa hierarquiza e ordena dados para, a partir deles, estabelecer correlações explicativas em torno de uma problematização estabelecida no eixo do ponto de vista adotado por um(a) historiógrafo(a) (*ibid.*, p. 178).

Considerando o fato de já ter tratado, em outras publicações, de pontos mais gerais da HL, optei por, nesta subseção, abordar aspectos outros, amparando-me na própria polissemia do termo historiografia. Assim, não pretendo discutir, por exemplo, se ela é ou não científica, pois, além de tê-lo feito em [Zilio-]Passerini (2019b), acredito que a questão, afora o fato de repetir um discurso positivista já suplantado, se encontra assentada no atual estado da arte desse ramo do conhecimento, inclusive pelo fato de a própria ciência, tal qual comentei na seção 1, se encontrar num processo de crise paradigmática, conforme assinala Boaventura Santos (1985).

Isso posto, neste segundo excuro, após ter abordado aspectos que considero essenciais da HL, abordados por diferentes autores na última década e meia, interessa-me destacar três possibilidades de entendimento do que ela pode ser no âmbito dos estudos linguísticos. É o que faço brevemente nos próximos subitens.

3.3.1 A historiografia linguística como a escrita da história do pensamento sobre a linguagem

Retomando as palavras de Altman (2021) que encimam a presente seção, a pesquisadora alude a uma “história do conhecimento sobre as linguagens e as línguas”. A meu ver, tal caracterização é deveras relevante para definir as bases sobre as quais se ancora a HL, que, como já se viu, pretendia ser, desde seu surgimento, uma nova forma de compreender o desenvolvimento dos estudos de perspectiva linguística.

Nessa primeira acepção, que defendo como fundamental, promovo um retorno à origem do termo no cerne dos estudos históricos. Até porque, a HL, legatária de tais estudos, não pode ter uma vida “independente” daquilo que preconiza a história — aqui entendida como disciplina fundamental do campo das chamadas Humanidades. Logo, se, para os historiadores, a historiografia — cujo étimo remonta ao grego, embora seja um neologismo que chegou ao português no século XVIII via francês (Cunha, 2015) — consiste no processo de escrita da história, essa deve ser a perspectiva a ser adotada pelos historiógrafos da linguística.

Assim, em maior ou menor medida, a HL também é uma escrita da história daquilo que se produziu — e se produz — sobre as línguas. Tal pensamento encontra guarida no próprio Koerner (1994), que, em um de seus inúmeros estudos sobre a HL, testifica:

Atualmente, a ‘historiografia linguística’ deve ser entendida como uma atividade consciente metodológica e epistemologicamente da escrita da história, como a esperaríamos da historiografia de qualquer outra ciência. A história da linguística amadureceu, tendo-se consolidado como uma disciplina *bona fide* de interesse acadêmico (p. 17).

Como se vê, o teórico não aparta a HL do sentido de escrita da história. Pelo contrário,

esclarece que essa escrita deve ser epistemológica e metodologicamente fundamentada, a fim de não se incorrer em narrativas como as que vigoravam até o surgimento da disciplina. A mesma posição é mantida por Swiggers (2019), que define a HL como “a atividade *cientificamente fundamentada, de escrever a história do estudo sobre a linguagem* (p. 19, grifos do autor).

Para ambos os teóricos, que, como sabemos são considerados os fundadores da HL, a fundamentação científica reside justamente em aspectos epistemológicos e metodológicos. No que diz respeito ao método, Rüssen (2015) oportunamente lembra que o termo, em grego, significa originalmente caminho, haja vista ser composto da palavra οδός (*othós*) —, que remete à ideia de percurso ou até mesmo de rua, no sentido que *lhe* é atribuído em grego moderno. Partindo de tal premissa, o método deve ser compreendido como o “itinerário a ser percorrido pelo pensamento, a fim de obter um conhecimento fundamentável” (*ibid.*, p. 170-171).

A presença do método, tão cara à HL, também é fundamental para a história, que, tal como a entendemos atualmente é orientada pelo chamado “método histórico”, que pode ser entendido como

[...] a suma de todas as regras que determinam o pensamento histórico enquanto processo de pesquisa. Pesquisa guiada por regras confere ao conhecimento histórico justamente aquela capacidade de fundamentar o que caracteriza como ciência. Dificilmente se pode pôr em dúvida a existência de tais regras. Menos diretamente perceptível é, todavia, a existência de uma correção sistemática entre essas regras que se possa chamar de “o método histórico” (*ibid.*, p. 170).

Ainda que o teórico retome a ideia de ciência para corroborar a pertinência do método para história, merece destaque o fato de ele situar esse método no âmbito da pesquisa histórica, algo que outros pensadores, como Ricoeur (2018), buscam aclarar. Como bem assinala este último, “a história é, do começo ao fim, escrita”, e o processo de registrá-la contempla três grandes fases.

A primeira, de caráter documental, consiste no estabelecimento dos documentos que orientarão o trabalho do historiador, sobre os quais ele se debruçará a fim de encontrar pistas daquilo que pretende compreender. A segunda, de cunho hermenêutico, corresponde ao processo de reflexão sobre as fontes documentais, por meio do qual se busca um entendimento para o desenrolar dos fatos e as razões pelas quais eles se encaminham desta ou daquela maneira. Por fim, a terceira fase, por ele chamada de operação histórica ou historiográfica, concerne à escrita propriamente dita da história, por meio da qual se busca reconstruir algum momento do passado. E aqui vale ressaltar que:

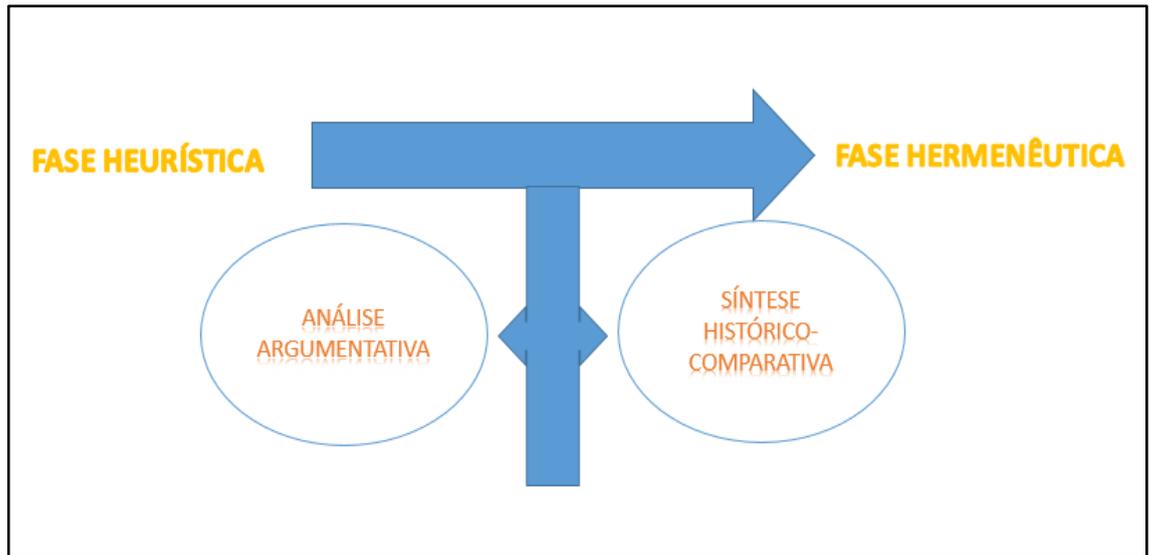
A utilização dos adjetivos “*histórica ou historiográfica*” em posição sinonímica ilustra a questão por nós levantada, pois, nos passos propostos por Ricoeur, o labor *histórico/historiográfico* se funde na busca documental, na explicação e na “materialização” do discurso histórico, por meio da narrativa. Nesse sentido, *história e historiografia* seriam, *ipso facto*, indissociáveis ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 57-58, grifos do original).

No que se refere à HL, um de seus maiores pontos de destaque é o fato de ela se ocupar, desde o início, de delimitar um método claro de pesquisa, em franca oposição às histórias da linguística que até então circulavam, orientadas por um paradigma tradicional de história, ligado, por sua vez, à narrativa cronológica de fatos de relevo, desencadeados, muitas vezes, pelas ações de personalidades abordadas de forma heroica. Nesse quesito, Koerner e Swiggers também se ocupam de delinear as linhas-mestras que devem ordenar o trabalho do historiógrafo da linguística. E aqui reproduzo as orientações dadas por Swiggers (2010) no que consiste às etapas do labor historiográfico:

A historiografia linguística tem que partir de uma fase heurística, e avançar através de uma análise “argumentativa” e de uma síntese histórico-comparativa, em direção a uma hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento/*know-how* linguístico. Ela pergunta e tenta responder questões do tipo: como o conhecimento linguístico foi adquirido? como foi formulado? como foi difundido? (em círculos ‘participativos’?) como tem sido preservado? Porque foi preservado (ou perdido), e de que maneira? quais tem sido as relações (em termos de influência, poder, longevidade curta ou ampla, etc.) entre as “extensões” coexistentes ou subsequentes ao conhecimento linguístico? (p.2-3).

Como já apontado em [Zilio-]Passerini (2019b), o fragmento mostra a existência de um *continuum* entre a fase heurística, que corresponde à busca das fontes, e a fase hermenêutica, que consiste na interpretação dos fatos propriamente dita. Para facilitar a compreensão das fases delimitadas pelo teórico, recorro ao seguinte organograma:

Figura 1: As duas fases da historiografia linguística de acordo com Swiggers (2010)



Fonte: [Zilio-]Passerini, 2019b.

Como se vê, o percurso entre a fase heurística e a hermenêutica é marcado por duas ações que subjazem a ambas as fases, a saber: a análise argumentativa e a síntese histórico-comparativa. Na primeira, procede-se ao exame das fontes, verificando pontos de vista defendidos pelos autores; na segunda, levam-se em conta aspectos externos ao documento, mas que, como já dito, são cruciais para a elaboração de narrativas interpretativas.

Acerca de tais procedimentos, Altman (2021, p. 36) assim se pronuncia:

A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (história *rerum gestarum*) para o quadro de reflexão construído pelo historiógrafo.

As ações empreendidas pelo historiador — selecionar, ordenar, reconstruir e interpretar — estão, em grande medida relacionadas às fases preconizadas por Swiggers (*ibid.*). E aqui merece destaque o fato de o percurso proposto tanto por ele quanto pela teórica brasileira estarem indelevelmente ligados ao método histórico, conforme se pode observar no próximo quadro:

Quadro 1: Esquema das operações metódicas da pesquisa histórica

Métodos	Operações	Regulação, critérios
Heurística I	Elaboração de perguntas que apreendam determinado campo da experiência histórica	Inovação com respeito ao acervo de saber
Heurística II	Achar, identificar e apreender a documentação do acontecimento no passado, pertinente à pergunta	Nova apreensão de fontes conhecidas; obtenção de novas fontes
Heurística III	Distinção entre tradição e vestígio como qualidades da manifestação de acontecimento passado	Separação analítica entre determinação de sentido e faticidade
Crítica	Obtenção de informações controláveis sobre o acontecimento do passado na documentação do presente Crítica externa das fontes: controle da autenticidade; descoberta de falsificações Crítica interna das fontes: controle da confiabilidade do conteúdo informativo das fontes	Constatação de fatos com auxílio de ciências especializadas (“ciências auxiliares”) Autenticação de origem, contemporaneidade da linguagem, etc. Proximidade temporal, possibilidade objetiva, compatibilidade com o acervo de saber
Intepretação	Conectar os fatos obtidos criticamente em sequências temporais narráveis e capazes de explicar	Teorização de representações de sequências temporais; critérios reflexivos de significância

Fonte: Rüsen (2015, p. 188).

Comparando-se o quadro de Rüsen (2015) às predições de Swiggers (2010), é possível notar muitas semelhanças, o que atesta a relação indissociável entre a HL e a história. Todavia, é preciso esclarecer que, no caso do historiador alemão, as etapas por ele enumeradas referem-se a um momento anterior à escrita da história, o que equivaleria à fase heurística mencionada por Swiggers, à qual, segundo o estudioso, deveriam suceder uma análise argumentativa e uma síntese histórico-comparativa, também contempladas por Rüsen.

De todos os aspectos contemplados no quadro, destaco o item denominado “proximidade temporal”, pois, a meu ver, no campo dos estudos históricos sobre a linguagem, tal aspecto pode trazer consequências inesperadas, como o caso dos anacronismos. Koerner (1996 [1993]) a eles se refere ao tratar da questão da metalinguagem, tão cara quando se procede ao exame de instrumentos linguísticos muito recuados no tempo. Em suas palavras:

Quando trata de determinado assunto no âmbito da história da linguística, o historiógrafo não pode fugir à questão, especialmente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo a tentar torná-las acessíveis ao leitor do presente e a tentar não distorcer a intenção e significado originais. A menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos há muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento, entretanto, tem levado a inúmeras sérias distorções na historiografia linguística e qualquer historiógrafo perspicaz deve perceber as armadilhas e voltar-se para a questão da ‘metalinguagem’, isto é, a linguagem empregue para descrever ideias passadas sobre linguagem e linguística.

Dito de outro modo, quando se trabalha com fontes mais antigas, tende-se a querer aproximar o conhecimento exarado nesses documentos ao que se encontra em vigor no momento que se reconstrói a história. Essa atitude, por si, não é condenável, pois pode facilitar a compreensão do público, valendo-se de termos atuais para explicar aos outrora utilizados. Contudo, é preciso ter cuidado ao promover tais aproximações, a fim de não incorrer em anacronismos ou afirmações inadequadas e sem fundamentação histórica.

No intuito de mitigar tal problema, o teórico propõe três princípios básicos que devem nortear o trabalho do historiógrafo da linguística. São eles:

- a) O princípio da *contextualização*: baseado no estabelecimento do *clima de opinião* do período que se pretende historiografar. Nesse momento, devem ser levados em conta fatores importantes da época, que teriam influenciado a teoria linguística vigente.
- b) O princípio da *imanência*: relacionado à análise documental sob os mais diversos aspectos, entre eles o *histórico, o crítico e até mesmo o filológico*. Nessa etapa, consideram-se as teorias vigentes na época da produção do documento, sem que se faça qualquer aproximação teórica com o atual estado da arte dos estudos linguísticos.
- c) O princípio da *adequação*: caracterizado pela síntese comparativa entre as concepções registradas na obra e as do momento em que se empreende a análise. Esse movimento pode ser importante para a compreensão de algumas ideias contidas no documento quando ele apresenta conceitos muito distintos dos ditos mais contemporâneos ([Zilio-Passerini, 2019b, p. 81, grifos do original]).

Vale lembrar que tanto os princípios de Koerner (1996 [1995]) quanto as fases propostas por Swiggers (2010) costumam balizar, ao menos no Brasil, as pesquisas empreendidas no

âmbito da HL. No presente trabalho, eles foram por mim utilizados e serão brevemente retomados na próxima seção, na qual se inicia a análise dos *corpora* selecionados para a pesquisa.

Em suma, a HL, entendida em sua acepção primeira como *escrita da história dos estudos sobre a linguagem*, abrange uma série de procedimentos a serem adotados pelo historiógrafo, no sentido de tornar o processo de reconstrução do passado mais próximo do que preconizam as novas correntes da história, vigentes desde o surgimento dos *Annales*. Nesse sentido, ela gera um produto que, a meu ver, também deve ser entendido como uma historiografia da linguística, visão da qual me ocupo no próximo subitem.

3.3.2 A historiografia linguística como produto do método histórico

Retomando mais uma vez as palavras de Altman, utilizadas como epígrafe desta seção, destaco outro ponto relevante para se compreender em que consiste a HL. Ao afirmar que “A historiografia é o estudo teórico-metodológico da história [...] e, ao mesmo tempo, um texto sobre essa história”, a estudiosa traz uma informação de relevo, no sentido de considerar a historiografia *um texto sobre a história*.

A partir de tal afirmação, é possível depreender uma das acepções do termo “historiografia”, obviamente oriunda da mudança de paradigma promovida pela Escola dos *Annales*. Nessa perspectiva, ele é entendido como um estudo crítico acerca do que já se produziu no âmbito da história, com vistas a corroborar ou refutar determinados postulados, corrigindo ou reafirmando determinadas “verdades” veiculadas por meio de textos históricos.

Vale salientar que, ao contrário de outros campos do conhecimento, a história mantém intrínseca relação com a escrita. A bem da verdade, a primeira depende da segunda para se constituir. De acordo com Rüsen (2015, p. 189):

A historiografia é um processo peculiar de construção de sentido. Isso fica claro não apenas nas diversas formas e maneiras como é tratada no âmbito de uma teoria da história, mas também no trabalho cotidiano das historiadoras e dos historiadores. Antes de os resultados da pesquisa serem fixados por escrito, tais resultados precisam ter sido obtidos. Isso não quer dizer, contudo, que esses resultados devam estar completos para assumir a forma de texto. É justamente o contrário que ocorre: os resultados só ficam completos e passam a ser vistos como tais por seus autores quando enfim devidamente formulados. Formular pertence também ao processo de conhecer, embora se distinga da elaboração metódica do saber histórico obtido da experiência do passado. O escrever insere nos resultados de pesquisa algo que ainda não está presente na interpretação.

Das palavras do autor, destaco o fato de os resultados de uma pesquisa de cunho histórico só se apresentarem efetivamente a partir do momento em que são escritos. Desse modo, a historiografia figura como corolário do trabalho empreendido pelo historiador, não só no sentido de trazer a público uma nova reconstrução do passado, mas também de possibilitar que a pesquisa seja, de fato, consolidada, pois a escrita é condição *sine qua non* para se chegar à história, independentemente de qual seja ela e a que se dedique.

Partindo de tais pressupostos, pode-se pensar que, ao longo do processo histórico, cujo corolário é a escrita de uma história, o resultado do processo historiográfico é uma historiografia. E aqui me amparo em Malerba (2006, p. 22-23, grifo do autor) ao afirmar que:

Do que podemos rapidamente refletir acerca do conceito de historiografia, como produto intelectual dos historiadores, mas antes enquanto *práticas culturais* necessárias de orientação social — portanto, enquanto produto da experiência histórica da humanidade —, podemos concluir que ela se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica. Talvez em função desta mesma interpolação que lhe é inerente, resulta a permanente dificuldade em circunscrever a historiografia como legítimo campo de investigação. Ela estará sempre, dado seu próprio estatuto, vinculada a uma história das ideias e dos conceitos, portanto uma história necessariamente conceitual.”

Do fragmento, ressalto o fato de o autor considerar a historiografia um *produto intelectual* dos historiadores. Ora, uma vez estabelecido um estudo crítico *sobre* a história, o resultado desse estudo não pode ser outra coisa que não uma nova forma de reconstruir a história. Assim, a cada nova pesquisa que se ocupe de promover uma crítica às produções em circulação, tem-se, em certa medida, uma nova versão da história analisada. Tal visão é corroborada por Barros (2014 [2011], p. 100):

O “problema”, por outro lado, está na base que pode ser referido a uma Teoria da História, a uma certa maneira de “ver” a historiografia de maneira geral ou a um certo modo de conceber certo processo histórico especificamente. Quando um determinado problema é formulado pelo historiador, quando ele propõe certas hipóteses, quando ele instrumentaliza certos conceitos, reconstrói-se a história de uma nova maneira.

Retornando às considerações feitas por Malerba (2006), o pesquisador afirma ser a historiografia, ao mesmo tempo objeto e fonte histórica. Considerando-se que a história se constitui *na e pela* escrita, o fato de ela figurar como *fonte histórica* mostra que, ao se promover um estudo crítico, se cria invariavelmente uma nova fonte histórica, retroalimentando o processo histórico e ampliando-se as possibilidades de novas pesquisas e diálogos.

A esse respeito, Prost 2020 [2008] assevera que o processo de escrita da história nunca estará finalizado, pois a forma mais simples de fazê-la avançar, segundo o teórico, é justamente

a tentativa de preencher lacunas. Destarte, sempre será “[...] necessário retomar incessantemente a história, levando em consideração novas questões e novos conhecimentos” [...] Daí resulta que todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma história da história”. Embora o autor empregue o termo “história”, haja vista que sua análise se dá especificamente em relação a esse campo disciplinar, claro está que ele só se pode constituir por meio de historiografias, ou seja, de escritas da história, que nada mais são do que novas histórias.

Considerada a historiografia uma *fonte histórica*, ficam evidentes tanto a sua historicidade quanto sua realização efetiva enquanto texto. Assim:

O conhecimento científico obtido pela pesquisa, com efeito, exprime-se na historiografia, para a qual as *formas de apresentação* desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa. Os processos metodicamente regulados de pesquisa, no conhecimento histórico, culminam nas formas de apresentação, entendidas como quarto fator do pensamento histórico, ao lado do interesse, dos critérios de ação e do método de pesquisa empírica (Malerba, 2006, p. 21, grifo do autor).

A respeito da historicidade desse produto, ela pode ser comprovada, por exemplo, pelas notas à margem, tão características de textos históricos. De acordo com Prost (2020 [2008], p. 235), a função delas é remeter “o leitor para fora do texto, indicando-lhe documentos existentes, disponíveis em determinado lugar, que permitiram a reconstrução do passado”. Do mesmo modo, esses textos se caracterizam pelas várias referências a outros historiadores, pois:

Além de pretender mostrar, desse modo, seu pertencimento à profissão, o autor do novo livro sublinha o fato de que, ao inserir-se em uma espécie de hipertexto coletivo, seu estudo vem completá-lo em determinados aspectos e contradizê-lo ou renová-lo em outros. Na maior parte das vezes, ele contenta-se em retomar, à sua maneira, esse discurso coletivo, sem chegar a renová-lo realmente, mas não deixa de invocar sua iniciativa (*ibid.*, p. 239)

Por fim, com vistas a caracterizar a HL como produto do método histórico, recorro a Batista (2020, p. 35), que assim se pronuncia:

Há, portanto, uma construção dinâmica de um fato histórico (elaborado no discurso do historiador/históriógrafo), selecionado e legitimado pela narrativa historiográfica. Essa visão considera essa narrativa como produto discursivo, elaborado e construído a partir de propósitos variados daquele que se coloca na posição do historiador/históriógrafo.

Estabelecida essa segunda acepção, passo à última por mim selecionada que, segundo penso, é de grande valia para entender a abrangência da HL. Antes, retomo a fala de Malerba (2006), que assinala a dificuldade de se circunscrever a historiografia como “legítimo campo de investigação”. Transferindo essa mesma problemática para o campo da HL, procuro

desenvolvê-la, ainda que brevemente, no próximo subitem.

3.3.3 A historiografia linguística como campo de estudos

A terceira e última acepção de HL da qual me ocupo se baseia na premissa de que, desde o surgimento dessa nova forma de analisar e (re)escrever a história dos estudos sobre a linguagem, os pesquisadores têm se ocupado de definir as linhas-mestras que norteiam as investigações nessa perspectiva. Por conseguinte, produziram-se inúmeros estudos tanto de caráter historiográfico propriamente dito quanto de caráter meta-historiográfico.

Na visão de Batista (2020, p. 38), a HL deve ser entendida como “o campo e a disciplina dos estudos linguísticos que se preocupa em descrever, analisar e interpretar as abordagens (de naturezas diversas, em diferentes materiais, em recortes temporais e sociais diversificados) sobre a linguagem humana”. Aqui se pode ver que o autor diz se tratar de um “campo” e ao mesmo tempo “disciplina”.

A fim de verificar a pertinência de tal afirmação, recorro a Barros (2011), para quem o estabelecimento de um campo disciplinar depende de uma série de fatores, dentre os quais se destacam: i.) campo de interesses; ii.) singularidades; iii.) campos intradisciplinares; iv.) aspectos expressivos; v.) aspectos metodológicos; vi.) aspectos teóricos; vii.) oposições e diálogos interdisciplinares; viii.) interditos; ix.) rede humana; e x.) olhar sobre si. Considerando-se todos esses aspectos, a afirmação de Batista (*ibid.*) pode ser, de certo modo, questionada já que a HL, em seu atual estado da arte, ainda não contempla todos esses requisitos.

Com relação ao “campo de interesses”, ela tem bem delineado o seu escopo de, nos dizeres do próprio Batista (*ibid.*), “descrever, analisar e interpretar as abordagens que se ocupam da linguagem humana”. Convém ressaltar que o adjetivo “linguístico” que acompanha o sintagma “historiografia linguística” não se refere apenas aos estudos desenvolvidos a partir do estabelecimento da linguística tal qual ela é conhecida hodiernamente, mas sim de toda e qualquer forma de se pensar (sobre) a linguagem e, por extensão, as línguas.

Nas palavras de Altman (2021, p. 25):

De fato, a primeira dificuldade daquele que se lança à tarefa de escrever a história da linguística é estabelecer o que deve ser incluído no escopo do termo ‘linguística’ — e suas variantes —, sem o que qualquer tentativa de historização não encontra seu(s) objeto(s) material (is) de observação e qualquer tentativa de periodização se torna inexequível. O primeiro desafio do historiógrafo da linguística reside na explicitação dos limites do seu domínio e na enumeração de seus objetos possíveis [...]

Não há razão alguma por que devam ser excluídos das historiografias linguísticas contemporâneas que se propõem abrangentes, ou mesmo daquelas

mais especializadas, que se erigem a partir de problemas específicos e das respostas dadas a esses problemas. De uma perspectiva ampla, o termo ‘linguística’ pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem feito pelo homem, onde quer que se encontrem vestígios de documentação.

No que tange às “singularidades”, ou seja, aos aspectos que particularizam determinado campo disciplinar, é possível afirmar que a HL também as apresenta, já que se distingue, por exemplo, da história da linguística tradicional e até mesmo de outros campos que se ocupam de questões históricas. Dentre eles, podem-se citar a filologia — aqui entendida como estudo do desenvolvimento de determinada língua com base em fontes históricas e como “crítica textual”, que se ocupa de recuperar, analisar e interpretar o nascimento dos textos e sua transmissão ao longo dos séculos — a linguística histórica e as tradições discursivas.

Sobre os “campos intradisciplinares”, que, como explica o próprio Barros (*ibid.*) consistem em especializações e desdobramentos internos, segundo penso, a HL ainda carece de desenvolvê-los. Vale lembrar que, com o presente trabalho, pretendo, em alguma medida, promover uma ampliação daquilo que já se produziu nessa linha de pesquisa, na tentativa de realizar uma abordagem glotopolítica da história do português.

Em relação aos “aspectos expressivos”, ou seja, o modo de se exprimir próprio de determinada área de conhecimento, eles estão presentes na HL. Isso porque, como já dito, ela se materializa por meio da escrita e, para tanto, lança mão de vocabulário próprio e de uma forma particular de (re)escrever e interpretar a história dos estudos sobre a linguagem.

Nos dizeres de Batista (2019, grifo do autor),

[...] a narração historiográfica é localizada em um ponto de vista: historiografia é uma interpretação, ancorada em perspectivas teóricas e procedimentos metodológicos, que leva em conta elementos internos e externos a um tipo de conhecimento, expresso por meio de textos que linguistas, gramáticos, filósofos escrevem (*camada documental*) sobre a linguagem e seus elementos.

Altman (2021, p. 33), a seu turno, assevera:

De todo modo, se algum consenso há entre aqueles que nos últimos anos têm-se debruçado sobre a atividade historiográfica em linguística, é que um trabalho de tal natureza não se resume a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem. Historiografias não são ‘crônicas’, ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem. [...] A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume uma atividade de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos, a partir de um conjunto de procedimentos básicos minimamente consensuais, tais como a dupla competência em história e linguística da parte do historiógrafo

Da fala de ambos os autores, destaca-se a menção a procedimentos metodológicos, o que se configura como o próximo aspecto elencado por Barros (2014 [2011]). Em grande medida, eles estão delineados na HL, pois, desde seu surgimento, os teóricos que a fundaram têm-se ocupado de estabelecer princípios para se realizar uma historiografia diferente das que circularam sob a égide do paradigma tradicional. Embora as premissas que ordenam o método da HL sejam legatárias do método histórico, como já mostrei no primeiro subitem, não se pode afirmar que, nessa vertente de estudo, inexistam orientações metodológicas.

Acerca dos “aspectos teóricos”, que consistem nos modos de enxergar e conceber a realidade, é possível pensar que, embora estejam ainda num estágio inicial, eles têm sido perseguidos por uma série de pesquisadores empenhados em discutir aspectos meta-historiográficos. Entretanto, se comparada à história, por exemplo, a HL ainda não dispõe, de fato, de uma teoria propriamente dita.

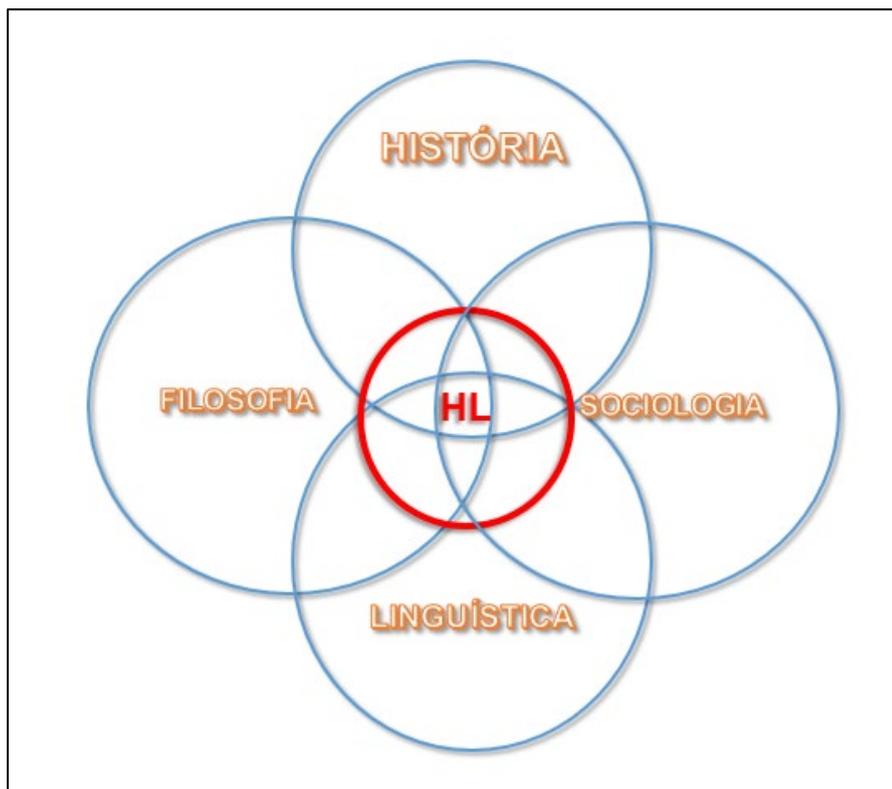
Aí reside, a meu ver, a questão fundamental de situar a HL tanto no campo da história quanto da linguística de modo mais efetivo. Para isso, é preciso desenvolver uma teoria que contemple tal posição. Sobre esse aspecto, Batista (2019) alude à necessidade de haver um estatuto surgido do entrecruzamento das duas disciplinas. Mais especificamente:

O estabelecimento de um estatuto deve levar em conta questões como: ela é uma ciência de base ou aplicada?; onde começa e termina seu domínio de estudos? Essa última questão aponta para a necessidade de determinação dos limites de inclusão e exclusão de tópicos a serem abordados por uma área de pesquisa ou de investigação intelectual, ponto de resolução nem sempre fácil (p. 14).

No que se refere às “oposições e diálogos interdisciplinares”, vale lembrar que a HL, desde seu surgimento, foi considerada uma atividade interdisciplinar, pois, como já dito, dialoga com uma série de disciplinas, entre as quais, a filosofia, a sociologia e a própria linguística. Do mesmo modo, ela existe em função de uma oposição à história da linguística, entendida como uma forma tradicional, cronológica e, em alguns momentos, “hagiográfica” de tratar de questões linguísticas e de teóricos que delas se ocuparam no decurso do tempo. A fim de ilustrar as relações estabelecidas entre a HL e outras disciplinas — ainda que aprioristicamente ⁷⁴—, reproduzo a imagem a seguir:

⁷⁴ Digo aprioristicamente porque, além das disciplinas mais próximas, como as exaradas na figura, a HL pode estabelecer diálogo com outras, a depender do objeto estudado pelo historiógrafo.

Figura 2: A HL e a intersecção de diferentes campos do saber



Fonte: [Zilio-]Passerini, 2019b.

Acerca dos “interditos”, que, conforme define Barros (*ibid.*, p. 20) são aquilo “que é proibido aos seus praticantes e que define o lado de fora da disciplina”, eles se encontram, em certa medida, postos a todos os que pretendem se lançar à pesquisa em HL. No caso, o principal deles — e que, diga-se de passagem, fundamenta sua gênese e seu desenvolvimento — é a “proibição” de se proceder a uma análise/reescrita de textos baseada em premissas “tradicionais” da história. Com vistas a comprovar tal constatação, recorro a Batista (2020, p. 45), para quem

a reconstrução historiográfica deve estar acompanhada de argumentos que recuperem práticas de tratamento linguístico, sempre tendo em vista a observação analítica, e não apenas registros que fazem paráfrases de outras obras, e, desse modo, não vão além de recontar o que um autor fez, deixando de lado a contribuição essencial da historiografia: um olhar interpretativo que procura entender as razões de determinado trabalho apresentar as características que o definem.

No que concerne à chamada “rede humana”, entendida como a formação de um corpo considerável de pesquisadores, apesar de sua origem recente, a HL tem ampliado, ao longo de mais de quatro décadas, o número de estudiosos que produzem conhecimento com base nas perspectivas determinadas pelos teóricos. Uma breve pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa mostra a existência de alguns grupos chancelados pela HL, como se pode ver no próximo quadro⁷⁵:



Quadro 2: Grupos de pesquisa sob a chancela da HL no Brasil

Nome do grupo	Universidade	Ano de fundação	Líderes
Historiografia da Língua Portuguesa	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	1996	Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos Nancy dos Santos Casagrande
Historiografia Linguística – CEDOCH – DL	Universidade de São Paulo (USP)	2007	Olga Ferreira Coelho Sansone
Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	2015	Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos Meryane Sousa Oliveira
Historiografia e construção da Gramática	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2016	Maria Carlota Amaral Paixão Rosa

⁷⁵ À guisa de esclarecimento, para proceder à busca, inicialmente inseri o descritor HISTORIOGRAFIA na barra de pesquisa da plataforma, procedimento do qual resultaram 74 entradas. Em seguida, foram selecionados apenas os grupos enquadrados nas áreas de Letras e Linguística. Por fim, ao abrir a página de cada um desses grupos, optei por considerar apenas aqueles que mencionavam diretamente a HL no descritivo das repercussões dos trabalhos. Assim, ficaram de fora alguns grupos que, embora mencionassem, por exemplo, a historiografia da língua portuguesa, não aludiam especificamente à área de pesquisa em questão. Por meio do *QR Code*, é possível acessar a página dos resultados iniciais da busca.

HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de línguas	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2017	Francisco Eduardo Vieira da Silva Leonardo Gueiros da Silva
Imago – Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem	Universidade Federal de Goiás	2017	Sebastião Elias Milani

Fonte: Elaboração própria⁷⁶

Como se vê, o grupo “Historiografia da Língua Portuguesa”, filiado à PUC-SP, é o mais antigo, em atividade desde 1996. Em seguida, tem-se o CEDOCH, filiado à USP, ativo desde 2007. Os demais grupos são todos fundados a partir da década de 2010, e estão vinculados a universidades do Sudeste (UFRJ), do Centro-Oeste (UFG) e do Nordeste (UFPI, UFPB). Com isso, verifica-se o crescimento no interesse pelos estudos historiográficos da linguística.

Finalmente, em relação ao “olhar sobre si”, é possível afirmar que os pesquisadores em HL lançam mão de tal ato. Prova disso é a já mencionada existência de uma série de estudos, cada vez mais comuns, de caráter meta-historiográfico, ou seja, que visam a lançar um olhar sobre a própria disciplina.

Como exemplo da profusão de estudos meta-historiográficos, podem-se citar: i.) a obra *Historiografia da Linguística*, organizada por Ronaldo de Oliveira Batista e publicada em 2019, da qual constam cinco capítulos nos quais se discutem aspectos fundamentais da HL; ii.) a obra *Questões em historiografia da linguística: Homenagem a Cristina Altman*, organizada por Ronaldo de Oliveira Batista e por Neusa Barbosa Bastos, publicada em 2020, na qual se faz, além do tributo a Altman, um estudo aprofundado de aspectos teóricos da hl e suas possíveis confluências; e iii.) a obra *Tópicos em Historiografia da Linguística: das práticas linguísticas à meta-historiografia*, organizada por Marli Quadros Leite, Maria Mercedes Saraiva Hackerott e Cíntia Cardoso de Siqueira e publicada em 2023, cuja segunda parte é dedicada a estudos de

⁷⁶ À guisa de esclarecimento, para proceder à busca, inicialmente inseri o descritor HISTORIOGRAFIA na barra de pesquisa da plataforma, procedimento do qual resultaram 74 entradas. Em seguida, foram selecionados apenas os grupos relacionados às áreas de Letras e Linguística. Por fim, ao abrir a página de cada um desses grupos, optei por considerar apenas aqueles que mencionavam diretamente a hl no descritivo das repercussões dos trabalhos. Assim, ficaram de fora do quadro alguns grupos que, embora mencionassem, por exemplo, a historiografia da língua portuguesa, não aludiam especificamente à área de pesquisa em questão.

caráter meta-historiográfico, empreendidos por competentes e experientes pesquisadores brasileiros da área.

Feitas essas observações e, apresentadas as três concepções de HL que julgo mais relevantes, passo, no próximo subitem, a explicar as possibilidades — e até mesmo a necessidade — de se promover uma historiografia linguística em perspectiva glotopolítica.

3.4 Por uma historiografia linguística em perspectiva glotopolítica

Antes de discutir o que entendo por *historiografia linguística em perspectiva glotopolítica*, recorro à memória para explicar por que decidir empreender a pesquisa que ora se concretiza. Como já disse anteriormente, ela figura como continuação de minha dissertação de mestrado, na qual também me ocupei do galego na origem da história do português.

No dia de minha qualificação, da qual participaram, além de minha orientadora — a Profa. Dra. Dieli Vesaro Palma —, a saudosa Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero e o Prof. Dr. Xoán Lagares, este último, após tecer suas considerações e apresentar valiosas contribuições à minha investigação, alertou-me para o fato de que meu trabalho era claramente ligado à glotopolítica. Muito embora eu tivesse tido contato com a temática por meio da revisão da obra *Qual política linguística*, de autoria do próprio Lagares, não tinha me ocorrido colocar em diálogo essas duas vertentes.

No ano seguinte, ao submeter meu projeto ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, da PUC-SP, optei por elaborar uma proposta que, seguindo a observação do professor, evidenciasse o teor glotopolítico do apagamento do galego na história do português. Ao longo do processo de busca de novas fontes epi-historiográficas, cheguei à conclusão de que, assim como eu, inúmeros outros historiógrafos da linguística trataram, em seus trabalhos, de ações glotopolíticas sem, de fato, mencioná-las como tal.

Algum tempo depois, tomei contato com a obra, recém-lançada à época, *Seis desafios para a Historiografia do Novo Milênio* (2019), na qual José D'Assunção Barros inicialmente faz um balanço das contribuições dos historiadores dos séculos XIX e XX, para, em seguida, propor algumas tarefas a serem perseguidas pelos atuais pesquisadores da área de história. Em linhas gerais, o autor aponta, como avanços da historiografia do século XX, os seguintes:

- a) a valorização da problematização em detrimento da mera descrição factual;
- b) a expansão das fontes, considerando-se os mais variados tipos de documentos, e não apenas os considerados “oficiais”;
- c) a multiplicação dos campos históricos, expandindo-se para além dos aspectos políticos, como já aludi nesta seção;

- d) a expansão de interesses temáticos, que possibilitou diferentes olhares e diferentes recortes nos objetos de estudos dos historiadores;
- e) a consolidação de uma historiografia progressista no sentido de atender a outras posições políticas, e não necessariamente às ligadas a poderes políticos dominantes;
- f) a instalação de uma perspectiva interdisciplinar, obtida por meio da delimitação do campo pertencente à história, realizada no século XIX.

De todos os avanços mencionados pelo teórico, é possível afirmar com relativa segurança que a própria HL resulta de tais contributos, por exemplo, no que diz respeito à multiplicação dos campos históricos e à expansão dos interesses temáticos. Do mesmo modo, a atividade empreendida pelos historiógrafos da linguística é legatária de algumas dessas demandas, por exemplo, a valorização da problematização (cf. Batista, 2019), a consideração de fontes variadas e a perspectiva interdisciplinar, característica da própria área de pesquisa.

O único aspecto que, a meu ver, ainda carecia de maior ênfase na HL era a consolidação de uma perspectiva progressista, aqui entendida como aquela que busca (re)contar a história com base em outros olhares, sobretudo de classes menos valorizadas, no sentido de promover uma abordagem distinta da já conhecida. Tal posicionamento, inclusive, é reforçado pelo próprio Barros (*ibid.*), que, dentre as demandas a serem vencidas pela historiografia do século XXI, sinaliza a responsabilidade social. Nas palavras do teórico:

Se no século XIX a historiografia científica é praticamente fundada para dar apoio aos estados-nações, abrindo aos novos historiadores de então espaços importantes junto aos poderes públicos, o século XX introduz, ao lado da historiografia que continua a dar apoio aos poderes constituídos, também uma historiografia de resistência. [...]

Penso que uma primeira tarefa importante a se considerar para a historiografia do novo milênio é a de assegurar continuidade à alternativa configurada por esta historiografia de resistência que encontra seu primeiro espaço de expressão no século anterior (*ibid.*, p. 21-22).

No que tange à HL, como já disse, ela ainda carece dessa abordagem mais progressista e, por conseguinte, de estudos que demarquem essa resistência no âmbito dos estudos da/sobre a linguagem. Considerando-se o escopo da presente pesquisa — que, em grande medida, denuncia o apagamento do galego na história do português, revelando o preconceito velado das classes dominantes em relação à Galiza e desconsiderando seu papel fundamental na origem da língua portuguesa e na própria história de Portugal —, é possível, de certa forma, trazer à HL essa característica de resistência, considerando a perspectiva do galego, socapado ao longo dos séculos.

Outra tarefa para a historiografia do século XXI, citada por Barros (*ibid.*), a qual

considero fundamental, é o estabelecimento de novas interdisciplinaridades. A esse respeito, o autor testimonia:

O que busca um campo de saber em outro quando constrói, com ele, um novo diálogo? De modo mais geral — além do compartilhamento de objetos de estudo em comum e da formação de equipes interdisciplinares para ensino e pesquisa — há pelo menos três possibilidades de interação entre dois campos de saber, ou três “pontes interdisciplinares”, por assim dizer. Uma destas pontes é a Teoria. Uma disciplina pode importar ou se inspirar em conceitos de outra; ou aplicar perspectivas teóricas que são habituais em outra disciplina. A Metodologia constitui uma segunda ponte interdisciplinar possível, e permite que técnicas e métodos sejam apropriados de um para outro campo. Por fim, o Discurso — ou os modos de expressão — pode vir a constituir outra possibilidade muito comum de ponte interdisciplinar.

Do excerto, merece destaque, em primeiro lugar, a menção à teoria. Levando em conta o fato de a HL, como aludi no subitem 3.3.3, ainda carecer de uma teoria — e de um estatuto, conforme preconiza Batista (2019) —, o diálogo interdisciplinar com outras áreas de conhecimento pode, em grande medida, contribuir para a elaboração de uma teoria própria, no sentido de aclarar aspectos que ainda precisam de mais explicações.

Em relação à glotopolítica, penso que a disciplina poderia possibilitar um diálogo profícuo com a HL, pois, como já se viu na seção 2, grande parte dos objetos perseguidos por ela também o é pelos estudos de perspectiva glotopolítica. Prova disso é o fato de esta última, muitas vezes, se valer da HL como método para abordar, por exemplo, políticas linguísticas vigentes em períodos mais recuados da história⁷⁷. E aqui se contempla o segundo aspecto elencado por Barros (*ibid.*), relacionado ao método.

Por fim, ao aludir ao discurso, é possível afirmar que as pesquisas em HL e em glotopolítica podem, muitas vezes, incidir sobre objetos comuns. Entretanto, ainda não se nota, sobretudo na primeira, a presença de uma terminologia que caracterize determinados documentos com base em sua função política — é o caso das gramáticas, que, como se verá mais adiante, são mais que instrumentos linguísticos⁷⁸, visto que estão eivadas de ideologias e cumprem papéis sociais de destaque, entre eles, o de estabelecer um “padrão” linguístico a ser

⁷⁷ E aqui recorro à memória, quando, ao cursar a disciplina “Políticas Linguísticas”, na Universidade Federal Fluminense, ministrada pelos professores Telma Pereira e Xoán Lagares, em 2020, comentei com este último que alguns trabalhos em glotopolítica a que tive acesso tinham uma abordagem essencialmente historiográfica. Disse-me, então, o professor que, em muitos deles, a HL era, de fato, a metodologia seguida para realizar a análise das fontes e, conseqüentemente, elaborar a narrativa interpretativa delas. Em certa medida, é possível questionar também se esses estudos glotopolíticos, ao cabo, não se configuram como historiografias de ações glotopolíticas, como a aqui proposta.

⁷⁸ Mais uma vez, valho-me da lembrança de que, no minicurso “Fundamentos da Glotopolítica”, ministrado pelo professor José Del Valle (City University of New York - CUNY), em 2023, na Universidade Federal Fluminense, ouvi a expressão “instrumento glotopolítico” e, na mesma hora, comentei sobre a pertinência das gramáticas e demais manuais linguísticos a tal designação.

seguido.

Feitas essas considerações, analiso doravante o artigo “A perspectiva glotopolítica no estudo dos instrumentos linguísticos: aspectos teóricos e metodológicos”, de Elvira Narvaja de Arnoux (Universidad Nacional de Buenos Aires – UBA), publicado em 2016 na revista *Matraga*. Trata-se, segundo penso, de um estudo seminal à proposta aqui defendida de se proceder a uma HL em perspectiva glotopolítica.

Logo no início de seu texto, a autora trata de definir o mister dos estudos glotopolíticos:

A Glotopolítica estuda as intervenções no espaço da linguagem, entendidas em um sentido amplo e que podem ser planejadas, explícitas, voluntárias, geradas por agentes — coletivos ou individuais — que podemos identificar, ou produzidas “espontaneamente” sem mediadores claramente identificáveis. Essas intervenções se exercem tanto sobre as línguas, suas variedades e registros como sobre os discursos ou as diversas articulações do verbal com outros sistemas semióticos. Em todos os casos, podemos reconhecer a incidência dos processos sociais no espaço da linguagem e a marca das tecnologias da palavra a eles associadas (Arnoux, 2016, p. 18).⁷⁹

Merece destaque a menção às intervenções no espaço da linguagem, perpetradas, muitas vezes, por agentes explícitos. À guisa de exemplo, podem-se mencionar, uma vez mais, as gramáticas que circularam na história do português e, como afirmei, serviram a interesses das elites dominantes, buscando, entre outras ações, fixar uma norma a ser seguida pelos usuários da língua. Consequentemente, esses instrumentos têm implicações diretas nas variedades do idioma, sobretudo as marginalizadas e obviamente não contempladas em tais obras, bem como nos discursos construídos acerca de tais variações, no sentido de estigmatizá-las e até mesmo combatê-las⁸⁰.

Ato contínuo, a estudiosa afirma:

Os fatos de linguagem que interrogamos são expostos em textos — como manuais de estilo, ensaios sobre a língua, gramáticas escolares, notas jornalistas normativas — ou em práticas [...] Na análise, tentamos fundamentalmente elucidar a dimensão política dos fenômenos abordados,

⁷⁹ La Glotopolítica estudia las intervenciones en el espacio del lenguaje, entendidas estas en un sentido amplio ya que pueden ser planificadas, explícitas, voluntarias, generadas por agentes – colectivos o individuales – que podemos identificar, o producidas “espontáneamente” sin mediadores claramente identificables. Estas intervenciones se ejercen tanto sobre las lenguas, sus variedades y registros como sobre los discursos o las diversas articulaciones de lo verbal con otros sistemas semióticos. En todos los casos podemos reconocer la incidencia de los procesos sociales en el espacio del lenguaje y la impronta de las tecnologías de la palabra, asociadas con aquellos.

⁸⁰ Retome-se o exemplo das polêmicas oitocentistas aludidas na seção 2 desta tese. O posicionamento dos intelectuais brasileiros — de valorização de uma norma claramente europeizada e não correspondente à verdadeira expressão dos falantes brasileiros — mostra uma atitude glotopolítica de apagamento das influências de línguas indígenas e africanas (sobretudo bantas) no português brasileiro. Para tanto, era à gramática que esses eruditos recorriam, bem como ao cânone europeu da língua, a fim de mostrar que os falantes brasileiros também conheciam a norma e a seguiam, preservando suas características.

estudando-os como intervenções no espaço público da linguagem que tendem a estabelecer (reproduzir ou transformar) uma ordem social, ao mesmo tempo que modelam as identidades, ou seja, construindo as subjetividades necessárias em cada instância histórica⁸¹.

Nesse excerto, verifica-se que as fontes sobre as quais se debruça o pesquisador da glotopolítica são, em grande medida, semelhantes às utilizadas pelo historiógrafo da linguística. Ademais, menciona-se que o exame dessas fontes busca verificar as implicações políticas dos fenômenos abordados, algo também possível no âmbito da HL, sobretudo se se considerar a necessidade de levar em conta os aspectos contextuais, a ela tão caros, como se verifica em Batista (2019, p. 12, grifo do autor)

[...] o saber sobre a linguagem é contextualizado histórica, social e culturalmente: o conhecimento relaciona-se a um contexto específico, um clima de opinião, que permite que determinadas ideias floresçam, circulem e sejam aceitas (ou negadas) no interior de comunidades específicas. Com esse posicionamento se afirma o fato de que os saberes não nascem no vácuo, não são desvinculados de uma *camada contextual-institucional*, relativa a um período histórico específico (e as suas instituições) que legitima ou não posicionamentos e reflexões científicas e/ou filosóficas sobre línguas e linguagem [...]

Como se nota, o autor é taxativo ao aludir à “camada contextual-institucional”, sem a qual não se pode proceder a uma análise historiográfica das fontes disponíveis. Todavia, embora enumere um contexto histórico, social e cultural, falta, a meu ver, o componente político que, muitas vezes, motiva o surgimento de instrumentos glotopolíticos ou legitima sua circulação. Do mesmo modo, esses instrumentos podem influenciar questões políticas, como mostrado em Zilio-Passerini (2022).

No que tange ao mister da HL, diz Arnoux (*ibid.*, p. 20):

⁸¹ Los hechos del lenguaje que interrogamos se exponen en textos – como manuales de estilo, ensayos sobre la lengua, gramáticas escolares, notas periodísticas normativas – o en prácticas [...]. En el análisis intentamos fundamentalmente dilucidar la dimensión política de los fenómenos abordados estudiándolos como intervenciones en el espacio público del lenguaje que tienden a establecer (reproducir o transformar) un orden social, modelando a la vez las identidades, es decir, construyendo las subjetividades necesarias en cada instancia histórica.

Na regulação da língua e dos discursos, as gramáticas e os textos que se inscrevem no amplo campo da retórica (como, entre outros, artes de escrever, tratados de correspondência) tem desempenhado papel fundamental e se multiplicado nas línguas vernáculas europeias desde o Renascimento. As gramáticas, fundamentalmente, têm sido objeto de estudo da Historiografia Linguística, já que ela “tem como objeto a história da linguística”, ou seja, “trata de descrever, interpretar e explicar (segmentos da) história da linguística” (SWIGGERS, 2009, p. 69-70) ou, em termos mais amplos, de descrever “os princípios e métodos da produção do conhecimento linguístico e de seus resultados em um determinado momento, inevitavelmente histórico” (ALTMAN, 2009, p. 128). Ainda que algumas de suas expressões não deixem de considerar a relação dos textos com os dados contextuais, a Historiografia Linguística se interessa, em particular, pelo processo que vai constituindo a disciplina por meio dos modos de conceituar, da delimitação de categorias, das reformulações didáticas, das maneiras de abordar problemáticas teóricas (a criação lexical ou a origem da linguagem) ou aspectos como a atitude diante da norma ou as qualidades das línguas⁸².

A estudiosa cita, entre as preocupações da HL a “atitude diante da norma” e “as qualidades das línguas”. No caso destas últimas, tanto a pesquisa de [Zilio-]Passerini (2019b) quanto a presente dão provas de tal interesse. Do mesmo modo, Arnoux (2016) salienta a característica da HL de abordar “as gramáticas e os textos que se inscrevem no amplo campo da retórica” em uma perspectiva que leva em conta os aspectos contextuais, ou seja, o já aludido “clima de opinião”. Ainda sobre ele, vale lembrar as orientações de Altman (2021, p. 28):

Concentrar-se apenas nas instâncias produtoras de enunciados linguísticos é abrir mão de uma variável importante na reflexão sobre o conhecimento linguístico: o ‘clima de opinião’ do momento em que o texto sob exame se insere, que se poderia definir, aproximativamente, como o que cada membro de uma geração deve ter aprendido por pertencer a tal ou qual época (Koerner 1984).

Nesse sentido, o exame de periódicos culturais, das revistas especializadas — a chamada literatura de ‘recepção’ — não está completamente fora dos interesses do historiógrafo orientado também para a detecção das opções ideológicas que atravessaram o campo das ciências da linguagem [...].

O trecho em foco denota, mais uma vez, a importância de se considerarem os aspectos

⁸² En la regulación de la lengua y los discursos, las gramáticas y los textos que se inscriben en el amplio campo de la retórica (como, entre otros, manuales de estilo, artes de escribir, tratados de correspondencia) han tenido un papel fundamental y se han multiplicado en las lenguas vernáculas europeas desde el Renacimiento. Las gramáticas, fundamentalmente, han sido objeto de estudio de la Historiografía Lingüística ya que esta “tiene como objeto la historia de la lingüística”, es decir, “trata de describir, interpretar y explicar (segmentos de) la historia de la lingüística” (SWIGGERS, 2009, p. 69-70) o, en términos más amplios, de describir “los principios y métodos de la producción del conocimiento lingüístico y de sus resultados en un determinado momento, inevitablemente histórico” (ALTMAN, 2009, p. 128). Aunque algunas de sus expresiones no dejan de considerar la relación de los textos con los datos contextuales, la Historiografía Lingüística se interesa, en particular, por el proceso que va conformando la disciplina a través de los modos de conceptualizar, la delimitación de categorías, las reformulaciones didáticas, las maneras de abordar problemáticas teóricas (la creación léxica o el origen del lenguaje) o aspectos como la actitud frente a la norma o las cualidades de las lenguas (tradução minha).

contextuais ao se examinar determinado documento, no âmbito da HL, com destaque para a menção da autora brasileira às “opções ideológicas”. Nesse caso, trata-se de posições fundamentadas com base no próprio clima de opinião e, em grande medida, se ligam a questões políticas, tal como já discutido na seção 2. Por essa razão, mais uma vez, defendo a necessidade de levar em conta os aspectos políticos que, em maior ou menor medida, podem influenciar a referida literatura de recepção de instrumentos glotopolíticos.

De volta ao texto de Arnoux (*ibid.*), neste outro excerto a teórica complementa seu pensamento anterior:

Ainda que a Glotopolítica, quando analisa instrumentos linguísticos, não seja alheia às considerações da Historiografia Linguística sobre eles, focaliza esses textos [...] como intervenções sociais, associadas a ideologias linguísticas, destinadas a influenciar as práticas de uma comunidade, mais ou menos ampla, tendendo a modificar o espaço público da linguagem, sujeitas a requerimentos da sociedade diante dos quais se adotam, além do mais, determinados posicionamentos. Daí surge o interesse da análise da articulação dos textos com suas condições de produção e circulação [...] (p. 20-21)⁸³.

Nele, faz-se uma afirmação de relevo: a glotopolítica, ao se debruçar sobre os instrumentos linguísticos, não deixa de considerar as contribuições da HL. Assim, esta última funciona como fonte — e aqui se corrobora sua configuração como uma forma de escrita da história e, em grande medida, uma forma de reescrever e reinterpretar a história — da qual se valem os pesquisadores empenhados em compreender as nuances glotopolíticas exaradas em documentos de teor linguístico. Ademais, menciona-se o fato de a glotopolítica igualmente se interessar pelo clima de opinião no qual se produzem e circulam tais documentos.

Por fim, a estudiosa testifica:

Não abordamos os instrumentos linguísticos principalmente pela sua possível localização numa História da Linguística ou mesmo numa História das Ideias sobre a Linguagem mais ampla, mas, antes, pela sua inscrição em processos históricos e especialmente naquilo que corresponde à sua dimensão política. Ao analisá-los, questionamos também os modos de conceituar, o jogo de categorias, as tradições linguísticas ou outros aspectos que a Historiografia Linguística considera — como a atmosfera intelectual ou a institucionalização da reflexão linguística em determinados períodos (BATISTA, 2013, p. 63- 64); ou a compreensão da dinâmica das redes sociais (KOERNER, 2007, p. 40) e atentamos para o fato de que a maioria desses instrumentos linguísticos estão ligados a experiências pedagógicas ou surgem em relação à implementação ou

⁸³ Si bien la Glotopolítica cuando analiza instrumentos lingüísticos no es ajena a las consideraciones de la Historiografía Lingüística sobre ellos, focaliza esos textos, como lo he venido señalando, como intervenciones sociales, asociadas a ideologías lingüísticas, destinadas a influir en las prácticas de una comunidad, más o menos amplia, tendiendo a modificar el espacio público del lenguaje, sujetas a requerimientos de la sociedad frente a los cuales se adoptan, además, determinados posicionamientos. De allí el interés por el análisis de la articulación de los textos con sus condiciones de producción y de circulación” (tradução minha).

avanços no sistema educacional Mas esses instrumentos interessam-nos fundamentalmente como indícios de transformações em curso ou de tomada de posição por parte de um setor social, como formas de reproduzir a estrutura de classe dominante ou como expressão de uma vontade de mudança. Daí a importância da abordagem discursiva dos materiais, que nos permitirá reconhecer regularidades, identificar associações e atender a fenômenos periféricos mas significativos que orientam a interpretação nesse sentido (*ibid.*, p. 21)^{84 85}

Desse outro fragmento, vale ressaltar o fato de a análise glotopolítica não abordar os instrumentos linguísticos no sentido de compreendê-los no contexto da HL ou da história das ideias linguísticas. Na verdade, o que ordena o exame das fontes é a sua dimensão política, e aqui se pode depreender que o que se busca são suas relações com o meio no qual circulam. Ademais, elas refletem, em grande medida, o pensamento das classes dominantes, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista intelectual⁸⁶.

Por esse motivo, no presente trabalho, optei por chamá-los de instrumentos glotopolíticos, uma vez que nenhum deles se produz de modo fortuito. Pelo contrário, são prova do clima de opinião em que se originam, bem como dos interesses políticos tanto de quem os produz quando de quem, de certa forma, fomenta ou determina sua produção. E aqui se nota a intrínseca relação entre a HL e a Glotopolítica.

Analizados os pontos principais do texto de Arnoux (*ibid.*), retomo, neste momento, um dos conceitos mais caros à glotopolítica, abordado na seção anterior: o de ideologia linguística. Para tanto, recorro a Del Valle e Meirinho-Guede (2015, p. 623) que assim o definem:

⁸⁴ No abordamos los instrumentos lingüísticos primariamente por su posible ubicación en una Historia de la Lingüística o, incluso, en una más amplia Historia de las Ideas sobre el Lenguaje sino por su inscripción en los procesos históricos y en especial en lo que corresponde a su dimensión política. Al analizarlos interrogamos también los modos de conceptualizar, el juego de las categorías, las tradiciones lingüísticas o los otros aspectos que considera la Historiografía Lingüística – como la atmósfera intelectual o la institucionalización de la reflexión lingüística en determinados períodos (BATISTA, 2013, p. 63-64); o la comprensión de la dinámica de las redes sociales (KOERNER, 2007, p. 40) y atendemos al hecho de que la mayoría de estos instrumentos lingüísticos están vinculados con experiencias pedagógicas o surgen en relación con la puesta en marcha o avances en el sistema educativo. Pero esos instrumentos nos interesan fundamentalmente como indicios de transformaciones en curso o de toma de posición de un sector social, como formas de reproducir la estructura de clases dominante o como expresión de una voluntad de cambio. De allí la importancia del abordaje discursivo de los materiales que nos va a permitir reconocer regularidades, identificar asociaciones, atender a fenómenos periféricos pero significativos que orienten en ese sentido la interpretación (tradução minha).

⁸⁵ Fazendo-se uma comparação inversa, ou seja, de que maneira a HL se vale da glotopolítica para proceder aos estudos sobre a história da linguística, constata-se que esse diálogo é praticamente inexistente. Prova disso é o fato de, quando da busca por pesquisas correlatas, não ter localizado trabalhos que interseccionassem ambas as vertentes. Com vistas a preencher, ainda que de forma muito incipiente, tal lacuna, é que apresento esta tese.

⁸⁶ Como se verá na próxima seção, o advento da gramática portuguesa se dá em consonância com os interesses da Coroa e dos eruditos que produziram tais materiais, considerando-se as necessidades de padronização da língua, que podem ser depreendidas pelo clima de opinião.

[...] ideologias linguísticas são uma categoria teórica construída sobre uma definição de linguagem como prática social na qual estão unidas, de maneira inseparável, a sua dimensão formal — o que poderíamos chamar de sua pura materialidade linguística ou gramática — e o contexto no qual tem lugar a interação (não importa se oral ou escrita). Trata-se de uma categoria que nos convida a pensar a linguagem em relação com o contexto, mas não só como produto derivado dele (como objeto cuja forma reflete as condições sociais), mas também como prática que o constitui (como intervenção efetiva nesse contexto)⁸⁷.

Partindo de tal pressuposto, os instrumentos glotopolíticos mencionados anteriormente acabam por refletir e refratar essas ideologias. No caso da história do português, em que pese mais especificamente a origem do idioma, nota-se uma ideologia de valorização da língua em si mesma e em sua ligação com o latim, o que demandou o tácito apagamento do galego, por questões sociais e econômicas que serão oportunamente explicadas.

Ao longo do processo de estabelecimento das fontes, são mobilizados conceitos, explicações e exemplificações que, em alguns casos, operam na construção de uma memória, aspecto que se destaca claramente quando do surgimento dos primeiros materiais de caráter metalinguístico. De acordo com Catroga (2015, p. 26-25):

É que, como se assinalou, esta [a memória] tem um papel pragmático e normativo. Em nome de uma história [...], ou de um patrimônio comum (espiritual e/ou material), ela insere os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e exige-lhes, em nome da inefável identidade do eu —ipseidade suposta como o actante omnipresente em todas as fases da vida — ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas.

Quando se fala, por exemplo, das origens de um idioma, a escolha do modo como elas serão (re)contadas obedece a critérios tanto ideológicos quanto identitários. Estes últimos, como se verá mais à frente, estão ligados, na história do português, àquilo que se considera importante mobilizar, silenciar, apagar ou fazer esquecer. Assim, esse aspecto deve igualmente ser levado em conta quando se deseja fazer a historiografia de determinado aspecto das línguas, sobretudo o que se tem escrito sobre elas.

Do ponto de vista histórico, Diehl (2002, p. 112) faz uma importante reflexão a respeito da memória, alertando que ela não deve mais ser compreendida

⁸⁷ Ideologías lingüísticas es una categoría teórica construída sobre una definición del lenguaje como práctica social en la que están unidas de manera inseparable la dimensión formal del mismo —lo que podríamos llamar su pura materialidad lingüística o gramática— y el contexto en que tiene lugar la interacción (no importa si es en forma oral o escrita). Se trata de una categoría que nos invita a pensar el lenguaje en relación con el contexto, pero no solo como producto derivado de este (como objeto cuya forma refleja las condiciones sociales), sino también como práctica que lo constituye (como intervención efectiva en ese contexto) (tradução minha).

[...] como um ato apenas de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição do passado. Mas, deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização. Além disso, a noção de identidade precisa ser antropologizada com o objetivo de ampliar seus aspectos de possibilidades, saindo-se assim da conceituação de identidade como sendo meramente ideológica.

O autor propõe uma readequação da memória e da identidade, no sentido de possibilitar uma ampliação no entendimento de ambas. Mais adiante, ele complementa seu pensamento, ao aludir à “[...] relação entre identidade e história, tendo como elemento fundante a memória. Para a história, não são as memórias e identidades os pontos centrais, mas as suas respectivas representações nas experiências e expectativas de vida” (*ibid.*, p. 113).

A esse respeito, Prost (2020 [2008]) ressalta que história e memória dependem de registros diferentes — e aqui se identifica o papel da historiografia nesse processo. Para o teórico:

Em vez de ser um relato de lembranças ou uma tentativa de imaginação para atenuar a ausência de lembranças, fazer história é construir um objeto científico, *historicizá-lo* [...]; ora, acima de tudo, historicizá-lo consiste em construir sua estrutura temporal, espaçada, manipulável, uma vez que, entre as ciências sociais, a dimensão diacrônica é o próprio da história (p. 106).

Embora seja ponto pacífico que a história resulta de uma narrativa metodologicamente orientada, é preciso lembrar que, em certa medida, o escopo do historiógrafo pode se refletir na memória apreendida de seu texto, além de motivar sua escrita.

Em síntese: a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re) fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em “heróis” individuais e colectivos) [...] Prova de que, se a historiografia, a montante, acaba por pedir emprestada alguma coisa à memória, a jusante, ela não deixa de ser posta ao serviço das suas políticas. E se, em certo sentido, ela é “filha da memória” (Veyne, 1979), o contrário também é verdadeiro: esta também é socializada (e reescrita) pelo modo como a historiografia investiga e as suas conclusões são popularizadas (Catroga, 2015, p. 73).

Dos dizeres de Catroga, fica evidente que a relação entre a historiografia e a memória são irrefutáveis, bem como o fato de que a primeira pode, em alguns momentos, estar a serviço das políticas que requerem e legitimam a segunda. Além do mais, a historiografia funciona como forma de socializar determinada memória, como é o caso do construto ideológico que permeou as narrativas sobre as origens do português, das quais me ocupo a partir da próxima seção.

3.3 Considerações finais

Considerando a pertinência deste trabalho ao campo dos estudos históricos sobre a linguagem, busquei, na presente seção, traçar um percurso que partiu de aspectos mais gerais dos conceitos de história e historiografia, passando por características próprias da HL e chegando à proposta de aproximá-la da glotopolítica. De saída, ao discutir as relações existentes entre história e historiografia, procurei identificar semelhanças que permitem localizar a HL no amplo campo dos saberes históricos, legatários da mudança de paradigma empreendida pela Escola dos Annales, no século XX.

Posteriormente, discorri sobre algumas generalidades da HL, baseando-me em publicações mais recentes — de, pelo menos uma década e meia —, com vistas a caracterizar as linhas-mestras que ordenam a pesquisa nessa área. Ato contínuo, tratei de situá-la como: i.) a escrita da história do pensamento sobre a linguagem; ii.) o produto do método histórico; e iii.) um campo de estudos. Apesar da aparente obviedade das três proposições, elas foram utilizadas para nortear a mobilização de outros conceitos caros à HL e à história/historiografia, no sentido de propor maior aproximação entre ambas.

Por fim, defendi a adoção de uma perspectiva glotopolítica ao se elaborarem narrativas interpretativas acerca de estudos sobre a linguagem. Nesse caso, procurei mostrar o quão próximas estão as abordagens da HL e da glotopolítica, tendo em vista as fontes utilizadas, bem como os aspectos contextuais, tão caros a ambas as disciplinas.

Desse modo, a seção que aqui se encerra funciona como uma continuidade da anterior, na qual tratei da glotopolítica em perspectiva historiográfica. Por meio dessa complementação, espero ter ilustrado quais aspectos devem ser levados em conta quando da análise de fontes documentais relacionadas ao âmbito dos estudos históricos das línguas e da linguagem.

Estabelecidos os princípios teóricos que fundamentam a presente investigação, passo doravante à análise dos *corpora* selecionados a fim de investigar a ação glotopolítica de apagamento do galego na história do português.

4 O NÃO LUGAR DO GALEGO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: O SÉCULO XVI

“O processo ideológico de criação da ‘língua portuguesa’ cumpriu, portanto, uma tarefa explícita — conectar o português diretamente ao latim, estabelecendo uma genealogia de mão única, em que a ‘língua portuguesa’ é uma filha direta da ‘língua latina’. No mesmo gesto, se cumpriu também outra tarefa, desta vez não explicitada, oculta, dissimulada: apagar a verdadeira origem do português, sua real genealogia, que é a de ser uma língua derivada, não do latim clássico, nem sequer do latim vulgar, mas sim uma língua derivada do *galego*”.

(Marcos Bagno)

4.1 Considerações iniciais

A epígrafe aqui selecionada alude ao modo como se deu a “criação” da língua portuguesa e aos recursos utilizados pelos estudiosos da época para realizar tal missão. No excerto, Bagno faz uma importante afirmação a respeito das questões ideológicas que orientam esse processo criativo e, no caso do português, elas se desdobraram em narrativas que o vinculavam diretamente ao latim. Para tanto, foi necessário apagar o galego da origem do idioma, relegando a ele uma espécie de não lugar, ainda que suas influências sejam percebidas até hoje em nossa língua.

O surgimento das primeiras “histórias” do idioma coincide com o processo de gramatização, em um clima de opinião mais do que propício — seminal, a meu ver — para que o galego fosse, em grande medida, obliterado, como tenho defendido. Com vistas a reconstruir historicamente tal ação glotopolítica, a presente seção foi dividida em cinco partes. Na primeira, faço um breve esclarecimento acerca das questões metodológicas que orientaram esta e as demais análises do trabalho, bem como apresento o *corpus* documental referente ao século XVI.

Na segunda parte, contextualização do período, destacando fatores que influenciaram o surgimento dos primeiros instrumentos glotopolíticos em Portugal. Na terceira, faço um breve levantamento das principais ideias linguísticas correntes no período, conectando-as ao clima de opinião. Já na quarta parte, procedo à análise propriamente dita, mobilizando, para tanto, conhecimentos advindos tanto de fontes epi-historiográficas e das discussões empreendidas à luz da glotopolítica. Por fim, na quinta parte, teço algumas considerações sobre os resultados obtidos .

4.2 Breves considerações sobre o método e apresentação do *corpus*

Considerando-se o objetivo geral da presente investigação — qual seja, promover uma aproximação entre a historiografia e a glotopolítica, tendo, como objeto de estudo, o apagamento do galego na história do português —, do ponto de vista metodológico, ela se classifica, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), como *explicativa*, pois buscou achar respostas para determinado problema, levando em conta suas causas. Mais especificamente, a preocupação central consistiu em “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2002, p. 42).

No que concerne aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa pode ser classificada, segundo Gil (*ibid.*, p. 44), como *documental*, visto que foram utilizados materiais “que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos”. No caso, as fontes selecionadas para análise, históricas por natureza, apesar de terem sido já examinadas por outros pesquisadores, aqui recebem outro tratamento, já que o objeto é o galego.

Do mesmo modo, o trabalho pode ser inserido no âmbito da *pesquisa bibliográfica*, uma vez que lancei mão de “material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Mais especificamente, recorri a eles a fim de proceder à fundamentação teórica, de grande valia para analisar os instrumentos glotopolíticos que compõem os diferentes *corpora* do estudo.

Vale lembrar que as perguntas que orientaram o estudo foram as seguintes: i.) Quais fatos sócio-históricos são responsáveis pelo apagamento do galego na história do português? ii.) Esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica?. Partindo de tais questionamentos, formulei previamente duas hipóteses, cuja validade pretendo confirmar ou refutar a partir desta seção. Foram elas: i.) O apagamento do galego ocorre em virtude do clima de opinião ao qual se filiam os autores que tratam da história do português; ii. Trata-se de uma ação glotopolítica ligada ao estabelecimento e à manutenção de uma memória da língua, bem como à criação de uma identidade linguística latina.

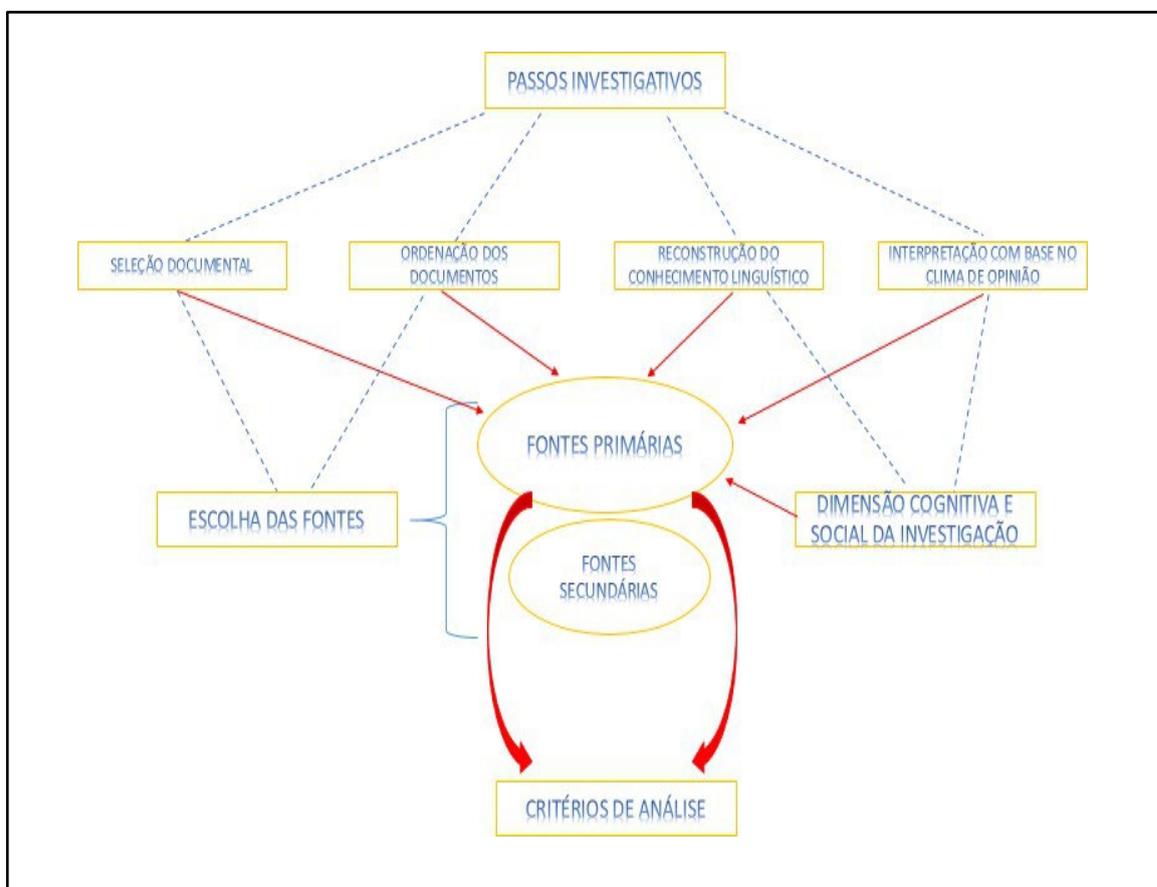
Na tentativa de achar respostas às indagações, bem como de concluir o objetivo geral do trabalho, foram delimitados os objetivos específicos a seguir:

- Elaborar um estado de arte de estudos relacionados à temática do galego na história do português;
- Discutir aspectos inerentes à glotopolítica, com base em uma perspectiva historiográfica;
- Discorrer sobre aspectos inerentes à historiografia linguística, com base em uma perspectiva glotopolítica;

- Analisar textos metalinguísticos, de diferentes séculos, visando a constatar o apagamento do galego na história do português;
- Interpretar, à luz da historiografia linguística, em que medida esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica.

A afiliação teórica deste estudo à historiografia linguística demandou a adoção dos princípios preconizados sobretudo por Koerner (1996 [1995] e Swiggers (2010), dos quais já me ocupei na seção anterior. Entretanto, julgo necessário ilustrar, mais uma vez, os procedimentos de que se vale o historiógrafo da linguística em seu labor. Para tanto, recorro a um organograma elaborado em [Zilio-]Passerini (2019b), com base em Palma (2013).

Figura 3: Procedimentos metodológicos da historiografia linguística segundo Palma (2013)



Fonte: [Zilio-]Passerini (2019b).

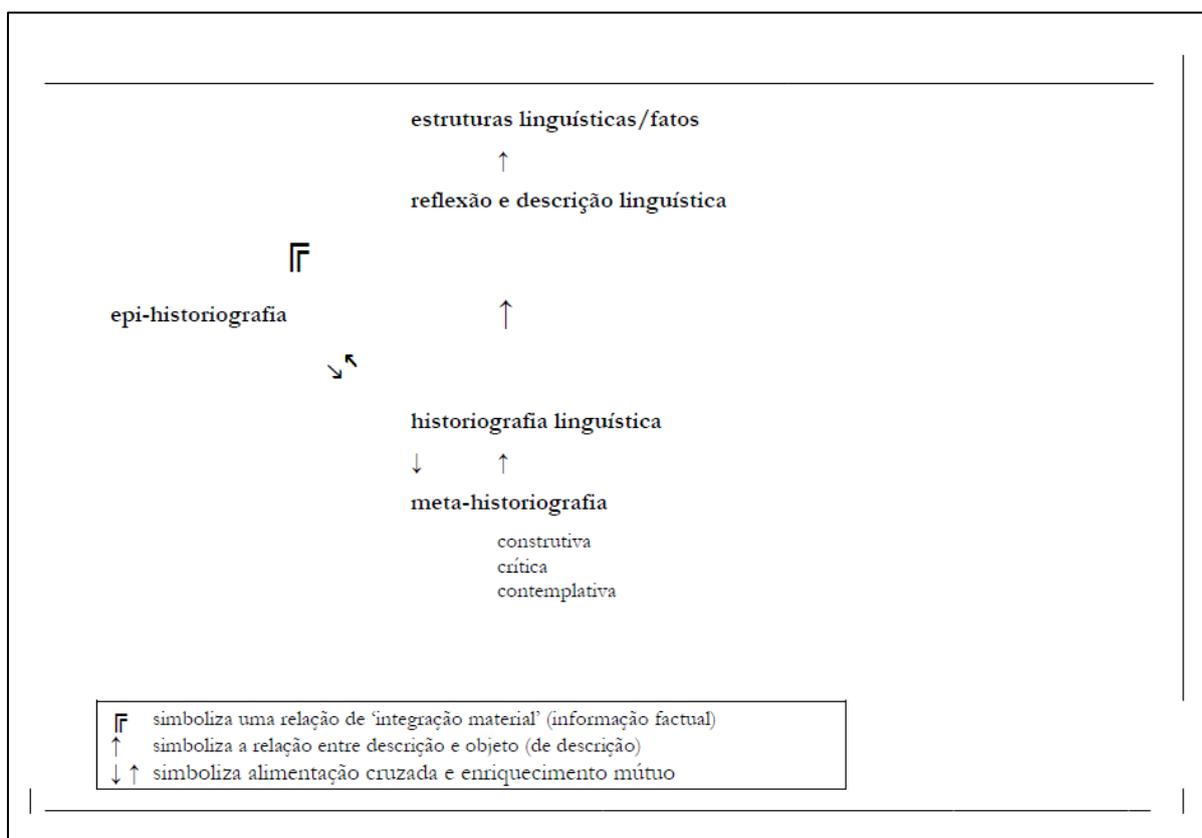
Na figura, verifica-se que os passos investigativos, referentes à seleção documental, à ordenação dos documentos, à reconstrução do conhecimento linguístico e à interpretação com base no clima de opinião recaem sempre sobre as fontes primárias, que figuram como a base sobre o qual se movimenta o historiógrafo da linguística. As linhas pontilhadas, por sua vez, simbolizam que a escolha das fontes e a dimensão social e cognitiva se depreendem das etapas de investigação anteriores e figuram como pilares do processo historiográfico. As setas menores indicam que grande parte do processo se ordena com base nas fontes primárias, das quais também emergem os critérios ou categorias de análise.

Considerando-se o intuito do presente trabalho, no sentido de perscrutar a história mais divulgada do português à busca do galego, foram definidas três categorias de análise:

1. Presença de menção explícita ao galego;
2. Modo de caracterizar o galego em momentos nos quais ele aparece;
3. Identificação de momentos em que ele poderia ter sido mencionado, porém é apagado ou aparece de outra forma, por exemplo, no binômio “galego-português” e seus correlatos.

Ainda com relação aos aspectos metodológicos preconizados pela HL, considero necessário reproduzir outro organograma, de Swiggers (2010), no qual o teórico estabelece os principais elementos que compõem o chamado campo de investigação.

Figura 4: Organograma do campo de investigação da HL



Fonte: Swiggers (2010).

Os elementos exarados na ilustração podem ser explicados, ainda que brevemente, da seguinte maneira:

- i.) As estruturas linguísticas ou fatos linguísticos concernem aos objetos de reflexão ou de descrição elencados por estudiosos em determinada época;
- ii.) A reflexão e a descrição linguística consistem em práticas analíticas, regulatórias, apreciativas, comparativas e explicativas das quais se valeram os que se ocuparam de refletir sobre as estruturas e fatos linguísticos;
- iii.) A historiografia linguística corresponde ao produto do trabalho do historiógrafo, ou seja, do responsável por elaborar uma narrativa interpretativa acerca da reflexão e da descrição linguística empreendidas em determinado momento do passado, em determinado contexto e por determinados agentes;
- iv.) A epi-historiografia relaciona-se à história desses agentes, bem como de materiais produzidos a respeito deles e de suas obras.
- v.) A meta-historiografia abrange os estudos reflexivos cujo foco recai justamente sobre as práticas e as produções historiográficas. Para o autor, há três tipos de

meta-historiografia: a construtiva, que tem, como foco, desenvolver modelos de construção de narrativas historiográficas, com base em uma metalinguagem apropriada; a crítica, cuja função é fazer uma apreciação das historiografias produzidas, e a contemplativa, cuja função é discutir aspectos mais teóricos da área, como o seu status, seus fundamentos e conceitos que ainda carecem de mais reflexão (cf. Swiggers, *ibid.*).

No que tange ao *corpus* selecionado para a análise, reitero que, em [Zilio-]Passerini (2019b), já me ocupei de algumas das fontes aqui utilizadas. Entretanto, como esclareci noutra momento, o foco dessa pesquisa foi reconstruir, apenas a partir da perspectiva historiográfica, dois momentos de grande relevo na história do português, nos quais sua origem foi revisitada com bastante frequência.

No presente estudo, muda-se o enfoque investigativo, pois entende-se o apagamento do galego como ação glotopolítica, aqui reconstruída por meio da HL. Ademais, foram acrescentados dois outros documentos ao *corpus*, descrito em sua totalidade no próximo quadro:

Quadro 3: *Corpus* de análise concernente ao século XVI

Obra	Autor	Ano	Tipo
<i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i>	Fernão de Oliveira	1536	Gramática
<i>Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mádre igreja (Cartinha)</i>	João de Barros	1539	Cartilha
<i>Gramatica da lingua portuguesa</i>	João de Barros	1540	Gramática
<i>Diálogo em louvor da nossa linguagem</i>	João de Barros	1540	Diálogo
<i>Diálogo em defensam da lingua portuguesa</i>	Pero Magalhães de Gândavo	1574	Diálogo
<i>Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua portuguesa</i>	Pero Magalhães de Gândavo	1574	Manual ortográfico
<i>Ortographia da lingoa portuguesa</i>	Duarte Nunes do Leão	1576	Manual ortográfico

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê, dos sete títulos coletados, tem-se: duas gramáticas, dois diálogos, dois manuais ortográficos e uma cartilha. Vale ressaltar que: em [Zilio-]Passerini (2019a)⁸⁸, tratei do diálogo de Gândavo; em [Zilio-]Passerini (2019b), examinei as gramáticas, a cartilha e os dois diálogos; e, em [Zilio-]Passerini (2021), analisei novamente os diálogos. Desse modo, somente os manuais ortográficos não tinham sido, até então, objeto de análise de meus trabalhos.



4.3 Portugal quinhentista: apogeu e derrocada do Império

O século XVI é de grande relevância para Portugal, uma vez que representa a consolidação do projeto expansionista posto em marcha na centúria anterior, ao mesmo tempo que marca o fim da empreitada, com a anexação do território português ao reino espanhol, em 1578. Todavia, é necessário mencionar que esta última não se dá de modo fortuito, por simples obra do acaso. De acordo com Marques (2018 [2016], p. 87),

Desde meados da centúria de Quinhentos que o Império português e sua organização económica geral formavam um complemento do Império

⁸⁸ Apenas a título de informação, o referido artigo foi citado na obra *As Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição*, organizada por Assunção *et al.* e publicada em novembro de 2019, sob a chancela da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. A obra pode ser acessada por meio do *QR Code*.

espanhol. Ao mesmo tempo, as relações económicas directas entre Portugal e Espanha iam-se tornando interdependentes. Espanhóis e portugueses tinham inimigos comuns, em crescente número e actividade: franceses, ingleses e holandeses. Culturalmente também, uma União Ibérica viria simplesmente completar o processo de castelhanização de que Portugal sofria havia já muito.

As palavras do historiador são caras à presente seção, pois revelam não só o papel de Portugal no contexto ibérico, mas também a forte influência castelhana na cultura do reino. Como se verá mais adiante, este último fator é preponderante para demarcar o surgimento da gramática portuguesa e de outras obras que se ocupam do idioma, em franca tentativa de tentar colocá-lo à frente do castelhano.

Do ponto de vista expansionista, a postura adotada pela Coroa se modifica em relação ao século ulterior. O ideal cruzadista vai sendo paulatinamente substituído por um espírito missionário, que resulta no envio de inúmeros religiosos das mais variadas ordens, especialmente a Companhia de Jesus que, só no Brasil, capitaneou, ao longo de duzentos e dez anos, os projetos religiosos e educacionais da Colônia⁸⁹ (Labourdette, 2003).

Sobretudo na primeira metade dos Quinhentos, Portugal travou contato com diversas culturas, o que foi incentivado pelos governantes ([Zilio-]Passerini, 2019b). Na ocasião, houve uma espécie de mecenato promovido pelo rei, caracterizado pela concessão de bolsas de estudo a fim de que os portugueses pudessem estudar em outras localidades, no intuito de formar uma elite cultural capaz de exercer diferentes funções no reino (Garcia, 1983). Saliente-se que o intercâmbio foi crucial para a consolidação do Renascimento em Portugal, cujo marco tradicional teria sido o retorno do poeta Sá de Miranda da Itália, inaugurando, no campo literário, o movimento denominado Classicismo.

Evidentemente, a mudança de mentalidade que vigorava no período acabou por promover uma mudança na educação portuguesa. Isso se percebe, por exemplo, na criação dos chamados colégios maiores e menores, os primeiros com cursos de nível universitário, e os segundos com cursos preparatórios para o ingresso na educação superior. Na visão de Marques (2003), tal medida foi de grande valia para a reestruturação da Universidade, palco de grandes avanços em pesquisas.

A tipografia também foi fator de grande relevância para a circulação do saber no reino português. Nesse sentido, ela possibilitou a publicação de centenas de obras, das quais “metade era composta por obras de cunho teológico, e cerca de um décimo era dedicado a temas

⁸⁹ Em Fávero e [Zilio-]Passerini (2021), apresenta-se um panorama dos trabalhos empreendidos pelos jesuítas no Brasil, com destaque para as línguas ensinadas ao longo do período em que aqui estiveram os missionários.

científicos. O restante dividia-se entre parcas obras classicistas e traduções, abundantes devido ao uso da língua vernácula” ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 96-97).

Como bem assinala Scott (2018), a empreitada ultramarina protagonizada por Portugal repercutiu de forma inegavelmente positiva para desenvolver o pensamento da Europa de modo geral. Em primeiro lugar, segundo a autora, porque as navegações permitiram a desmitificação de narrativas fantasiosas que descreviam paisagens, povos, elementos da natureza, entre outros aspectos. Em segundo lugar, porque Lisboa teria se tornado um importante ponto de difusão dos mais variados conhecimentos que ali aportavam, impulsionando consideravelmente a intelectualidade do “Velho Mundo”. Assim:

O impacto no desenvolvimento científico corresponderia ao que chamamos hoje de “transferência de conhecimentos técnicos e tecnológicos”, pois diferentes regiões ou países europeus se beneficiaram das novidades em relação a produtos ou inovações técnicas vindas de fora, incluindo substâncias medicinais, práticas médicas e cirúrgicas, instrumentos agrícolas, ferramentas diversas, armamentos, conhecimentos sobre produção e consumo de alimentos e bebidas e maneiras de explicar o mundo (*ibid.*, p. 124).

Contudo, é preciso deixar claro que a gama de possibilidades que circularam em Portugal — e fora dele — não foi capaz de impedir que o Império erigido “por mares nunca dantes navegados”, como sabiamente descreveu a pena camoniana, entrasse em colapso, a partir da segunda metade do Seiscentos. Até porque, conforme destaca Scott (*ibid.*), nem sempre os portugueses receberam bem todas as novidades que lá chegavam, haja vista o fato de a Igreja, afóra o contexto renascentista, nunca ter perdido seu pleno poder naquele território.

Esse fato, em grande medida, contribuiu para instaurar um espírito intolerante, visto que o Santo Ofício, com base em suas convicções, não só ditava as regras morais que orientaram perseguições, denúncias e tantas atrocidades, mas também impediu, em grande medida, o desenvolvimento da sociedade capitalista “ao privar Portugal de gente com recursos financeiros significativos e de contatos comerciais relevantes nas mais importantes praças de comércio” (*ibid.*, p. 251).

Marques (2018 [2016]) é taxativo ao afirmar que os portugueses não teriam, de fato, edificado, até o fim do século XVI, um império propriamente dito, já que o afluxo de portugueses às colônias para administrá-las e garantir o controle dos territórios era de pouca monta, dificultando a manutenção de uma unidade administrativa. Ademais, a carência de mão de obra qualificada se agravou a partir da segunda metade dos Seiscentos, além de muitos terem deixado o país por razões de vária natureza.

Entre sobressaltos e tentativas de lidar com os inúmeros problemas advindos da

expansão territorial, o golpe final do período mais vultoso da história de Portugal coincide com o que teria dado cabo à vida de D. Sebastião, desaparecido na lendária batalha de Alcácer-Quibir. A derrota das tropas portuguesas, acompanhada da perda de metade dos combatentes, ocasionou um endividamento do reino, aumentando as dificuldades enfrentadas antes do fatídico episódio. Por conseguinte, tais fragilidades desencadearam uma série de disputas entre a nobreza local, que invariavelmente envolviam os vizinhos espanhóis.

O desfecho da situação é assim descrito por Scott (2018, p. 251-252):

Politicamente, foram feitas algumas tentativas de solucionar internamente o problema da sucessão ao trono, mas, em 1580, Portugal, enfraquecido, perderia sua independência. Era o fim da Casa de Avis e o início do domínio espanhol, sob a dinastia Habsburgo. Felipe II da Espanha acabou coroado, em 1581, como Felipe I de Portugal. Com os Habsburgo, os espanhóis realizaram a tão polêmica integração da península ibérica. A elite dominante portuguesa enterrara seus sonhos de construção de um Império Ibérico sob seu controle. Assim, as ideias separatistas não tiveram tanto peso dessa vez, a não ser por um certo “patriotismo cultural” presente as pessoas do povo (camponeses, pescadores, artesãos e pequenos comerciantes) que não impediu, porém, a consolidação da hegemonia espanhola.

Da fala da autora, destaco a expressão “patriotismo cultural”, que considero fundamental para compreender a gramática portuguesa *in statu nascendi*, uma vez que as obras surgidas no período figuram como tentativas — bem-sucedidas, diga-se de passagem — de construir uma identidade linguística portuguesa dentro dos limites territoriais daquele povo, cujo idioma descenderia de um ancestral latino. É o que pretendo mostrar nas próximas subseções.

4.4 A gramática portuguesa *in statu nascendi*: as ideias linguísticas do século XVI

Tratar das ideias linguísticas do século XVI em Portugal pressupõe a necessidade de compreender o fenômeno da *gramatização*, ocorrido no período. De acordo com Auroux (2014 [1992], p. 65), o termo se refere ao “processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua com base em duas tecnologias que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Segundo Bagno (2023a), vários fatores contribuíram para a criação e circulação das gramáticas e, no contexto português, merecem destaque os seguintes: a adoção da língua falada pelos nobres e aristocratas como modelo, a necessidade de impor a língua aos povos dominados em virtude da expansão marítima e o desenvolvimento da imprensa que, como já dito, fomentou a produção de obras e incentivou a utilização do vernáculo.

Vale ressaltar que, de modo mais geral, o século em questão foi marcado por duas abordagens linguísticas bem distintas: uma particular, ocupada de compreender os fenômenos físicos da língua, muito próxima das recém-surgidas ciências biológicas; e a outra universal, que, inspirada na filosofia e na lógica, continuava a buscar generalidades em torno dos idiomas, tal como ocorreu nas duas centúrias anteriores.

Borges Neto (2022, p. 140) destaca outro aspecto relevante, que, em grande medida, se relaciona às duas vertentes mencionadas acima:

O pensamento linguístico humanista incluía tanto um “humanismo clássico” quanto um “humanismo vernacular” [...]. O humanismo clássico consistia em recuperar o latim clássico, deturpado por um suposto uso descuidado dos contemporâneos; o humanismo vernacular consistia em atribuir dignidade às línguas vernáculas e em aplicar a elas os mesmos ideais de correção que se reconheciam no latim clássico.

Como bem assinala Weedwood (2006 [2002]), a abordagem particular se destacou muito mais no período, em que vicejou grande interesse pelos aspectos físicos das línguas. Por conseguinte, passaram a ser estudadas com afincamento as questões fonético-fonológicas, morfológicas e filológicas. Ainda segundo a autora, era muito necessária a elaboração de gramáticas descritivas, uma vez que os vernáculos passaram a gozar de um prestígio outrora ocupado pelo latim.

Voltando ao contexto português, o estudo das questões linguísticas estava inexoravelmente ligado à necessidade de colonizar e manter a unidade dos territórios conquistados. Mais especificamente:

Se Nebrija, em 1492, já afirmara que “sempre a língua foi companheira do império”, a necessidade de ensinar o português, sistematizado já desde o século XIII como língua a ser usada em documentos oficiais, era evidente. O ensino da língua do colonizador era, portanto, parte indissociável do processo de estabelecimento do domínio nas novas terras, e um dos primeiros reflexos dessa necessidade foi, por exemplo, a produção das cartinhas ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 100).

Embora a manutenção do império ultramarino fosse uma preocupação constante da Coroa, não se pode esquecer do que vinha ocorrendo em Portugal. Como já dito na subseção anterior, passou-se a adotar uma política educacional com vistas à formação de uma elite intelectual e, para tanto, era necessário instrumentalizar o português que, até o segundo quartel dos Quinhentos, não dispunha de gramáticas ou dicionários vernaculares. Some-se a isso a também já comentada castelhanização da cultura, que pode ser comprovada, por exemplo, pelo fato de Gil Vicente ter escrito grande parte de sua obra em castelhano, e não em português

(Labourdette, 2003).

Assim, para reafirmar a identidade linguística portuguesa — e afastá-la do vizinho inimigo — iniciou-se uma produção metalinguística ocupada não só de enaltecer as qualidades do português, mas também de filiá-lo diretamente ao latim, embebida na atmosfera de retorno ao passado clássico, característica do Renascimento. Tal ação, claramente glotopolítica, é o que busco reconstruir na próxima subseção.

4.5 O não lugar do galego nos instrumentos glotopolíticos quinhentistas

O marco temporal da gramatização da língua portuguesa é sabidamente a publicação, em 1536, da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira. Entendida aqui como *instrumento glotopolítico*, a obra surge em um momento crucial da história, pois, como já afirmei, o reino buscava consolidar seus domínios nas terras anexadas à Coroa. Isso se refletiu, em grande medida, na preocupação em sistematizar o vernáculo que, mesmo em Portugal, era ensinado e aprendido de forma “espontânea e naturalmente fora dos bancos escolares, através da comunicação usual do dia a dia [...]” (Paiva, 2011 [2008], p. 150).



Para compreender a obra em foco, é necessário, ainda que brevemente, saber quem a produziu e em que possíveis condições. “Padre, soldado e aventureiro, crítico severo da atuação política e religiosa da Igreja em Portugal”, assim Borges Neto (2009, p. 43) caracteriza Fernão de Oliveira, aveirense nascido em 1507 e falecido em 1581. De sua biografia, nota-se um “espírito inquieto, questionador e, até certo ponto transgressor” ([Zilio-]Passerini, 2019b).

Vale destacar também sua atuação como instrutor de jovens fidalgos, função que exerceu a partir de 1535, ou seja, um ano antes de publicar sua gramática (Buescu, 1978). Assim, é possível aventar que as dificuldades por ele enfrentadas para o ensino de português, que até então se dava por meio de textos de tabeliães (Hue, 2007), teriam motivado nosso protogramático a produzir a obra examinada. Em suma:

[...] o gramático teria surgido a partir do mestre, e assim o encontramos na dedicatória ao se dirigir a Fernando D’Almada, de cujo filho se ocupava da educação . Também nessa parte, é possível perceber que não tinha grandes pretensões, deixando claros os seus objetivos com a publicação daquela “primeira anotação” do português: “em dizer não tudo mas apontar alghũas partes neçessarias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comuũ” (Oliveira, 1536, A2^r) *. Por conta disso, a gramática figuraria apenas como um estudo introdutório, a ser desenvolvido “para outro tempo e obra” ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 112).

Embora a historiografia linguística, legatária da escola dos Annales, se empenhe em não

propagar histórias “heroicas” de “grandes nomes do passado”, é necessário, em alguma medida, destacar que, dentre os autores dos Quinhentos, Fernão de Oliveira se sobressai por sua originalidade ao produzir a *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Isso porque, ao contrário de seu coetâneo João de Barros, ele subverte, em certa medida, os moldes gramaticais greco-latinos ao dedicar parte considerável da obra a recontar a história de Portugal⁹⁰. No preâmbulo da obra, por exemplo, o autor

[...] define a linguagem [...] e expende considerações, apoiado na autoridade dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas. Seguem-se algumas páginas sobre ‘o modo de falar dos Portugueses’ e a formação do reino. Só depois de se referir à origem dos nomes de Lisboa, Lusitânia e Portugal, de fazer um breve resumo da história dos primeiros reinados, de tomar como exemplo a perdurabilidade da glória romana, devido à imposição da língua aos vencidos, se propõe definir gramática (Buescu, 1975, p.20).

Ao se colocar no papel de “primeiro anotador” do português, ele reforça implicitamente seu papel na construção de uma memória da língua. Por essa razão, ocupa-se de fazer uma digressão da história de seu povo, assumindo o papel de “cronista”, no sentido renascentista do termo ([Zilio-]Passerini, 2019b). Obviamente, para contar os grandes feitos de seus compatriotas, procura registrá-los pela ótica das classes dominantes, o que se reflete também no plano linguístico, como defende Milroy (2019 [2011]).

No segundo capítulo da *Grammatica*, Oliveira relembra: “A Antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha: *cuja sempre melhor parte foi Portugal*” (Oliveira, 1536, A3^r, grifo meu). Entretanto, não deixa de dizer que, no momento de produção da obra, o reino já se encontrava “[]com a virtude da gente muyto ãnobrecido e cõ muitos bos tratos e cõuersações assi em armas como em letras engrandeçido” (Oliveira, 1536, A3^v).

O discurso laudatório se mantém no capítulo seguinte, no qual enaltece a figura de Viriato. Ademais, esclarece que, entre os líderes portugueses, sempre houve “capitão christão”, bem como uma nobreza própria e natural. Afora a menção a um aspecto ligado à religião, Casagrande (2005, p. 123) assevera que, na *Grammatica*, se vislumbra “a questão da identidade nacional muito mais latente do que a questão religiosa”. Nesse ponto, percebe-se a tentativa de criar uma história dentro dos limites territoriais portugueses, o que se reflete, como vemos mais adiante, no modo como se reconstroem as origens do idioma, como aponta Lagares (2008).

⁹⁰ E aqui acrescento que este não é o único aspecto digno de nota na obra de Oliveira. É possível citar, por exemplo, a detalhada descrição fonética que o autor faz do português falado à época, que nos fornece relevante material histórico para mensurar como a língua portuguesa era pronunciada àquela altura. No entanto, considerando-se o escopo de minha pesquisa, focalizo apenas os trechos que, em alguma medida, poderiam tratar implícita ou explicitamente do galego.

Apesar de as abonações histórias de Oliveira serem, em grande medida, o diferencial de sua obra, é mister esclarecer que o objetivo da publicação é linguístico, e não histórico propriamente dito — haja vista o fato de tratar-se de uma gramática. Entretanto, a revisitação do passado serve sobremaneira para justificar a construção de uma língua “herdeira” de outra, com passado igualmente imperial e suntuoso: o latim. “Ao considerarmos o galego como parte do passado linguístico do português, o seu apagamento é parte relevante desse processo de representação” ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 115).

O autor passa a se ocupar efetivamente de questões linguísticas a partir do quarto capítulo, no qual justifica as razões de o grego e o latim ainda serem línguas de erudição nos Quinhentos. Obviamente, o castelhano não é mencionado nessa passagem, muito embora, como já dito, figurasse entre essas línguas. E aqui, de forma implícita, verifica-se, mais uma vez, a tentativa de apagar qualquer tipo de relação com o território vizinho.

No quinto capítulo, Oliveira remonta à Grécia e a Roma com o fito de caracterizar os precursores do ensino do “bem ler e bem falar”. Em suas palavras:

Isto nũca fez a nossa terra: mas se cõ a neçessidade dos tempos alghũa ora se nam acupou tanto em letras por se defender de seus imigos: logo como teue paz em tẽpo do mui nobre rey dõ Dinis tornou a os estudos paraq cria os milhores juyzos q todas as terras nossas vezinhas.

Estes no tempo do poderoso nosso senhor e rey dom Johão o terçeiro deste nome: a quẽ deos quis dar aqlla bem-auenturança de viver e senharear sem sangue: q diz chillo philosopho de Laçedemonia. Estes digo estudos neste tempo deste nosso glorioso príncipe muytos mays fauorecidos q em nenhum outro tempo nem terra auiemos com gloria de nossos tempos []: e como tudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingua e gente e ficara com mayor eternidad’a memoria delle: e nam trabalhemos em lingua estrangeira/mas apuremos tanto a nossa com bõas doutrinas q a possamos dellas ser louuados e amados porq a semelhança e causa do amor e mays em as linguas [] (Oliveira, 1536, A5^r-A5^v).

Nessa parte, ele não busca situar as origens do português e tenta justificar as guerras como um dos motivos pela ausência de cultivo às letras em Portugal. De acordo com Buescu (1978), essa atitude mostra uma característica comum aos gramáticos quinhentistas: a de considerar os vernáculos “línguas sem passado”. Do ponto de vista glotopolítico, no contexto português, é nítido o desejo de apartar a gênese do idioma de qualquer relação com o galego.

Levando em conta os aspectos históricos levantados até o momento, o fato de o português ser apresentado por Fernão de Oliveira como uma “língua sem passado” significa muito mais que a simples reprodução de uma concepção linguística vigente. Desconsiderar o passado da língua portuguesa implica o tácito apagamento do galego para construir a imagem de um português de origens remotas, nobres e, sobretudo, puramente lusitanas [...] ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 118).

Do sexto ao vigésimo nono capítulo, Oliveira faz uma descrição de aspectos fonéticos do português quinhentista, aspecto considerado por muitos historiadores um dos grandes contributos de sua obra (cf. Borges Neto, 2009, 2022). Nessa parte, vale ressaltar que se alude a línguas como a grega, a latina e a castelhana, sem qualquer menção à galega, ainda que sobejamente se saiba que, em determinadas partes de Portugal, há muita semelhança de pronúncia — e não somente — com o galego.

Mais adiante, na parte concernente à morfologia, ao tratar “das dições⁹¹”, consideram-se apenas dois tipos: as de origem portuguesa e as “antigas”, de étimo não esclarecido. E mais uma vez, o protogramático se absteve de fazer qualquer incursão ao passado que denunciase a origem galega do português. Ao contrário,

[...] ele prefere partir da premissa de as palavras “portuguesas” serem nascidas efetivamente do idioma, como se o português tivesse existido desde sempre, ou seja, desconsiderando o estágio em que houve uma língua comum entre lusitanos e galegos — antes mesmo da formação de Portugal — e reiterando a já mencionada postura de uma “língua sem passado” ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 120).

Em determinado momento, Fernão de Oliveira assim se manifesta:

Poys se alguem me dixer q podemos dizer como temos muytos vocabolos latinos e que isto alcanção os homens doutos q sabem lingua latina: como candeia q vem de candela vocabulo latino [...]. E não só latinos mas gregos/arábigos/castelhanos.franceses: e toda qnta outra immundiçia poderem ajuntar. Perguntarlhey então que nos fica a nos? ou se temos de nosso alghũa cousa? e os nossos homens pois são mais antigos q os latinos nessa conversação q teuerão cõ os latinos: porq tâbem não ensinarião? [...] mas sempre afirmarey q pois Quintiliano no primeyro liuro confessa q os latinos vsauão de vocabolos emprestados quãdo lhos seus faltauão que tâbẽ da nossa lingua tomarão alghũs/como nos tomamos da sua[...] (Oliveira, 1536, C5^r).

Do fragmento, merece destaque o fato de ele considerar as influências linguísticas estrangeiras como “imundícies”. Ademais, ao questionar o que de fato restaria ao português, assevera que as origens de seu povo são anteriores às dos romanos e, por essa razão, não descarta a possibilidade de seus antepassados terem emprestado a eles algumas de suas palavras.

Tal consideração é muito significativa, pois demonstra não só uma relação de igualdade – ou até mesmo superioridade – do português em relação latim, como também desestimula qualquer metáfora de parentesco entre ambas as línguas, como se verifica, por exemplo, em João de Barros. Mais uma vez, evidencia-se o compromisso de Oliveira em conferir ao português uma origem exclusivamente lusitana e, por essa razão, constatamos que qualquer menção ao galego nesta parte da obra – apesar de possível – não seria aplicável. Isso porque se argumenta em favor da independência do português: se ele não era

⁹¹ Isto é, das “palavras”.

dependente do latim, muito menos o seria do galego ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 120).

No capítulo trinta e três, ao tratar das “dições comuns”, testifica Oliveira (1536, C6^v):

[...] e de tal feyção se aleuantão contra a nossa lingua: e a fazem pobre e toda emprestada q lhe não deyxão nada proprio como se não ouuera homens na nossa terra antigos e nobres: e sabedores: [...] porque desfazem muito na gloria do çeptro e coroa do nosso reyno. estes assi como também cortão a perpetuidade delle os que de nouo trazem noua lingua a terra: porq a lingua e a unidade della he muito certo apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos: e o rey ou senhor ainda q fosse estrangeyro e viesse de fora senhorear em algũa terra hauia de apartar sua lingua e não na deyxar corrôper com alghũa outra: assi parelle viuer em paz como também porque seu reyno fique e perseuere em seus filhos: quanto de minha parte segundo eu entendo eu juraria q quem folga douir lingua estrangeyra na sua terra não e amigo da sua gente[...]

O tom bélico adotado pelo autor mostra seu desejo de tentar defender o português, acusando os empréstimos de empobrecerem sua língua, com base na premissa de que, em Portugal, também havia “homens antigos e sabedores”. Perscrutando-se o passado, é óbvio que, até antes do século XV, a língua na qual se expressaram esses homens era, que não outra, o galego. Entretanto, mais uma vez, opta-se por um discurso claramente presencialista, nos dizeres de Buescu (1978).

Se por um lado essa atitude presencialista encontra guarida no espírito do Renascimento – aberto à curiosidade da exploração e da observação dos fenômenos circundantes -, por outro lado ela reforça ainda mais a tendência de registrar o português como uma língua originária de si mesma. Em outras palavras, estando o clima de opinião amplamente propenso a promover uma atitude de dissociação do passado das línguas, a premissa de ter havido um efetivo apagamento do galego quando da constituição da memória do português é totalmente aceitável ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 121).

No capítulo 43, Fernão de Oliveira ocupa-se dos artigos, dos nomes e de seu gênero e número, afirmando, em determinado momento:

[...]porq estes nomes todos os q se acabão em .ão.ditongo acabauãose em.om.como liçõ.podom.melõ. e acreçẽtando .e.e.s.formauão o plural .lições.podões: e melões: como ainda agora fazẽ: e outro tanto podemos afirmar dos q fazẽ o plural em.ães. como pães.cães.dos qes antigamẽte era o seu singular.pã.cã.cujo testemunho aindagora da antredouraminho (Oliveira, 1536, E2^v).

Conforme assinali em [Zilio-]Passerini, amparado em Castro (1996), nessa passagem, mais uma vez, teria sido possível mencionar o galego, uma vez que as formas caracterizadas como arcaísmos em voga no Minho eram igualmente correntes no galego. Assim, os “arcaísmos

minhotos” eram, na verdade, resquícios da língua galega, denunciando inclusive a origem galega do Minho português .

Em linhas gerais, esses são os principais aspectos que caracterizam a primeira gramática do português, que, como bem assinala Borges Neto (2022, p. 147), é prova do objetivo de Fernão de Oliveira: “levar a outros povos a língua e a cultura portuguesa (um projeto ‘imperialista’, portanto)”. Ora, se o gramático se fundamentava em um escopo imperialista de língua, não há outra forma de caracterizar tal instrumento que não seja como glotopolítico, sobretudo se considerarmos com quais finalidades fora ele dado à estampa.

Avançando nas obras que circularam no século XVI, chega-se a João de Barros, autor de três instrumentos glotopolíticos de destaque: a *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja*, a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, que fazem parte daquilo que outrora nomeei “tríade linguística barrosiana” ([Zilio-]Passerini, 2019b). A análise desse “pacote pedagógico” — nos dizeres de Borges Neto (2022) e que aqui prefiro chamar de *projeto linguístico-pedagógico*, pelas razões que mostro mais adiante — deve ter em mente que os propósitos de Barros eram estritamente didáticos. Por essa razão, sua produção iniciava com a cartilha e terminava no diálogo, por meio do qual se podia refletir sobre a importância do português.

Tal atitude revela as características do autor, considerado autêntico humanista, dados seu nível de erudição e sua prolífica atividade intelectual, que dele fizeram, além de poeta, romancista, filósofo, historiador e gramático, um verdadeiro pedagogo, alcunha que, a meu ver, lhe é mais relevante, uma vez que sua obra linguística é, como já dito, toda orientada por seus ideais de educação e a eles deveria servir (Buescu, 1971; 1978; 1984). Vale esclarecer que esse escopo, *per se*, apresenta motivações estritamente glotopolíticas, no sentido não só de fornecer um padrão de língua a ser ensinado, mas também de atender a um propósito patriótico, considerando-se a formação e consolidação do reino português.

Cronologicamente, a *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja* é a primeira das três publicações assinadas por Barros, que veio a lume em 1539. Entretanto, é preciso esclarecer que o livro, conforme mencionado em [Zilio-]Passerini (2019b), foi dado à estampa com o título *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*, o que pressupõe ter sido desmembrado dos outros dois documentos, examinados mais adiante.



Antes de comentar algumas passagens que considero relevantes da obra, tendo sempre em vista o apagamento do galego, é preciso esclarecer, ainda que brevemente, o que seriam as chamadas *cartinhas*. Comparando-as aos manuais de ensino de língua hodiernamente

conhecidos, essas publicações nada mais eram do que cartilhas às quais se somavam pontos de cunho religioso. Assim, trata-se de testemunhos indelévels do projeto político de instruir as crianças nas letras e no cristianismo.

Embora a cartinha de Barros não seja a primeira a ser produzida, o seu aspecto inovador se dá, de acordo com Araujo (2008), pelo fato de ela apresentar ilustrações que, até então, eram praticamente inexistentes nesses manuais e só viriam a se popularizar nos Seiscentos. Assim, ela pode ser considerada o primeiro livro didático ilustrado da história — e não apenas de Portugal⁹².

A parte que efetivamente interessa a este trabalho corresponde ao prólogo da cartilha, dedicado ao príncipe Dom Felipe. No texto, João de Barros reitera a necessidade de os pequenos aprenderem a língua de seu povo, cuja transmissão primeira se dava por meio do leite materno. Uma das razões apontadas para justificar a pertinência de aprender o português seria o prestígio de que o idioma gozava, como se pode ver no seguinte excerto:

Aquella que em Europa æ estimada, em Africa e Assia por amor, armas e leys tam amáda e espantósa: que per iusto titolo lhe pertence a monarchia do mar e os tributos dos infiæes da taerra. Aquella que como hũ nouo apóstolo, na força das mesquitas e pagódes de todalas feitas e idolátrias do mundo, despræga prægãdo e uençêdo as reaes quinas de Christo: com que muitos pouos da gentildade sam metidos em o curral do Senhor (Barros, 1539, A2^v).

E aqui o discurso laudatório se mostra presente, em franca tentativa de colocar o português em destaque entre as línguas latinas — e sobretudo com relação ao castelhano. Essa atitude contribui, em grande medida, para consolidar uma representação linguística que, de acordo com Pereira e Costa (2012, p. 172), não corresponde necessariamente a uma realidade objetiva, mas indica a “direção das práticas linguísticas, constituindo objetos discursivos, impregnados pelas condições nas quais foram produzidos”. Considerando-se o clima de opinião quinhentista, ficam claras as razões pelas quais João de Barros segue a mesma linha laudatória de seu antecessor.

Mais adiante, o gramático comenta que o ensino de português é válido para preparar o terreno para o aprendizado do latim, que, como já dito, era ainda a língua de erudição, ao lado do grego. A fim de justificar seu ponto de vista, Barros afirma a “conformidade” existente entre o latim e o português, reforçando as relações entre ambas.

A insistência em demonstrar essa relação de conformidade, em alguns momentos metaforizada em relações consanguíneas como já mencionamos, demarca uma diferença entre a obra barrosiana e a oliveiriana. Ao passo que Fernão de Oliveira procura caracterizar o português como uma língua “sem

⁹² Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra.

passado” ou ainda de passado originalmente lusitano, João de Barros promove um movimento de aproximação de sua língua com o latim ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 130).

Em relação à *Gramática*⁹³, ela segue o padrão greco-latino, como apontam Zilio- Passerini e Palma (2021). Ademais, ainda de acordo com os autores, o modo de tratar dos fatos linguísticos ali exarados segue a mesma linha dos gramáticos latinos nos quais o erudito se baseia para produzir sua obra.



Acerca do advento da gramática, recorro a Lagares (2018, p. 170, grifo meu), que faz uma importante observação:

A tradição normativa nasce com os gramáticos alexandrinos, segundo o exemplo de Dionísio Trácio, no século II a.C., autor da primeira gramática conhecida, escrita a partir da língua grega usada nas obras de poetas e prosadores (Faraco e Zilles, 2017:87). O objetivo dessa gramática era elaborar um modelo ou padrão que pudesse ser seguido por todos aqueles que quisessem escrever. Como vemos, a gramática surge ligada à escrita e à atitude prescritiva. Nesse sentido, *o prescritivismo é uma intervenção glotopolítica que consiste na criação de modelos de língua e na sua reprodução [...]*

Da fala do linguista, merece destaque o fato de o surgimento da gramática estar indelevelmente ligado a uma atitude de *prescrição* por parte de seus autores. Além disso, ele alude ao fato de esse instrumento glotopolítico estar ligado à *criação* e à *reprodução* de modelos de língua. Na apresentação de sua obra gramatical, João de Barros deixa claro o seu objetivo pedagógico, justificando por que teria expandido a publicação anterior, ou seja, a *Cartinha*:

Em a cartinha passáda, dēmos arte pera os mininos fáçilmente aprenderē aler, cō toda a diuersidáde de syllabas que a natureza de nōssa linguágē padēçe. E assy lhe apresentamos os preçeitos daley, e os mandamentos da santa mádre Igreja: cō o tratado da missa em quães cousas cōuem serē elles doutrinados por que como diz Sam Bernárdo, non ę cousa menos piadōsa ẽsinar o animo com sapiencia que dar mantimēto ao corpo. Fica agora dármos os preçeitos da nossa Grāmatica de cuiο titolo intitulos acartinha: como fundamēto e primeiros elementos da Grāmatica. E por que os mininos das escolas de ler e escreuer, tomarã a outra parte ę nã ęsta, por ser o primeiro leite de sua criaçam: pareçenos que ficáua esta sem fundamento nam declarando a ós que uirem esta sómēte que na primeira he o princípio onde está dedicáda ao príncipe nosso senhor (Barros, 1540, A1^v).

Ao mencionar que a gramática não deveria ser usada, a princípio, pelos “meninos das escolas de ler e escrever”, o autor mostra o seu desejo de expandir o público-alvo, em um projeto

⁹³ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a *Gramática* de João de Barros, seguida do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

que contempla diferentes fases do aprendizado. Assim, estava garantida a continuidade no ensino e, por conseguinte, da transmissão do modelo de língua aludido por Lagares (*ibid.*).

No primeiro capítulo, Barros se ocupa de definir a gramática, que, em suas palavras, consiste em uma “çiência de letras” e “hũ modo certo e iusto de falar, e escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos” (*ibid.*, A2^r). E aqui merece destaque o fato de ele caracterizá-la como o “modo correto e justo” de falar e escrever, com base nos “barões doutos” da época.

Em relação aos adjetivos empregados, denota-se a atitude prescritivista presente em diversos momentos da obra, reforçando o posicionamento de Lagares (*ibid.*) acerca do papel glotopolítico desempenhado pelas gramáticas inspiradas na tradição greco-latina. No que concerne à variedade escolhida como modelar, ou seja, o falar dos “barões doutos”, considerando-se o clima de opinião, o fato de João de Barros ter se ocupado também do modo de falar da classe mais abastada denota, em alguma medida, a carência de uma tradição literária que o permitisse dela se valer para trazer as necessárias abonações. Isso se explica, pela já mencionada preferência de muitos eruditos portugueses pelo castelhano, em detrimento de sua língua materna. Assim, em Portugal, o início da *normatização* da língua em Portugal está igualmente ligado à consideração de uma variedade falada de prestígio.

De acordo com Milroy (2019 [2011], p. 51), quando se trata de padronizar uma língua, parte-se do princípio de invariância ou uniformidade de sua estrutura. Logo, a “*padronização consiste na imposição de uniformidade a uma classe de objetos*” (grifo do autor). Entretanto, assinala o teórico que os próprios objetos sobre os quais incide essa tentativa de uniformização são naturalmente variáveis. Por isso, ela precisa ser imposta e, para tanto, é preciso levar em conta o que será considerado adequado ou não. Nesse momento, entra em jogo o conceito de prestígio:

Em geral, a “variedade padrão” tem sido equiparada à “variedade de maior prestígio”, em vez de à variedade caracterizada pelo mais alto grau de uniformidade”. [...]

Com efeito, não é difícil argumentar que as variedades de língua realmente não têm prestígio em si mesmas: tais variedades adquirem prestígio quando seus *falantes* têm prestígio elevado, porque o prestígio é atribuído pelos seres humanos a determinados grupos sociais e a objetos inanimados ou abstratos, como vasos Ming e variedades linguísticas, e isso depende dos *valores* atribuídos a tais objetos. O prestígio atribuído às variedades linguísticas (por metonímia) é *indexador* e está envolvido na vida social dos falantes (*id.*, *ibid.*, p. 53).

Mais à frente, Barros justifica o uso modelar da gramática latina “[...]cuios filhos nós

somos, por nam degenerar della” (*ibid.*, A2^v). E aqui se tem a primeira menção clara à filiação latina do português, “marcando o início da construção dessa ‘memória’ da língua portuguesa no período inicial de seu processo de gramatização” ([Zilio-Passerini, 2019b) e apagando dela qualquer relação, ainda que distante, com o galego.

O mesmo ocorre quando o autor trata das “dições”, mais especificamente da origem delas: ele julga ser infrutífera a busca pelas raízes dos vocábulos, marcando, mais uma vez, a atitude presencialista comentada por Buescu (1978). Ademais, quando sugere que se perscrutem as “fontes do Nilo” para se chegar ao étimo das palavras, afasta-se da possibilidade de manter qualquer relação com a língua galega ([Zilio-]Passerini, 2019b). Entrementes, ele não deixa de atestar a existência de vocábulos “[...] latinos, aráuigos, e outros de diuersas nações que conquistamos e com quem temos comércio: assy como elles tem outros [vocábulos] de nós” (Barros, 1540, A4^v), sem, mais uma vez, fazer qualquer menção ao galego.

Em outro momento, contudo, essa língua é referenciada diretamente na parte em que o gramático se ocupa do plural dos nomes:

E se o uso nam fosse ã contrario que tem gram força açerca das cousas, nam me pareceria mal desterármos de nós esta prolaçam e orthografia galega. Por que ameu uer quando quisérem quardár a uerdadeira orthografia destas dições , se deue dizer, Razam, e no plurar, razões. Ca este, m, final nósso tem aly o officio do mem çerrádo dos hebreos, que é hũa das leteras que elles chamam dos beiços: aquál lhos fáz fechár quando acabam nella, de maneira que se uay fazendo aquella uariaçam oandose a uóz. E este é hũ módo de afrautár como se frautam os instrumentos da musica. E entam os que pouco sentem querem remediár o seu desfalecimento escreuendo agalegádamente: poêdo sempre, o finál ã totalas dições que acabam ã, am[...] (*ibid.*, B6^r).

Merecem destaque dois aspectos: em primeiro lugar, a rejeição ao que ele chama de “prolação e ortografia galega”, que devem ser “desterradas” do português. Nesse caso, verifica-se a clara “defesa” do autor ante o “inimigo” castelhano — já que, àquela altura, a Galiza se encontrava anexada ao reino espanhol. Em segundo lugar, observa-se, mais uma vez, o tom prescritivo do texto, que desaconselha o uso em tela, reforçando o papel glotopolítico desse instrumento.

Embora o conceito de norma, tal qual é entendido hoje, seja recente, como bem assinala Faraco (2017 [2008]), é justamente a partir do século XV que, na Europa, a ideia de estabelecer um padrão normativo linguístico passa a vigorar. Segundo o autor, àquela altura, a língua se tornara uma preocupação dos governantes, em virtude do clima de opinião da época, fazendo com que se desenvolvessem “políticas linguísticas homogeneizantes em seus territórios” (*ibid.*, p. 33).

No contexto português — e com base nos trechos analisados da *Gramática* de João de Barros — verifica-se uma tentativa de padronizar a língua, que se revela tanto pelo ato de se criar uma gramática quanto pelo tom empregado pelo autor ao fazer determinadas observações. E aqui vale destacar que o processo de normatização do português recai não só sobre a tentativa de priorizar os falares dos “ilustrados” de então, mas também de evitar qualquer tipo de ligação com o galego — como se nota na clara menção feita por Barros, anteriormente analisada.

Passando ao *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, publicado com a Gramática, ele figura como corolário do projeto linguístico-pedagógico de João de Barros. Ressalte-se que o Renascimento possibilitou o retorno desse gênero, muito comum na Grécia, no início do século IV a.C., cujo maior expoente foi, sem dúvidas, Sócrates, embora, como se sabe, ele não teria sido o inventor dos diálogos⁹⁴.

No texto de Barros, o aspecto que mais se evidencia é o tom patriótico empregado, conforme assinala Buescu (1978). Considerando-se o clima de opinião, pode-se afirmar que essa postura diante da língua portuguesa é legatária do momento de esplendor vivido pelo povo, em decorrência da expansão marítima, que invariavelmente pressupunha um expansionismo linguístico. Assim, o “louvor” a que se destina o diálogo atua no sentido de elevar o português à categoria de língua imperial, impingindo à memória do idioma a mesma relevância do latim.

As personagens são o Pai, que não recebe nome, e o Filho, que somente ao fim do texto tem seu nome revelado — Antônio. A cena se inicia com este último, que participa o primeiro do fato de o príncipe ter iniciado aulas de leitura com o frei João Soares. Essa é a deixa para que o progenitor mencione a importância de tal feito e da publicação de manuais para essa finalidade — prova clara de que, na realidade, o Pai é o próprio João de Barros, que justifica a pertinência de seu projeto linguístico- pedagógico.

Em seguida, o Pai levanta uma “grande questão” vigente à época, sobre qual teria sido a primeira “linguagem” do mundo. Para tentar elucidá-la, diversas afirmações são feitas até que se chegue ao latim, do qual teria se originado — de forma espontânea, como assinala Venâncio (2019) — o português. E, mais uma vez, reforça-se a consaguinidade entre os dois idiomas, uma vez que a língua latina, de todas as “princesas do mundo” (isto é, o grego, o hebraico e o latim), foi “[...] aderradeira que teue a monarchia, cuios filhos nós somos [...]” (Barros, 1540, G5^v).

Ato contínuo, mencionam-se três línguas de origem latina: o italiano, o francês e o espanhol e, quando o Filho pergunta qual delas seria a melhor “e mais elegante”, obtém, como

⁹⁴ Em Zilio-Passerini (2021), aborda-se mais detalhadamente o gênero diálogo, esclarecendo alguns pontos relacionados à origem do gênero e sua retomada no Renascimento.

resposta: “a que se mais confórma com a latina” (*ibid.*, G5^v). E, mais uma vez, o quesito “latinidade” é mobilizado como fator de valoração dos idiomas. A réplica do Filho alude ao fato de ter ouvido que o espanhol era “desfalecido” de vocábulos e, nesse quesito, o italiano a superaria. Entretanto, se comparado ao português, o espanhol ganharia nesse aspecto.

O Pai curiosamente não se manifesta contra tal afirmação; ao contrário, reafirma a posição do espanhol em relação a outras línguas e, a partir desse momento, inicia efetivamente o “louvor” à língua portuguesa, que se dá por meio de algumas características que lhe são concernentes, dentre as quais destaco a “conformidade” com o latim e o *status* imperial. Com relação à primeira, como já afirmado, esse é um aspecto preponderante no processo de construção da memória e da identidade do português, reafirmado, mais de uma vez, como descendente direto do latim. No caso do *Diálogo*, o Pai adverte o filho dizendo que ele só compreenderá “o louvor da nóssa linguágẽ” quando for capaz de identificar tais semelhanças.

No que concerne à segunda, ela fica mais nítida ao fim do texto, na seguinte passagem:

E nesse cuidádo forã tam solícitos [os latinos], que [...]nã consentiam que falassem, senam a sua lingua latina, por demostrar o imperio que tinhã sobre totalas outras nações. E o mais cero finál que o Romano póde dár ser Espãha súdita ao seu imperio, nã será suas corónicas e escrituras, cá estas, muitas uezes sã fauoráuees ao senhor de quẽ fala: mas a sua linguágẽ q nos ficou em testemunho de sua uitória. E quanto antre as cousas materiáes, e de mayor excelencia aquella que máis dura: tanto acerca das cousas da honra sam de mayor glória que as que a memória mais retẽ. Exêplo temos em totalas monarchias, cá se perderã cõ a uariedade do tẽpo, e fortuna das cousas humanas: però leixou a lingua latina este finál de seu imperio, q durará eternamente [...] (*id.*, *ibid.*, 1540, H1^v-H2^r).

Como se pode notar, a fala do Pai reforça a incontestada presença latina no português, com destaque para o fato de que, antes mesmo de sua formação, o latim teria sido imposto aos povos colonizados na Península Ibérica. Todavia, o tempo não foi capaz de apagar as marcas dessa língua, o que evidencia o seu poder de perpetuação entre suas “filhas”, como no caso do português. Ademais:

Em um primeiro momento, a sobrevalorização do idioma latino promove a sua permanência como parte da memória do português. Em outras palavras, estabelece-se o passado da língua ligando-o exclusivamente ao latim, língua tão imperial quanto a portuguesa era na ocasião. Em um segundo momento, o fato de se aproximar duas línguas igualmente notáveis presume a adoção da mesma postura de colonização, e o português gozaria do mesmo prestígio do latim nos tempos do império romano ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 144).

Tal ação, de cariz claramente glotopolítico, reforça o papel fundamental desse e dos demais textos de João de Barros. Não fortuitamente, seu projeto pedagógico de instruir os

portugueses focalizou o ensino da língua, ciente que era de seu papel fundamental não só para a circulação dos saberes, mas também para garantir — ou ao menos tentar — a soberania de Portugal perante os povos colonizados.

Ainda no âmbito dos diálogos, como prova inclusive do grande prestígio que tal gênero gozou ao longo dos Quinhentos, passo ao exame do *Diálogo em defensas da lingua portuguesa*, dado à estampa em 1574 e de autoria de Pero Magalhães de Gândavo. Antes, vale ressaltar que ele foi publicado com as *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua portuguesa*⁹⁵, das quais me ocupo mais adiante.



Em relação a Gândavo, é ponto pacífico a carência de informações detalhadas sobre sua vida, o que torna relativamente difícil situá-lo no contexto em que viveu. De todo modo, alguns aspectos são de conhecimento geral, por exemplo, o fato ter sido grande latinista, tanto que fundou, na província de Entre-Douro e Minho, uma escola de latim. Também merece destaque sua vinda ao Brasil por duas vezes, possivelmente em 1569 e 1576, anos em que teria escrito a *Tratado da Província do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz*, consideradas as primeiras a tratar de nosso país.

A cena retratada no *Diálogo* é composta de duas personagens: Petrônio, o português, e Falêncio, o espanhol. E já nesse momento merece destaque o fato de o autor ter escolhido tais nomes, uma vez que, conforme assinala Hue (2007), o primeiro alude ao vocábulo pedra, que denota rigidez e antiguidade, ao passo que o segundo lembra a palavra falência, que, em castelhano, significa engano, erro, equívoco.

A conversa entre ambos tem início com a fala do português, que assume o compromisso de provar a excelência da língua portuguesa e o quanto ela está à frente do castelhano. Considerando-se o clima de opinião vigente, fica claro o propósito de Pero de Gândavo, tal qual o de seus predecessores: construir um discurso laudatório do português, com vistas a criar uma representação linguística capaz de se perpetuar na história do povo, como símbolo de língua imperial, de origens nobres e latinas.

Do ponto de vista glotopolítico, mais uma vez, é necessário aludir à representação linguística que se pretende fazer do português. Nos dizeres de Pereira e Costa (2012, p. 174):

A construção das representações linguísticas ocorre geralmente em uma matriz ideológica cujo modelo pode determinar, por exemplo, uma variante linguística como legítima, ou privilegiar um dialeto dotando a variante

⁹⁵ Por meio do *QR Code*, é possível visualizar a obra, composta das *Regras*, seguidas do *Diálogo*. Trata-se de uma edição fac-símile, que conta com um importante preâmbulo de Maria Leonor Carvalhão Buescu, célebre filóloga portuguesa que dedicou grande parte de seus estudos às obras linguísticas do século XVI.

regional de um *status* superior aos das demais variantes, ou ainda basear-se na ideologia do monolinguismo, calcado na fórmula uma língua/uma nação, que caracterizou políticas linguísticas de vários países.

Das palavras das autoras, ressalto o quão nítida é a tentativa dos eruditos de colocar o português em posição de destaque, sobretudo em relação ao castelhano, uma vez que, como já dito, a Espanha figurava como um “inimigo”, contra quem Portugal urdia planos de se sobrepor politicamente, uma espécie de “guerra fria quinhentista” — com o perdão do anacronismo aqui empregado. Afora isso, o reino entrara, a partir do segundo quartel, em um processo de crise da qual não se recuperou completamente e que custaria o fim do império erigido sobre e para além das ondas. E isso explica, em grande medida, por que o Diálogo de Gândavo se intitula em “defesa” da língua e por que ele seria protagonizado por uma personagem portuguesa e outra espanhola.

De volta à cena inicial, em resposta a Petrônio, Falêncio acusa a língua portuguesa de carecer de vocábulos, o que fez com que os próprios portugueses recorressem a outras línguas — e aqui uma vez mais menciono o fato de muitos eruditos terem escrito suas obras em latim e em espanhol. A resposta do contendor se vale da mesma artimanha retórica — e glotopolítica, diga-se de passagem — de João de Barros: explicitar a “conformidade” existente entre as línguas latina e portuguesa.

Para tanto, a personagem se volta invariavelmente ao passado da língua, caracterizando a realidade linguística de outrora da seguinte forma:

E assim a linguagem que neste antigo tempo se usava neste nosso Portugal a que vós chamais tosca e ruda, está claro em muitos vocábulos ser mais chegada ao latim que esta que agora usamos [...] Pelo que se pode afirmar com verdade que não era outra coisa esta maneira de falar senão latim corrupto [...] (Gândavo [1537] *in* Hue, 2007, p. 69).

Tendo em vista uma de nossas categorias de análise, a passagem em destaque figura como oportunidade de mencionar o passado galego da língua ([Zilio-]Passerini, 2019a). No entanto, o propósito do texto — e das obras linguísticas quinhentistas em geral — não é dar vez e voz ao galego, mas, pelo contrário, apagá-lo das origens da língua portuguesa.

Em um segundo momento, Falêncio faz nova acusação: a de que o português era uma língua de pouco prestígio, comparada a outras. Desse modo, verbaliza-se “a visão imperante à época: a de um português pouco prestigiado e até mesmo desconhecido, apesar de todas as conquistas marítimas” ([Zilio-]Passerini, 2019a, p. 85). Como resposta, Petrônio caracteriza essa malquerença como atitude de despeito de outros povos, dada as minúcias de sua língua, que a tornavam “difícil e de tão ruim digestão”. Essa é a deixa para que o contendor espanhol

ratificasse seu ponto de vista: tais características eram a prova da rudeza e da tosquice do português. A réplica de seu opositor vai no sentido oposto: a dificuldade que os outros povos têm em aprender português se dá simplesmente por sua delicadeza.

Mais adiante, Falêncio lança uma terceira acusação, questionando Petrônio por que razão os próprios portugueses desdenhavam de sua língua — e aqui obviamente se critica a já inúmeras vezes mencionadas castelhanização dos eruditos de Portugal. Prova disso é que, posteriormente, o espanhol afirma: “[...]homens portugueses muito principais e de grandes engenhos escreveram, e ainda hoje em dia escrevem, suas obras em castelhano por ser linguagem mais aprazível e doce, e soar melhor aos ouvidos que a vossa[...]” (Gândavo [1574] *in* Hue, 2007, p. 73).

Em outro momento, a personagem menciona uma série de célebres autores portugueses, entre eles Sá de Miranda, João de Barros e Camões. Em relação aos dois últimos, a alusão a Barros denota o fato de Gândavo ter claramente se inspirado na obra de seu coetâneo, autor do insigne projeto linguístico-pedagógico, analisado anteriormente. Do mesmo modo, a referência a Camões explicita um fato da vida do autor do *Diálogo*: o de ter mantido contato com o criador da célebre epopeia portuguesa.

Finda a exposição das figuras de destaque em Portugal, Petrônio é quem acusa o castelhano de ser um idioma bárbaro, dada a presença de traços do árabe na pronúncia espanhola, sobretudo no que concerne à aspiração presente em muitas palavras. A réplica de seu contendor é fundamentada na já conhecida artimanha de se comparar o vernáculo ao latim, com vistas a identificar as óbvias semelhanças existentes entre ambos. Todavia, em determinado momento, o contendor português enumera algumas palavras que, em espanhol, teriam subvertido o genitor latino. Com isso, chega à conclusão de que a língua de Castela teria se esforçado em se distanciar do latim, “como se dessa maneira ficasse mais perfeita”.

O fim da refrega é marcado pelo elogio feito a Petrônio que, na visão de seu opositor, gozava de grande capacidade retórica. Ademais, Falêncio reconhece o esforço do português para enaltecer sua língua, o que faz com que o primeiro se autoproclame vencedor do debate. Nessa passagem, “evidencia-se o real compromisso do diálogo: o de louvar a língua portuguesa partindo da premissa de defesa ante as acusações feitas” ([Zilio-]Passerini, 2019a, p. 88).

Como se pode notar, o *Diálogo* de Gândavo em muito se assemelha ao de João de Barros, muito embora se verifique nele um tom mais bélico em comparação à cena retratada entre o Pai e o Filho. A meu ver, tal característica também reflete, de certo modo, o clima de opinião do momento de produção e circulação dos textos de Gândavo, uma vez que, seis anos após a publicação deles, Portugal sucumbiria, ainda que temporariamente, ao inimigo de antanho,

tendo sido anexado à Espanha.

Antes de passar à análise das *Regras*, valho-me das palavras de Buescu (1981), para quem o trabalho de Gândavo, em comparação ao de seus antecessores, é breve, “de proporções reduzidas e de intenções modestas” (*s.p.*). Todavia, essas características não diminuem a relevância de seus escritos, visto que

[...] a divulgação e a democratização cultural permitida pela imprensa projecta-se, através da obra de Gândavo, no sentido duma circulação que ultrapassa largamente os circuitos de educação palaciana e aristocrática (background da obra de Barros) e também a especialização por vezes polémica da de outro dos gramáticos do séc. XVI, Fernão de Oliveira (*ibid.*, *s/p.*).

Feitas essas considerações, sinalizo que, desde a dedicatória de seu livro, endereçada evidentemente a “elRey nosso senhor”, Gândavo deixa claro se tratar de uma “defensão da lingua portuguesa” (1981 [1574], p. 5). No fôlio seguinte, ao dirigir-se a seu “discreto & curioso lector”, ele denuncia o mau uso que os portugueses faziam de sua língua e “[...] com innumeraueis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunciação desta nossa linguagem Portuguesa”. Diante de tal realidade, teria o autor elaborado as *Regras* com o máximo de simplicidade, com vistas a atingir um público mais amplo. Ato contínuo, afirma que sua “tenção não foy fazellas, senão para os que não são latinos” (*ibid.*, p. 6). Mais especificamente, o ortógrafo “quis nelas vsar de alguns exemplos, pera que assi ficassem mais claras, & cõ menos trabalho fossem entedidas de qualquer pessoa ainda que nam tenha (como digo) inteligencia de latim”.

Nesse ponto, é necessário fazer uma observação acerca do objetivo de Pero de Gândavo, em relação a João de Barros. O fato de ele procurar, com sua obra, “popularizar” a ortografia, dando, portanto, continuidade ao trabalho de seu predecessor, é uma ação glotopolítica que também se pode verificar na própria constatação que Pero de Gândavo faz àquela altura: a língua vinha sendo mal-usada por seus compatriotas e carecia de mais cuidado. Ou seja, seu trabalho tinha o intento de fazer com que os portugueses cultivassem a norma outrora estabelecida por Barros, cujo caminho foi aberto, como já dito, por Fernão de Oliveira.

Em relação à ortografia, recorro a Lagares (2018, p. 179), que assim se manifesta:

[...] a uniformização do sistema de escrita é uma consequência da imprensa. Assim como acontece em qualquer sistema de medidas, a ortografia define um mercado, regula as interações escritas num espaço amplo de circulação de bens, em que a mediação com o texto não pode ser feita *in loco* [...] Antes de existirem sistemas ortográficos, o que havia eram diferentes “tradições de escrita”, relacionadas a *scriptoria* concretos, onde escrivães constituíam grupos de práticas que reproduziam modos de fazer ligados à expressão escrita. Quando as possibilidades de reprodução do texto foram

ampliadas pela tecnologia da imprensa, as tradições de escrita medievais, que delimitavam espaços de prática locais, desapareceram e se tornou necessário fixar normas de escrita e de leitura para esse mercado mais amplo [...].

Considerando-se o clima de opinião, como já dito, a invenção da imprensa possibilitou, no Portugal quinhentista, a circulação de uma série de obras, sobretudo traduções, em virtude do uso do português. Nesse contexto, era fundamental que a língua gozasse de certa padronização, visto que, em séculos anteriores, a grafia de muitos vocábulos oscilava, em virtude de se basear sobretudo na pronúncia. Além disso, vale ressaltar o fato de a educação portuguesa ter passado, ao longo do século XVI, por um processo de reformulação, o que também demandava a normatização do vernáculo a ser ensinado — dentro e fora do território, diga-se de passagem.

Mais adiante, Gândavo faz uma afirmação que merece destaque:

E allem da orthographia que nas presentes se pode compreender, ha muitos vocabulos em que se comette vicio, & são tantos que seria cousa muy comprida querer aqui exprimir & tratar de raiz como se hão todos de escreuer. Porque hus se escreuem com c, outros com s, & outros com z: cada um em fim segue sua origem, & assi hūs per descuido, & outros por não saberem latim (que he a fonte donde manou a mayor parte destes nossos vocabulos) [...] (*ibid.*, p. 7).

Desse fragmento, em que o ortógrafo se ocupa de justificar por que teria elaborado um trabalho sintético e priorizado aspectos principais da ortografia, trazendo exemplos de cada um dos pontos abordados, nota-se que ele menciona as diferentes origens dos vocábulos do português, sem, no entanto, referenciar de forma clara quais seriam elas — o que permite inferir uma possibilidade de menção ao galego. A única menção é obviamente ao latim que, nos dizeres do erudito, consiste na “fonte” de onde teria “brotado” a maior parte das palavras do português.

Outro comentário curioso é feito no fôlio A4^v, em que o autor novamente critica a displicência de seus conterrâneos para com o idioma. Em suas palavras, se eles fossem mais cuidadosos com a escrita da língua “[...] não aueria pela ventura tantos que praguejassem desta nossa lingua: porque com saberem bem escrever, saberião bem pronunciar os vocabulos, & com os saberem bem pronunciar, ficaria a mesma lingua parecendo melhor aos naturaes que a professam” (*ibid.*, p. 8).

Tal como no *Diálogo em defesa do português*, alude-se ao fato de muitos “praguejarem” a língua, o que, na visão de Gândavo, se dá pelo fato de não saberem escrever e pronunciar bem as palavras. Assim, caso essa fosse uma preocupação real dos “naturais”, ou seja, dos próprios portugueses, que habitualmente ultrajavam seu idioma, este último lhes pareceria melhor. E aqui antevemos um dos argumentos utilizados por Petrônio para refutar Falêncio, em uma das

acusações feitas ao português: uma das razões pelas quais os próprios portugueses não manifestassem admiração por sua língua era o fato de ela ser difícil, dadas as suas “sutilezas”.

Ato contínuo, assevera Gândavo (*ibid.*, p. 8-9):

Por onde não auia de auer pessoa que se prezasse de si, q não trabalhasse por saber algũ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues:& desta maneira facilmente euitarião todos estes erros, & serião perfectos em guardar a orthographia cõforme â ethymologia & pronunciação dos vocábulos.

Como se vê, embora o autor tivesse afirmado, logo no início de sua obra, tê-la escrito para as pessoas que não dominavam o latim, nesse ponto, ele afirma ser necessário o conhecimento dessa língua, pois nisso consistia “o falar bem Português”. Por conseguinte, aqueles que dominassem o idioma não cometeriam “erros” e saberiam a “ortografia conforme a etimologia”, ou seja, de acordo com o latim que, uma vez mais, é caracterizado como o ancestral direto do português, sem qualquer menção ao passado galego.

No que concerne à parte propriamente “didática” da *Ortografia* — e aqui me refiro a ela nesses termos justamente pelo fato de o objetivo de Gândavo ser compilar as principais regras, exemplificando-as —, é importante dizer que, no contexto de produção e circulação da obra, pairavam ainda muitas dúvidas em relação à escrita do português que, àquela altura, já tinha ultrapassado os limites europeus e se lançado a territórios até então inimagináveis. Por essa razão, o autor, no primeiro capítulo, intitulado “De como se ha de fazer differença na pronunciação de alguas letras em que muitas pessoas se costumão enganar”, em determinado momento afirma:

E porque, de todas estas diversidades de vocabulos que ha em nossa lingua, se não podem fazer regras geraes pera se conhecer com que letras se hão de escreuer, he forçado que todos os escriuães que nesta parte quizerem ser perfectos, tenham algum conhecimento de latim, ou ao menos conheção a differença que há na pronunciação do c, ao s, & do s, ao z, porque se caïrem nella, com mais facilidade poderão vedar muitos erros conforme ao sentido da orelha que nesta parte não he pouco fiel (*ibid.*, p. 12-13).

Assim, se ainda não fosse possível estabelecer regras gerais de ortografia, Pero de Gândavo assevera, mais uma vez, a necessidade de se saber latim, dada a relação existente entre este último e o português. Ademais, o autor associa os desvios ortográficos à falta de acurácia dos falantes, que não conseguiam distinguir claramente sons próximos, como /c/ e /z/ ou /s/ e /z/. Em continuidade, ele faz uma descrição fonética interessante, que reproduzo a seguir:

E pera saber como se há de fazer esta differença, entendam que quando pronunciamos qualquer dição com c, hão de fazer força com a lingua nos dentes debaixo de maneira, que fique algum tanto a ponta dobrada pera dentro, & quando for com s, porão a lingua mais folgadamente pera cima que fique soando a pronunçiação á maneira de ossuuio de cobra, que esta foy a causa por que os Antiguos formáramos, da feição da cobra, & o c, á maneira de meyo circulo que fica dobrado semelhante à lingua quando o pronuncia. Quanto esta letra z, composerão os Gregos de duas letras, conuemsaber, do s, & do d, & assi a pronunçiação dela não he outra cousa, senão a de hum s, carregado por respecto daquele d, que lhe formão diante, o qual d, não deixa soltar a lingua tão livremente como quando o mesmo s, per si se pronuncia. Assi que esta & todas as mais letras inuentaram os mesmos Antiguos sapientissimamente, porque cada hũa tem a forma conforme à natureza & semelhança de sua pronunçiação (*ibid.*, p. 13-14).

No excerto, descreve-se a pronúncia dos sons representados pelas letras c, s e z, comparando, por exemplo, o /s/ ao “assovio de cobra”, no intuito de explicar a consoante sibilante. Além do mais, afirma-se que os “Antigos” — obviamente os gregos e os romanos — teriam criado as letras com base em critérios fonéticos, ou seja, eles “sapientissimamente” inventaram os símbolos escritos “conforme a natureza e semelhança de sua pronunçiação”. E aqui se nota, outra vez, a menção, ainda que indireta, ao latim, agora no sentido de ordenar a pronúncia das palavras, o que, na visão de Gândavo, invariavelmente reflete na escrita.

Nesse momento, talvez fosse possível aludir ao passado galego do português, pois se tangencia a questão das chamadas “quatro sibilantes”. Como atesta a linguística histórica, no período medieval, a língua comum entre Galiza e Portugal apresentava quatro sons sibilantes, posteriormente reduzidos a dois. A queixa do autor pode ter relação com a instabilidade de pronúncia que, àquela época, deveria ser ainda mais marcante sobretudo no norte de Portugal e acabava por refletir na grafia das palavras (cf. Bagno 2016 [2012]).

Em vários momentos da obra, o autor se vale do latim para explicar determinados pontos. Levando em conta as categorias de análise definidas para a pesquisa, selecionei algumas dessas passagens para exame. Na parte denominada “Das letras com que se escreue, & syllabas que se formão dellas”, por exemplo, em que o ortógrafo se ocupa do alfabeto, lê-se: “nesta arte do escrever há vinte letras, ou vinte & hua com este y grego, a fora h, que lhe não chamão os Latinos letra, senão aspiração” (Gândavo [1574] 1981, p. 15). O mesmo ocorre no capítulo “Do que se põem per perentthesis”, no qual se afirma:

Quando se oferecer em algũa parte da escriptura dizer algũa cousa fôra da sentença, que muitas vezes se não escusa pera ornamento, & declaração do que se escreue, pôrseha entre dous meynos círculos (desta maneira). Todavia não sera muita lectura, porque se não embarace o lector, nem perca o tino da sentença ou pratica que leua enfiada. A isto chamão os Latinos Parethesis [...] (*ibid.*, p. 19).

Como se nota, Gândavo procura explicar os contextos nos quais devem ser utilizados os parênteses, a fim de dizer algo fora da sentença. Mais ao fim do texto, ele revela o nome desses “dous meios círculos” — parênteses — e, em seguida, afirma que era desse modo como os latinos chamavam esses sinais. Entretanto, é válido esclarecer que, etimologicamente, a palavra é de origem grega e, desse idioma, teria passado ao latim.

De todo modo, embora Gândavo não tenha se referido às raízes do vocábulo em tela — pois, como já afirmado, as questões etimológicas nem sempre foram um ideal a ser perseguido pelos eruditos quinhentistas, diante da irrefreável tendência de explicar os vernáculos dentro dos limites de cada território —, o étimo helênico parece ser insignificante diante do fato de o latim utilizar o mesmo termo. Isso revela, mais uma vez, a tendência observada nas obras anteriores de, sempre que possível, referenciar a língua latina, da qual se origina o português.

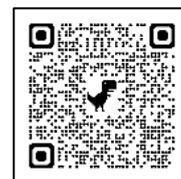
Outro capítulo que merece atenção é o denominado “Dos sinaes qve se hão de vsar quando se não acabar a dição no fim da regra, & de como se há de fazer esta diuisão”, no qual o autor trata da translineação de palavras e da separação silábica. Em dado momento, lê-se

Ainda que nesta nossa linguagem pela corrupção dos vocabulos, vsão muito poucas vezes, ou quase nunca de c, ante t: mas quando o vocábulo o tem sua origem, & assi inteiramente foy usurpado do latim pera nosso vso, não sera denecessario, nem inconueniente usallo (como alguns querem dizer) antes vsandose (como digo) nos taes vocabulos, sera muita perfeição: porq quanto mais chegarmos ao latim estes & outros quaisquer vocabulos latinos que corruptamente vsamos guardandolhes fielmente sua ortographia, tanto sera nossa lingua mais polida, & ficara nesta parte mais singular & appurada que as outras (*ibid.*, p. 22-23).

Mais uma vez, o erudito remete ao mau uso feito pelos portugueses, mencionando a “corrupção” dos vocábulos e, como forma de resolver isso, sugere que as palavras sejam grafadas o mais próximo possível do latim. Destarte, o ato de “guardar fielmente” a ortografia latina é fator primordial para que o vernáculo seja mais “polido”, “singular” e “apurado” em relação às demais línguas — românicas evidentemente.

Recorrendo mais uma vez ao *Diálogo em defesa do português*, também escrito por Gândavo, é notória, no fragmento em análise, a semelhança entre o pensamento do autor e a fala de Petrônio, ao acusar o espanhol de ter se distanciado consideravelmente do latim, como se isso fosse torná-la melhor. Assim, quando o ortógrafo afirma que a semelhança ao latim — ou a “conformidade”, segundo João de Barros — é motivo de virtude da língua, certamente alude à necessidade de português se distanciar das outras, com especial destaque ao castelhano.

Levantados os principais aspectos das *Regras* escritas por Pero Magalhães de Gândavo, com destaque para as menções ao latim, que, como se viu, são bastantes e contribuem para reforçar a “consanguinidade” entre essa língua e a portuguesa, passo à análise da última obra que compõe o *corpus* referente ao século XVI: a *Orthographia da lingua portuguesa*, de Duarte Nunes do Leão, publicada em 1576⁹⁶.



Segundo Buescu (1978; 1984), o autor, de origem judaica, foi um prolífico humanista, cujos estudos se dividiam eram orientados por três vertentes: a jurídica, dada sua formação em Direito, a histórica e a linguística — a qual obviamente interessa a este trabalho e que aqui será examinada. Aspecto importante mencionado pela filóloga é o fato de ele ser abertamente favorável ao governo de Felipe II, que, como já dito anteriormente, em 1581 — ou seja, um ano após a anexação de Portugal ao domínio espanhol —, foi coroado como Felipe I de Portugal. Prova disso pode ser encontrada no próprio subtítulo de seu manual ortográfico, em que se lê: “Obra vtil, & necessária, assi pera bem screuer a lingoa Hesperhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem”.

Como se vê, Leão caracteriza sua obra como “útil e necessária” para “bem escrever” o espanhol, o latim e as demais originadas do latim. Logo, além de aludir à sobejamente defendida origem latina do português — por extensão, ela se enquadra na categoria de língua originária do latim, evidentemente —, ele destaca, dentre essas línguas o espanhol, em clara demonstração não só das relações de tensão existentes entre Portugal e Espanha na ocasião — uma vez que a obra foi publicada quatro anos da anexação de Portugal ao reino castelhano —, mas também de seu posicionamento político diante disso.

Tal característica também fica evidente no prólogo da obra, em que o autor a dedica ao “muito ilustre e generosíssimo senhor Lourenço da Silva”, membro do conselho real, mas não diretamente a D. Sebastião. Nesse prólogo, menciona-se, de saída, a vantagem dos homens em relação aos demais animais, pois aqueles são dotados da fala⁹⁷ e, por meio das palavras, podem diferenciar as pessoas. Recorrendo ao passado greco-latino, alude-se às duas Repúblicas (obviamente a grega e a latina), das quais “manaram todas as artes e disciplinas” e cujos homens sempre cuidaram “de bem escrever e bem falar” (Leão, 1576, Aiiij^r).

Ato contínuo, o ortógrafo cita os romanos, com destaque para a importância por eles

⁹⁶ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra.

⁹⁷ Embora, nessa parte, Duarte Nunes do Leão não mencione claramente Aristóteles, a leitura do trecho remete diretamente aos postulados do filósofo grego acerca da linguagem humana, que podem ser lidos em *A Política*. O trecho em questão consta do presente trabalho, mais especificamente da seção 2, em que trato da Glotopolítica. Embora Koerner aconselhe ao historiador da linguística ter cuidado ao atribuir o argumento de influência a determinado autor sem qualquer menção explícita, a semelhança entre o pensamento de Leão e o do estagirita é muito evidente.

dada às questões linguísticas, narrando uma passagem em que uma dúvida a respeito da escrita de determinado vocábulo, em virtude de não haver consenso entre os ilustrados da época, foi levada a Marco Túlio Cícero, que resolveu o impasse ordenando que se abreviasse a palavra, a fim de agradar a ambos os lados da contenda. O exemplo é obviamente usado para denunciar, àquela altura, o descuido de seus conterrâneos para com a língua:

E agora teemse tam pouco respecto ao bom, ou mau screuer, como dão testemunho nossas cartas, nossas moedas, nossas diuisas, nossas sepulturas, & todos nossos scriptos, onde não vai cousa em seu lugar. E o que peor he, que os que nisso peccamos, fomos os q moor obrigação tinhamos de acertar. Porque como a jurisprudência se diuida em duas partes, na sciência de distinguir o justo do injusto, & na interpretação das palauras, mal as saberá explicar, quem as não sabe screuer (*ibid.*, Aiiij^r).

O fato de Leão citar a “jurisprudência” pode ser explicado por duas razões: em primeiro lugar em virtude de ele ser procurador, visto que sua primeira formação fora em “leis” na Universidade de Coimbra; em segundo lugar, em razão de, àquela altura, os documentos notariais, entre outros já circularem em vernáculo, ao contrário do que acontecia nos séculos anteriores, em que eram redigidos em latim (cf. Faraco, 2017). Por esta última razão, a preocupação com a ortografia no âmbito legal também passou a ser constante.

Depois de citar mais algumas figuras relevantes do Império Romano, Duarte Nunes do Leão explicita seu desejo com a obra dada à estampa, que pode ser lido no excerto a seguir:

Polo que veendo eu em minha mocidade, o descuido, & falta dos homees de Hespanha em seu screuer, & a diligência que agũus estrangeiros nisto mostrarão em suas lingoas, cõ o desejo que sempre tiue de illustrar as cousas da nação Portuguesa, tentei ensinar a meus naturaes, o que eu de outrem não pude apreēder. E em algũus feriados, & de ocio (De q também Marco Catão nos manda dar conta) reduzi a regras, & preceptos a orthographia de nossa lingoagem. [...] Mas como nenhũa cousa eu mais desejo, q ocasião de seruir V.S. & o querer que divulgue este tractado, he tam conforme aatenção com que o fiz, succedi ao que me mandou, sem me lembrar o risco a que me punha, & o descredito em que caia com algũus homẽes de minha facultade [...] (Leão, 1576, Aiiiij^r).

O autor alude ao “descuido e à falta dos homens de Hespanha” com a escrita, revelando que o problema apontado no contexto português também ocorria em outras partes da Península Ibérica. Ainda em relação ao fragmento, merece destaque o intento de “ilustrar as coisas da nação portuguesa”, nesse caso, por meio da elaboração de um tratado ortográfico, ou seja, da padronização da língua. Acerca desse processo, Lagares (2019 [2011], p. 9) afirma:

Qualquer padrão linguístico é uma criação histórica, produto de complexos processos de codificação, embora o imaginário social o acabe identificando

simplesmente com a própria língua. A própria noção de correção linguística, que tem uma história frequentemente conturbada e cheia de idas e vindas, de indecisões e de polêmicas, é apresentada em muitas ocasiões, e com evidente intencionalidade de “controle” político, como algo a-histórico e absoluto, definitivo e eterno, funcionando como ponto de referência que determina quem é falante legítimo da língua e quem não o é.

Levando-se em conta a gramatização do português e o conseqüente surgimento dos manuais de ortografia, fica evidente que a padronização da língua não é a-histórica, tampouco apolítica. Isso porque o clima de opinião em que circularam essas obras foi fundamental para seu advento, dada a necessidade de se estabelecer uma norma, garantindo não só a possibilidade de se ensinar a língua, mas também de utilizá-la satisfatoriamente em textos legais.

Mais ao fim do prólogo, Leão afirma: “[...] quero lembrar-lhes que reduzir a regras geraes, & poer em arte hũa lingoa, que ate qui não teue arte, he cousa ardua, & grauissima, & se se bẽ faz, heroica, & que não pode empreender senão hum Messala, ou outro homem de tal auctoridade” (*ibid.*, Aiiij^v). Nessa passagem, chama atenção o fato de ele afirmar que, até aquele momento, o português não tivesse tido “arte”, desconsiderando as duas gramáticas até então produzidas, bem como as *Regras* de Gândavo, publicadas dois anos antes.

No primeiro capítulo, voltado para aspectos gerais da ortografia, ao mencionar as letras do alfabeto, Duarte Nunes do Leão diz: “Mas como nossa lingoa Portuguesa na origẽ e semelhança, seja Latina, teemos em figura as mesmas letras, q os Latinos teem”. E aqui se nota uma menção explícita à origem latina do português, sem qualquer menção ao passado galego da língua. Ademais, ao mencionar a “semelhança” entre ambos os idiomas, o autor reforça a ideia de “conformidade” com o ancestral latino, que, como já dito noutros momentos, era um aspecto positivo e digno de louvor. Essa mesma origem será reafirmada um pouco mais adiante, quando ele se ocupa de descrever a letra *a*, destacando que, em português, não há diferenças em relação ao latim: “O que se não ha de admitir acerca de nós, q nas vogais nenhũa differença teemos dos Latinos, de quem teem origem nossa lingoa” (*ibid.*, Aii^v).

Tendo em mente o clima de opinião, no qual vigoravam os ideais renascentistas de retorno ao passado clássico, também é constante, ao longo de todo o texto, a menção ao grego, uma vez que desse idioma os romanos adaptaram considerável número de palavras à sua língua, como se vê nesta passagem, em que o ortógrafo se ocupa da letra *b*:

E por assi teerẽ esta semelhança, os Latinos, na trasladação de muitos vocabulos da lingoa Grega na sua, mudauão hũa letra em outra, dizẽdo, de triambos, triumphus, & de pyxos, buxus: como nos tãbem fazemos, que em muitos vocabulos, que tomamos dos Latinos corrompemos o .p. em .b. dizẽdo de Aprilis, Abril, & de capillus, cabelo, & de capra cabra [...] (*ibid.*, Aiii^r).

Também merece destaque o fato de o autor mencionar a “corrupção” do latim por parte dos portugueses, reforçando uma ideia seminal para o advento da gramática entre os gregos. Como já dito em Zilio-Passerini e Palma (2021), o fato de os filósofos considerarem corrupção a mudança linguística pela qual passara o idioma grego foi fundamental para que Dionísio, o Trácio pusesse em arte sua língua, na tentativa de fixar um padrão baseado em textos do período clássico.

Outro aspecto digno de nota é o fato de Leão frequentemente mencionar, além do latim e do grego, o espanhol, como se pode ver neste trecho, em que os castelhanos são citados pela primeira vez:

A letra .l. teem os Portugueses & Castelhanos hũa pronunçiação mui propinqua, posto que a naõ tenham em nome, nem em figura, que he tam peculiar, & propria nossa, que nem os Gregos, nem os Latinos, nẽ os Hebreos, nem Arabes a conhecem. E algũas nações há que nem com tormento a pronunçiarão. A qual nos suprimos per .l. & .h. nota de aspiração assi .lh. menos mal que os Castelhanos, que erradamente a suprem, com dous .ll. contra toda razão da ortographia (*ibid.*, Biiij^r).

Como se vê, o autor promove uma aproximação entre o português e o castelhano, salientando as semelhanças de ambos em relação à pronúncia do /l/. Todavia, ele não deixa de criticar o uso de “ll” por parte dos espanhóis para identificar o fonema que, na língua portuguesa, é representado por “lh”. Assim, denota-se uma tentativa de exaltar o português, já que, a seu ver, do ponto de vista ortográfico, o uso português era “menos mal” do que o castelhano.

Sobre isso, Buescu (1984) sinaliza a evidente contradição existente na obra linguística de Duarte Nunes do Leão como um todo: apesar de não esconder seu apoio a Felipe II — que àquela altura não havia sido entronado, diga-se de passagem —, em diversos momentos de seus escritos, o ortógrafo se empenhou “[...] por vezes arditosamente, a demonstrar, remontando as origens, a individualidade da língua portuguesa: origens históricas, culturais e estritamente etimológicas” (p. 150).

Tendo em vista os limites do presente trabalho, optei por separar apenas alguns exemplos das menções feitas tanto ao latim quanto ao espanhol. Ademais, é válido ressaltar que outras línguas românicas são citadas com alguma frequência, por exemplo, o francês e o italiano, sempre com destaque para o português, no sentido de ressaltar sua conformidade com o latim e sua adequação — em alguma medida — com os preceitos ortográficos.

Na parte em que Duarte Nunes do Leão se ocupa dos ditongos da língua portuguesa, ao tratar do ditongo “ão”, o autor assim se manifesta:

O. III. diphthongo he. ão. o qual he o mais frequentado da nossa lingoa, & sobre que ha mais opiniões, & duuida, em que lugares se ha de vsar. Porque hũus indistintamente o vsão, & o confundem com esta terminação .am. não fazendo de hum a outro differença algũa. O que he erro manifesto [...]

Finalmente, com o dicto diphthongo se hão de screuer, na final terminação, todolos nomes, q vulgarmête se escreve per .am. dizêdo, capitão, Alemão [...] se queremos screuer como pronũciamos [...].

E a razão d'os dictos vocabulos se não screuerem per .am., & succeder aquelle diphthongo, em lugar das dictas letras, segundo tenho advertido, he a analogia, & respecto, que a lingoa Portuguesa vai teêdo com a Castelhana, que sempre onde a Castelhana diz, an. ou .on. que he sua particular terminação, responde a Portuguesa com aquella pronunciação de .ão. que succede lugar da antiga terminação dos Portugueses de .om. q punhão em lugar do .an. ou .on. dos Castelhanos. A qual ainda agora guardão algũus homẽes d'entre Douro & Minho, & os Gallegos, que dizem, fizerom, amarom, capitom, cidadom, taballiom, apellaçom. O qual respecto, & analogia, se guardão em muitas palauras, hũas lingoas a outras, como se vee nas lingoas, Latina, Thoscana, Castelhana, & Portuguesa [...] (*ibid.*, Diiij^v -Diiij^v e Dv^r).

Nessa passagem, o ortógrafo se ocupa não só de desaconselhar o uso da forma “am” para representar o ditongo “ão”, mas também estabelece as costumeiras comparações com o castelhano. Para explicar a ocorrência da forma considerada inadequada, ele menciona “a analogia e o respeito” em relação ao espanhol, ao que se pode relacionar o fato de essa língua ser largamente utilizada pelos eruditos da época, como já afirmei.

Outra razão da qual se vale o autor para explicar tal ocorrência no português é o fato de o português, em sua forma antiga, utilizar a terminação “om”, em lugar do “on” e do “na” do castelhano. E aqui obviamente Leão poderia ter mencionado o galego, já que esse “português antigo” nada mais era do que o galego, falado tanto no território português quanto no que viria a se tornar parte da monarquia espanhola. Prova disso é que, logo em seguida, o ortógrafo alude a “alguns homens de Entre-Douro e Minho”, região que mantinha muita ligação com a Galiza, bem como aos galegos, sem, entretanto, mencionar qualquer ligação entre ambos os povos.

E aqui recorro a Bagno (2019 [2011]), que muito bem elucida a questão da padronização no contexto renascentista:

A padronização, a gramatização, a ortografização de uma língua têm constituído, em todos os momentos históricos, um processo de seleção e como todo processo de seleção, um processo simultâneo de exclusão. A centralização dos Estados nacionais a partir do Renascimento em torno da figura do rei, símbolo da nacionalidade, acarretou a construção política de uma língua nacional, de uma língua oficial.

Ora, que critérios poderiam ser empregados para definir essa língua oficial, essa língua que, de materna, se transformara em língua paterna, língua pátria, língua oficial? Em meio à diversidade linguística que sempre caracterizou todos os países da Europa, que língua ou que variedade de língua será arrancada de sua dinâmica social para se transformar em monumento, em

símbolo de identidade nacional?

Os critérios serão, sempre, de ordem política e nunca jamais de ordem “linguística”, no sentido de não haver possibilidade alguma de uma variedade ser escolhida por algum conjunto de características “inerentes” (beleza, elegância, riqueza, concisão etc.) que a tornem “naturalmente” mais apta a ser eleita para o processo de hipostasiação. A língua escolhida será sempre, nos casos das nações unificadas, a língua ou dialeto falado na região onde se situa o poder, a Corte, a aristocracia, o rei (p. 365-366)

No contexto português, a criação da língua real se deu, como tentei mostrar ao longo desta seção, dentro dos limites territoriais. Entretanto, foi preciso, além disso, ligar “geneticamente” essa língua ao latim, cujo passado evocava o poder do Império Romano, na tentativa de se criar uma memória igualmente nobre para o português, cujos falantes protagonizaram um importante episódio da Era moderna. Nesse percurso, invariavelmente, o galego foi apagado e, nas poucas menções a ele feitas, era tido como um exemplo a não ser seguido, sem se mencionar o passado comum existente entre as línguas galega e portuguesa.

4.6 Considerações finais

Para a história do português, o século XVI é de grande relevância, pois nele inicia o processo de gramatização da língua. *In statu nascendi*, os primeiros textos de caráter metalinguístico em Portugal devem-se incontestavelmente ao clima de opinião vigente, no qual era preciso consolidar o domínio dos territórios conquistados com a expansão ultramarina. Nesse processo, a língua também gozava de prestígio e, para ser ensinada, era necessário, inicialmente, ser didatizada.

Do mesmo modo, o espírito renascentista implicou a necessidade de modernizar a educação do reino, no sentido de formar uma elite intelectual. Para tanto, a língua precisava estar normatizada e, do ponto de vista glotopolítico, uma das formas de consolidar tal propósito é criar instrumentos glotopolíticos, dentre os quais se destacam as gramáticas. Some-se a isso o fato de o vernáculo já se encontrar em pleno uso, ainda que não de forma integral, pois o latim, o grego e até mesmo o castelhano eram línguas de erudição em Portugal.

Cientes da relevância da empreitada, os intelectuais da época, empenhados em construir uma representação linguística “imperial” do português, optaram por fazê-lo por meio de uma afiliação direta ao latim ancestral. É nesse período que Fernão de Oliveira publica sua gramática, considerada a primeira, seguido por João de Barros, que, quatro anos mais tarde, dá à estampa sua arte gramatical, sucedida de um diálogo cujo escopo era enaltecer a língua do império.

Mais ao fim dos Quinhentos, Pero Magalhães de Gândavo, seguindo o passo de seus predecessores, publica seu manual de ortografia, seguido de outro diálogo, agora em “defesa” do português. Estando o reino em uma profunda e irreversível crise, dada a impossibilidade de administrar um território tão grande quanto o de Portugal à ocasião, a ameaça do inimigo espanhol tomou ainda mais forma, tanto que, seis anos após a publicação da obra, o reino é anexado ao território espanhol.

Na esteira de seus antecessores, Duarte Nunes do Leão traz a lume, em 1576, um tratado ortográfico, no qual busca fixar um padrão de escrita para o português, ciente da relevância política de tal feito. Na obra, além de estabelecer constantes comparações com o castelhano — com indireto destaque para o português, diga-se de passagem —, o autor faz constantes incursões ao latim e ao grego, mostrando, em grande medida, o espírito renascentista vigente à época. Entretanto, em outros momentos do manual, é possível denotar seu pendor político, que anos mais tarde se vê concretizado na ascensão de Felipe II ao trono, consolidando o projeto imperialista espanhol.

Em linhas gerais, construir uma representação linguística do português com base em sua ancestralidade latina implicava, conseqüentemente, o apagamento do galego, já que, como afirma Lagares (2012), o processo de “construção” do português se fundamentava em uma perspectiva intraterritorial; ou seja, a história da língua não deveria ultrapassar tais limites, principalmente em direção à Espanha.

De acordo com Buescu (1981), é importante pensar por quais vias, ainda que de forma sutil, “o latim passa a ser assumido e vai funcionar como uma [*sic*] instrumento posto a serviço do português”. Do mesmo modo, é fundamental tentar entender por que entra em desuso o “binómio dialético *latim/vulgar* [...] para criar uma nova dialética ou uma nova tensão que opõe duas línguas vulgares: o português e o castelhano” (*ibid.*, s.p., grifo da autora). A meu ver, a motivação para a mudança de perspectiva é, em grande medida, glotopolítica, uma vez que perpassa ações políticas que invariavelmente esbarram em questões da(s) língua(s), mostrando a indissociabilidade entre ambas.

Finda a análise relativa aos Quinhentos, passo, na próxima seção, ao exame do *corpus* selecionado para representar os séculos XVII e XVIII.

5 O GALEGO SILENCIADO: SÉCULOS XVII e XVIII

“O ‘dever da memória’ é não esquecer, mas a sua vulnerabilidade é tão ameaçadora que, talvez, o ‘medo de esquecer’ explique os abusos anteriores. O esquecimento dá medo! E, por isso, exagera-se na memorização, na melancolia, na ideologia. O esquecimento é ausência não presentificada, é o não reconhecimento do passado no presente [...]. O esquecimento é uma antecipação da presença da finitude/morte”.

(José Carlos Reis)

5. 1 Considerações iniciais

A epígrafe escolhida para esta seção alude a dois conceitos caros não só à historiografia mas também à glotopolítica: a memória e o esquecimento. Considerada a primeira uma *ars memoriae*, ela é, em grande medida, responsável tanto por promover o esquecimento de determinados aspectos da história, quanto por propiciar o seu reavivamento.

Das palavras do autor, merece destaque a afirmação “O esquecimento é a ausência não presentificada, é o não reconhecimento do passado no presente”. Como se verá mais adiante, é justamente essa “ausência não presentificada” que caracteriza o galego nos séculos XVII e XVIII no percurso dos estudos sobre a linguagem em Portugal. Consequentemente, gera-se “o não reconhecimento do passado” nas duas centúrias em foco.

Destarte, as próximas seções dão conta de orientar a investigação aqui empreendida, tendo sido divididas da seguinte maneira: na segunda, apresento o *corpus* selecionado para análise, considerando-se as categorias já informadas em 4.2; na terceira, faço uma breve contextualização da história externa, concernente ao recorte temporal; na quarta, discorro sobre as principais ideias linguísticas em voga no período; e, na quinta seção, dedico-me ao exame dos instrumentos glotopolíticos propriamente ditos. Por fim, na sexta seção, teço algumas considerações a respeito do lugar ocupado pelo galego nos documentos examinados.

5.2 Apresentação do *corpus*

A fim de buscar os rastros do galego em instrumentos glotopolíticos concebidos e divulgados nos Seiscentos e nos Setecentos, selecionei os que constam do seguinte quadro:

Quadro 4: *Corpus* de análise concernente aos séculos XVII e XVIII

Obra	Autor	Ano	Tipo
<i>Origem da lingua portuguesa</i>	Duarte Nunes do Leão	1606	História da língua portuguesa
<i>Methodo gramatical para todas linguas</i>	Amaro de Roboredo	1619	Gramática
<i>Das partes que ha de haver na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & algũas com eminencia de outras linguas</i>	Severim de Faria	1624	Discurso político
<i>Regras da Lingua Portugueza, espelho da Lingua Latina</i>	Jerônimo Contador de Argote	1725 [1721]	Gramática
<i>Orthographia da lingua portugueza</i>	Lima Caetano	1736	Manual ortográfico
<i>Arte da Grammatica da Lingua Portugueza</i>	Reis Lobato	1770	Gramática

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê, foram selecionadas quatro obras concernentes ao século XVII, quais sejam: uma história do português; uma gramática; um discurso político; e um manual ortográfico. Já em relação ao século XVIII, foram escolhidas mais quatro publicações, a saber: duas gramáticas e dois manuais ortográficos.

Vale lembrar que o exame dos títulos seguiu os mesmos procedimentos exarados na seção anterior. Ademais, mantiveram-se as categorias de análise, uma vez que o propósito do trabalho é buscar menções explícitas ou possibilidades de menção ao galego, com vistas a reconstruir, em perspectiva historiográfica, o seu apagamento.

5.3 Entre a queda e o levante: Portugal nos séculos XVII e XVIII

Antes de iniciar o levantamento do clima de opinião relativo aos séculos XVII e XVIII em Portugal, considero relevante esclarecer que se trata de uma tarefa difícil, pois inúmeros fatos e acontecimentos se desenrolaram nesse recorte temporal. Todavia, tendo em mente o escopo do presente trabalho, optei por reunir ambas as centúrias, dado que a análise documental

prévia, concernente à etapa heurística da HL, mostrou um silenciamento do galego tanto nos Seiscentos quanto nos Setecentos. Além disso, a breve contextualização da chamada *história externa* aqui empreendida segue o princípio do *historicismo moderado*, tal qual o preconiza Auroux (2014 [1992])

Em relação aos Seiscentos, Portugal adentrou a centúria sob o domínio espanhol, resultado da União Ibérica, que havia se consolidado em 1581, quando Filipe II de Espanha se tornou Filipe I de Portugal. Embora, nos primeiros anos do reinado, tivesse havido relativa paz, como sinaliza Garcia (1983), o século XVII é marcado por fortes tensões sociais, em virtude de questões econômicas e evidentemente políticas, as quais culminaram, em 1640, na rebelião portuguesa em prol da chamada Restauração, cujo resultado foi a aclamação do então duque de Bragança como rei D. João IV de Portugal.

Os governantes portugueses também se esforçaram para restaurar e expandir seu império ultramarino no período. A Companhia Geral do Comércio do Brasil foi estabelecida em 1649, incentivando o comércio e a colonização. As possessões portuguesas na África e na Ásia foram igualmente alvo de tentativas de recuperação e expansão, após perdas para os holandeses durante o período de domínio espanhol. Todavia, como lembra (Marques, 2016, p. 97), “[...] a Restauração de 1640 não beneficiou grandemente o comércio. A guerra e os ataques estrangeiros ao Império e aos navios portugueses prejudicaram o tráfico a distância. Desapareceu o poderoso intercâmbio terrestre com o país vizinho [...]”.

Do ponto de vista educacional, pouca ou quase nenhuma mudança ocorreu, e o poder da Inquisição recrudesciu ainda mais. Entretanto, sobretudo a partir do segundo quartel dos Seiscentos, a Ordem dos Jesuítas passou a se confrontar com o Santo Ofício, em virtude de ter apoiado a causa da independência de Portugal. Todavia, no contexto português, o apoio dos missionários foi fundamental para aumentar ainda mais o seu poder e soberania em relação às demais ordens religiosas ali existentes. De todo modo: “Poucas inovações no ensino foram toleradas. O ensino oficial mostrou-se pouco permeável a qualquer progresso científico, rejeitando o avanço cultural que se ia verificando lá por fora.” (*ibid.*, p. 101).

Vale lembrar que a Guerra da Restauração resultou no Tratado de Lisboa, firmado em 1668, por meio do qual a Espanha reconheceu oficialmente a independência de Portugal. Esse documento trouxe um período de relativa paz e estabilidade, permitindo a Portugal concentrar-se na consolidação de seu império colonial e no desenvolvimento econômico, que, como já dito, era um projeto em curso desde os Quinhentos. Todavia, houve grandes desafios nesse sentido, uma vez que os territórios de além-mar, como o Brasil, vinham sendo constantemente cobiçados pelos holandeses. Assim, estes últimos “lutaram bravamente para dominar as possessões africanas

e americanas que estavam nas mãos dos portugueses. Durante o século XVII, os portugueses foram obrigados a enfrentar os holandeses tanto no campo militar como na “guerra pela hegemonia da produção e do lucrativo comércio do açúcar” (Scott, 2016, p. 254).

Se, na centúria anterior, o reino enfrentava grandes dificuldades financeiras — o que, em certa medida, contribuiu para a anexação de Portugal à Espanha após a morte de D. Sebastião —, o século XVII assistiu ao agravamento das crises econômicas devido à instabilidade política e às guerras, além de epidemias de peste que devastaram a população. No entanto, a agricultura, especialmente a produção de vinho e azeite, continuou a ser uma base importante da economia local.

A cultura e as artes floresceram durante o período, apesar das dificuldades enfrentadas. O barroco português, com sua exuberância e complexidade, se desenvolveu e deixou um legado duradouro em termos de arquitetura e arte. Exemplos notáveis incluem o Mosteiro de São Vicente de Fora em Lisboa e a Igreja de Santa Engrácia, hoje conhecida como Panteão Nacional.

Acerca desse período, que durou de meados do século XVII até a metade do século XVIII, Moisés (2004) assevera que, no âmbito literário, o Barroco não gozou do mesmo prestígio e do mesmo brilhantismo do período anterior. Na visão do autor, os intelectuais da época estavam dispersos, “apenas aproximados por coincidência, as mais das vezes de precário poder aglutinador, embora as academias literárias, históricas e científicas [...] procurassem suprir essa falta” (p. 75).

No que tange ao século XVIII, pode-se dizer que ele foi um período decisivo na história de Portugal, caracterizado por profundas transformações políticas, econômicas e culturais. Logo no início dos Setecentos, pairavam ares alvissareiros sobretudo em virtude da descoberta do ouro no Brasil, em meados do século XVII. Todavia, é preciso destacar uma maior aproximação entre Portugal e Inglaterra, bem como o estabelecimento de acordos que, de modo geral, eram desvantajosos para os portugueses, dos quais o mais conhecido foi o Tratado de Methuen, assinado em 1703.

Assim, afóra o afluxo constante e considerável de ouro sobretudo na primeira década e meia dos Setecentos, Garcia (1983, p. 147) lembra que, a partir de 1720, a quantidade que chegava à metrópole era bastante inferior “e apresentava-se já como insuficiente para superar as despesas existentes que foram agravadas pelo terramoto de 1755”. É nesse contexto que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, nomeado primeiro-ministro em 1750, após a ascensão de D. José ao trono, passa a realizar uma série de reformas com o fito de ajudar a reconstruir a capital lisboeta e reestruturar o país.

As reformas pombalinas, em linhas gerais, visavam a modernizar a administração

pública, a economia e a educação. O eminente estadista implementou uma série de medidas para aumentar o controle do Estado sobre a economia, incluindo a criação de monopólios estatais e a promoção da indústria local. Além disso, aboliu a Inquisição e reformou o sistema de ensino, incluindo a Universidade de Coimbra. Também merece destaque o fato de ter expulsado os jesuítas do Brasil, onde teriam ficado 210 à frente da educação. Marques (2003) também lembra o fato de o Marquês de Pombal ter introduzido o despotismo esclarecido em Portugal — ideal que presumia a igualdade de todas as demais classes sociais perante o poder real.

Entretanto, é preciso esclarecer que, antes da nomeação de Pombal, D. João V foi responsável por fazer penetrar em Portugal os ideais que vicejam na Europa e culminaram, por exemplo, na Revolução Francesa, já em meados dos Setecentos. Na década de 1740, Luís Antônio Verney — que, por incentivo régio, fora à Itália estudar após graduar-se em Teologia pela Universidade de Évora — publicou o *Verdadeiro método de estudar*, por meio do qual propunha uma reforma geral do ensino português com base nos ideais do Iluminismo. Com isso, “entra em crise o ensino religioso e medieval então predominante nas escolas portuguesas” (Moisés, 2004, p. 95).

De todo o modo, foi evidentemente o Marquês de Pombal que, uma década mais tarde, promoveu “uma série de medidas tendentes a colocar Portugal ao nível da cultura europeia, especialmente a francesa”, complementando “a instalação do ideário iluminista, embora adaptado às suas diretrizes individualistas e ditatoriais” (*ibid.*, p. 96). No período, assistiu-se à chegada de docentes estrangeiros, o que promoveu um reavivamento na produção científica das universidades.

Com relação a esse aspecto, também merecem destaque os chamados “estrangeirados”, isto é, portugueses que, tendo vivido fora de seu local de origem e se apropriado das ideias que vigoravam fora do reino, retornavam a Portugal para “apontar os muitos defeitos” do sistema de ensino, quando comparado ao de outros países europeus. Motivados também pelo espírito anticastelhano, surgido sobretudo após 1640, esses intelectuais consolidaram a “substituição da influência espanhola pelas influências francesa, inglesa, italiana e alemã” (Marques, 2003, p. 377).

A chegada das “novas luzes” ao território luso contribuiu para o reavivamento e para a fundação de novas academias, que se tornaram espaços para discutir os ideais do Iluminismo. Merecem destaque a criação da Academia Real da História, em 1720, que, segundo Marques (*ibid.*) seguiu o modelo das existentes na França e na Itália, porém com o diferencial de se especializar no estudo da história. Outra instituição dessa natureza que merece destaque é a

Academia Real das Ciências, fundada em 1779, cujo escopo era “relacionar a Universidade com o desenvolvimento da investigação económica e científica” (*ibid.*, p. 379).

Em suma, com relação às mudanças intelectuais ocorridas nos Setecentos:

Muitos se revelaram os sinais desta modificação cultural. O declínio do castelhano como segunda língua do País a favor do francês começou nos finais do século XVII. A primeira gramática portuguesa do francês apareceu em 1679, seguida por diversas outras no começo do século XVIII. Em 1701, surgiu o primeiro dicionário inglês- português e português-inglês. Na década de 1730, foram publicadas também as primeiras gramáticas de italiano e holandês. Apareceram igualmente traduções e adaptações de autores franceses, ingleses, italianos e alemães, ao mesmo tempo que se importavam quantidades crescentes de livros nessas línguas [...] (*ibid.*, p. 379).

Da fala do historiador, merece destaque o fato de os intelectuais terem consolidado o abandono do castelhano como “segunda língua”, tendo-a substituído principalmente pelo francês. Do ponto de vista linguístico, tal aspecto se refletiu nos instrumentos glotopolíticos que circularam a partir do terceiro quartel dos Seiscentos, como se verá nas próximas subseções.

5.4 Entre a razão, a experiência e as luzes: as ideias linguísticas dos séculos XVII e XVIII

Conforme assinala Bagno (2023a), os séculos XVII e XVIII contemplam distintos interesses em relação às línguas e à linguagem. De modo geral, ambos se caracterizam pelo embate de duas escolas de pensamento, a saber, o *racionalismo* e o *empirismo*. No primeiro grupo, encontravam-se os intelectuais que defendiam que a busca pela verdade ultrapassava os dados obtidos a partir da experiência; no segundo, estavam os pensadores que apregoavam que toda e qualquer forma de conhecimento derivava unicamente da experiência.

Com relação aos Seiscentos, Weedwood (2006 [2002]) ressalta o fato de que, àquela altura, se passou a questionar a universalidade do latim, considerando-se a sua inutilidade fora da Europa ocidental, bem como o declínio de seu emprego a partir do século XVI, dada a relevância atribuída aos vernáculos, como busquei mostrar na seção anterior, no caso do português. Ciosos da problemática que tal questionamento poderia causar na relativa “unidade linguística” que pairava sobre a porção ocidental do continente europeu, passou-se a focalizar o aspecto universal da linguagem.

Lugar destaque nas reflexões linguísticas setecentistas ocupa a “reforma da língua”, que deve ser entendida não em termos da ideia tradicional de “acerto” e “erro” propagada pela tradição gramatical normativa, mas sim de uma perspectiva filosófico-teológica, que “diz respeito a uma suposta imperfeição das línguas humanas, tidas como degenerações de alguma

língua primordial, original — no caso da abordagem teológica, a chamada língua adâmica, que supostamente teria sido falada por Adão sob direta inspiração divina” (Bagno, 2023, p. 220).

Isso posto, a degeneração dessa língua primeva era a causa de todos os problemas de entendimento existentes entre os seres humanos, o que demandava a elaboração de uma linguagem filosófica ou universal. Em outras palavras:

A ideia que preside a muitas dessas tentativas é a de que todos os seres humanos têm a mesma apreensão da realidade, dispõem dos mesmos conceitos mentais, de modo que seria teoricamente possível catalogar todos estes numa espécie de dicionário e construir uma linguagem acessível a todos os povos (*ibid.*, p. 221).

Para Weedwood (2006 [2002]), esses questionamentos buscavam “um remédio” para a lendária Babel, representada no mundo moderno pelas diferentes línguas faladas ao redor do mundo. De um lado, estava Jakon Böhm, que defendia ter o ser humano perdido a capacidade de ler a natureza a partir da destruição de Babel. “A partir de então a língua(gem) foi apanhada numa crua substância exterior, com suas palavras arbitrárias e carentes de qualquer conexão intrínseca com a natureza” (*ibid.*, p. 97). Caberia, pois, um treinamento para que tal faculdade fosse retomada.

Do outro lado, encontrava-se John Wikins, que se empenhou em construir uma língua artificial fundamentada em uma designação racional da realidade. Tratava-se, “essencialmente, de um sistema aristotélico reforçado com dados empíricos colhidos em filósofos naturais [...]. Uma língua assim [...] seria ao mesmo tempo um meio de comunicação claro e não-ambíguo e uma ferramenta de investigação científica” (*ibid.*, p. 98).

Acerca do racionalismo, é importante destacar que, no século XVII, nomes como René Descartes (1596-1650), Baruch Spinoza (1646-1716) e Wilhelm Leibniz (1646-1716) foram de grande valia para o desenvolvimento das ideias dessas teorias, as quais postulavam que “o raciocínio consiste em determinar que certos efeitos resultam de certas causas unicamente a partir de princípios lógicos, assim como os teoremas matemáticos decorrem das hipóteses levantadas de início” (Bagno, 2023 p. 227).

No âmbito dos estudos linguísticos, o marco mais considerável do período foi a publicação da *Gramática de Port-Royal*, de Arnaud e Lancelot, em 1660. Como bem assinala Fávero (1996, p. 106), os autores “[...] estavam ligados à confraria dos Solitários de Port-Royal des Champs, famosa e influente abadia em Paris, e dedicavam-se a trabalhos lingüísticos e lógicos e ao ensino”. A obra, ainda segundo a autora, é dividida em duas partes, que abrangem o estudo das letras e o estudo dos princípios e das razões sobre os quais se apoiam as diferentes

formas de significação das palavras.

Com relação ao empirismo, são de grande valia as contribuições sobretudo de Francis Bacon (1561-1626) e John Locke (1632-1704), este último responsável pela publicação do célebre *Essay Concerning Human Understanding* (“Ensaio sobre o entendimento humano”), em 1690. De acordo com Bagno (2023a), o filósofo defendia uma “arbitrariedade radical das línguas”, em razão da qual seria impossível evitar os denominados “abusos da linguagem”, que, nessa perspectiva, resultavam do aspecto arbitrário concernente às próprias palavras e, por conseguinte, característico das línguas. Desse modo, seria, a seu ver, impossível proceder a uma “reforma” das línguas naturais, dada sua intrínseca relação com a sociedade.

Câmara Jr. (1975) salienta outro ponto importante do século XVII, a seu ver, seminal para o desenvolvimento, na centúria posterior, de uma corrente histórica e comparativa, consolidada no século XVII. Segundo esse autor, os Seiscentos foram marcados pelo esforço dos estudiosos “em comparar as línguas e classificá-las de acordo com suas semelhanças” (p. 34). Como consequência, a etimologia recebeu novo fôlego, porém em uma perspectiva histórica, abrindo espaço para uma abordagem crucial para o advento da linguística como ciência.

Por fim, outro aspecto que merece destaque nos Seiscentos é a consolidação dos ideais puristas, em grande medida, devido ao surgimento da Academia Francesa, em 1635, marcada, segundo Bagno (2023a, p. 269) por um “‘absolutismo linguístico’, isto é, uma concepção de língua extremamente aristocrática, hipernormativa, de vigilância obsessiva e permanente contra qualquer mínimo ‘desvio’ de um ideal de pureza idiomática”. À vista disso, a influência que a França exerceu em relação aos demais países europeus se configurou também no florescimento do purismo linguístico em outras paragens — como em Portugal.

No âmbito das ideias linguísticas, o século XVIII é marcado por uma forte presença das teorias empiristas, com destaque para os postulados de Étienne de Condillac (1715-1780), cujo *Essai sur l'origine des connaissances humaines* (“Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos”, dado à estampa em 1746, foi inspirado no texto de Locke, comentado acima. Nos dizeres de Bagno (*ibid.*, p. 247-248):

Apesar de ser sacerdote católico, Condillac rejeitava a noção de origem divina da linguagem humana — em linha com sua filiação empirista, para ele é a *experiência*, advinda das respostas às *necessidades* humanas, que levou à constituição da linguagem. [...]

Condillac ressalta o fundamento universal de todas as línguas [...] No entanto, esses princípios só muito frouxamente determinam a estrutura das línguas, o que deixa amplo espaço para possibilidades as mais diversas e igualmente naturais. Por conseguinte, é muito mais o costume (hoje diríamos a cultura)

do que a natureza que faz alguém falar como fala e não de outro modo.

É também nos Setecentos que assiste ao nascimento da Enciclopédia, a qual, na ocasião, “se torna, assim, um repositório dos conhecimentos disponíveis à época nas mais variadas áreas do saber e, principalmente, um monumento ideológico que recolhe as principais teses revolucionárias abraçadas pelos ‘enciclopedistas’” (*ibid.*, p. 280). No que tange ao componente linguístico desse repositório, dois nomes merecem destaque: César Chesneau du Marsais (1676-1756) e Nicolas Beauzée (1717-1789).

Evidentemente, o advento desse repositório deveu-se à difusão dos ideais do Iluminismo, movimento intelectual e cultural que vicejou na Europa setecentista. Caracterizado pela ênfase na razão, na ciência e na busca pelo conhecimento, esse movimento colocou em xeque as tradições e superstições cultivadas nos séculos anteriores, tendo, como expoentes filósofos renomados, entre eles, Voltaire, Rousseau e Montesquieu.

Com relação a Marsais e Beauzée, assinala Bagno (*ibid.*, p. 280):

Ambos tentaram empreender uma síntese entre a tradição logicista da gramática francesa clássica e o pensamento empirista de Locke, intermediado [...] por Condillac. Assim, [...], em seus verbetes, arriscam postulados mais próximos de uma teoria moderna da linguagem, que se baseia na análise dos fatos da língua e não somente em especulações metafísicas, mas não se desprendem das visões mais convencionais sobre a correspondência entre “lógica” e “gramática”.

Ainda de acordo com o autor, as contradições que configuram o pensamento dos filósofos em questão são dissipadas por meio do verbete “Etimologia”, de autoria de Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), o qual se constitui

uma obra-prima e de uma modernidade inegável com relação às ideias linguísticas de seu tempo. O tratamento do tema lhe serve para construir, mais do que um verbete, um verdadeiro ensaio em que se vê, de fato, o desdobramento de uma concepção de língua muito próxima da de teorias que viriam a se firmar nos séculos 19 e 20. Antecipa diversos postulados da sociolinguística, da antropologia linguística, da linguística histórica e mesmo da pragmática linguística. Abraça sem rodeios o empirismo, recorrendo a Locke e a Condillac [...] (*id.*, *ibid.*, p. 283).

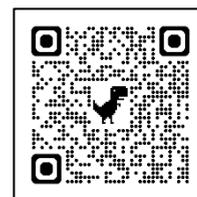
O estudioso também destaca as contribuições de Turgot no que se refere à necessidade de se adotar de uma postura investigativa do étimo das palavras baseada na arbitrariedade que lhes é inerente, e não a partir da ideia de uma atribuição primeva, degenerada pelos homens, como queriam os racionalistas. Tal ponto de vista lança luz ao aspecto histórico das línguas, que será crucial para o desenvolvimento dos estudos linguísticos oitocentistas, como já dito. Em suma, o ateísmo presente em alguns dos pensadores do Iluminismo “ou, pelo menos, o

deísmo da maioria deles [...] faz retroceder drasticamente [...] as perspectivas de cunho teológico que postulam a necessidade de criação de uma ‘língua universal’ capaz de resolver os problemas gerados pela variação e pela mudança” (*ibid.*, p. 292).

Estabelecido o clima de opinião, inerente, portanto, à história externa do português, passo à análise das obras concernentes ao corpus delimitado para os séculos XVII e XVIII.

5.5 O galego silenciado nos instrumentos glotopolíticos seiscentistas e setecentistas

Nos primeiros anos dos Seiscentos, mais precisamente em 1606, vem a lume a *Origem da lingua portuguesa*⁹⁸, cujo autor é o já conhecido Duarte Nunes do Leão, que, em meados do século XVI, deu à estampa a *Ortographia da lingua portuguesa*, resultado de estudos empreendidos em décadas anteriores e já analisada na seção 5. Com relação à publicação seiscentista, Palma e Bastos (2017) afirmam que ela se constitui, dada a sua estrutura temática, uma verdadeira história do português



[...] abrangendo desde a sua origem até o momento da produção de sua obra. Seu trabalho, sempre tomando como referência o Latim, mostra o percurso histórico da constituição da Língua Portuguesa. Portanto, o tratado, além da perspectiva etimologizante, tem um caráter diacrônico, e pode ser considerado uma gramática histórica [...] guardadas as devidas proporções de época (p. 46).

Das falas das autoras, saliento o fato de o autor tomar sempre como referência a língua latina, atitude que, como já dito na seção 5, figurou como ação glotopolítica com o intento não só de atribuir à língua portuguesa uma origem nobre, mas também de colocá-la em posição de destaque quando comparada às demais da família românica, principalmente com relação ao espanhol — ocasionando, como tenho defendido, o tácito apagamento do galego das origens do português. Além disso, as estudiosas asseveram que a obra “apresenta um conhecimento linguístico inovador e relevante para a fixação da Língua Portuguesa, no momento histórico em que ela era ameaçada pelo Castelhana” (*ibid.*, p. 38).

Isso posto, já na Dedicatória, datada de 8 de maio de 1606, ao dirigir-se ao então rei Felipe II, Leão tece alguns juízos de valor acerca dos “erros” cometidos tanto na fala quanto na escrita sendo que, para mitigar estes últimos, teria ele se ocupado de um tratado ortográfico publicado anteriormente. Todavia, naquele momento, tendo-se baseado em outros estudos

⁹⁸ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a primeira edição da obra. À guisa de esclarecimento, no presente trabalho, utilizei uma edição física, de 1864, provavelmente a terceira edição da *Origem*.

“mais pesados”, o seu escopo era apresentar um tratado da origem da língua portuguesa “& das outras mais de Hespanha”, com o intuito de contribuir para um “fallar mais polido, & screuer mais concertado”.

Como se vê, o autor mantém, em grande medida, a mesma postura da publicação de 1576, na qual se observam a denúncia do mau uso do português por parte de seus patrícios, bem como o seu intento de contribuir para o avanço intelectual de Portugal. Ademais, merece destaque a menção aos erros que, numa visão legatária da gramática tradicional, deveriam ser evitados, assumindo-se, portanto, um tom prescritivista que, como já dito na seção anterior, igualmente se configura como ação glotopolítica de valorização de uma variedade da língua, considerada a melhor e utilizada pelas classes dominantes, em detrimento de outras variedades empregadas por falantes de classes mais baixas.

No Capítulo 1, em que Duarte Nunes do Leão trata “Da mudança que as lingoas fazem per discurso de tempo”, afirma ele que, tal como nas demais “coisas humanas”, as línguas também sofriam mudança e alteração.

E o que parecia increiuel, tambem isto estaa subjecto ao arbítrio da fortuna: porque assi como os vencedores das terras & prouincias lhes dão leis em que viuão, assi lhes dão lingoa que fallerem. Daquí veo os pouos de Grecia, cuja lingoa foi hauida por mais polida & suaue, que todas as outras do mundo, fallarem agora Turco, & Arabio, & os de Hespanha falaraem latim, & os da Ethiopia & da India portugues. E como os homês entre si são per natureza tão differentes, nas opiniões, & imaginações, assim exprimem per diuersas maneiras seus conceptos com inuenções de palauras. Polo que hũa mesma lingoa vaõ fazendo-se tantas mudanças de vocabulos, que per discurso do tempo, fica parecendo outra, como veraa quem cotejar a lingoagem, que se oje falla em Portugal, com a que se fallaua em tempo del Rei dom Afonso Henriquez [...] (Leão, 1864 [1606], p. 1-2).

Do fragmento, merece destaque a visão do autor, ao afirmar que o arbítrio da Fortuna era o responsável por dar aos povos subjugados a língua de seus vencedores, citando como exemplo: a Grécia, à ocasião sob o domínio otomano; os reinos da Península Ibérica (Hespanha) e sua relação com o latim; e Etiópia e a Índia, que, segundo o autor, falavam português. Ademais, confere-se aos homens a razão de as línguas mudarem, em virtude da diferença de opiniões e imaginações que, conseqüentemente, requer mudanças de significados e invenções de palavras.

Mais ao fim do excerto, ao mencionar a mudança nas palavras ao longo do tempo, Leão sugere que se fizesse uma comparação entre a “linguagem” falada à época em Portugal com “a que se falava no tempo do rei Afonso Henriques”, e aqui se poderia obviamente fazer menção ao galego, levando-se em conta o fato de ele ter governado o território português quando de sua

independência, em uma época na qual tanto na Galiza quando em Portugal havia uma unidade linguística que perdurou, pelo menos, até o século XIV (cf. Faraco, 2017; 2019).

Do capítulo 2 ao capítulo 5, o autor se ocupa especificamente das seguintes questões: da língua que a princípio se falava na Península Ibérica (Hespanha); de como os habitantes da Península tiveram letras antes dos romanos; da invenção das letras e sua antiguidade; e do fato de as línguas se renovarem constantemente com novos vocábulos em virtude do abandono ou da mudança de palavras antigas. No capítulo 6, Duarte Nunes do Leão se ocupa da “lingoa que oje se falla em Portugal donde teue origem, & porque se chama Romance”. É nesse momento que se encontra a seguinte passagem:

Despois desse captiueiro vindo-se recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pelas reliquias dos Christãos que da destroição dos Mouros escaparaõ nas terras altas de Vizcaia, Austurias, & Galliza. E fazendo cabeças de algũs senhorios ficou aquella lingoa Gothica, que era commum a toda Hespanha, fazendo algũa diuisaõ, & mudança entre si cada hum em sua regiaõ segundo era a gente com que tratauaõ como os de Cathalunha que por aaquella parte vir el Rei Pipino de França com os seus, ficou naquella prouincia sabor da lingoa Francesa, & quando se apartou, lhes ficou notauel differença entre ella, & a lingoa de Castella, & das de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quase hũa mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quanto na copia & na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjãõ, & pulem, & donde manaõ pera os outros homẽs, o que nunca houue em Galliza (*id., ibid.*, p. 20-21).

Essa é, sem dúvida, a passagem mais relevante para a presente pesquisa, uma vez que se alude claramente ao galego, entretanto, por uma ótica favorável aos portugueses. De início, o ortógrafo menciona o fato de os cristãos terem conseguido se salvar tendo escapado para Vizcaya, Astúrias e Galiza. Com relação a esta última, é ponto pacífico o papel desempenhado pela região no movimento de Reconquista da Península Ibérica. Já no que tange à língua falada em toda a Espanha, chama atenção o adjetivo “gótica” a ela relacionado, deixando-se, por um momento, o latim, que a acompanhava noutras partes do texto.

Ato contínuo, Leão comenta o processo de modificação que essa língua passou a sofrer nos diferentes territórios, mencionando, por exemplo, o catalão, cuja influência francesa é, segundo o autor, legatária da passagem do rei D. Pepino pela região e responsável por ele se diferenciar da língua de Castela, da Galiza e de Portugal. Com relação às duas últimas, o autor afirma terem sido, no passado, “quase uma mesma”, admitindo, *a priori*, alguma relação entre ambas. Todavia, o emprego de “quase” figura como tentativa de, ainda nesse passado comum, individualizar o português e o galego, como se a unidade linguística que imperou por séculos

na região não fosse, de fato, uma unidade, mas uma “quase” unidade.

Desse modo, constrói-se uma história do português, segundo Lagares (2012), baseada nos limites territoriais da própria língua, ação glotopolítica que marcou o processo de “criação” de uma língua “portuguesa” desde os primórdios, cujo genitor era o latim. E aqui recorro Bagno (2019 [2011], p. 376), que assim se manifesta:

A história do português também apresenta suas curiosidades político-ideológicas. Historicamente, o português outra coisa não é senão a continuação histórica do galego, romance surgido no extremo noroeste da Península Ibérica após a colonização romana que suplantou a civilização céltica ou celtibérica que havia por lá. As vicissitudes históricas, as guerras intrafamiliares, as etapas da Reconquista cristã dos territórios sob controle muçulmano, tudo isso conduziu à criação de um reino de Portugal em 1139, separado da coroa de Leão. O território galego, no entanto, jamais se separou, nunca obteve sua independência e assim é até os dias de hoje: a Galiza é somente uma região da Espanha.

Prova da pertinência da afirmação do autor se encontra no próprio fragmento exarado na página anterior, em que Duarte Nunes do Leão afirma que o motivo de o português ter se “avantajado” do galego foi a presença de reis e corte em Portugal, os quais, a seu ver, figuram como “oficina” na qual as palavras são “forjadas e polidas” e posteriormente transmitidas aos outros homens. E mais uma vez, considero importante evocar a máxima atribuída a Max Weinreich, para quem “uma língua é um dialeto que possui um exército, uma marinha e uma força aérea” (*in* Finbow, 2019 [2011], p. 96), instituições de que a Galiza não dispunha.

Embora a frase faça sentido no contexto galego — àquela altura, a Galiza era “apenas” uma região da Espanha —, é necessário lembrar que, antes mesmo da independência de Portugal — e algum tempo depois dela, diga-se de passagem —, a região gozava de grande prestígio, sendo, inclusive, muito mais relevante que Portugal, sobretudo em virtude de a cidade de Santiago ser, desde então, uma rota de grande valia aos cristãos, que ali peregrinavam. Some-se a isso o fato de a Galiza ter sido, durante todo o período trovadoresco, o mais relevante polo de irradiação cultural dessa estética, de onde realmente “manaram” as bases seguidas pelos trovadores portugueses que em outra língua não escreviam senão na galega.

No capítulo 7, Leão enumera as razões pelas quais teria o latim se “corrompido” na Península Ibérica, com destaque para fenômenos como o acréscimo ou a transposição de letras, que, no século XIX, seriam tratados como “metaplasmos” pelos gramáticos históricos. Já do capítulo 8 ao capítulo 18 o autor se ocupa novamente do português, aludindo às palavras tomadas de empréstimo de outros povos, a saber: romanos, gregos, árabes, franceses, italianos, alemães, hebreus, sírios e godos. Além disso, o ortógrafo trata das palavras “nativas” do

português, bem como de palavras “antigas” do idioma, encontradas em textos e em suas interpretações. Sobre estas últimas, é válido mencionar que parte considerável delas era de uso corrente nos séculos em que o galego era falado em Portugal, mesmo após a independência, por exemplo: *auer* (haver, no sentido de posse ou bem – sec. 13); *preste* (padre – sec. 14); *sanha* e *sanhudo* (ira e irado, respectivamente, sec. 14)⁹⁹. (sec. 14).

Também merece atenção o capítulo 18, em que o autor arrola alguns vocábulos usados pelos “plebeus” e pelos “idiotas”, os quais devem ser evitados pelos “homens polidos”. Do ponto de vista glotopolítico, os termos usados pelo autor denota uma atitude estritamente elitista, sob a qual se erigiu a língua portuguesa, considerando-se a variedade dos falantes prestigiados socialmente, em detrimento dos demais. Ademais, o tom prescritivo é evidente no título, denotando a manutenção do pensamento gramatical tradicional quinhentista que, em grande medida, tratava as questões linguísticas em valores de “certo” e “errado”, defendendo e desaconselhando usos conforme um padrão arbitrariamente estabelecido.

No capítulo 19, Duarte Nunes do Leão alude à “curteza” do português e das demais “línguas vulgares” em relação ao latim, ou seja, trata de aspectos presentes neste e faltantes naquelas. *Grosso modo*, busca-se sempre comparar tais faltas com base nas ocorrências verificadas no português, no castelhano, no francês e no italiano. Entretanto, em uma dessas “curtezas”, o autor destaca especificamente o espanhol que, segundo ele, utilizava alguns verbos para significar mais de uma coisa, sem que fosse necessário utilizar mais nenhuma palavra.

Embora se saiba, hoje, que uma das características que torna as línguas funcionais é sua concisão, àquela altura, a copiosidade vocabular era motivo de louvor, como se verifica nos *Diálogos* de João de Barros e Pero Magalhães de Gândavo, analisados na seção 5. Assim, Leão afirma que tal “problema” não ocorria em português, uma vez que, com o verbo “acordar”, por exemplo, se faziam “muitos manjares” (*ibid.*, p. 75), ou seja, diversos usos, combinando-o a outras palavras.

A crítica velada ao castelhano, que àquela altura figurava, mais do que nunca, uma ameaça ao português, como bem afirmam Palma e Bastos (2017), é um traço muito característico da obra, apontado já por Buescu (1984). Assim, verifica-se, ainda, na *Origem*, certa atitude de destacar as características da língua portuguesa, conforme as ideias linguísticas

⁹⁹ Para verificar o século em que tais palavras eram correntes em Portugal, recorri ao *Dicionário do Português Arcaico*, de autoria de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, publicado em 2013 pela Edufba. Afora o título da obra, os vocábulos contidos na obra são, em grande parte, concernentes ao século em que o português não tinha, ainda, se individualizado do galego, como defendo.

vigentes na centúria anterior, o que é plenamente explicável pelo fato de a obra ter sido publicada no início dos Seiscentos, ou seja, em um período de transição entre séculos.

Mais do que isso, considerando-se o propósito de criar uma “memória do português” — evidente no caso da publicação em análise, já que ela consiste em uma “história” da língua, remontando às suas origens —, vale mencionar que a postura de Duarte Nunes do Leão atua no sentido de *distinguir* o português do castelhano, evidentemente colocando o primeiro em posição de superioridade. Nos dizeres de Catroga (2015, p. 26-27, grifos do autor): “Em nome de uma história [...] ou de um património comum (espiritual e/ou material), ela [a memória] insere os indivíduos em cadeias de *filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os* em relação a *outros*”. No caso em tela, essa diferenciação se dá sempre de forma positiva para o português, e os “outros” são representados pelas demais línguas românicas à que Leão alude. Entretanto, o principal foco é, indubitavelmente, o castelhano, o “inimigo” próximo contra o qual Portugal lutara desde os primórdios de sua existência.

Do capítulo 20 ao capítulo 26, o ortógrafo se ocupa das seguintes questões: “Da cópia da língua Portuguesa em derivar de uma só palavra muitas mais que as dos Latinos”; “De algumas palavras Portuguesas e maneiras de falar, que se não podem explicar por outras Latinas, nem de outra língua”; “ Porque os Portugueses não usurparam tantos vocábulos dos Castelhanos como tomam de outras Nações mais remotas”; “Porque a língua Portuguesa se não toma das outras nações com facilidade, com que os Portugueses tomam as outras línguas”; “Que não é falta de bondade da língua Portuguesa não ser comum a tantas gentes da Europa, como a Castelhana”; “De que língua tomaram os Portugueses de que tiveram falta, ou lhe forem necessários para ornamento do que falam, ou escrevem”; e “Da eleição que devemos fazer dos vocábulos, e do exame, e circunstâncias deles”.

Considerando-se o escopo do presente trabalho e os limites impostos pela própria dimensão da pesquisa, depois de ter examinado os capítulos em questão, considero suficientes os fragmentos aqui reproduzidos e analisados à luz da historiografia linguística da glotopolítica. Assim sendo, passo, então, ao próximo documento selecionado e concernente ao século XVII.

Com relação ao *Methodo gramatical para todas linguas*¹⁰⁰, dado à estampa em 1619, é necessário, antes de seu exame, mencionar alguns aspectos biobibliográficos do autor. Segundo Assunção e Fernandes (2007), Amaro de Roboredo, nascido em meados do século XVI, teve uma formação escolar marcadamente jesuítica e,



¹⁰⁰ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra.

posteriormente, é possível que tenha estudado gramática latina na Universidade de Salamanca. Com relação à sua vida profissional, sabe-se que ele fora secretário do arcebispo de Évora em 1610 e, uma década e meia mais tarde, preceptor dos netos do conde de Sabugal. Nessa mesma época, atuou como professor particular dos filhos de um fidalgo espanhol residente em Portugal. Quanto à sua vida eclesiástica, teria ele sido padre secular, beneficiado da Igreja de Nossa Senhora da Salvação, pertencente à diocese de Lisboa.

Seus escritos são de grande relevo tanto para a romanística quanto para os estudos linguísticos portugueses, uma vez que publicou, ao longo de aproximadamente uma década e com certa regularidade, várias obras voltadas a aspectos linguísticos e didáticos, dentre as quais indubitavelmente se destaca o *Método*, que, como descrevem Assunção e Fernandes (2007, p. XIX), está dividido da seguinte maneira:

a primeira, que vai da página 1 à 78, terminando com o suplemento *Recopilaçam*, é a «arte» ou a *Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina*; a segunda, *Copia de Palavras exemplificada nas latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses*, que vai da página 79 à 181, corresponde às 1.141 sentenças / frases da *Ianua Linguarum* dos jesuítas irlandeses de Salamanca, com a colocação por Roboredo de números e notas interlineais e as declinações e géneros dos nomes e as conjugações dos verbos; a terceira parte, *Phrase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica*, que vai da página 182 à 241, é a segunda parte da *Copia*, onde, mais detalhadamente, Roboredo analisa a sintaxe e a retórica e apresenta outros exemplos de frases latinas e portuguesas, extraídas de autores clássicos ou criadas por ele. Amaro de Roboredo publica, ainda, no interior do *Methodo Grammatical*, o já mencionado suplemento de três páginas, entre as 78 e 79, denominado *Recopilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as línguas*.

Vale ressaltar que, na descrição das fontes documentais que perfazem o *corpus* dos séculos XVII e XVIII (cf. p. 156), classifiquei a obra em questão como “gramática”, baseando-me na caracterização feita por Fávero (1996). Entretanto, como se vê no fragmento, o *Método* é composto de três partes, das quais apenas a primeira seria uma gramática, tendo em mente o significado tradicional do termo¹⁰¹.

Considerando o escopo do presente trabalho, optei por analisar com maior detalhe o *Prólogo*, visto que, depois de examinar o documento em toda a sua extensão, não encontrei trechos que pudessem atender a qualquer uma das categorias levantadas (cf. seção 5). Assim, é nessa parte que se pode, em alguma medida, constatar o apagamento do galego, bem como a escolha do latim como fonte de conhecimento para todas as línguas que dele “descendem”.

¹⁰¹ Com relação ao conceito de gramática tradicional, cf. Zilio-Passerini e Palma (2021).

No início do *Método*, cujo título é “Carta do avtor Amaro de Roboredo ao D. Gaspar Alvarez Vega lente de Latim na Vniversidade de Salamanca”, o autor se ocupa, como consta do subtítulo, de justificar a pertinência da obra. Para tanto, procura, a princípio, rebater as críticas que teria recebido ao divulgar partes de seu estudo a leitores prévios. E já nesse momento, é possível perceber algumas características emblemáticas do pensamento linguístico seiscentista, por exemplo, em: “Porque lhe chamarom confuso, deminuto, instavel, nem queriam que se intitulasse verdadeira ainda que de sua verdade constas. Arguião per hum dos argumentos de sua Logica, que eh Enthimema de antecedente calado, assi: Eu não entendo este Methodo; logo ele não presta” (Roboredo, 1619, a2^r).

No trecho, merece destaque a menção à lógica, conceito filosófico, que, como mostrado na seção 5.3, foi de grande valia para a consolidação do pensamento linguístico da época. Ademais, o autor reduz as visões contrárias a seu trabalho a um entimema, ou seja, a um silogismo de uma só premissa, conceito cunhado por Aristóteles em sua célebre *Arte Retórica*. Mais adiante, passa a criticar os métodos até então utilizados para o ensino do latim, mostrando que, ainda àquela altura, o idioma ainda gozava de certo prestígio em Portugal, apesar de o português já ser, desde pelo menos a centúria anterior, largamente utilizado.

É oportuno lembrar o fato de o gramático bragantino ter sido, conforme assinalam Assunção e Fernandes (2007), acima de tudo, professor particular de latim, tanto de alunos da educação básica quanto do ensino superior — em termos hodiernos. Por essa razão:

Defendeu que os alunos só deveriam começar a estudar as línguas estrangeiras, incluindo o Latim, depois de adquiridas as noções básicas essenciais de língua materna. Foi um acérrimo defensor de a língua utilizada nas aulas, especialmente de Latim, ser a materna (portuguesa), para, mais rápida, fácil e solidamente, os alunos assimilarem os conteúdos, afinal objectivos operacionais ainda – e cada vez mais – com actualidade (*ibid.*, p. XXIV).

Esse ponto de vista pode ser constatado, por exemplo, quando o gramático diz:

Porque a [língua] Materna dista da Latina per palavras, & per frase.como per distancia dobrada- & esta distancia ou difficultade ordenarom com suas Syntaxes de frases pera o minino, que ainda não sabe assentar o pee na Grammatica, nem na Copia. O qual junto a este môte íngreme de dificuldades de Grammatica, que não entêde. de Copia, que não sabe, de Frase, que lhe encontra a Materna, não podendo subir a costa, faltando ingenho, ou paciência, se assenta perdidas as speranças de saber Latim (*ibid.*, a3^r).

E aqui ele faz uma afirmação que dista, em grande medida, daquilo que preconizavam seus antecessores quinhentistas: a língua materna — no caso, o português — diferencia-se da latina tanto em relação às palavras quanto em relação à frase, o que, *a priori*, subverte o ideal

de conformidade com o latim tão propalado pelos estudiosos do século XVI. Dadas as dificuldades que as diferenças entre ambas causavam aos estudantes, Roboredo defendia um ensino que principiasse da língua materna e passasse às demais a serem aprendidas, ao contrário do que faziam alguns “sequazes” (nos dizeres do autor), que intentavam ensinar primeiro a gramática latina e depois a portuguesa:

Acrescento, que não somente os dittos sequazes procederom aas avessas, & andiso os que screvendo na Materna deixarom as Conjugações, procedendo da Latina para a Materna; mas que tambem ignorárom a necessidade que há de se reduzir primeiro a arte a lingua Materna; e logo a Latina, Grega, & Hebrêa &as mais, que se quiserem aprender (*ibid.*, a4^r).

No que concerne à importância conferida pelo gramático ao latim, Fávero (1996) destaca o fato de ele se basear “na certeza de que o latim é o modelo, o ponto de partida” (p. 41). Por essa razão, a quase todo momento, Amaro de Roboredo se ocupa de mencionar essa língua, que, como se pode notar, além de ponto de partida é o ponto de chegada precipuamente pretendido pelo *Método*. Assim, embora cômico das diferenças entre as línguas portuguesa e latina, é esta última a escolhida para ilustrar a possibilidade aventada pelo autor de a gramática ser “um sistema abstracto universal que pode ser ilustrado com exemplos de várias línguas concretas [...]” (Assunção; Fernandes, 2007, p. XXXI).

O caráter universal se reflete na visão de Roboredo em relação à possível existência de uma “protolíngua” no início dos tempos: “Havia hũa sô lingua quando a razão era mais unida a qual como vinculo dos entendimentos, & artes, importa ir ao menos per divisões descobrindo” (*ibid.*, b4^v). Ao mencionar a “razão”, o gramático salienta, de acordo com Assunção e Fernandes (*ibid.*), a relação entre o conhecimento linguístico e a abstração racional.

Ainda com relação à importância do latim, testifica Fávero (*ibid.*, p. 41):

Para que as línguas modernas possam ser consideradas dignas é necessário que elas tenham as categorias do latim e os gramáticos esforçam-se por reduzi-las a este. É a preocupação do universalismo própria do Renascimento; procura-se transpor as categorias do latim para o português, francês etc.; numa língua analítica, em nome da simplicidade, declinam-se os nomes, com a ajuda de preposições.

A continuidade do universalismo renascentista pode ser observada na obra de Roboredo e, já no Prólogo, ele alude a características específicas do latim, como se fossem universais e pertencentes a todas as línguas:

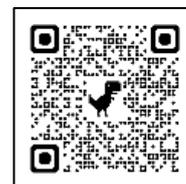
Como, se mostro em hum livro muitos exemplos da mesma regra, que em cada hum repito em summa, & nelles mostro o *caso*, tempo, concordia, regencia [...]

Desta obrigação do Artifice nasce outra ao executor do artificio: que he declarar primeiro as *Declinações, Conjugações & Orações* na lingua Materna do ouvinte, tocando a seu tempo a correspondencia da lingua, que há de aprender, tocando sua conveniencia & differença, pois vão emparelhadas [...] (*ibid.*, b2^r -b2^v, grifos meus).

Ao mencionar o “caso” e as “declinações”, dá-se a entender que tal característica é comum à “língua materna”, sem especificar, nesse momento, a que língua se refere, tomando, portanto, o termo de forma genérica. No caso das línguas românicas, sabe-se que elas não dispõem especificamente de casos e declinações, como havia no latim. Entretanto, Amaro de Roboredo, seguindo o mesmo procedimento de João de Barros, por exemplo, parte da premissa de que tal característica é presente, por exemplo, no português.

Destarte, embora, no *Método*, o gramático seiscentista não se ocupe claramente de reforçar a “consanguinidade” entre o português e o latim — mister de seus predecessores, mostrado na seção anterior —, ao tomar este último para compará-lo à língua, ele se vale de uma “memória” já consolidada desse “parentesco” entre ambas, apesar de seu foco ser o estabelecimento, como já se disse, de regras gerais, que valeriam a todas as línguas. E nesse percurso não surpreende a obliteração do galego.

Passando ao próximo documento a ser analisado, destaco sua particularidade no sentido de se tratar de um *discurso*¹⁰², afastando-se, pois, dos instrumentos glotopolíticos mais comuns — ou seja, gramáticas, tratados de ortografia, dicionários etc. No entanto, as ideias linguísticas nele exaradas dão conta não só de mostrar a influência do *clima de opinião*, mas também de verificar o apagamento do galego¹⁰³.



Manuel Severim de Faria, nascido provavelmente em 1584, em Lisboa, tendo-se mudado para Évora ainda pequeno, onde, já adulto, sucedeu a seu tio Baltasar de Faria Severim no cargo de cônego e chantre. Coursou a Universidade de Évora, obtendo o título de Mestre em Artes e Doutor em Teologia. Segundo relatam alguns de seus biógrafos, era dono de uma biblioteca de mais de 400 volumes, constantemente emprestados aos interessados em consultar

¹⁰² Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra *Discursos varios politicos*, publicada em 1624, da qual consta o texto ora examinado.

¹⁰³ E aqui cabe um comentário acerca do “alargamento” das fontes hodiernamente utilizadas para se fazer historiografia linguística. Quando a disciplina se estabeleceu no Brasil, a partir da década de 1990, era comum o uso de documentos de cunho abertamente metalinguístico, como as já mencionadas gramáticas. Contudo, sobretudo nas duas últimas décadas, tem aumentado o número de fontes utilizadas que, *a priori*, não teriam o mesmo objetivo de obras voltadas especificamente às questões linguísticas, por exemplo, correspondências, obras literárias etc. A meu ver, tomadas as devidas precauções — a de não transformar a análise em um trabalho de literatura comparada, por exemplo —, esses documentos, desde que registrem claramente ideias linguísticas, podem e devem ser considerados para se proceder à escrita de uma história dos estudos sobre a linguagem.

ou estudar as obras.

De acordo com Silva *et al.* (*s.d.*), Faria tinha espírito curioso e inclinado ao estudo, tendo, por esse motivo, se interessado desde cedo pelos temas históricos, sendo considerado “um dos primeiros arqueólogos portugueses, por via das inúmeras peças romanas que foi juntando, recolhidas e adquiridas um pouco por todo o Alentejo” (p. 169). Ainda segundo os autores, o religioso não se limitou à teologia e a filosofia (suas áreas de formação), tampouco à história; buscou publicar reflexões de vários temas e, em alguma medida, intervenções de cunho político.

Tal característica é evidente na obra da qual foi extraído o texto ora examinado, intitulada *Discursos varios politicos*, que veio a lume em 1624 e da qual constam as seguintes partes:

- I. Do muito que importa para conservação, & aumento da Monarquia de Hespanha assistir sua Magestade com sua Corte em Lisboa.
- II. Vida de João de Barros, em que se discorre sobre os preceitos da Historia, & perfeição com que escreveu suas Decadas da Asia.
- III. Das partes q hade auer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as têm todas, & algũas com eminencia de outras lingoas.
- IV. Vida de Luis de Camões, com hum particular juízo sobre as partes, que hade ter o Poema heroico, & como o Poeta guardou todas nos seus Lusíadas.
- V. Com que condições seja louuavel o exercicio da Caça.
- VI. Vida de Diogo do Couto Cronista da India com a relação de todas as suas obras.
- VII. da Origem, & grande antiguidade das vestes que usa por habito Ecclesiastico o clero de Portugal.

Como se vê, embora abundem temas históricos e, em alguma medida biográficos, o eclesiástico se lança a outros temas, como a política (primeira parte), à linguagem (terceira parte) e à caça (quinta parte). Evidentemente, considerado o escopo da presente pesquisa, interessa, pois, a terceira parte — que, na verdade, é o segundo discurso da obra —, cujo título já permite antever o tom laudatório do autor em relação ao português.

Prova disso é que o autor, na primeira parte de seu *Discurso*, afirma tê-lo escrito porque o português carecia de obras voltadas a seu louvor:

E vendo eu a nossa Portuguesa [língua] tão falta destes liuros escritos em seu louvor, como sobeja de razões para não reconhecer por superior a nenhũa, determinei de ao menos as apontar neste Discurso, posto que via o auenturaua a ser tido por Paradoxo, pois sendo a nossa lingua na opinião de muitos quasi inferior a todas, a igualo com as melhores de Europa. Não pende porem a verdade de opinião, senão de demonstrações,

& assi tenho por certo, que quem quizer ver com atenção as quem fauor da nossa lingoa aqui se offerecem, & as autoridades, & exemplos de varões grauissimos em que se fundão, que somente não terão este discurso por Paradoxo, mas antes por euidencia manifesta (Faria, 1624, p. 63).

Do trecho em tela, merece destaque a menção do erudito à opinião de “muitos”, para que o português era uma língua “quase inferior” a todas, fato já mencionado na seção anterior e que justificou indubitavelmente a produção de diálogos em “louvor” e “defesa” da língua, escritos, respectivamente, por João de Barros e Pero de Magalhães de Gândavo. Assim, verifica-se que, ainda nos Seiscentos, a língua portuguesa não gozava do prestígio que, segundo Faria, lhe era devido, visto que ela dispunha de “exemplos de varões gravíssimos” para atestar suas qualidades.

Em perspectiva glotopolítica, Manuel Severim de Faria repete a ação de Barros e Gândavo, ao tentar, com seu discurso, louvar e ao mesmo tempo defender o português das críticas e acusações das quais era vítima desde, pelo menos, a centúria anterior, como mostram as fontes documentais. No que tange à memória, opera-se na construção de uma imagem “positiva” de sua língua materna — trabalho, diga-se, mais uma vez, empreendido inicialmente pelos estudiosos quinhentistas —, mostrando que a identidade “é um produto social, de certa maneira sempre em devir no quadro de uma relação dialógica e temporal entre o *eu* e o *outro*” (Catroga, 2015, p. 27, grifos do autor).

Mais adiante, o estudioso faz uma incursão no tempo, remontando às origens da primeira língua falada pelo ser humano, na já mencionada tentativa de, segundo Weedwood (2006 [2002]), resolver a questão da lendária Babel. Nessa parte, Faria rejeita as opiniões dos filósofos, pois eles careciam de “fé”, e vale-se da Bíblia para retomar a emblemática passagem em que Deus castiga os homens, confundindo-lhes a linguagem:

Segundo esta opinião podemos entender, que a lingoagem primeira de Adão foi dividida pelo mundo com a divisão das gentes, quando deixârão a obra daquela torre, leuando a todos nos vocabulos, mas não nos significados. E que com o tempo, & transmigrações dos Pouos, se vierão a corromper de maneira as palauras, que já desta primeira lingoa hauerâ mui poucas no mundo. Com tudo outros Authores tem para sy, que a confusaõ das lingoas se fez doutra maneira, & foy, mudando Deos âquelles homēs a lingoagem que fallauão em outras nouas, que os mais dizem forão setenta e hũa. Alem das quais affirmão, que ficou a mesma antiga, conseruada inteiramente sô na família de Heber, que senão achou naquella obra, donde depois se chamou Hebraico [...]
O mesmo podemos dizer das demais lingoas q tiuerão seu principio nos edificadores da torre, porque depois de tâtos seculos, ê mudças de gētes, & Monarquias não podião deixar de se corromper, & mudar em outras formas [...] (*ibid.*, p. 63^r a 64^v ¹⁰⁴)

¹⁰⁴ Nesta obra, embora se lance mão de uma numeração das páginas, ela não é corrida, como nas publicações

Como se vê, o autor parte da “língua primeva” para chegar à formação das demais, mencionando, nesse longo percurso, a sua “corrupção”, aspecto constantemente abordado pelos estudiosos da linguagem no século XVII (cf. Bagno, 2023). Mais adiante, assevera-se que, para se considerar uma língua melhor do que a outra, é necessário procurar outras explicações, em vez da “origem” dessa língua. E aqui, embora pareça que o erudito não atribua valor a tal característica, ela será retomada mais adiante no *Discurso*. Assim: “[...] são qualidades, as que hade ter a lingoagem pera ser perfeita. s. ser copiosa de palavras, boa de pronunciar, breue no dizer, que escreua o que falla; & que seja apta pera todos os estillos” (*ibid.*, p. 65^r).

Ao tratar da “escritura”, o clérigo tece crítica a algumas línguas românicas, citando o caso dos franceses que, pela “demasia das letras vogaes cometem [...] outro não menor erro, porque nenhum dos diphthongos quase pronunção como escrevem”. O autor estende suas críticas a língua não latinas, mencionando a língua tudesca (alemã), que, a seu ver, tem a “mesma imperfeição [...] tanto nas letras vogaes quanto nas consoantes, & seis em hũa silaba, & são tão asperos na pronunção, que todos os nomes ainda que sejam de muitas silabas, os fazem na expressão monosilabos” (*ibid.*, p. 69^r).

Para sintetizar sua preleção acerca das qualidades necessárias às línguas para serem, de fato, perfeitas, o autor cita aquelas das quais se podiam coletar exemplos de tal perfeição, a saber: o hebraico, o grego e o latino, a que o autor denomina “princesas do mundo”, como também o fizera João de Barros em seu *Diálogo*. De todas elas, segundo o erudito,

a Latina foi a vltima que floreceo grandemente & por industria de seus naturaes se dilatou tanto per todas as partes do mundo, que quase veyo a ser comũ nas Prouincias do Imperio [...]. Por onde muitos tem pera sy, que ella foi aquella prometida de Deos pelo Profeta Sofonias [...] Desta lingoa Latina nos não ficou ja agora mais que a parte da Escritura, & o vso se corrompeo em Italia, França & Hespanha nas lingoas vulgares, que ao presente se fallão nestas Provincias. Pelo que querendo dar juizo entre hũas, &outras, alẽ das cinco qualidades acima referidas, hauemos de acrescentar a da origem, porque como notoriamente decenderão estas da latinidade, aquella alcançará mais de suas perfeirções, que inda hoje se conformar mais com ella, assi nos vocabulos como na Ortografia. E mostrando nãs, que a Portuguesa participa mais da Latina, & que na copia, pronunção, brevidade, Ortographia, aptidão para todos os estillos, não he inferior a nenhũa das modernas, antes igual a algũas das antigas, cõ rezão lhe poderemos dar o louou de lingoa perfeita, & de ser hũa das milhores do mundo (*ibid.*, p. 70^r a 71^r).

No fragmento, evidencia-se o valor atribuído ao latim, a ponto de se aventar que ela poderia ser, segundo diziam “muitos” — que ele não diz quem são, diga-se de passagem — a

hodiernas, mas representa uma dupla de páginas. Por isso, mantive as designações *retro* e *verso*, com vistas a melhor identificar a localização dos trechos retirados para exemplificação.

língua prometida por Deus, mencionada pelo profeta Sofonias. Ato contínuo, comenta que ela teria se “corrompido” na Itália, na França e na Península Ibérica (Hespanha). Por fim, retoma-se a questão da origem, deixada anteriormente de lado, ao definir as cinco características principais que tornam uma língua perfeita.

Nesse momento, o autor menciona que, embora todas as línguas citadas “descendam” da latinidade — valendo-se, pois, da mesma metáfora de consaguinidade (cf. [Zilio-]Passerini, 2019b) —, somente a que mais próxima estiver do latim — ou seja, a que com ele mais “conformidade” tenha — pode ser considerada perfeita. E de todas elas, não surpreendentemente, o autor considera o português como a que “mais participa da Latina em cópia, pronúncia, brevidade, ortografia e aptidão para todos os estilos”.

Em seguida, volta-se à corrupção do latim, mais uma vez, destacando a Itália, a França e a Península Ibérica (Hespanha) e fazendo um esclarecimento abaixo transcrito:

Porem na lingoa Portuguesa, & Castellhana está o Latim menos viciado, q na Italiana, & Francesa [...] pelo que em nenhũa dellas se achão tantos nomes Latinos em sua inteiresa, como na nossa lingua, & Castellhana, & na nossa particularmête podemos cõpor muitas orações, & periodos q juntamente sejam Latinos, & Portugueses [...]

Deste modo se poderão êcher muitas paginas, não sômente em prosa, mas o q he mais de estimar, é verso de todas as medidas, de q vi ja muitos, & Duarte Nunez tras algũs, dos quaes se podedar o louuor a Ioão de Barros, q foi o primeiro, q na sua Gramatica Portuguesa os cõpos & publicou (*ibid.*, p. 71^r).

No fragmento chama a atenção o fato de Manuel de Faria considerar, além do português, o castelhano como língua menos corrompida, em comparação com outras do tronco românico. Levando-se em conta que Portugal, àquela altura, ainda se encontrava sob domínio espanhol, é possível conjecturar que, em alguma medida, teria o autor evitado uma postura mais contundente em relação a esse idioma, como se pode ver nos *Diálogos* de João de Barros e Pero de Gândavo, por exemplo. Ainda assim, ele não deixa de esclarecer que, entre ambas, particularmente no português, era possível compor muitas orações e períodos igualmente portugueses e latinos.

Esse argumento é utilizado já em Barros (1540), mais especificamente no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, quando a personagem Pai, dirigindo-se ao Filho, diz: “Que se pode desejar na língua portuguesa que ela [não] tenha? Conformidade com a latina? Nestes versos feitos em louvor da nossa pátria se pode ver quanta tem, porque assim são portugueses, que os entende o português, e tão latinos, que não os estranhará quem souber a língua latina” (*in Hue, 2007, p. 47*). Ademais, o próprio Faria menciona João de Barros e sua gramática, comprovando, portanto, a influência deste último sobre seu pensamento.

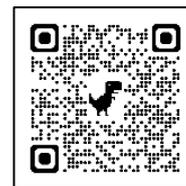
O *Discurso* prossegue com comprovações de que o português, ao contrário das demais línguas citadas, contempla todos os aspectos necessários para ser considerado perfeito, afora a origem latina, sobejamente esclarecida. E é ao tratar da pronúncia que Manuel de Faria faz uma observação que interessa sobremaneira à presente pesquisa:

A pronúncia perfeita consiste no bom som das palauras, que se forma do ajuntamento das letras em sillabas, & das sillabas em dicções, as quais na lingoa Portuguesa são suaues, porque nem tem vchementes aspirações, nem a aspereza dos Alemães, nẽ acabam nenhũas finaes em t, f, c, ou B que são letras ásperas, de que viaõ os Franceses, & Latinos; nem menos em, d, como tem os Castelhanos em todos os Imperatiuos do Plurar [...] Somente hũa cousa nos podem tachar, que he vsarmos frequentemente os diphtongos nos finaes. Porem hauemos de considerar, que na nossa lingoa, ha hũs diphtongos comũs às outras, & outro nosso particular. Os comũs são, ai, ae, au, ei, eu, oe, ou, ui, & estes tiuerão os Gregos, & Romanos [...] Só o diphtongo ão he proprio nosso, & o corrõpemos do om Frãcez, & Galego, e q não ha muitos annos acabauão as mais das dicções q hoje terminamos em, ão, por se pronunciar este diphtõgo por, a, com mais brandura, & suavidade que naõ por o. Donde naõ ficou a lingoa peiorada cõ esta mudança, mas antes com notauel melhoria, pello que he facil de tomar & aprender a todas as nações tirando â Castelhana [...] (*ibid.*, 75^{rv} - 76^{rv}).

E aqui o galego é citado diretamente, ao lado do francês, quando o autor menciona o único ditongo, a seu ver, puramente português — já que os demais também existiam no grego e no latim. Segundo Faria, teriam os portugueses “corrompido” o ditongo /ãõ/ do /om/ presente nas línguas francesa e galega. Ora, uma simples busca na documentação escrita em tempos mais recuados da história seria suficiente para mostrar que o referido ditongo era indubitavelmente grafado como /om/ tanto em Portugal quanto na Galiza.

Retomando a afirmação do erudito de que os portugueses o teriam corrompido, é possível pensar qual o nível de influência este último exercia — e exerceu evidentemente — sobre o português. Ou ainda, a que momento da história de Portugal o autor alude para afirmar que tal corrupção teria ocorrido. De todo modo, o galego, mais uma vez, é reduzido a observação pontual, sem se evidenciar sua participação ativa — seminal, a meu ver — na formação da língua portuguesa. Por essa razão, é possível comprovar o silenciamento por ele sofrido neste e nos demais textos seiscentistas aqui examinados.

O primeiro instrumento glotopolítico setecentista a ser analisado consiste nas *Regras da Lingua Portugueza, espelho da Lingua Latina*¹⁰⁵, de Jerónimo Contador de Argote, publicadas originalmente em 1721 e reeditadas em 1725. Neste trabalho, utilizei, conforme consta do quadro 4, a segunda



¹⁰⁵ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a segunda edição da obra, aqui utilizada.

edição, que, em comparação à primeira, não apresenta grandes modificações no conteúdo (Kemmler, 2012), considerando-se o escopo da presente pesquisa, em que pese a existência de menções explícitas ou indiretas ao galego.

Um aspecto que se evidencia entre a primeira e a segunda edição é o fato de, na primeira, o autor ter se valido do pseudônimo Caetano Maldonado da Gama para publicá-la, utilizando, portanto, dois sobrenomes pertencentes a sua família materna. Com relação à vida de Argote, teria ele nascido no último quartel do século XVII e ingressado, ainda menino, no Convento de Nossa Senhora da Providência, onde estudou Filosofia e Teologia. Foi um dos fundadores da Academia Real da História Portuguesa, tendo também se dedicado a estudos dessa natureza.

Com relação às *Regras*, elas figuram como a primeira gramática portuguesa dos Setecentos e, além disso, incluem noções advindas da Gramática de Port-Royal. Do mesmo modo, teria sido Jerónimo Contador de Argote o primeiro estudioso português a fazer uma compilação do sistema variacional da língua (Kemmler, 2012).

Já na *Dedicatória*, feita ao Príncipe de Portugal, explica o autor o conteúdo da obra, ou seja, uma gramática na qual se registra a analogia existente entre a língua portuguesa e a latina “hum methodo facil, e claro para pelas regras da primeyra conhecer, e praticar os preceytos da segunda” (Argote, 1725 [1721], §ij). Fica igualmente claro o escopo do estudioso: apresentar um método fácil para o aprendizado das “regras” do português e, a partir delas, praticar as do latim, baseando-se, evidentemente, na já conhecida “analogia” — ou conformidade, em termos quinhentistas e sesceintistas — existente entre ambas.

Ato contínuo, afirma-se:

Ambos estes idiomas tiveram a fortuna de V. Alteza os honrar, o Portuguez desde o berço com o uso, o Latim agora na puericia cõ a applicação. Offereço pois a V. Alteza esta Arte, para que com sua protecção sirva aos seus vassallos de se adiantarem no conhecimento, e percepção deste dous venturozos idiomas (*ibid.*, §ij^v).

E aqui se nota a atitude laudatória de Argote com relação a ambas as línguas, seguindo os passos de seus antecessores, até aqui estudados. As *Regras*, que servem ao aprendizado tanto do português quanto do latim, são prova, portanto, das semelhanças entre os dois idiomas, bem como da sua ventura, uma vez que fazem parte da instrução real.

Passando ao *Prólogo*, logo na primeira página, fazem-se as seguintes considerações:

A Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a mayor parte das regras, que contêm, guardão ou total, ou parcial harmonia com as Latinas, e as demais, em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente

da Latina, as reputa como Idiotismo, e assim as deyxá para aquelles, que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda sua extensã [...] (*ibid.*, s.p.).

Como se vê, o estudioso mais uma vez reafirma a “analogia” entre ambas as línguas, ao mencionar que a gramática, embora portuguesa nas palavras e nas regras, é na verdade latina, uma vez que a maior parte das regras estão em “total ou parcial harmonia” com o latim. Ainda nessa parte, Argote menciona o fato de, na primeira edição, ter se valido de um pseudônimo e comunica que, nessa segunda, não só declara seu verdadeiro nome, como também acrescenta outras “observações e doutrinas” omitidas na anterior.

Na *Introdução*, lê-se:

A Lingua Latina he universal em toda a Europa, e necessária para as occupaçoens da Republica; por isso mytos a aprendem, mas poucos a sabem suficientemente, e raros com perfeçãõ. Em aprender gastaõ os meninos a mayor parte da Puericia, e ainda a Adolescencia. Para evitar estas demoras, de que procedem graves danos, se tem proposto por alguns Varoens sabios diversos arbitrios. Entre estes, o que se tem achado ser mais facil, util, e seguro (ao menos para as Naçoens cujas linguas vulgares são filhas da Latina, assim como a Portugueza, Castelhana, Italiana e Franceza) he ensinar aos rapazes primeyro a Grammatica da sua lingua vulgar, e depois ensinar-lhes a Grammatica Latina [...]
Mostra-o a razãõ; porq a mayor parte das regras da Grammatica Portuguesa convem, e são as mesmas, de que usa a Grammatica Latina [...] (*ibid.*, s.p.).

No fragmento, é evidente o tom laudatório em relação ao latim, aspecto comum no século XVI, ao mesmo tempo que se observam alguns termos que passaram a ser de largo uso nos séculos XVII e XVIII, por exemplo: “universal”, para se referir a latim — embora se justifique sua “universalidade” apenas no contexto europeu; e a “razão”, que evidencia a influência da gramática de Port Royal, de orientação racionalista, como já dito anteriormente. Além do mais, o pensamento de Argote apresenta continuidade em relação ao de Roboredo, uma vez que este último também defende que o ensino deve iniciar pela língua materna e seguir para o latim.

Outro aspecto que merece destaque, em termos de continuidade, é o fato de Jerónimo Contador de Argote utilizar a mesma metáfora de consanguinidade da qual se valeram, em séculos anteriores, os seus conterrâneos. É o que se verifica quando, para justificar a pertinência de se começar o ensino de língua primeiramente pela gramática do idioma pátrio, o autor afirma ser esse “arbitrio” o mais profícuo entre os falantes de línguas vulgares “filhas” do latim. Ao fim do trecho, o gramático setecentista afirma que a razão da funcionalidade de tal método se dá em virtude de as regras da gramática portuguesa serem, em grande medida, iguais à da latina,

salientando, mais uma vez, a “analogia” entre ambas.

Na sequência, inicia-se a obra propriamente dita, organizada em quatro partes, a saber: na primeira, aborda-se a morfologia; na segunda, a sintaxe; na terceira, a “sintaxe figurada” — ou seja, o que atualmente se chama de “figuras de linguagem” — os “idiotismos”, e as “figuras de dicção” — correspondentes ao que hoje se conhece por “metaplasmos”; e na quarta, os dialetos da língua portuguesa e a construção desta última, bem como uma “prática de regência”. Há também um breve tratado de ortografia, que encerra o volume.

O pendor pedagógico perpassa a gramática desde sua concepção, visto que ela se desenvolve em um modelo até então não utilizado: todas as explicações são feitas sob a forma de um diálogo entre duas personagens, intituladas “Mestre” e “Discípulo”. Assim, ao segundo cabe responder às indagações do primeiro e, com alguma frequência, o professor solicita que o estudante estabeleça comparações entre o português e o latim, com vistas a demarcar as já mencionadas “analogias” que, na visão do autor, facilitam o aprendizado tanto da língua materna quanto da latina.

Das quatro partes das *Regras*, merece destaque a quarta, na qual Contador de Argote trata dos “dialetos” falados em Portugal, o que, para a época, era uma novidade. E é justamente dessa parte que consta uma passagem interessante à presente investigação. Antes de examiná-la, creio ser necessário compreender a ideia de dialeto que perpassa a obra:

MESTRE. Que quer dizer Dialecto?
 D. Quer dizer modo de falar.
 M. Que cousa he Dialecto?
 D. He o modo diverso de fallar a mesma lingua.
 M. Dizey exemplo.
 D. O modo, com que se falla a lingua Portugueza nas terras [...] da Beyra, he diverso do com que se fala a mesma lingua Portugueza em Lisboa porque em huma parte se usa de umas palavras, e pronuncia, e em outra parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia, naõ em todas as palavras, mas em algumas.
 (Argote, 1725, p. 291-292).

Assim, o dialeto corresponde ao “modo diverso de se falar português”, a depender da localidade do falante. A esse respeito, Menon (2019) assinala que a visão de Jerónimo Contador de Argote em muito se assemelha à de Bluteau, registrada no *Vocabulario portuguez e latino, áulico, anatomico...*, dado à estampa entre 1712 e 1728. Nos dizeres da autora:

Como Bluteau era contemporâneo de Argote, tendo ambos publicado suas obras nas duas primeiras décadas do século XVIII (de 1712 a 1728, para o primeiro, e 1721 e 1725 para o segundo), provavelmente compartilharam o mesmo estado de língua portuguesa. Assim, vemos que tanto um como outro empregaram a palavra diale(c)to que, então, deveria já estar em voga na esfera

das discussões a respeito de língua. Como já era de domínio comum, sabia-se que a língua mudava com o tempo, pois muitos gramáticos falavam em fases da língua portuguesa. O que constituía novidade era a percepção de que ela apresentava diferenças no espaço físico, num mesmo intervalo temporal. E, como se divisa em Argote, também se reconhecia alguma divergência em relação à maneira de se comunicar conforme a profissão que se exercia. Além disso, alguns grupos sociais específicos usavam um tipo de língua especial cujo conhecimento e domínio era exclusivo deles (*ibid.*, p. 186).

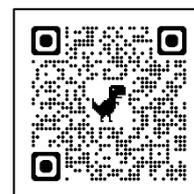
Feita essa primeira consideração, o diálogo entre Mestre e Discípulo prossegue, com nova indagação, que se desenvolve desta maneira:

M. E quantas castas há de Dialectos?
 D. Muytas, mas as principaes são tres.
 M. Quaes são?
 D. Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão.
 M. Que cousa he Dialecto local?
 D. Dialecto local he a differença, com que se falla a mesma lingua em diversas terras da mesma nação.
 M. Dizey exemplo.
 D. A diversidade, com que se falla a lingua Portugueza nas terras da Beyra e da Estremadura, he Dialecto local.
 M. E quantos Dialectos locaes tem a lingua Portugueza?
 D. Muytos, mas os principaes são cinco.
 M. Quaes são?
 D. O Dialecto da Provincia da Estremadura, o da Provincia de Entre Douro, e Minho, o da Beyra, o do Algarve, e o de Tras os Montes.
 M. E que cousa he o Dialecto da Provincia da Estremadura?
 D. He a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia da Estremadura.
 M. E que cousa he o Dialecto da Provincia de Entre Douro, e Minho?
 D. He a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia do Minho, o mesmo se deve dizer competentemente dos demais.
 M. E em que differe o Dialecto de Entre Douro, e Minho do da Estremadura?
 D. Differe na pronuncia, porque a letra *V*, consoante, pronunciaõ como *B*, ao *Vinho* dizem *Binho*; a letra *B*, pronunciaõ com *V* consoante, ao *Vento* dizem *Bento*. As letras *aõ* pronunciaõ *om*, ao *Naõ* dizem *Nom*, ao *Paõ* *Pom*. [...] (Argote, 1725, p. 292-294).

Optei por reproduzir o trecho com poucas supressões, a fim de manter a unidade original do texto, facilitando seu entendimento. Nele, verifica-se que o Mestre pede explicações acerca do conceito de “dialeto local”, concernente, de acordo com Argote, àquele que se fala em diferentes partes do mesmo território. Destarte, haveria em Portugal cinco dialetos locais, a saber: o da Estremadura, o do Entre-Douro e Minho, o da Beira, o do Algarve e o de Trás-os-Montes. Quando o professor solicita ao aluno que explique as diferenças entre o dialeto da Estremadura e o do Minho, são citadas características de origem claramente galega, com especial destaque para o ditongo /ãõ/, naquela região realizado /om/.

Nesse trecho, fica evidente a possibilidade de o autor fazer referência ao galego, ainda que o fosse como Manuel de Faria em seu *Discurso*. Todavia, optou-se por simplesmente mencionar as diferenças de pronúncia e vocabulares, silenciando — ou tentando silenciar — o galego. E aqui afirmo que, embora tal ação glotopolítica fosse bem-sucedida no plano da memória e da história, no âmbito da língua em sua realização, ainda era possível distinguir “ecos” desse passado que, desde os Quinhentos, se tenta encobrir. E o excerto aqui exarado é prova disso.

Apresentados os aspectos mais relevantes das *Regras de Contador de Argote*, passo à análise da *Ortographia da Lingua Portuguesa*¹⁰⁶, de Luís Caetano de Lima, publicada em 1736. Sobre o autor, destacam Assunção *et al.* (2022) ter ele nascido a fins do século XVII e ser ainda hoje conhecido por seus estudos de caráter histórico e metalinguístico. Sua instrução deu-se provavelmente na Casa da Divina Providência, em Lisboa, onde teria sido discípulo de Manuel Caetano de Sousa e D. Rafael Bluteau.



Clérigo regular no Convento da Divina Providência, também em Lisboa, teria sido designado, em meados dos Seiscentos, para acompanhar o Embaixador de Portugal em viagem à França, onde ficou por nove anos, aproveitando a estadia para se pôr em contato com o meio cultural e acadêmico parisiense, tomando contato com obras que não conhecera até então em sua terra natal, bem como para aprofundar seus conhecimentos em francês e italiano (*ibid.*).

Grosso modo, sua obra contempla temas literários, históricos, jurídicos e metalinguísticos. Com relação a estes últimos, merecem destaque as gramáticas de francês e italiano, bem como a *Ortographia*, doravante analisada. Vale ressaltar que o interesse do autor em publicar, por exemplo, uma gramática do francês se deve não só ao seu abundante conhecimento dessa língua, mas também ao fato de, nos Setecentos, ela já ter se tornado, em muitos países da Europa, idioma de erudição, suplantando o latim que, apesar dos esforços de alguns autores, como Jerónimo Contador de Argote, vinha perdendo força, inclusive em Portugal.

Em comparação com o instrumento glotopolítico anteriormente analisado, a obra de Lima terá bem menos extensão, uma vez que a este trabalho interessa, como já dito, encontrar oportunidades de menção ao galego ou passagens em que ele é explicitamente referenciado. De todo modo, o *Prólogo*, como tem ocorrido até aqui, corresponde a uma parte em que geralmente se apresentam as ideias linguísticas do autor, e com o ortógrafo setecentista não é diferente.

¹⁰⁶ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra.

Dirigindo-se a seu “benévolo leitor”, alude à existência de outras obras de mesma natureza, ou seja, outros manuais ortográficos. Em seguida, menciona o zelo com que alguns eruditos publicaram trabalhos sobre o latim, o grego e até mesmo o francês, salientando que eles também poderiam ter se valido da mesma verve para “aperfeiçoar a sua Língua, do que deixala na confusão, em que alguns delles a acháram no seu tempo” (Lima, 1736, p. VI).

Mais adiante, lê-se:

Se nesta obra me aparto da opinião de alguns dos nossos Grammaticos, peço-te, que antes de condenar o meu parecer, leas com attenção as razões, em que me fundo; e julgando que são menos solidas do que me parecem, procurarey emendar em outra edição tudo, o que estranhares judiciosamente neste livro. Devo tambem advirtir-te, Benevolo Leitor, que o meu intento não querer criticar, nem emendar a Orthographia usada por outras pessoas, que talvez tem para isso fundamentos muito solidos, mas sómente propor alguns principios certos e geraes, para que de humas palavras se deduza com facilidade a escritura das outras.

Dirme-hás que inutilmente procuro regular a Orthographia das palavras Portuguezas, indo-lhe buscar a sua origem na Língua Latina; porque ordinariamente as pessoas, que mais necessitaõ destas regras, são as que ignoraõ de todo aquella Língua. A isto respondo em primeiro lugar, que quando digo que se recorra à Língua Latina, para se regular de algum modo a Orthographia das palavras, não fallo senaõ dos que tem algum conhecimento della. Em segundo lugar dou este conselho, por não achar Orthographia mais bem regulada, que a que se faz por etymologias, e derivaçoens, ainda que seja com alguma alteraçã, conforme o genio das Línguas [...] (*ibid.*, p. VIII-X).

Como se vê, embora o autor tenha se empenhado, noutros momentos, a escrever gramáticas vernaculares, é, mais uma vez, ao latim que ele recorre em sua tentativa de regular a ortografia portuguesa. Isso porque, a seu ver, seriam as “etimologias e as derivações” a melhor forma de proceder a tal padronização, ainda que possa haver alguma “alteração” relacionada ao engenho de cada língua.

De modo geral, a obra é dividida em sete capítulos, que tratam respectivamente: dos nomes e números de letras (I); da pronúncia das vogais (II); da pronúncia das consoantes (III); dos ditongos (IV); dos tritongos (V); dos acentos (VI); e das letras dobradas (VII). Há ainda dois suplementos: um voltado para o uso particular de algumas letras e o outro para a letra z especificamente.

A parte que mais interessa a este trabalho é, sem dúvida, a que contempla os ditongos, mais especificamente o ditongo /ãõ/, comentado noutras ocasiões ao longo deste trabalho. Sobre ele, Venâncio (2020 [2019], p. 121, grifo do autor) assevera:

Esse ditongo, gerado num português ainda primitivo, conheceu, a partir do século XV, uma proliferação desenfreada. Ele fez parte daquele pacote de escolhas, algumas decisivas, com que o português quis despedir-se das formas nortenas do idioma. Verificou-se então [...] uma ruptura complexa, cheia de

implicações e sempre muito gradualmente consumada. Mas, nesse amplo movimento, deu-se uma irrevocável viagem, um ponto de não-retorno, e o *ão* português veio configurá-los de modo deveras espetacular.

Ao mencionar o “pacote de escolhas” o autor alude à ação glotopolítica de “desgaleguização” do português, a que Lagares (2008) denomina “desruralização”. Seja como for, o fato de, na obra de Lima, o ditongo /*ão*/ ocupar praticamente dez páginas — o que não ocorre com os demais — é mostra da necessidade de reafirmar essa particularidade da língua portuguesa em relação às demais, na manutenção de uma memória construída ainda nos Quinhentos.

Ainda de acordo com Venâncio (*ibid.*, p. 124-125, grifos do autor):

O novo padrão português estava, assim, definitivamente traçado. O processo iria, contudo, ser lento. Em Quatrocentos, escrevia-se sempre ocasiom, patrom, consideraçom [...]. Mas em todo o século de Quinhentos eram ainda vulgares as grafias *razom, coraçom, entom* [...] Mesmo em pleno século XVIII, vemos com frequência escrito (e publicado) *cam, pam, tam* e *nom*. Tudo isso sugere uma longa coabitação de pronúncias antigas com as novas. Ora, exatamente, porque extensas no tempo, estas perturbações do sistema original iriam gerar uma desordem ortográfica duradoura [...]

Prova da continuidade da pronúncia /*om*/ — galega, diga-se de passagem — pode ser atestada na análise anterior, quando Argote, no mesmo século XVIII, se ocupa de destacar o “dialecto local”, citando justamente essa pronúncia como exemplo da variação existente na região de Entre-Douro e Minho. Entretanto, Venâncio vai mais além ao atestar que essas formas também eram escritas e publicadas. Diante disso, não é de impressionar que as ortografias sempre estiveram na ordem do dia dos eruditos portugueses e tenham se ocupado, como se verá a seguir, de detalhar o tão particular ditongo /*ão*/ da língua portuguesa.

Sobre ele, Luís de Lima afirma ser muito dificultoso aos estrangeiros e, à revelia de se encontrar em grande número de palavras, não se pode “dar regra certa para a sua pronúncia” (*ibid.*, p. 134). Para atestar a dificuldade de explicar quando esse ditongo deve ser escrito, o ortógrafo recorre a ninguém menos que ao Padre Antônio Vieira, desenterrando, de alguns dos seus escritos, as formas oscilantes “Salamaõ, Sansaõ, Sermaõ / Salamam, Sansam, Sermam”. E aqui se vê, mais uma vez, que também nos Seiscentos a questão estava longe de ser resolvida, provavelmente por motivações da língua falada.

Ato contínuo, Lima apresenta duas razões para desaconselhar o uso do “am”. A primeira delas é que o ditongo /*ão*/ seria “mais conforme à nossa pronuncia, em que fazemos soar de algum modo a Vogal O, e assim devemos escrever as letras mais conformes aos som, que queremos dar às syllabas” (*ibid.*, p. 136). E aqui se nota, do ponto de vista histórico — e por

que não dizer glotopolítico — a tentativa de reafirmar uma identidade linguística (cf. Pereira; Costa, 2012) com base na já mencionada individualidade (cf. Catroga, 2015).

Quanto à segunda razão, seria o fato de assim o pedir

[...] a primeira Orthographia, e pronuncia destas palavras, pois [...] o til~que se põem sobre o Ditongo ÂO tem lugar de M; e antigamente se escrevia Razaom em lugar de Razão; e no Reynado delRey D. Diniz se punha ainda Razom [...]

Nem obsta o dizer o mesmo Bento Pereira no lugar citado, que a escritura dos nomes em AM he mais chegada ao Latim [...] porque se o uso teve bastante poder para se alterar não só as letras, mas as syllabas, porque o não terá também para lhe mudar a terminação?

Alem de que no tocante aos nomes, se quisermos buscar esta semelhança, mais se parecem na escritura Occasiaõ com Occasio, do que Occasiam, pois conserva a vogal O, modo mais se parece Naõ com Non do que Nam [...]

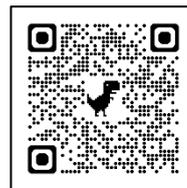
No que toca aos Verbos parece analogia muy perluxa o dizer Rogavam porque os Latinos diziaõ Rogabant; deste modo melhor seria deixarlhe o N, e dizer Rogavan, como os Castelhanos; e muito melhor ainda o conservarlhe o B, e dizer Rogaban, como os Galegos em lugar de Rogavaõ no que certamente não convirá algum Autor.

Nas linguas, que se derivaõ humas das outras não se observaõ taõ miudamente as analogias; antes as terminaçoens diferentes foraõ sempre, as que fizeraõ a diversidade dos Dialectos

E é nesse ponto que se encontra uma contradição no pensamento do ortógrafo, considerando-se sobretudo o fato de ele, no prólogo, ter defendido a etimologia como a melhor forma de se padronizar a escrita de uma língua, valendo-se, para tanto, do latim. Ora, se no próprio latim que ele menciona, a grafia original se dá com “n”, é válido questionar por que, no caso dos verbos, por exemplo, o autor prefere manter o /o/. E é nesse momento que ele alude diretamente ao galego, destacando outra característica comum da língua com relação à pronúncia de /b/ e /v/. E não surpreendentemente, ao mencionar a possibilidade de também se manter o /b/ latino, Lima diz: “no que certamente não convirá algum Autor”, e nada mais.

O encerramento da questão, como se pode supor, se deve ao fato de àquela altura a “desgaleguização” do idioma já ter sido levada a cabo. Destarte, certamente não haveria “algum autor” que se manifestasse favorável à manutenção de um /b/ latino que sabidamente era marca da língua falada na Galiza. O aparente “ponto pacífico” de negação a qualquer forma que denotasse ligação entre português e galego, na verdade, é a ação glotopolítica de tentar — à revelia da língua viva que, ainda naquele Entre-Douro e Minho mantinha em plena atividade o /om/ e o /b/ no lugar de /v/, como atestara Argote (1725) — silenciar o passado, apagando consequentemente a língua galega da história comum entre Galiza e Portugal.

Passando à última obra do *corpus* selecionado para a presente seção, chega-se à *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, escrita por António José dos Reis Lobato e publicada em 1770. A respeito do autor, Zanon e Faccina (2004), baseadas em Assunção (1997), comentam a quase total ausência de fontes, pois ora se encontra António José dos Reis, ora se encontra António José Lobato. Assim, assume-se a hipótese de se tratar pseudônimo de “António Pereira de Figueiredo, membro da Real Mesa Censória desde 1768” (*ibid.*, p. 85).



Logo na *Introdução*, o autor afirma que, apesar de parecer desnecessária a publicação de mais uma gramática portuguesa, o seu trabalho era fundamental, considerando-se os “erros, que commetem todos aquelles, que ignorão os princípios fundamentais da mesma lingua [o português]” (Lobato, 1770, p.VII). E aqui se nota, já de início, a visão de “erro” que, como se sabe, é legatária da gramática tradicional, de origem greco-latina, cultivada em Portugal a partir dos Quinhentos. Em continuação, justifica-se a pertinência da obra por duas razões: “primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente” (*ibid.*). Como se vê, além de reforçar a necessidade de correção, sinaliza-se a utilidade de se conhecerem os “fundamentos” da língua falada à ocasião — e merece algum destaque o fato de ser mencionada apenas a língua falada, afora o fato de uma gramática se ocupar precipuamente da língua escrita.

Ato contínuo, o estudioso alude à “necessidade da Grammatica materna”, citando os manuais produzidos por outros povos, como os franceses, os ingleses, os espanhóis, entre outros, até chegar aos portugueses, citando Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Robredo, Padre Bento Pereira e Jerónimo Contador de Argote. Na sequência, evidentemente são mencionados os romanos, que ensinavam, desde a “puerícia” a gramática latina e, como resultado, o latim era falado “com perfeição”, na já conhecida atitude de louvar o idioma, por questões sobejamente discutidas.

Outro benefício desse ensino era o fato de os romanos conseguirem, com base nas gregas de seu idioma materno, depreender os princípios da língua grega, que, à época figurava como língua de erudição, tal qual o era, segundo o autor, o latim em Portugal (*ibid.*, p. IX) — muito embora, como já afirmado, o latim tenha deixado paulatinamente de exercer tal função desde o século XVII, sendo paulatinamente suplantado pelo francês. Em complementação, Reis Lobato assevera:

[...] porquanto na Grammatica materna, de que já o uso nos tem ensinado a pratica das suas regras, sem difficuldade se aprendem muitos princípios, que

são communs a todas as linguas; e por isso todo aquelle, que della tiver perfeita sciencia, quando passar para o estudo de qualquer lingua estranha, assim como a Latina, haverá hum grande adiantamento por saber já o que he Nome, o que he Verbo, e a natureza, e propriedade de todas as partes do discurso, e o modo, com que se unem estas na oração [...] (*ibid.*, p. X-XI).

Nesse fragmento, vale ressaltar a ideia, comum ainda à época, de haver certa “universalidade” entre as línguas — atestada pelo fato de se aludir a regras comuns a “todas as línguas —, bem como a possibilidade de se aprender o latim, mostrando, indiretamente, que esse também era o escopo do gramático setecentista. Tal intento se confirma mais adiante, quando ele afirma que, após o domínio das regras da gramática materna, os estudantes deveriam passar à latina, a fim de se tornarem valorosos eruditos para a “República” (*ibid.*, p. XVIII).

Adiante, o estudioso procede a uma análise das gramáticas anteriormente produzidas, destacando pontos, a seu ver, nelas faltantes ou que careciam de explicação mais adequada. Entre elas, menciona-se a de seu antecessor, Jerónimo Contador de Argote, que, a seu ver, era uma das melhores, baseada no “Methodo dos Padres da Congregação do PORT-ROIAL” (*ibid.*, p. XLI), porém necessitava de algumas regras tanto na parte dedicada à morfologia quanto na voltada para a sintaxe.

Em relação à organização da obra, há um *Proêmio*, no qual são brevemente abordados aspectos gerais da gramática portuguesa, como sua “natureza” e suas “partes”. Em um segundo item, abordam-se, com algum detalhe, as “partes da oração Portugueza, e elementos, de que ellas se compoem” (*ibid.*, p. 2), com destaque para os ditongos presentes nas sílabas, dentre os quais, o autor evidentemente menciona o “Ao”, presente em “Páo, Náo” (*ibid.*, p. 4, grifo do autor).

No concernente à gramática propriamente dita, ela se divide em duas grandes partes: a “Etymologia”, correspondente hoje ao que se conhece como “morfologia”; e a “Syntaxe”, ainda conhecida pelo mesmo nome. Cada uma dessas partes é separada em lições, que abordam os principais temas relacionados. A parte que interessa a este trabalho corresponde ao Livro VI, que trata da prosódia, a qual, segundo o autor, consiste na “parte da Grammatica, que ensina a pronunciar as syllabas com o seu devido accento” (*ibid.*, p. 175).

Na Lição III, intitulada “Das palavras acabadas em M, e N”, o gramático assim se pronuncia: “As palavras acabadas conforme huns em am, e conforme outros no ditongo ão, tem a ultima longa, assim como nos nomes Lição, Occasião, Tostão; e na terceira pessoa do plural do futuro imperfeito do indicativo dos verbos, como v.g. Amarão, Defenderão, Definirão” (*ibid.*, p. 180). E aqui se nota a alusão a uma grafia oscilante, no caso entre “am” e “ão”, defendida por “uns” e “outros”.

Ato contínuo, ao focalizar as “exceções”, Reis Lobato assim se pronuncia: “He breve a terminação am, ou ão nos nomes Benção, Sotão, Frangão, Orgão, Rabão; e na terceira pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos da primeira conjugação, como v.g. Amão, Fallão [...]” (*ibid.*, p. 180-181). Assim, o autor defende que palavras como “benção” e “sótão”, nas quais o ditongo /ãõ/ está em sílaba “breve” (átona), deveriam ser escritas com “am”. Embora tal possibilidade aproximasse, ao menos na escrita, o português e o galego, não há nenhum indício de que o gramático teria tal pretensão. No entanto, fica claro, mais uma vez, o impasse ortográfico instaurado pela assunção do “ãõ” na ortografia, conforme assinala Venâncio (2020 [2019]).

Considerando-se o escopo claramente didático da gramática em exame, não é de espantar a ausência a qualquer menção ao galego, apesar de Jerónimo Contador de Argote tê-lo citado ao tratar do mesmo tema. É justamente esse silenciamento, “personificado” na obra de Reis Lobato, que permite constatar a ação glotopolítica de apagar qualquer relação entre as línguas galega e portuguesa. Retornando-se mais uma vez à ideia de padronização da língua explicada por Milroy (2019 [2011]), claro está que, sendo o escopo do instrumento glotopolítico em tela ensinar as regras do português, não haveria razão para, em qualquer parte dele, fazer menção ao passado galego da língua.

5.6 Considerações finais

Os séculos XVII e XVIII foram muito particulares em relação ao estudo das línguas, pois refletiram, em grande medida, os ideais filosóficos que permearam as discussões então empreendidas. Assiste-se à retomada de ideias platônicas e aristotélicas, e o racionalismo e o empirismo ocupam posição de destaque nos debates acerca das línguas, com algum destaque, nos Seiscentos, para a busca de uma língua universal, que será paulatinamente abandonada, embora não totalmente, na próxima centúria.

No contexto português, o século XVII se inicia com a publicação da *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes do Leão, antevendo, em alguma medida, as preocupações dos eruditos da época em relação à língua, como bem assinala Buescu (1984). Nessa obra, alude-se a um passado “quase comum” entre o português e o galego, entretanto, isso é feito de forma breve e sem estabelecer qualquer explicação para a “continuidade” de alguns aspectos — sobretudo prosódicos — na língua portuguesa.

No segundo quartel dos Seiscentos, Amaro de Roboredo publica seu *Método*, no qual se verifica o claro pendor racionalista do autor, que parte da premissa da existência de “regras

gerais” a serem aplicadas a todos os idiomas. Afora essa possibilidade, é ao latim que ele recorre para estabelecer as comparações, mostrando que, ainda naquele tempo, o idioma era a “fonte” da qual bebiam os eruditos, em virtude de não só ser considerado modelo de perfeição, mas também de ancestral direto do português. Contudo, Roboredo, em algum momento, se ocupa de estabelecer diferenças entre a língua portuguesa e a latina, o que, de certo modo, é uma novidade para as publicações até então.

Ainda na primeira metade do século XVII, vem a lume o *Discurso* de Manuel de Faria, no qual se nota claramente o tom laudatório do autor, retomando a ideia de “louvor” ao português, na esteira de João de Barros e Pêro de Gândavo. O clima de opinião explica, em alguma medida, tal atitude, visto que Portugal se encontrava, na ocasião, sob o jugo espanhol, que só findaria quase vinte anos mais tarde. No documento, também se reafirma a “conformidade” entre português e latim, endossando a ação glotopolítica de se construir uma identidade linguística calcada em uma ancestralidade imperial e “livrando” o português de qualquer laço com um idioma visto como “rude” entre outros adjetivos que o valham.

Passando ao século XVIII, as *Regras*, de Jerónimo Contador de Argote, revelam, já pelo título, o ponto de vista do autor: ao considerar a primeira um “espelho da latina”, reforça-se a ideia de “conformidade” vigente desde os Quinhentos e, naquela ocasião, denominada “analogia”. O grande diferencial dessa gramática é justamente a parte em que se mencionam os “dialetos locais”, tendo-se dado, como exemplo, o falado na região do Entre-Douro e Minho.

É justamente nessa parte que, ao mencionar algumas características dos falares locais, o autor acaba por “desterrar” as origens galegas do português, ao tratar do ditongo /am/ e da substituição do fonema /v/ por /b/. Todavia, nenhuma palavra é dita sobre as possíveis razões de tais ocorrências, optando-se, mais uma vez, por silenciar o galego que, como se pode notar, ainda tinha ecos na fala dos habitantes do norte de Portugal.

Também na *Ortografia* de Luís Caetano de Lima se faz menção ao referido ditongo, no caso para sinalizar a adequação da forma /ãõ/ legitimamente portuguesa, em detrimento da concorrente /am/. Na ocasião, o autor, que, no começo da obra, afirma ser necessário basear os critérios ortográficos na etimologia, acaba por se contradizer, pois, ao perscrutar as raízes latinas, encontra razões para a manutenção do “m”, chegando até mesmo a mencionar o galego, porém com relação ao uso do /b/ em lugar do /v/, em um exemplo relacionado à primeira questão. Sua postura, segundo a qual seria ponto pacífico rejeitar a forma galega revela, em grande medida, a consolidação da ação glotopolítica de “desgaleguizar” o português, uma vez que, àquela altura, não seria cabível promover qualquer aproximação com a língua que outrora era a falada e escrita em Portugal.

Por fim, na *Gramática* de Reis Lobato, dada à estampa em fins do século XVIII, verifica-se o escopo claramente didático do autor, em grande medida relacionado às mudanças educacionais requeridas pelos intelectuais da época, inspirados nos ideais iluministas. Por essa razão, não há, em nenhuma parte da obra, menção ao galego ou a qualquer aspecto que pudesse ligar o português ao seu passado, mostrando-se o intento de se ensinar o português *per se* e, quando muito, propiciar o aprendizado de outras línguas com base nas regras “gerais” existentes entre todas elas, com especial destaque para o latim, evidentemente.

Finda esta seção, passo, na sequência, à análise de obras relacionadas ao século XIX, que foi de grande valia para os estudos linguísticos dentro e fora de Portugal, bem como para o “desterro”, ainda que forçado, do galego, na busca das origens do português.

6 O REXURDIMENTO DO GALEGO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: O SÉCULO XIX

“E esta concepção essencialista da História — surge um país, surge uma língua — a que prevalece em mentes portuguesas. A ocorrência quase simultânea dos primeiros testemunhos linguísticos e da emergência do Estado português — co-ocorrência, insistamos, inteiramente fortuita — condicionou para sempre também a visão portuguesa da língua. Inserir-se nela o galego só viria perturbar um belo sonho”

(Fernando Venâncio)

6.1 Considerações iniciais

O título dado a esta seção propositalmente alude ao movimento de retomada da cultura galega, com destaque para a língua e para a literatura, a partir do qual se pretendia reforçar positivamente a identidade dos falantes, ampliando o uso e o cultivo do idioma, bem como reivindicando o passado histórico da Galiza e suas contribuições históricas. Assim se manifestavam os ideais nacionalistas nas terras vizinhas às de Portugal, ao passo que, em solo português, o passado secreto da língua, solapado à custa de muito engenho ao longo dos séculos, parecia querer retornar, motivado pelos estudos empreendidos pelos filólogos de então.

A epígrafe de Fernando Venâncio ilustra bem o “estado das coisas” daquele momento: tinha-se construído uma concepção essencialista de história da língua, segundo a qual o nascimento do idioma teria se dado quase em concomitância com a formação do reino português. Por essa razão, o galego foi, durante pelo menos três séculos, apagado, silenciado da origem do português, cuja “paternidade” foi sumariamente transferida a um latim fantasiosamente imperial, onipresente, de quem a língua portuguesa era espelho, imagem e semelhança.

Entretanto, o desenvolvimento do método histórico-comparativo, que, em Portugal, passou a vicejar a partir da segunda metade dos Oitocentos, colocou em xeque os postulados que, àquela altura, vinham sendo cultivados, repetidos, lembrados e ensinados quando se aludia aos primórdios do português. Some-se a isso a intensa atividade cultural desenvolvida na Galiza que, de quando em quando, mandava sinais de seu ressurgimento, em artigos que causavam polêmica em Portugal, sobretudo quando reivindicavam um lugar para o galego na história da língua que dele se originara.

Encontrava-se, portanto, a língua portuguesa em uma encruzilhada, diante da iminência de um confronto com aquilo que, por muito tempo, se tentou evitar. O sonho de um idioma

nascido com a nação, formado por seus grandes homens, barões doutos, ilustres senhores de antanho, esboroava-se. Era preciso, mais uma vez, convocar as “armas”, representadas naquele século pela pena dos eruditos que, muitas vezes, em nome da “ciência” tentaram provar não só a latinidade de seu idioma pátrio; surgiram explicações outras, que afiliavam o português ao celta, ao provençal ou, em última instância a si mesmo. Afora essas poucas teses, o latim permanecia em seu lugar: incólume e vulgar, soberano e progenitor da língua portuguesa.

Na presente seção, que finaliza o percurso historiográfico empreendido neste trabalho, focalizo o século XIX que, como já dito em [Zilio-]Passerini (2019b), corresponde ao ressurgimento do galego na história do português, contra o qual os filólogos da época se levantam mais em “defesa” do que em “louvor” do português. Para tanto, procedo à análise de sete obras concebidas nos Oitocentos e que, em grande medida, permitem compreender *como* esse galego aparece e *até que ponto* se pode considerar que ele realmente aparece na história do português.

Assim, na segunda subseção, apresento o *corpus* selecionado para exame; na terceira, procedo a uma breve contextualização do Portugal oitocentista; na quarta, faço uma síntese das principais ideias linguísticas que nortearam os intelectuais da época; e, na quinta, analiso os instrumentos glotopolíticos que figuram como exemplos do pensamento linguístico português oitocentista. Por fim, na sexta seção, teço um breve comentário a respeito dos achados, reconstruindo o período em tela, com destaque para o galego, objeto desta tese.

6.2 Apresentação do *corpus*

Antes de proceder à apresentação do *corpus* selecionado para o século XIX, considero necessário, mais uma vez, esclarecer que dele já me ocupei em [Zilio-]Passerini (2019b), ao analisar o lugar do galego nas origens do português, em uma perspectiva estritamente historiográfica. Todavia, como já dito na seção 4, embora o foco do presente trabalho recaia sobre o galego e a perspectiva adotada seja também historiográfica, é preciso destacar que o processo de apagamento é examinado nesta investigação à luz da glotopolítica e interpretado como ação de tal quilate.

Por essa razão, optei por reconsiderar as obras já analisadas em minha dissertação de mestrado, acrescentando a elas mais quatro títulos. Com isso, pretendo não só lançar outro olhar sobre documentos já utilizados — o que possibilita a surgimento de uma nova historiografia — mas também validar e justificar a continuidade de minha pesquisa acerca do tema, iniciada em 2017.

Assim, para reconstruir o pensamento linguístico português oitocentista com destaque para o galego e seu apagamento, selecionei as fontes exaradas no quadro a seguir:

Quadro 5: *Corpus* de análise concernente ao século XIX

Obra	Autor	Ano	Tipo
<i>Sobre o Idioma, Estilo, e Ortographia dos nossos Documentos, e Monumentos</i>	João Pedro Ribeiro	1810	Dissertação
<i>À Galliza</i>	José Leite de Vasconcelos	1881	Artigo
<i>Literatura popular galega</i>	José Leite de Vasconcelos	1883	Artigo
<i>Historia de la literatura gallega, por Augusto G. Besada</i>	José Leite de Vasconcelos	1887/1889	Artigo
<i>Portuguez e gallego</i>	Francisco Adolpho Coelho	1896	Gramática
<i>Lição I (=XII)</i>	Carolina Michaelis de Vasconcelos	1911/1913	Tratado de filologia
<i>O português</i>	António Garcia Ribeiro de Vasconcellos	1901	Gramática histórica

Como se pode ver, os documentos selecionados são, em sua totalidade, instrumentos glotopolíticos que tratam de temática relacionada ao galego. No caso, o artigo “Historia de la literatura galega, por Augusto G. Besada”, o capítulo “Portuguez e gallego” e a “Lição I (=XII) já foram analisados em [Zilio-]Passerini (2019b), enquanto os demais serão por mim examinados pela primeira vez. Diferentemente do procedimento adotado para os séculos anteriores, como, no século XIX, há uma especificidade maior na temática, optei por selecionar diretamente os trechos em que se poderia encontrar — ou já era explícita — menção ao galego. Esse é caso principalmente dos textos de Carolina Michaelis de Vasconcelos, Adolpho Coelho e António Vasconcellos: o primeiro, extraído de um conjunto de lições de filologia, e o segundo e o terceiro, de gramáticas (uma de orientação histórico-comparativa e a outra de uma gramática histórica propriamente dita).

6.3 Uma nação portuguesa com certeza: o século XIX

Os Oitocentos figuraram como tempo de mudanças significativas para Portugal, que contemplaram transformações políticas, sociais e econômicas. Ao longo do período, o país enfrentou desafios internos e externos, ao mesmo tempo que procurava se modernizar e redefinir seu papel no cenário mundial. Em 1807, houve a invasão das tropas francesas, como parte das Guerras Napoleônicas. Isso resultou na fuga da família real portuguesa para o Brasil, que, àquela altura, ainda era uma colônia. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, alterou profundamente a dinâmica do Império português, levando à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e ao aumento da autonomia administrativa da colônia.

Em 1820, Portugal experimentou a Revolução Liberal, movimento que visava à implantação de um regime constitucional. De acordo com Marques (2016, p. 147):

O triunfo do Liberalismo em Portugal foi precedido por uma conspiração abortada, de objectivos aparentemente mais políticos que ideológicos. Os portugueses sentiam-se abandonados pelo seu monarca; queixavam-se da constante drenagem de dinheiro para o Brasil na forma de rendas e contribuições; lamentavam o declínio comercial e o permanente desequilíbrio do orçamento; ressentiam-se da influência britânica no Exército e na Regência [...]

O clima de insatisfação culminou na proclamação da primeira Constituição portuguesa em 1822, que estabelecia uma monarquia constitucional e limitava os poderes absolutistas do rei. No entanto, a nova ordem política foi marcada por conflitos e instabilidade, sobretudo pelo fato de, em 1822, o Brasil ter declarado sua independência, o que figurou como um duro golpe

para os portugueses. Some-se a isso a eclosão da Guerra Civil Portuguesa (1832-1834) entre liberais e absolutistas, cujo fim, ainda de acordo com Marques (*ibid.*, p. 150), “não significou estabilidade para o País. Os Liberais achavam-se minados por divisões internas. Sem prática de constitucionalismo, a maioria dos governantes tendia para uma ditadura disfarçada, que os trazia em conflito quase permanente com as Cortes”.

A segunda metade dos Oitocentos foi caracterizada pelo movimento da Regeneração, um esforço para modernizar a economia e as infraestruturas de Portugal. Durante o período, foram construídas importantes obras públicas, como estradas, ferrovias e portos, além da modernização do sistema bancário. A industrialização ganhou força, especialmente nas áreas de Lisboa e Porto. Entretanto, “as reformas propostas pelos governos [...] não lograram eliminar o atraso de Portugal em relação ao restante da Europa. Os portugueses continuavam vivendo em um país agrário, com um processo de industrialização tímido, dominado pelos interesses dos grupos dos grandes proprietários e submetido aos valores da Igreja” (Scott, 2018, p. 290).

Na tentativa de retomar o sonho do império ultramarino, o governo passou a incentivar e apoiar expedições pelo interior da África, tendo como premissa, a ideia de primazia de ocupação e exploração do território. Como bem assinala Scott (*ibid.*, p. 293), por meio de tal empreendimento, passou-se a vislumbrar “a possibilidade de fazer renascer as glórias passadas, com a construção de um ‘império africano’”.

Evidentemente, as potências europeias, àquela altura, já tinham reconhecido a importância do território africano e, ignorando o pretenso “direito” que os portugueses julgavam ter sobre a região, também passaram a marcar presença militar em algumas cidades, o que, de certo modo, enfraquecia ainda mais o poderio português. Do mesmo modo, a crescente luta contra a escravização, encabeçada principalmente pelos ingleses, adquiriu força entre 1830 e 1850, fazendo com que Portugal passasse a ter problemas com o tráfico de escravizados.

O antigo sonho de retomar o império encontrava guarida na proliferação dos ideais nacionalistas, pois o século XIX assistiu ao nascimento dos Estados, e os portugueses podiam então se considerar uma nação. Contudo, desejava-se tornar a ter o mesmo prestígio de outrora, quando os antepassados teriam se lançado aos mares “nunca dantes navegados” e conquistado territórios nunca dantes imaginados.

Afora os problemas políticos e econômicos, Marques (*ibid.*) afirma que os Oitocentos foram responsáveis por um “surto cultural”, “resultado, antes de mais, da abertura do País ao exterior, da abolição da censura e da estimulação da livre discussão a todos os níveis e sobre quase todos os assuntos”. Nessa atmosfera, a história ganhou destaque, com uma constante consulta às fontes arquivísticas disponíveis no país. Prova disso é a publicação da conhecida

História de Portugal, de Alexandre Herculano, notável erudito e autor do Romantismo português.

A literatura igualmente recobrou seu fôlego, com destaque para nomes como Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Eça de Queirós, o qual, inclusive, participou da conhecida geração de 70. De acordo com Scott (2018), tratava-se de um grupo de intelectuais que congregava, além dos literatos, artistas plásticos, cientistas, jornalistas, educadores e até mesmo aristocratas, que muito contribuíram para o *boom* cultural da época. Esses pensadores também figuraram como principais “expoentes do liberalismo português, que pretendiam que Portugal se modernizasse, saindo do atraso em relação à Europa, através do desenvolvimento industrial e comercial” (*ibid.*, p. 299).

Considerando-se, mais uma vez, o princípio do historicismo moderado (Auroux, 2014 [1992]), esses são os principais aspectos do clima de opinião oitocentista que, em alguma medida, influenciaram a produção dos instrumentos glotopolíticos circulantes à época. Isso posto, passo, na próxima subseção, a uma breve síntese das ideais linguísticas vigentes na centúria em foco. .

6.4 A linguagem como objeto da ciência: o percurso oitocentista

Os avanços nos estudos linguísticos empreendidos ao longo do século XIX foram seminais para o advento da linguística, nos termos de “ciência” como ela é hodiernamente conhecida. Nas palavras de Bagno (2023b, p. IX):

Já é tradicional nos relatos historiográficos afirmar que a linguística, como disciplina autônoma no universo acadêmico e como ciência praticada por especialistas em teorias próprias e metodologias específicas, se firmou no decorrer do século 19. Foi a chamada “descoberta do sânscrito” — a confirmação (no final do século 18) de hipóteses aventadas desde o século 16 acerca do parentesco entre a antiga língua da literatura hindu e a maioria das línguas faladas na Europa — que permitiu o florescimento da linguística histórico-comparativa, sobretudo em terras de língua alemã.

Como se vê, a descoberta do sânscrito teve grande impacto nos estudos até empreendidos e, segundo Borba (1967, p.26), o entusiasmo inicial pela língua levou à crença de que ela poderia ser o ancestral das línguas europeias. No entanto, essa hipótese logo foi refutada quando se esclareceu que o grego, o latim e o próprio sânscrito seriam formas divergentes de outra língua pré-histórica e, portanto, anterior.

No primeiro período dos Oitocentos, merece destaque a figura de Friedrich von Schlegel que, em 1808, publicou o livro *Sobre a língua e filosofia dos hindus* e, de acordo com Camara

Jr. (*s.d.* [1975]), teria sido o primeiro a empregar o termo “gramática comparativa” e a preconizar a comparação sistematizada das línguas. Ainda assim, o marco mais aceito do início da linguística comparada teria sido a publicação, em 1816, da obra *Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, latim, persa e germânico*, assinada por Franz Bopp (cf. Borba, 1967).

Outro aspecto digno de nota é que, àquela altura, a ciência da linguagem que se formava carecia de certa individualização, apartando-se, portanto, da filosofia. Entretanto, como bem assinala Bagno (*ibid.*), ela se ligou a outras ciências que naquele tempo também floresciam, sobretudo a biologia e a psicologia. No que tange à primeira, a linguística será consideravelmente influenciada pela teoria da evolução e, antes disso, foi, em alguma medida, orientada pela anatomia comparada e pela paleontologia. Com relação à segunda, acreditava-se que, por ser entendida como atividade mental, a língua deveria ser estudada na perspectiva psíquica, “o que a faria assumir o papel anteriormente ocupado pela lógica” (*ibid.*, p. 329).

É também na primeira metade dos Oitocentos que vem a lume a *Gramática comparativa do germânico*, escrita por Jakob Grimm. Segundo Weedwood (2006 [2002]), o autor ampliou o método comparativo a ocorrências fonéticas detectadas no alemão, no grego e no sânscrito, denominadas “leis de Grimm”, muito embora o estudioso nunca tenha se referido a seus postulados com tal nomenclatura.

Vale lembrar que, naquela época, grande parte desses estudos era designada como filológica. Todavia, eles não devem ser confundidos com aqueles empreendidos no âmbito da chamada filologia clássica, cujo escopo é reconstruir os documentos com base em princípios de diplomática e ecdótica, considerando-se os aspectos históricos de tais publicações. Ainda assim, os trabalhos relacionados a essa vertente, hoje mais conhecida como crítica textual, tiveram avanço considerável (Camara Jr., *s.d.* [1975]).

O clima de opinião relacionado ao Romantismo influenciou sobremaneira a abordagem filológica das línguas europeias medievais, levando-se em conta a constante revisitação do passado, visto como tempo glorioso dos povos e, ao mesmo tempo, refúgio do homem romântico. Nos dizeres de Bagno (*ibid.*, p. 310, grifo do autor):

O Romantismo se caracterizou pelo enaltecimento da subjetividade, dos sentimentos, do misticismo, do livre curso dado às emoções, numa recusa explícita da racionalidade defendida pelos iluministas. Outra faceta própria dos românticos era a **valorização do passado**, a idealização de um modo de vida mais autêntico, mais simples e não contaminado pelos vícios e perversões da sociedade burguesa e, junto com isso, de reaproximação a períodos históricos considerados mais representativos da verdadeira identidade nacional. [...]

A questão da língua na perspectiva romântica está muito estreitamente associada à ideia de uma nação unificada pelo alto. A Itália é até hoje um complexo mosaico de línguas regionais profundamente diferentes entre si [...]. e o mesmo vale para a Alemanha, com sua grande diversificação dialeto. Para a consolidação da utopia nacional unitária, porém, era preciso superar essa realidade multilíngue — exatamente como fizera a Revolução Francesa com seu apoio explícito à aniquilação da diversidade linguística

Das palavras do autor, ressalto a questão do nacionalismo que, em grande medida, orientou os estudos acerca das línguas europeias que, àquela altura, figuravam como expressão máxima dos Estados formados no século XIX. Para Camara Jr (*ibid.*), o trabalho que marca o início do estudo sistemático dessas línguas é a publicação de August Schlegel, com foco na poesia e na língua provençais. Na sequência, inúmeros outros estudos vieram a lume, consolidando a filologia românica como campo de pesquisa no âmbito histórico-comparativo. Nessa seara, de acordo com Ilari (2018, p. 27):

[...] o método comparativo assume tipicamente propósitos genéticos, de reconstituição. Entende-se, em outras palavras, que as semelhanças constatadas entre expressões pertencentes às diferentes línguas têm que ser explicadas por sua origem comum; e que a forma que essas expressões apresentam hoje nas línguas românicas é o melhor indício de como pode ter sido a forma originária.

Com base em tal premissa, Friedrich Diez publicou, entre 1833 e 1844, a *Gramática histórico-comparativa das línguas românicas* e, dez anos mais tarde, um dicionário etimológico desses idiomas. Faraco (2014 [2006]) acrescenta que, no âmbito da filologia românica, houve grande “refinamento metodológico” em virtude da existência de farta documentação em latim. Destarte, os traços de semelhança entre as línguas latinas figuraram como fortes indícios da forma originária que buscava naquele tempo (Ilari, 2018).

Já na segunda metade do século XIX, outras ideias passaram a fazer parte do pensamento sobre as línguas. Com o fim do Romantismo e o surgimento do Realismo, houve considerável avanço nas ciências naturais, e a teoria evolucionista passou a fazer parte da agenda dos linguistas de então. Exemplo desse pensamento pode ser encontrado em August Schleicher, que formulou um conceito de língua baseado em tal perspectiva. A seu ver, ela deveria ser entendida como organismo vivo, cuja existência era externa à de seus usuários (Faraco, 2014 [2006]).

Sobre essa visão, assevera Bagno (*ibid.*, p. 317-318):

A ideia de que a língua, como um organismo, está sujeita às mesmas “leis da natureza” que incidem sobre os demais organismos, acaba por se combinar com a noção de “leis” do positivismo. Nas duas concepções, bem diferentes em vários aspectos, a busca de regularidades aparece com a mesma intensidade.

A metáfora do organismo foi uma reação à visão mecanicista, característica do pensamento racionalista de Descartes [...], segundo o qual os seres vivos, o pensamento humano e, de fato, todo o mundo material podem ser explicados segundo leis físicas e químicas previsíveis, automáticas e necessárias.

E é justamente essa concepção relativa às leis, sobretudo fonéticas, que será questionada, a partir da década de 1870 pelos então chamados “jovens gramáticos”, dando origem a um movimento de grande relevo para a época. Conforme assinala Camara Jr (*ibid.*), o ponto fulcral do pensamento desses estudiosos recai sobre a analogia que, para eles, deveria ser a hipótese a ser adotada para explicar as mudanças fonéticas, em oposição às leis estabelecidas até então.

Nesse cenário, destaca-se o nome de Herman Paul, em cuja obra intitulada *Princípios de História Linguística*, publicada em 1880, se encontram

os fundamentos do estudo histórico da linguagem, nos quais, por muito tempo, a investigação linguística se baseou. É um epítome da ciência da linguística, significativamente representativa das idéias dominantes sobre essa ciência nas últimas décadas do século XIX e dos primeiros anos do século XX (Camara Jr., *ibid.*, p. 95).

Àquela altura, a sociologia também passou a influenciar os estudos linguísticos empreendidos, sobretudo por William Whitney, Michel Bréal e Antoine Meillet. De acordo com Bagno (*ibid.*) esses, entre outros pensadores, passaram a reivindicar uma abordagem social dos fatos de linguagem, dando início ao debate, ainda hoje candente, acerca da concepção de língua como atividade mental ou como fenômeno sociocultural.

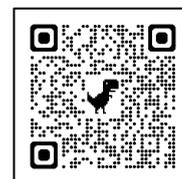
Grosso modo, essas são as principais ideias linguísticas desenvolvidas ao longo do século XIX. Evidentemente, muitos outros nomes poderiam ter sido citados, considerando-se suas indelévels contribuições para os estudos da época. Entretanto, mais uma vez baseando-me no princípio do historicismo moderado (Auroux, 2014 [1992]), selecionei os fatos e os pensadores que, segundo penso, foram de maior destaque para o desenvolvimento dos estudos sobre a língua portuguesa, dos quais me ocupo doravante.

6.5 O passado bate à porta: a filologia portuguesa oitocentista

Afora os problemas de ordem política, social e econômica, o século XIX foi, como já dito, de grande e considerável produção cultural. No âmbito dos estudos linguísticos, a profusão

de materiais dedicados a questões da língua comprova o quão prolífico foram os Oitocentos e, do mesmo modo, mostra que, em solo português, as pesquisas de tal natureza assumiram contornos bem particulares, principalmente no que se refere à questão do galego, foco do presente trabalho.

Com relação ao primeiro instrumento glotopolítico selecionado, *Sobre o Idioma, Estilo, e Ortographia dos nossos Documentos, e Monumentos*, ele foi publicado em 1810 e escrito por João Pedro Ribeiro. É importante ressaltar a formação do autor em Cânones pela Universidade de Coimbra, bem como sua atuação como cônego, desembargador honorário e pesquisador. Tendo sido eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa em meados dos Setecentos, encontrou ali a oportunidade para divulgar e ampliar seus estudos.



Também é válido ressaltar seu papel no estabelecimento da diplomática em Portugal, bem como suas constantes visitas aos acervos e cartórios do país, sendo, por esse motivo, considerado o antecessor de Alexandre Herculano na busca por essas fontes. Prova disso é o fato de Ribeiro ter dedicado grande parte dos seus estudos a averiguar a veracidade de fontes que passaram a proliferar nos séculos XVII e XVIII em Portugal e na Espanha¹⁰⁷.

Logo no início de seu estudo, alude à paleologia e à diplomática que, como já dito, influenciaram em alguma medida os estudos linguísticos do início dos Oitocentos. Ato contínuo, ocupa-se de determinar dois momentos para o idioma exarado nos documentos por ele examinados, a saber: “I. Até o Estabelecimento da Monarchia. II. Desde aqueles tempos, e principio do Sec. XII. até o presente” (Ribeiro, 1810, p. 176). Como se pode notar, já nessa parte, faz-se uma alusão ao “idioma” dos documentos portugueses, porém sem nomeá-lo. Além disso, o marco escolhido como transição é justamente o estabelecimento da monarquia, confirmando a já referida ideia de uma língua surgida a partir da fundação de Portugal.

Em seguida, Ribeiro faz uma nova divisão, dessa vez de ambos os períodos, qual seja:

- A. I. subdividido em quatro Periodos.
 - I. Até o estabelecimento pacifico dos Romanos na Hespanha no I. Sec. Christão.
 - II. Até a invasão dos Barbaros no V. Sec.
 - III. Desde o V. até o VIII. Sec., em que entrarão os Arabes.
 - IV. No tempo do Cativoiro dos Mouros, e Reinado dos Reis de Leão e Galiza, até o estabelecimento do nosso Reino.
- A II. tambem em quatro Periodos.
 - I. Desde o Senhor Conde D. Henrique até o Senhor D. Affonso III.

¹⁰⁷ Tal informação consta de uma nota feita na abertura da obra *Dissertações Chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, da qual foi extraído a dissertação ora analisada. Por meio do QR Code, é possível acessar a referida compilação.

- II. Desde o Senhor D. Diniz até o fim do Reinado do Senhor D. Affonso V.
 III. Desde o Senhor D. João II. até o Senhor D. João III.
 IV. Desde o Senhor D. Sebastião até o presente. (*ibid.*, p. 176-177).

Considerando-se o objetivo deste trabalho, interessam sobretudo as considerações feitas pelo erudito com relação ao primeiro período, que transcrevo a seguir:

[...] Eu porém me persuado, que a lingua original dos Hespanhoes senão extinguiu com a dominação dos Romanos, antes conservando-se também através da dominação dos Godos, Suveos, e Arabes, foi neste IV. período [isto é, no tempo da dominação árabe, do reinado de Leão e Galiza e do estabelecimento do reino português], que se subdividiu em Castelhana, Galega &c. [...].

A distinção, que tomou a Lingua Castelhana da Galega, que também se fallava no nosso território, como parte da Galiza, (teve talvez origem da larga dominação dos Suevos naquela Provincia, em quanto os Godos, Nação diversa, dominava o resto da Hespanha; e sendo depois brevíssima nella a assistência dos Mouros, a logo expulsos pelos Reis de Leão, a grande concorrência de diversas Nações desde o IX. Seculo á Romagem de Compostella, acabou de formar huma Lingua, ou antes, hum Dialecto diverso da Castelhana, assim como outras circunstancias formarão a Catalã, e Valenciana, e conservarão a antiga Vasconça, ou Biscainha, diferentes da Castelhana, e ainda depois distinguirão no seguinte período a Galega da Portugueza (*ibid.*, p. 179-180).

Como se vê, o autor advoga que a “língua original” falada na Península Ibérica (Hespanha) teria se conservado ainda quando da dominação romana, bem como dos povos denominados bárbaros. Todavia, ela teria passado a se diferenciar a partir da dominação árabe, subdividindo-se em castelhano, galego, entre outros idiomas. Mais adiante, alude à distinção entre o espanhol e o galego, mencionando que este último também era falado no território português; contudo, Ribeiro deixa claro que isso durou apenas enquanto a região se encontrava sob domínio galego.

Em seguida, aventa a possibilidade de a dominação sueva ter sido a responsável pela distinção da língua galega em relação às demais, afirmando também que o castelhano era falado em Portugal durante o domínio galego. Mais ao fim do excerto ele estabelece que a distinção entre o galego e português se deu no seguinte período, que se inicia, curiosamente, com a formação do reino. Do ponto de vista glotopolítico, tal posicionamento retoma a ideia que perpassou a construção da história do português, aludida por Venâncio (2020 [2019]) e sintetizada por Lagares (2012, p. 13) do seguinte modo: “Sendo assim, o ‘dialecto galego’ transformar-se-ia em “língua portuguesa” a partir de um fato político: a constituição do reino de Portugal, em 1139”.

Embora João Pedro Ribeiro não afirme exatamente que o galego tenha se transformado em português — antes, dizendo que o galego se diferenciou do português, como se ainda

houvesse outra língua, que não a galega — é inquestionável o marco político para o advento da língua portuguesa, como se comprova no próximo excerto aqui reproduzido:

PERIODO I

Neste período se empregou geralmente o Latim corrupto em Documentos, & Monumentos (3).

A lingua vulgar Portugueza se principiou a distinguir da Galega neste periodo. 1.º por ser estrangeiro o Conde D. Henrique, e ter trazido consigo alguns seus naturaes. 2.º pelas Colonias de muitos estrangeiros, que vierão estabelecer-se no nosso terreno, Francezes, Inglezes, e Flamengos. 3.º. Pelas Rainhas de diversas Nações, com quem casarão os nossos primeiros Reis. 4.º. Pelos Bispos estrangeiros, que houverão nas nossas Sés, por estes tempos, e Ordens Religiosas introduzidas por individuos também de outras Nações. Passando por todos esses motivos a alterar-se, e distinguir-se a nossa Lingua da Galega, que permaneceu, sem alteração nem melhoramento, encantonada em hum Paiz, sem Côrte, e sem Universidade [...] (*ibid.*, p. 180-181).

Como se vê, embora fique claro que o marco proposto por Ribeiro seja o início do reinado de Afonso Henriques, que corresponde à fundação do reino Portugal, o autor justifica a diferenciação do português em virtude de influências estrangeiras de toda sorte. Ou seja, tem-se um marco histórico, ligado à independência portuguesa e, ao mesmo tempo, justificações linguísticas advindas desse marco, as quais convergem para o mesmo ponto. Ademais, o estudioso não se furta em dizer que a língua galega, a partir de então, permanece sem alteração — como se possível fosse — e sem melhora, “encantonada num país sem Corte ou universidade”. Entendendo-se o termo país como sinônimo de região, aqui fica explícita a já citada máxima de que uma língua só o é se dispuser de instituições que a legitimem.

A esse respeito, Bagno (2019[2011], p. 375) diz: “A presença de reis e de uma corte é o que permitiu à língua portuguesa distinguir-se e separar-se do galego, uma língua que por muitos séculos não será objeto de cultivo literário, relegada aos usos menos nobres, sempre oprimida pelo castelhano centralizador”. No entanto, é importante mencionar que, mesmo após a independência de Portugal, a Galiza ainda gozava de prestígio na Península Ibérica, sobretudo em função das constantes peregrinações a Santiago de Compostela. Do mesmo modo, ela foi berço do período literário denominado Trovadorismo, do qual participou ativamente grande número de autores galegos, o que, por si só, coloca em dúvida a afirmação de Ribeiro de que o galego, a partir do surgimento do reino português, teria permanecido inalterado e sem “melhoramento”.

Ainda com relação ao surgimento do português estar atrelado ao advento de Portugal, vale reproduzir a muito pertinente síntese de Venâncio (2020 [2019], p. 82):

É-nos, portanto, claro e nisto insisto: o idioma dos portugueses não apareceu com Portugal, ou mesmo quando um Portugal se preparava, senão bem antes. Aí está uma perspectiva inesperada, contra-intuitiva mesmo, para quem, muitos de nós, sempre concebeu a nossa realidade histórica dentro dos acolhedores limites de « um povo, um território». Na realidade, essa História que há séculos andamos contando uns aos outros é uma narrativa feita à nossa estrita medida, proporcionando-nos aconchego e autoconfiança. A isso nos estimulam aquelas histórias da língua que, implícita mas convictamente, sugerem um idioma formando-se tardia e aceleradamente a partir dum latim miraculosamente ainda em uso oral, e pronto para servir esse Portugal que não demoraria a aparecer. E assim, naquela primeira tarde portuguesa, ali estava um idioma novinho em folha, nascido por geração espontânea, prestes a estrear, para exclusivo proveito e alta recreação da nova grei¹⁰⁸.

O próximo documento a ser analisado é o artigo “À Galliza”, de José Leite de Vasconcelos, dado à estampa em 1881. Em comparação à primeira fonte utilizada, nota-se um lapso temporal de aproximadamente 70 anos. Essa distância foi propositalmente considerada, no intento de mostrar como a temática referente à origem do português — e sua relação com o galego — perdurou por todo o século.



O texto teria sido publicado em um breve folheto pela Tipografia Nacional do Porto, quando o autor ainda era aluno da Academia Politécnica daquela mesma cidade. A versão aqui utilizada se encontra republicada na edição de número 56 da revista *Grial* (1977), voltada para a divulgação de estudos sobre o galego, sob a chancela da Editora Galaxia¹⁰⁹.

Sobre José Leite de Vasconcelos, trata-se de um dos mais célebres filólogos portugueses, cujos ideais influenciaram, em grande medida, a geração de gramáticos oitocentistas do Brasil (cf. [Zilio-]Passerini, 2020). Em linhas gerais,

Sua carreira na filologia iniciou-se com um marco na literatura específica da área. Por meio de um colega, ele conhece um falante do mirandês, até então pouco estudado. Após entrevistas com o falante, Vasconcelos publica, em 1883, *O dialeto mirandês*, cuja aceitação foi tão grande que ganhou, no mesmo ano, o único prêmio remunerado da *Société des Langues Romanes*, na França. [...]

José Leite de Vasconcelos deixou uma vultosa obra à cultura portuguesa. O seu autodidatismo, aliado a seu espírito de pesquisador, fizeram-no produzir uma série de estudos de três principais áreas das Humanidades, e seu legado no campo da filologia é de grande importância, seja pelo seu pioneirismo em

¹⁰⁸ E aqui não posso deixar de registrar a reminiscência que tal citação me desperta, uma vez que em muito ela se assemelha à já mencionada frase que me foi dita em 2000, por minha professora de espanhol, Carmelina Erosa, numa das muitas tardes em que eu aprendia, além do castelhano, sobre a Galiza, os galegos e o galego, sem imaginar, à ocasião, que esses conhecimentos me trariam até aqui. Tampouco imaginava que o espanhol que ela me ensinara era, ele próprio, repleto de marcas e construções do galego, as quais ainda mantenho quando me comunico em tal idioma.

¹⁰⁹ Por meio do *QR Code*, é possível acessar o referido número da revista, do qual consta o artigo de Leite de Vasconcelos.

analisar o dialeto mirandês, seja pela criação da Revista Lusitana. Sua formação em Ciências Naturais e em Medicina também foi de grande importância para o trato científico dado por ele aos seus objetos de estudo, sempre tratados com rigor e, sobretudo, explorados em profundidade ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 170).

No artigo em questão, o então universitário José Leite de Vasconcelos dedica um poema à Galiza, por ocasião do segundo centenário da morte de Pedro Calderón de la Barca, poeta e dramaturgo espanhol. Antes de apresentar a composição, o autor faz um introito no qual se manifesta contra o preconceito existente em relação aos galegos por parte dos portugueses.

Assim como, segundo a theoria da evolução, o homem-animal se esqueceu de que sahira lentamente dos mammiferos simianos, tambem muitas vezes o homem-social perdeu a lembrança da sua origem ethnica. Os Romanos, por ex.; posto que tivessem um parentesco com os Germanos, Celtas e Gregos — povos aryanos —, ainda pouco tempo antes da era christã chamavam barbaros a todos eses povos. Entrando em nossa casa, achamos o mesmo esquecimento no facto que se da entre Portuguezes e Gallegos. Sabe-se que para Portugal o nome gallego e uma irrisão. Ha um nome particular denominado vento gallego, e uma lenga-longa popular affirma que: = Duzentos gallegos — Não fazem um homem (Vasconcelos, 1881, p. 233).

Logo nas primeiras linhas, Leite de Vasconcelos alude ao esquecimento em relação ao galego, denunciando o fato de esse nome ser considerado uma irrisão, bem como de estar presente em expressões claramente depreciativas como a por ele citada. Merece destaque a menção à teoria da evolução que, como dito na subseção anterior, exercera grande influência sobre os estudos linguísticos — muito embora, cronologicamente, Leite de Vasconcelos ainda não fosse reconhecido como filólogo, o que ocorreria três anos depois.

Ato contínuo, relembra-se a origem galega de Camões, ressaltando o fato de o próprio bardo ter, nalgum momento, se referido de forma pejorativa a seus ancestrais e, na sequência, faz as seguintes considerações:

Com effeito Portuguezes e Gallegos tem affinidades de origem. Nas antigas epochas, [...] a Lusitania confinava ao poente e Norte com o Oceano, isto e, comprehendia as Gallaecias lucense e bracharense. Na Edade-Media, meados do sec. XI, a Galliza chegava ate ao Mondego. Nos Ultimos annos do mesmo seculo, depois de novas conquistas de Affonso VI, Raymundo de Borgonha, genro d'aquelle rei, e conde de Galliza, governava todo o paiz ate ao Tejo. A Galliza, por essa epocha, dividia-se em varios governos, como Portucale ou Terra Portucalensis, condado de Coimbra, etc. Em 1097 D. Henrique, tambem genro de Affonso VI, apparece dominando, sob o titulo do conde portucalense, no territorio comprehendido entro o Minho e o Tejo. Os limites do condado são pouco estaveis a principio. Da parte dos Portucalenses ha ate uma tendencia a integrarem-se com os Gallegos. D. Thereza, a regina, apodera-se dos districtos de Tuy e Orense, que mais tarde vem a perder. Affonso Henriques ataca por varias vezes o districto de Limia, chegando a fundar o

castello de Celmes. Dois condes gallegos procurão entregar-se ao joven filho de D. Henrique. Mais tarde manifesta-se igual tendencia, mas os aeontecimentos levão Portugal a desistir do intento, ou pela consciencia da inutilidade d'elle, ou porque a actividade achava-se distrahida para as conquistas e posteriores descobertas do Sul (*ibid.*, p. 233-234).

Levando-se em conta o intento do artigo, a narração histórica aproxima, em grande medida, portugueses e galegos. E a mesma tentativa é feita no tocante à língua, como se verifica no próximo excerto:

Houve sempre uma influencia reciproca entre os dois povos do Occidente da Hispanha. O gallego, como demonstra a philologia romanica, e urn dialecto portuguez; basta lermos calquer composição naquela lingua para nos convenermos logo da relagao d'ella com a nossa, principalmente com a popular. Em gallego poetarão muitos dos collaboradores do Cancioneiro da Vaticana, e aqui se veen muitos nomes de auctores gallegos. Pela Galliza se propagou a Portugal a eschola poetica provençal, e D. Diniz, esse rei que fez tudo quartto quiz, cantou nas suas cancoes os amores de Tristão, Branca-flôr. etc. (*ibid.*, p. 234).

Como se vê, o autor não deixa de mencionar a importância do galego, afirmando que muitos autores nele “poetaram” no período da escola provençal. Além disso, foi da Galiza que Portugal absorvera tal influência. Para sustentar sua afirmação, Leite de Vasconcelos alude à filologia românica, segundo a qual o galego seria nada mais que um “dialeto do português” e, a fim de se comprovar as semelhanças entre esse dialeto e a língua portuguesa, bastaria comparar as produções trovadorescas.

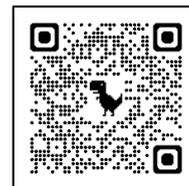
Em que pese o disparate da afirmação, uma vez que seria um anacronismo no mínimo histórico “filiar” o galego ao português — utilizando-se a mesma metáfora geneticista, a relação entre ambos seria justamente o contrário—, vale mencionar o uso da palavra dialeto para se referir ao galego. E aqui recorro a Bagno (2019 [2011], p. 380-382), que muito bem sintetiza o emprego de tal denominação:

[O dialeto] Também é uma maneira de distinguir as “línguas” dos povos “civilizados”, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos “selvagens” [...].
É muito longa a tradição de distinguir a “língua”, hipostasiada e referida ao centro do poder, dos “dialetos” [...] (ou, melhor dizendo, as línguas regionais) [...] De fato, a separação entre língua e dialeto é eminentemente política, escapa dos critérios que os linguistas tentam estabelecer para delimitar para tal separação

Considerando-se, pois, os critérios políticos que orientam a classificação de determinado idioma como língua ou dialeto, clara está a posição glotopolítica da filologia românica — e, por que não do próprio Leite de Vasconcelos, que reproduz a mesma visão —

com relação ao galego. Em virtude de não dispor de “exército, marinha ou força amada”, ele nada mais era que um dialeto. Por vontade dos ideais nacionalistas vigentes, partindo-se de uma premissa de que “o criador não pode com a criatura”, esse dialeto não poderia ter outra origem que não a portuguesa. Dito de modo mais simples: tornara-se filho o pai, segundo a ciência da época.

Dois anos mais tarde, o mesmo Leite de Vasconcelos deu a lume outro artigo, denominado “Literatura Popular Galega”, por meio do qual se verifica que o galego constava, àquele tempo, de sua agenda de pesquisa. O estudo, originalmente publicado em 1883, fazia parte da revista *El folk-lore frexnense y bético-extremeño*, que, segundo apurei, teria sido o primeiro periódico espanhol dedicado aos estudos folclóricos. Entretanto, o documento aqui usado se encontra no segundo tomo do quarto volume da coleção *Opúsculos*, publicado em 1929 pela Universidade de Coimbra¹¹⁰.



No estudo, o já filólogo Leite de Vasconcelos apresenta trechos de tipos de cantares galegos, com destaque para a temática e para alguns aspectos fonéticos e lexicais exarados neles. A parte que interessa à presente investigação corresponde especificamente à introdução, em que se lê:

Galiza, pela poesia de seus costumes e independência de seu idioma, que é um dialeto do português, mas não do castelhano, como muitos autores o consideram, merece a simpatia de todos aqueles que estudam a etnografia e a glotologia, servindo-se dessas ciências como de outros tantos materiais indispensáveis para a perfeita compreensão da vida das nações.

Para nós, Portugueses, Galiza tem um interesse particular além do puramente científico, porque entre os dois povos do Ocidente da Península ibérica há não poucas afinidades étnicas e, como já deixei perceber, linguísticas [...]

Os Galegos vêm em grande número a Portugal, onde se ocupam em vários ofícios; de um deles recolhi os cantares que hoje publico nesta revista. Embora, como disse, a Galiza tenha um idioma seu, não é raro ouvir aos naturais, quando querem falar galego, muitos vocábulos de origem castelhana, algumas vezes porque esses vocábulos foram assimilados à linguagem da província [...] (Vasconcelos, 1929 [1883], p. 646-647)¹¹¹.

Tal como na publicação de 1881, o autor não esconde a proximidade existente entre

¹¹⁰ Por meio do *QR Code*, é possível acessar o volume em questão.

¹¹¹ Galicia, por la poesia de sus costumbres é independencia de su idioma, que es un dialecto del portugués, pero no del castellano, como muchos autores lo consideran, merece la simpatía de todos aquellos que estudian la etnografía y la glotología, sirviéndose de esas ciencias como de otros tantos materiales indispensables para la perfecta comprensión de la vida de las naciones. Para nosotros los Portugueses, Galicia tiene un interés particular además del interés puramente científico, porque entre los dos pueblos del Occidente de la Península Ibérica hay no pocas afinidades étnicas, y, como ya dejé percibir, lingüísticas [...]

Los Gallegos vienen en gran número a Portugal, donde se ocupan en varios oficios; de uno de ellos he recogido los cantares que hoy publico en esta revista. Aunque, como he dicho, Galicia tenga un idioma suyo, no es raro oír a los naturales, cuando quieren hablar gallego, muchos vocablos de origen castellano, unas veces porque esos vocablos fueron asimilados a el lenguaje de la provincia [...] (tradução minha).

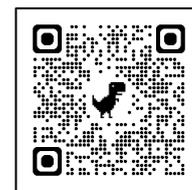
Galiza e Portugal. Pelo contrário, é justamente essa a razão pela qual os portugueses teriam tanto “interesse” — a partir do século XIX, diga-se de passagem — em seus vizinhos: ambos guardavam inúmeras afinidades étnicas entre si e, segundo Leite de Vasconcelos, linguísticas. Com relação a estas últimas, também retomando o mesmo posicionamento do artigo “À Galliza”, ele afirma que a língua ali falada é um dialeto do português.

Sobre tal afirmação, é interessante notar o caráter claramente político da denominação “dialeto”, mencionado anteriormente com base na visão de Bagno (2019 [2011]). Isso porque o filólogo se vale inicialmente do termo língua para apresentar o galego, partindo da ideia de independência do idioma e, logo em seguida, ao esclarecer sua ligação ao português, a língua galega se torna “dialeto português”. Assim, em relação à língua portuguesa, ela ocupa posição de inferioridade.

Do ponto de vista histórico, é fundamental estabelecer tal distinção, considerando-se todo o lastro cultural produzido pelos portugueses desde a fundação de seu reino. Assim, embora os estudos oitocentistas se intitulem — e sejam reconhecidos como — científicos, no sentido positivista do termo, eles não escapam às “manipulações da memória”, que, segundo Ricœur (2018 [2007], p. 95) são influenciadas pela ideologia.

De fato, o que a ideologia busca legitimar é a autoridade da ordem ou do poder — ordem no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governantes [...]. A ideologia acrescentaria uma espécie de mais-valia à nossa crença espontânea, graças à qual esta poderia satisfazer às demandas de autoridade.

Em meados da década de 1880, mais precisamente entre 1887 e 1889, mais uma vez, José Leite de Vasconcelos se ocupa da temática do galego. O foco do artigo, publicado pela Revista Lusitana — da qual o próprio filólogo era editor — recaía sobre algumas afirmações feitas por Augusto Gonzalez



Besada em sua então recém-publicada obra *Historia de la literatura gallega*, que, como já dito em [Zilio-]Passerini (2019b, p. 176) “foi um grande marco na bibliografia sobre o assunto, em uma época de revitalização do idioma galego”.

Vale ressaltar que o referido texto de Leite de Vasconcelos, em termos mais hodiernos, poderia ser classificado como resenha, uma vez que constava da parte denominada *Bibliographia* do periódico, na qual alguns autores comentavam títulos de lançamento recente. Com relação à publicação de Besada, é importante esclarecer que, em um dos capítulos,

intitulado “Íntima relación entre el gallego y el portugués”¹¹², o autor pontevedrés se ocupava de nada menos de tentar provar que o português descendia do galego, ou seja, de refutar a ideia largamente difundida — principalmente por Leite de Vasconcelos, como visto — de uma possível paternidade do português em relação ao galego.

Para tanto, ele se vale de uma série de exemplos, com vistas a mostrar que muitos intelectuais se referiam sinonimicamente ao galego e ao português. Besada chega até mesmo a citar a obra *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes do Leão, analisada na seção anterior, valendo-se da célebre afirmação de que as línguas galega e portuguesa “eram quase uma mesma”, o que, a seu ver, comprovava tal ponto de vista.



Evidentemente, à exceção de Leão, os demais eruditos aludidos eram galegos, o que de modo algum diminui a qualidade de seus estudos; pelo contrário, mostra que os intelectuais da Galiza não só tinham noção do papel de sua língua na história do português, como também se mantinham em prolífica atividade, resultado do *Rexurdimento*. Todavia, é preciso esclarecer que essa atitude, de cunho glotopolítico, figurava como uma resposta galega àquilo que vinham fazendo os portugueses, desde pelo menos o século XVI. A situação, portanto, desenhava-se da seguinte maneira: os galegos defendiam a origem galega do português, e os portugueses a condição inferior do galego em relação à língua portuguesa; ambos claramente motivados pela onda nacionalista que invadira as paragens europeias.

O arremate do diálogo talvez tenha sido a gota d’água para provocar a resposta de Leite de Vasconcelos. Afirmava-se categoricamente, com base em fartos exemplos, que o português nada mais era que um “subdialeto” do galego”. E aqui se nota, com base no já exposto anteriormente a respeito do termo “dialeto”, um rebaixamento ainda maior da língua portuguesa, aquela mesma, imperial e descendente direta do latim, nascida no mesmo dia em que Portugal se viu independente do jugo castelhano.

Como já dito em [Zilio-]Passerini (2019b), Leite de Vasconcelos denominou “fantasiosas” as afirmações de Besada, uma vez que, antes do referido capítulo, o autor galego se ocupara de apontar as principais línguas que participaram da formação do galego — com inúmeros exemplos de palavras, diga-se de passagem. Contudo, a atenção do autor português se volta para o capítulo em que Besada, segundo o filólogo, pretende “[...]provar, fundando-se

¹¹² Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra. E aqui vale ressaltar que, quando da publicação de minha dissertação de mestrado, o livro em questão, pelo que pude apurar, ainda não tinha sido digitalizado, pois não o encontrei à época, apesar da busca em vários repositórios e bibliotecas digitais. Destarte, a análise foi, de certo modo, melhorada, em virtude de ter acesso ao texto que originou a resposta de Leite de Vasconcelos, do qual me ocupei na ocasião.

apenas em passagens de vários escriptores, que o gallego gerou a nossa língua, e que esta se deve considerar como um sub-dialecto d'aquella[...]" (Vasconcelos, 1887-89, p. 184). Como se pode notar, minha hipótese inicial de ter sido essa a passagem que mais incomodou Leite de Vasconcelos tem aí sua comprovação.

Ato contínuo, ele assim se manifesta:

[...] Eu já disse algures que a questão de linguas, dialectos, co dialectos e sub-dialectos, é uma questão prática, vindo tudo a ser a mesma cousa em theoria. O A. foi levado aqui por um espirito de nacionalidade; de facto eu tenho como exato o seguinte: a lingua dos Romanos, trazida para a Lusitania (que comprehendia a Gallaecia), transformou-se cá em um idioma que chamarei *português-galego*, que, apesar de variedades ou ao menos tendencias dialectaes que havia de apresentar desde a origem, mantinha uma tal ou qual unidade como se observa nos primitivos documentos escritos; depois, em virtude de condições communs a todos os idiomas, e de outras particularidades a este (como a vida historica de Portugal, a absorção da Galliza na Hispania, etc) o *português-galego* diferenciou-se cada vez mais, constituindo de um lado o *gallego* (com os seus dialectos) e do outro lado o *português* (com os seus dialectos e sub-dialectos). Vê-se pois que estão ambos nas mesmas relações com o latim e que não se deve dizer nem que o gallego provém do português, nem este d'aquelle. Mas, na vida social e litteraria, qual das duas linguas é mais importante? A que se tornou orgão de um povo independente e pregressivo, senhor de uma litteratura riquissima, collaborador activo e fecundo da civilisação, ou a que pouco mais serve do que para os usos domésticos de uma provincia annexada a um reino, e cuja litteratura, vida e influencia social se não podem comparar com a da outra? Evidentemente a primeira. E' por isso que eu digo que o português é propriamente uma *lingua* e o *galego* um *co-dialecto do português*, pois na classificação dos idiomas románicos da península estes dois idiomas hão de forçosamente ficar juntos e numma certa relação, que não pode de modo algum deixar de ser aquella [...] (*ibid.*, p. 185-186, grifos do autor).

Ora, se a questão de línguas, dialetos, codialetos e subdialetos eram, em teoria, “tudo a mesma cousa”, é válido questionar o que então teria motivado uma crítica tão bem fundamentada da parte do filólogo português. E a resposta está no “mesmo espírito de nacionalidade” de que Leite de Vasconcelos acusa Augusto Besada, já que o primeiro insiste em colocar o galego em posição inferior à do português e, na tentativa de resolver de vez a aproximação entre ambas, lança mão do binômio “português-galego”, com destaque para a posição que sua língua materna ocupa nesse binômio, ou seja, “antes” do galego.

Do ponto de vista glotopolítico, a criação desse e de outros termos correlatos, inspirados por ideais nacionalistas, revela a tentativa não só de manter alguma primazia — anacronicamente histórica — do português em relação ao galego, mas também de garantir que a memória cultivada ao longo de séculos — a qual colocava Portugal em uma posição dianteira e confortável em relação à Galiza e, por extensão, ao inimigo espanhol — fosse preservada,

apesar do inevitável e insistente “rexurdimento” do galego.

Para Venâncio (2020 [2019], p. 94, grifos do autor):

É uma afirmação estranha, essa, de galego e português se encontrarem «em idênticas relações com o latim», sobretudo quando se acrescenta que nenhum provém do outro. A sugestão é que um e outro provêm *directamente* do latim. Mais explícito é Vasconcelos quando escreve: «Há razões para crer que a língua não foi formada no norte e depois propagada para o sul com a Reconquista» e, ainda, que «no sul, antes das conquistas de D. Afonso Henriques, se falava já português».

Sejamos coerentes: se galego e português e português provieram, um e outro, *directamente* do latim, eles foram, desde o primeiro momento, *línguas diferentes*. Em que se diferenciavam então? Sobre isto nem uma palavra.

Em sua própria afirmação, Leite de Vasconcelos deixa claro que o critério utilizado para atribuir a pecha de “dialeto” ao galego é política, ao indagar qual delas logrou relevância social e literária, tendo se tornado veículo de uma “literatura riquíssima” e contribuído para o desenvolvimento de uma civilização. Ao mesmo tempo, questiona-se qual delas teria se limitado a “pouco mais” que usos domésticos de “uma província anexada a um reino” e “cuja literatura, vida e influência social não se podem comparar com a da outra”. A resposta é simples: aos “civilizados”, o português; aos “campesinos e subjugados”, o galego. É, portanto, “a visão de línguas primitivas e rudes, opostas às nacionais e cultas” (Venâncio, 2020 [2019], p. 95).

A questão da denominação dessa “língua comum”, que, para alguns filólogos portugueses, ora eram duas línguas, ora uma língua e um dialeto ou codialeto, foi discutida por outros estudiosos da época, entre eles Francisco Adolpho Coelho, cujo texto intitulado “Portuguez e Gallego” passa a ser examinado. Como já dito em [Zilio-]Passerini (2019b), esse capítulo não constava da primeira edição da obra *A lingua portuguesa: noções de glotologia geral e especial portuguesa*¹¹³, de 1881, tendo sido inserido provavelmente na segunda, de 1887, ou na terceira, de 1896, à qual tive acesso na ocasião do mestrado¹¹⁴.



¹¹³ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra.

¹¹⁴ O material me foi cedido na ocasião pelo Prof. Dr. Fernando Venâncio, com quem tive um breve contato e, quase dois anos depois, me reencontrei, como já dito na introdução desta tese.

Em relação ao autor:

Apesar da vastidão de sua obra, poucos são os registros biográficos encontrados acerca da vida de Francisco Adolfo Coelho. De acordo com Silva Neto (1949), Coelho teria nascido em Coimbra, em 1847, e falecido em Lisboa, em 1919. Sobre sua formação, faltam-nos dados concretos. No entanto, sabemos que, já aos 21 anos, o brilhantismo de seu intelecto se afigurou com a publicação de sua primeira obra, denominada *A língua portuguesa*. Com ela, “surpreendia e aterrava o meio intelectual português” (Op.cit., p.3) porque, contrariando o modelo filológico vigente, o jovem romanista apresentou os princípios de Diez, até então desconhecidos em Portugal ([Zilio-]Passerini, 2019b).

Já com relação à obra,

[...] está dividida em três seções, assim dispostas: “Secção I: Noções gerais”; “Secção II: O latim e as línguas românicas”; “Secção III: Formação do léxico português”; e Secção IV: Noções de história da língua portuguesa escrita”. Na segunda seção, desde a segunda edição, foi acrescentado um pequeno capítulo denominado “Português e galego”, no qual se discute brevemente a relação entre ambas as línguas (*id., ibid.*, p. 181).

No que concerne ao capítulo propriamente dito, afirma Coelho ter existido uma “quase completa” identidade entre Portugal e a “província do noroeste da Hispanha”. Opinião, em grande medida, semelhante à de seus coevos, como já visto, porém que carece de certo refinamento, até porque essa identidade “quase completa” se delineava bem antes de Portugal ser um reino: quando a Galiza — que também tinha gozado de tal título e, inclusive, teve Portugal sob seu domínio — exercia maior destaque na região, em comparação ao Condado Portucalense.

Como era comum aos estudiosos da época, o autor se vale de uma série de fragmentos de textos escritos nos territórios galego e português, a fim de comprovar sua teoria de que não teria havido “dialeção nem do galego para o português, nem do português para o galego” ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 183), tal qual o afirmara Leite de Vasconcelos na publicação anteriormente examinada — mudando, portanto, seu ponto de vista em relação aos estudos publicados em 1883 e 1881.

Seguindo a mesma lógica de seu coetâneo, Adolpho Coelho advogava a existência de uma “base comum”, a que denominou “língua gallecio-portuguesa”, a qual teria vigorado do século XII ao século XIV. E aqui se verifica outra variante do binômio anteriormente denominado “português-galego”, por Leite de Vasconcelos. Nessa nova nomenclatura, o adjetivo “galécio” se antepõe ao português, o que permite denotar certa primazia do primeiro em relação ao segundo.

Do ponto de vista glotopolítico, essa atitude revela uma tentativa, ainda que não explícita, de, mais uma vez, resolver a questão referente à dificuldade — obviamente orientada por questões étnicas — de aceitar — e mais do que isso declarar — que esse “ancestral” do português outra língua não era senão o galego. A forma “galécio” utilizada também permite inferir um posicionamento que Leite de Vasconcelos, em algum momento de sua extensa obra, teria adotado ao propor a forma “galeco-português”, a fim de evitar “galego, termo socialmente pouco cotado” (Venâncio, 2020 [2019], p. 95).

De toda a variedade de binômios criados para “rebatizar” o galego falado em Portugal até os Trezentos, ainda falta aquele que talvez seja o mais conhecido: galego-português. Para encontrá-lo, é preciso perscrutar a obra de uma estudiosa de valia incalculável para os estudos oitocentistas em Portugal: Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de cujo texto me ocupo neste momento.

Acerca da autora, vale destacar os seguintes aspectos:

Dentre os grandes nomes da filologia portuguesa, o de Carolina Michaëlis de Vasconcelos figura como referência incontestada, sobretudo por ela ter sido a única presença feminina, em um ambiente — como tantos outros da época — dominado por homens. Nascida em Berlim a 15 de março de 1851, viveu em uma família aristocrática e de seu pai herdou o exemplo de erudição, estendido também a seus irmãos, dos quais um se tornou um célebre pedagogo e uma, lexicógrafa. Dos sete aos dezesseis anos, completou seus estudos na *Luisenschule* e, estimulada por um professor, passou a se dedicar aos estudos hispânicos. (BASSETTO, 2015)

Ainda jovem, aos 21 anos, já dominava as línguas da península ibérica, a ponto de escrever uma carta a José Leite de Vasconcelos tecendo-lhe, em português, uma série de elogios pela crítica do filólogo a Antônio Feliciano de Castilho. Na ocasião, Leite de Vasconcelos teria tecido uma série de comentários negativos à tradução da obra *Fausto*, de Goethe, feita por Castilho, evidenciando, sobretudo a “imbecilidade” do trabalho do tradutor. (REAL, 2011, p.51)

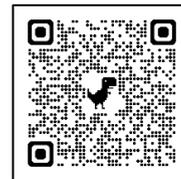
Alguns anos mais tarde, impossibilitada de frequentar a universidade pelo simples fato de ser mulher, tornou-se ‘intérprete oficial do Ministério Interior para os assuntos da Península Ibérica’ (Op.cit., p.52). Na mesma época, ela conheceria o musicólogo e historiador de arte Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, com quem se casou em 1876, adquirindo a cidadania portuguesa e transferindo-se para o Porto (BASSETTO, 2015, p. 14).

[...]

Todo o seu mérito como filóloga foi reconhecido pelos portugueses não só pelo prestígio adquirido por seus trabalhos como também por ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de professora na Faculdade de Letras de Lisboa, com a instauração da República, em 1910. No ano seguinte, no entanto, foi transferida, a seu pedido, para a Faculdade de Letras de Coimbra, por considerá-la mais próxima à sua casa no Porto, onde permaneceu até a sua morte, em 16 de novembro de 1925 ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 173-174)¹¹⁵.

¹¹⁵ Em comparação ao levantamento do perfil biográfico dos outros autores desta tese, o de Carolina Michaëlis de

Com relação ao documento, faço a mesma ressalva de [Zilio-]Passerini (2019b): embora o texto não se enquadre efetivamente no século XIX (tendo sido publicado na segunda década dos Novecentos), ele representa as ideias linguísticas da filóloga, advindas de sua prolífica produção nos Oitocentos.



Além disso, faz parte de um livro intitulado *Lições de Filologia Portuguesa*, publicado em 1956.

Conforme assinala Bassetto (2015), o livro não consta da bibliografia oficial de Michaëlis de Vasconcellos justamente por ela não o ter escrito para publicação. Tratava-se de um “guia para exposição oral” para as aulas ministradas na Universidade de Coimbra entre os anos de 1911 a 1913. A disciplina, que tinha o mesmo título do livro, foi procurada por inúmeros estudantes, revelando o prestígio da filóloga no meio acadêmico ([Zilio-]Passerini, 2019b, p. 184).

Acerca do texto selecionado, ele se encontra na terceira parte do livro, dedicada à filologia portuguesa. Embora não haja menção a datas, provavelmente se tratava de uma aula dada entre 1912 e 1913. “Observando a ordem disposta entre parênteses no título (XIII), chegamos à conclusão de se tratar da continuação das aulas exaradas na parte II, correspondentes ao referido período” (*ibid.*, p. 185).

Nessa aula, Carolina Michaëlis de Vasconcelos se ocupa inicialmente de apresentar noções de *lexicologia*, citando, para tanto, autores essenciais ao estudo desse ramo que, para ela, era o ponto de partida da *glotologia*, termo que, à época, era usado indistintamente em relação à filologia. Aliás, a própria autora “considera a glotologia como parte integrante dos estudos filológicos, em sua visão, mais amplos” (*ibid.*, p. 186).

Ao iniciar a parte de análise lexicológica, afirma a filóloga: ““Em primeiro lugar é preciso compenetrarmo-nos do facto amplamente provado que a língua portuguesa é filha da latina” (Michaëlis de Vasconcelos, 1956 [1911-1912], p. 264). Destarte, ela já demarca a sua posição com relação ao português e a posição dele em relação ao latim: uma indiscutível consanguinidade, traduzida por meio da metáfora geneticista de largo uso nos Oitocentos.

Ato contínuo, ao tratar especificamente do latim, faz algumas considerações a respeito sobretudo das “feições maternas” que podem ser reconhecidas em cada uma das “cinco, seis, sete ou oito” línguas românicas, ou seja, “filhas” do latim. Após fazer outras observações, entre

Vasconcelos claramente foi maior, não só pela riqueza e relevância de seus estudos, mas também por ter sido ela a única mulher a se destacar no cenário linguístico da época. Ressalte-se, inclusive, o fato de ela figurar como a única presença feminina entre os estudiosos aqui mencionados. Por essa razão, decidi reproduzir quase integralmente o levantamento realizado em minha dissertação de mestrado, na qual igualmente sinalizei o inquestionável domínio dos homens nos meios acadêmicos.

elas, o fato de nenhuma dessas línguas ter “arrecadado integralmente a herança materna”, a autora se concentra especificamente no caso de Portugal.

Para tanto, faz-se uma incursão histórica que remonta à antiga Lusitânia, citando os celtiberos, os romanos e estabelecendo, como marco da “evolução do latim para neo-latim” o império dos suevos e visigodos. No entanto, assinala-se que somente no período da chamada “Reconquista”, isto é, entre os séculos XVIII e XIX, teriam se consolidado, na Península Ibérica, três línguas, sem, no entanto, explicitar quais seriam elas. Ademais, reforça que tal surgimento teria se dado “naturalmente” no norte da região.

Um pouco mais adiante, a estudiosa estabelece um marco histórico para o surgimento daquilo que chama, inicialmente, de “língua galego-portuguesa”. E obviamente, esse marco é a independência de Portugal, em 1139. Segundo a autora, essa língua era

[...] língua da côrte de Afonso Henriques e de Sancho I que poetava nela; e língua de tôda a poesia lírica trovadoresca, não só dos trovadores que nasciam na Galiza e em Portugal, mas mesmo dos que eram de Burgos, Valhadolide, de Bearn ou de Aragão.

No Cancioneiro da Ajuda e em outros escritos meus, mostrei como e quando a Galiza se fizera centro de civilização. [...]

Com relação à língua, um dos pontos mais importantes é o que acabo de expor: a Galiza libertou-se cedo do jugo sarraceno, e atraiu cedo ao Santuário de Compostela romeiros notáveis, sobretudo de França (*ibid.*, p. 269).

Do fragmento, merecem destaque alguns pontos: o primeiro deles é a importância atribuída à língua galego-portuguesa, dado que os trovadores galegos e portugueses a dominavam. O segundo consiste na menção à importância política da Galiza naquele contexto que, cedo liberta do domínio sarraceno, se tornara centro de peregrinação sobretudo francesa, por conta da cidade de Santiago de Compostela. O terceiro, que, na verdade, vejo como uma contradição, é o fato de a língua responsável por tão consideráveis feitos ser “galego-portuguesa”. Mais especificamente, é possível questionar por que “galega” se utilizada na corte e na literatura portuguesa; e por que portuguesa se falada e utilizada por autoridades e literatos galegos.

Mais adiante, a filóloga explica as razões pelas quais teria utilizado o termo “galego-português” para se referir, em suas palavras, à literatura e à língua “do 1º período (arcaico) da civilização neo-latina de Portugal. As razões são transcritas a seguir:

No capítulo de Cancioneiro da Ajuda a que já aludi, relativo à cultura do canto noroeste da Idade-Média mostrei que a Galiza antiga, pré-romana e pos-romana não ocupava apenas a área restrita que ocupou desde que, pela criação do condado e futuro reino de Portugal, a parte Além-Minho foi politicamente separada de de Aquém-Minho.

Aqui baste lembrar o papel importante que ainda depois da cisão teve no Condado Portucalense o conde galiziano Fernão Perez de Trava, que viveu maritalmente com a viúva do conde D. Henrique.

Nos historiadores arábicos dos séculos X a XII, o nome Galiza não designa apenas o canto noroeste: Galegos não são apenas os habitantes dele.

Para êles, Galego era nome comum de todos os Cristãos reconquistadores, tando verdadeiros Galegos, no sentido restrito da palavra, como Portucalenses, Asturianos, Leoneses e Castelhanos. O mesmo aconteceu com os historiadores e poetas do Norte da Europa.

Com isso não quero dizer que o nome Portugal fôsse completamente desconhecido lá fora.

Pelo contrário! Algharbien e Portugal figuram nas epopeias germânicas [...] Portugalenses aparecem sempre juntos aos Galizianos. Os condes de uma região, a-par dos condes da outra, em todos os textos arcaicos em romanceo [...]

Galego representa galaico, calaico, vocábulo em que tanto o radical como o sufixo são provàvelmente célticos [...]

Resumindo. Galego-português é portanto designação històricamente exacta daquele romanceo ou língua neo-latina, que se desenvolvera vagarosamente (durante o império romano o dos Suevos e Visigodos, e durante o domínio árabe, mas sobretudo nos séculos da reconquista) [...]

Originariamente, nas regiões setentrionais, nas duas margens do rio Minho, do mar até ao Douro, no condado (temporariamente reino) da Galiza e no condado e futuro reino de Portugal (*ibid.*, p. 271-274).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, nesse excerto, Michaëlis de Vasconcelos alude a questões fundamentais que incontestavelmente colocam a Galiza em lugar de destaque: i.) o fato de a “Galiza antiga” ocupar uma área maior à que ocupou após o surgimento do Condado Portucalense — ou seja, abarcando, antes disso, o território que futuramente viria a ser Portugal; ii.) o importante papel desempenhado por Fernão Perez de Trava no então formado Condado Portucalense — que, diga-se de passagem, tinha uma nobreza também composta de galegos; e iii.) o fato de o nome “galego” designar, para os árabes e para historiadores e poetas do Norte da Europa, não só os nascidos efetivamente na Galiza, mas todos os “cristãos reconquistadores” — prova do protagonismo da região no movimento da Reconquista.

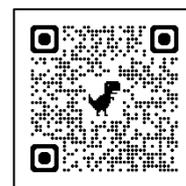
Logo, é a própria autora que coloca em evidência a importância histórica da Galiza, relegando papel secundário aos portugueses que, a bem da verdade, em algum momento dessa história sequer tinham território definido. Ciente dessa possível interpretação, a filóloga trata, logo em seguida, de esclarecer que o nome “Portugal” não era “completamente” desconhecido, mencionando, por exemplo, ocorrências dele em epopeias germânicas. De todo modo, em comparação à relevância política da Galiza, que fica evidente ao longo do trecho, o fato de Portugal ser ocasionalmente mencionado em textos literários não pode — ou ao menos não deveria — servir para justificar o uso do binômio “galego-português”, sobretudo porque, mais adiante, ela mesma diz que tal designação servia para designar o “romanceo ou língua neolatina

desenvolvido desde o império romano, à época dos suevos e visigodos, e sobretudo nos séculos da reconquista”. Ou seja, em uma época na qual “o que viria a se tornar Portugal” tinha indiscutivelmente menos relevância que a Galiza.

A real motivação para o uso de tal denominação, a meu ver, está no arremate do trecho, no qual a filóloga delimita as regiões, fazendo as seguintes observações “no condado (e temporariamente reino) da Galiza e no condado e futuro reino de Portugal”. Ora, o termo colocado entre em parênteses para destacar a brevidade do reino da Galiza contrasta com o fato de Portugal ter se tornado, no futuro, um reino, algo que a Galiza jamais voltaria a ser. E aqui, mais uma vez, se percebe a ação glotopolítica de construir uma história do português dentro dos limites do próprio país, como bem assinala Lagares (2008), o que, nos Oitocentos, demandava assumir o anacronismo de uma língua galego-portuguesa antes mesmo da existência de Portugal.

Outro ponto merece destaque no fragmento, como um todo: as razões pelas quais Carolina Michaëlis de Vasconcelos se empenha em justificar o uso da nomenclatura “galego-português”. Considerando os outros usos, entre eles o português-galego e o galécio-português aqui apresentados, a escolha de colocar em primeiro plano o galego — afora toda a carga negativa que esse nome tinha construído ao longo de séculos em Portugal —, poderia representar dupla afronta ao nacionalismo português. Todavia, como bem assinala Venâncio (2020 [2019]), o fato de a filóloga ser de origem alemã a isentava, em alguma medida, de certos arroubos nacionalistas.

Encaminhando-me para o fim do percurso historiográfico aqui empreendido, apresento a última obra que compõe o *corpus* de análise: a *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*¹¹⁶, dada à estampa no primeiro ano do século XX e que, como se verá mais à frente, sintetiza bem o que viria



a se tornar “oficial” na história do português. Lançada, como consta de sua capa, para ser utilizada na sexta e na sétima classes dos liceus, essa gramática apresenta, de forma sintética, os pontos a serem contemplados nas duas séries a que se dedica.

Com relação ao autor, António Garcia Ribeiro de Vasconcellos (Vasconcéloz) (1860-1841) foi docente na Faculdade de Teologia de Coimbra, tendo também exercido a função de diretor da Faculdade de Letras da mesma universidade. Seus principais estudos se concentraram no campo da paleografia, da efragística e da diplomática. Em relação à obra em exame, não localizei informações acerca das razões pelas quais ele a teria publicado.

¹¹⁶ Por meio do *QR Code*, é possível acessar a obra.

Com relação à estrutura, apresenta-se dividido o volume em:

- Introdução, que contempla os itens: a) origens e história da língua portuguesa; b) gramática histórica;
- Livro I – Fonética, dividido, por sua vez, em três capítulos que tratam da temática;
- Livro II Morphologia: organizado em três seções, à primeira dedicada à “Lexiologia”, a segunda, à “Thematologia”, e a terceira, à “Camptologia”.
- Livro III, dedicado à “Syntaxe”, composto de três capítulos.

A parte que interessa à pesquisa corresponde à *Introdução*, mais precisamente ao primeiro item, que trata das origens e da história do português. Nela, o autor faz um breve percurso que parte dos antigos árias, passa pela formação e classificação das línguas chamadas “arianas”, pelo latim “antigo, popular e literário”, pelo latim “popular”, pelo “baixo latim”, pelo “latim bárbaro” até chegar às línguas românicas ou “nóvi-latinas” que, segundo Ribeiro de Vasconcellos, devem se distinguir dos primeiros “dialetos” que foram se individualizando nas diferentes regiões do império romano. Assim, não seriam eles “filhos do latim” como o eram as línguas, mas manifestações do próprio latim, que continuou a se desenvolver nessas localidades. Em seguida, apresentam-se os principais “tipos linguísticos” que caracterizam a família românica para, então, se ocupar especificamente do português.

A reconstrução das origens do idioma segue, em grande medida, o percurso de seus antecessores, principiando no domínio godo e árabe, com destaque para o fato de a “linguagem” da época não ter sido escrita em virtude de ter sido “desprezada por todos os que se tinham na conta de ilustrados” (Ribeiro de Vasconcellos, 1901, p. 22). Acrescenta-se que o que se conhece dela é fruto basicamente de indução, “confrontando o português e seus codialetos com o latim, e analysando documentos que nos restam, escriptos nessa região em latim bárbaro, desde o século IX até ao século XII” (*ibid.*, p. 22).

Tal como seus coetâneos, o gramático estabelece o século XII como marco, afirmando que, a partir de então, essa “língua popular” “vai se tornando cada vez mais transpartente, através do latim bárbaro dos notários e oficiais públicos” (*ibid.*, p. 23). Como se vê, embora não deixe claro, o autor provavelmente tenha considerado a fundação do reino de Portugal para demarcar o início de individualização daquilo que ele chama de “língua popular”.

Ato contínuo, afirma: “Era na essência uniforme essa língua românica, fallada desde a Galliza até ao Algarve. Se nella já havia, como devia haver, alguns princípios de diferenciação dialectal, sam inseperáveis em face dos tam escassos elementos que possuimos” (*ibid.*, p. 23).

E aqui se verifica a defesa de uma uniformidade nessa “língua românica” — que não carrega, nesse momento, nenhum adjetivo pátrio — falada tanto na Galiza quanto em Portugal, muito embora supusesse haver, já àquela altura, alguns traços de “diferenciação dialetal”, sem explicitar em relação a quê seria tal diferenciação. Essa posição, diga-se de passagem, foi refutada por diversos linguistas hodiernos, segundo os quais o galego falado nesse período apresentava, ao menos no plano escrito — do qual se tem registros —, poucas diferenças na Galiza e em Portugal (cf. Bagno, 2019 [2011]; Bagno, 2019 [2013]; Venâncio, 2020 [2019]).

Mais adiante, Ribeiro de Vasconcelos, ao tratar do português e de seus “codialetos”, afirma:

O português em breve entra em uma fase literária, em que se adeanta rapidamente. A Galliza, separada politicamente de Portugal, também se foi separando na língua, accentuando-se progressivamente as diferenças dialectais, que porventura já anteriormente houvesse [...]
A língua litterária portugueza acha-se naturalmente dividida em dois períodos: o do português arcaico e o do português moderno. Vem o primeiro desde o século XII até ao XVI; o segundo decorre desde o século XVI até ao presente. Conservou-se o português litterário arcaico em estado de infância até D. Affonso III, no século XII; então robustece-se, e manifesta-se opulento, regular e bello nas composições litterárias dos cancioneiros, nos reinados de D. Affonso III, D. Dinis e D. Affonso IV (séculos XIII e XIV). (*ibid.*, p. 26).

O fragmento, apesar de breve, apresenta vários pontos dignos de nota. O primeiro dele é a afirmação de Portugal entrar “rapidamente” numa fase literária, ao passo que a Galiza, “separada politicamente de Portugal” também se foi aparatando da língua. Ora, se o autor alude ao Trovadorismo como a fase literária em que Portugal rapidamente entrara, claro está que, nesse período, a Galiza não se afasta completamente dos portugueses — nem mesmo do ponto de vista político, pois, ainda àquela altura, Santiago de Compostela gozava de grande prestígio e poder de irradiação cultural —, muito menos daquela ainda não nominada língua, que outra não era senão o próprio galego. Prova disso é produção trovadoresca do período.

Mais adiante, o autor parece deixar finalmente claro o critério utilizado para ao menos nomear o até então ignoto idioma: língua literária portuguesa. Assim, tem-se dois momentos dessa língua: o português arcaico e o português moderno. Com relação a esse primeiro estágio, ele vai, segundo o gramático, do século XII ao XVI, tendo-se conservado em “estado de infância” até o advento do Trovadorismo. E dessa afirmação, é possível questionar, por exemplo, o que teria sido produzido de literário nesse período de “português arcaico em estado infantil”. Do mesmo modo, é ponto pacífico que esse português arcaico “robusto e opulento”, exarado na vasta produção que consta dos cancioneiros, nada mais é do que o galego, que desde

a Reconquista veio se formando na região noroeste da Península Ibérica e se estendeu para outras partes ao longo da luta pela expulsão dos mouros.

Considerando-se o teor glotopolítico do instrumento em exame, pelo fato de ser uma gramática a ser utilizada nas escolas, as informações nela veiculadas mostram com clareza o tipo de história que se pretendia contar às novas gerações que chegavam aos bancos escolares. Evidentemente, uma história legatária da posição nacionalista que orientou os estudos filológicos portugueses ao longo de todo o século XIX e, em grande medida, contribuiu para perpetuar a memória de uma língua “filha” do latim, sustentando a narrativa criada a partir do século XVI, quando essa língua passou a ser gramatizada.

Para sintetizar a análise, reproduzo a seguir o quadro que consta da gramática de Ribeiro de Vasconcellos, no qual o autor enumera os codialectos e dialetos “derivados da língua românica fallada na facha occidental da península, antes da fundação da monarchia portugêsa” (*ibid.*, p. 27).

Figura 5: Codialectos e dialetos derivados da língua românica falada na faixa ocidental da Península Ibérica

Codialectos	Grupos	Dialectos	Subdialectos
Lingua românico-lusitânica	Continental.	Interamnesse	{ Alto-minhoto. Baixo-minhoto. Baixo-duriense.
		Transmontano	{ Da fronteira. De Macedo e Mogadouro Alto-duriense.
		Beirão,	{ Da Beira occidental. Alto-beirão. Baixo-beirão. Do Fundão e Portalegre
		Meridional . . .	{ Estremenho. Alentejano. Algarvio.
Português.	Insulano . .	{ Açoreano. Madeirense.	
	Ultramarino	{ Brasileiro. Creoulos (da África, Ásia, etc.).	

Fonte: Ribeiro de Vasconcellos, 1901.

E aqui a língua que ora não tem nome, ora se confunde com a língua literária portuguesa aparece com nova alcunha: língua românico-lusitânica. Como já dito, o gramático afirma que ela era falada na “faixa ocidental da península”, recobrindo, portanto, o território galego, mas, mesmo assim, sendo apenas “românica” e “lusitânica”, numa evidente mostra do sobejamente conhecido apagamento do galego. Entretanto, à revelia, ele insiste em aparecer, como era

comum ao longo de todo o período oitocentista, ainda que reduzido a uma linha, numa categoria abaixo do português: a de codialeto, como se, em termos oitocentistas, fosse da língua portuguesa, descendente.

6.6 Considerações finais

O século XIX em Portugal, foi, como se viu, um período de intensa produção intelectual, sobretudo no que concerne aos estudos linguísticos. A profusão de obras desse cariz mostra que os estudiosos da época se mantiveram conectados às principais correntes que vicejaram na ocasião, em que os estudos histórico-comparativos se consolidaram e desenvolveram, trazendo grandes contribuições à ciência da linguagem que, àquela altura, já se delineava.

Desde o início dos Oitocentos, em virtude do clima de opinião ligado ao Romantismo, os estudiosos concentravam seus esforços em retornar ao passado português, resvalando inevitavelmente na língua falada pelos ancestrais, desde os primórdios do reino. Nesse momento, a história da língua se vê confrontada com uma personagem desse passado que, ao longo de pelo menos três séculos, foi apagada, silenciada e ocultada: o galego.

Diante disso, no intuito de preservar a memória construída ainda no primeiro momento da gramatização da língua, os autores oitocentistas, imbuídos também de um sentimento nacionalista, buscaram, à luz da ciência da época, manter a antiga ordem das coisas, partindo de premissas muito bem fundamentadas, à custa do estudo sistemático das fontes documentais disponíveis. O grande ponto de inflexão era justamente o nome a ser dado à língua falada na Galiza e em Portugal, uma vez que eram inquestionáveis as relações históricas entre ambos.

Como resposta, e seguindo as tendências da época, os filólogos trataram, em primeiro lugar, de reforçar a consanguinidade entre o latim e o português, orgulhosamente incluído na família das línguas românicas. Em segundo lugar, a nomeação da língua ligada aos primórdios do reino obedeceu a um critério político do ponto de vista histórico — a fundação do reino de Portugal —, porém anacrônico do ponto de vista linguístico, já que a criação do binômio “galego-português” — e seus correlatos “português galego” ou “galécio-português” — esbarrava no fato de representar um povo que, no início da formação da língua, ainda não tinha território próprio claramente definido.

Os argumentos apresentados para justificar a escolha de tal designação, ao mesmo tempo que revelavam o estudo aprofundado das fontes mais recuadas no tempo, seguindo os critérios muito bem delineados pela filologia românica, acabavam por confirmar que, apesar da ideia positivista de ciência que imperava no século XIX, a episteme já àquela época não estava

imune às questões ideológicas. Por essa razão, as histórias do português contadas naquele período acabam por sucumbir aos arroubos nacionalistas, a ponto de se considerar o galego um “dialeto” ou “codialeto” do português, uma denominação que, por si só, é eivada de preconceito e, do ponto de vista glotopolítico, figura como uma tentativa de rebaixá-lo, em nome da importância que Portugal tivera em seu passado de conquistas ultramarinas.

Assim, é possível dizer que o “ressurgimento” do galego na história do português não o foi de fato. Isso porque, apesar de ele ser constantemente mencionado, como se pode comprovar na maioria dos textos aqui examinados, quando se trata de conferir-lhe um lugar nessa história, isso nunca é feito de forma plena; pelo contrário, ele aparece ora como um apêndice do português, ora como um amálgama apagado pela ação do tempo, ora em posição inferior, como se descendente fosse daquele que, na verdade, seria sua continuação histórica.

CONCLUSÃO

Na epígrafe que abre o presente trabalho, Fernando Venâncio sintetiza aquilo que busquei comprovar ao longo desta pesquisa: “A História do português é, em larga medida, a história das suas tentativas de afastamento do galego”. Tal afirmação indubitavelmente foi a provocação de que eu, à época, precisava para continuar a investigação iniciada oficialmente no mestrado, muito embora a questão da língua já me acompanhasse há algum tempo.

Retornando agora, às duas perguntas que nortearam este estudo, com relação à primeira — “Quais fatos sócio-históricos são responsáveis pelo apagamento na história do português” — acredito que, com base na análise de todas as fontes compiladas, esses fatos se encontram inexoravelmente ligados ao clima de opinião de cada um dos séculos nos quais essas fontes foram concebidas e nos quais circularam. Assim, no século XVI, o apogeu do império ultramarino e a conseqüentemente necessidade de padronização da língua portuguesa foram seminais para a gramatização do vernáculo.

Nesse período, procedeu-se não só a normatização do idioma, mas também à sistemática criação de uma memória que, desde aquele momento, ligava, por consaguinidade, o português ao latim, em obediência ao patriotismo imperante. Por essa razão, Fernão de Oliveira lança mão de um longo preâmbulo no qual se ocupa de reconstruir a história de Portugal que, a partir daquele momento, tinha sua língua posta em arte. O corolário desse processo fica a cargo de João de Barros, que lança um projeto linguístico-pedagógico composto de uma cartilha, uma gramática e um diálogo em louvor da língua, sendo este último também uma defesa contra as acusações das quais o português era alvo, considerando-se o fato de o castelhano ser, à revelia, uma das línguas de erudição de Portugal, ao lado do latim.

Ainda no mesmo século, a constante ameaça da Espanha, o já incontrolável prestígio do castelhano por parte dos eruditos portugueses e a derrocada do império português foram responsáveis, no âmbito dos estudos linguísticos, pelo recrudescimento da postura de defesa do idioma, que, cada vez mais, era apresentado à imagem e semelhança de seu glorioso ancestral, cuja hereditariedade era comprovada louvada e comprovada constantemente. E disso são provas as obras de Pero Magalhães de Gândavo, autor não só de um manual ortográfico, como também de outro diálogo, agora em defesa do Portugal, poucos anos antes da aniquilação da monarquia portuguesa, e Duarte Nunes do Leão, que também publica, em meados dos Quinhentos, um tratado ortográfico no qual se fundamenta no latim.

O século XVII inicia sob domínio espanhol, e os primeiros sinais desse duro golpe ao orgulho português é sentido logo na primeira década, quando Duarte Nunes de Leão dá à

estampa aquela que talvez seja a primeira história da língua. Também a ele pode ser atribuída a primeira menção à origem “quase única” do português e do galego, ainda que, mesmo de forma velada, ele busque colocar o português em posição de destaque. Já Amaro de Roboredo — muito embora não teça nenhum comentário nos mesmos moldes de seus antecessores com relação ao latim ou ao português —, inspirado pelos ideais racionalistas, lança o seu método de aprendizado válido para todas as línguas, baseando-se no português e tomando-se como exemplo justamente o latim, mostrando que a ideia de “origem” ligada a esse idioma já se encontrava consolidada.

Manuel Severim de Faria, ainda no período de domínio espanhol, publica um discurso em louvor à língua portuguesa, exaltando as características latinas do idioma e sua perfeição em oposição às suas outras “irmãs”, entre elas o castelhano. Em grande medida, ele segue os mesmos passos de seu predecessor João de Barros, pois, ao mesmo tempo que se ocupa de enaltecer sua língua, também procura defendê-la não só do castelhano, mas também da Espanha, que, àquela altura, tinha concretizado seu antigo intento da União Ibérica.

Já no século XVIII, Portugal se encontra em um momento de recuperação, na tentativa de reestabelecer as relações econômicas enfraquecidas nas décadas em que estivera sob a regência espanhola. Os raios do Iluminismo chegam às terras portuguesas, e as inúmeras reformas empreendidas no reino se refletem na produção linguística, voltada em grande medida para o ensino do português, como se pode observar na gramática de Jerónimo Contador de Argote, que, segundo autor era um “espelho da latina”, reforçando a “analogia” entre ambas. Com relação às gramáticas anteriormente publicadas, o autor faz uma importante menção aos dialetos e, nessa ocasião, tangencia o passado galego, ao aludir ao dialeto falado na região de Entre-Douro e Minho, sem obviamente estabelecer qualquer relação com essa língua.

Reis Lobato, por sua vez, lança uma gramática considerada a primeira a ser adotada nos colégios e que, dado seu caráter pedagógico, se ocupa estritamente do português, não abrindo espaço, portanto, para qualquer alusão ao galego e mantendo a posição de destaque do latim. A mesma primazia pode ser vista no manual ortográfico de Lima Caetano, uma vez que, desde o início, deixa claro que o latim deve ser a fonte principal para se construir uma ortografia adequada. Entretanto, ele mesmo, ao tratar do ditongo /ão/, acaba por cair em contradição quando, ao mencionar o galego, diz que, em alguns momentos, é possível prescindir da reprodução total do latim em nome de formas já consagradas na língua que dele descendem.

Vale destacar que, também nas obras de Leão, Faria e Argote, esse ditongo é contemplado. Isso mostra que, ainda àquela altura, a consagrada forma portuguesa concorria com a galega /am/, sobretudo no norte de Portugal, onde os traços do galego são até hoje

perceptíveis na fala. Assim, observa-se que, apesar das tentativas ininterruptas de apagar o idioma, seus rastros nunca foram, de fato, obliterados, denunciando o passado comum entre ele e o português.

Com relação ao século XIX, a atitude romântica de retorno ao passado é, sem dúvida, o primeiro gatilho que desencadeou a revisitação do passado mais remoto do português, no qual o idioma se viu finalmente confrontado com o galego, que, como se pôde constatar até aqui, foi apagado e silenciado. É essa, por exemplo, a motivação de João Pedro Ribeiro, que, em seu estudo, busca estabelecer alguns períodos para caracterizar a língua exarada em documentos de diferentes séculos. O advento do método histórico-comparativo faz com que as antigas fontes documentais sejam editadas e estudadas com muita atenção, e a teoria da evolução será crucial para reafirmar a questão do parentesco entre línguas. José Leite de Vasconcelos, por exemplo, no início de sua caminhada com filólogo, chega a afirmar, por duas vezes, que o galego nada mais seria que um dialeto do português, mostrando que, àquela altura, também entram em jogo os ideais nacionalistas, vicejantes na Europa oitocentista.

O *Rexurdimento* empreendido na Galiza é igualmente importante para aquecer o debate em torno do galego. Prova disso é a publicação de uma história da literatura galega, assinada pelo intelectual galego Augusto Besada, na qual o autor advoga, ao contrário do que faziam os eruditos do país vizinho, uma origem galega do português, classificando-o, com base nos mesmos critérios filológicos de então, como subdialeto do galego. Essa afirmação é refutada por Leite de Vasconcelos, que, em célebre artigo publicado na Revista Lusitana, abandona sua antiga visão de que o galego seria um (co)dialeto do português, assumindo que ambas as línguas seriam, num passado distante, uma única, a que ele chamou de “português-galego”.

A criação desse binômio, ação claramente glotopolítica, era uma tentativa de manter a primazia do português na história de sua própria língua, atendendo, portanto, aos ideais nacionalistas e mantendo, em grande medida, a já consolidada memória acerca do idioma, segundo a qual ele era descendente direto do latim. Adolpho Coelho, em sua gramática, mantém essa mesma perspectiva, adotando a designação “língua galécio-portuguesa” para se referir a esse idioma. A seu turno, Carolina de Michaëlis Vasconcelos cunha o termo “galego-português” que, dentre todos os seus correlatos, foi e continua sendo o mais utilizado. Por fim, Ribeiro de Vasconcelos prefere não se valer dessa forma binomial, mas de outros nomes como “língua românico-lusitânica”, situando o galego como codialeto do português.

No que tange à segunda pergunta de pesquisa — “Esse apagamento pode ser considerado uma ação glotopolítica?” —, creio tê-la respondido não só ao longo do trabalho, como também nos parágrafos acima, uma vez que os documentos, *per se*, figuram como

instrumentos glotopolíticos e, em maior ou menor medida, refletem não só a ideologia dominante, como também as opiniões de seus autores. Considerando-se o recorte temporal aqui proposto, mostram-se mais claramente essas ações, visto que, neles, a necessidade de se contar a história do português era mais evidente.

Por fim, sobre o objetivo geral deste trabalho —promover uma aproximação entre a historiografia e a glotopolítica, tendo, como objeto de estudo, o apagamento do galego na história do português —, acredito tê-lo cumprido, pois, ao longo do exame das fontes, mobilizei conhecimentos advindos de ambas as disciplinas, mostrando, inclusive, como eles se inter-relacionam. Em última instância, a presente historiografia foi elaborada com base em uma perspectiva glotopolítica, no sentido de matizar as ações empreendidas pelos autores ao longo da história do português.

Considerando a impossibilidade de contemplar todas as obras publicadas em cada um dos séculos aqui trabalhados e partindo da premissa de que esta pesquisa é, como mostrei na primeira seção, relativamente nova no Brasil em relação à temática e à abordagem, reforço a necessidade de ela ser ampliada, tanto na análise de outras fontes, quanto na depuração do diálogo entre a historiografia linguística. Ademais, ela abre espaço para o preenchimento de lacunas por mim percebidas, por exemplo, a carência de edições críticas de gramáticas mais recuadas no tempo, como as do século XVI, dada a dificuldade de acessar esses textos, no concernente tanto à leitura quanto à sua correta interpretação.

Por fim, acredito que o presente estudo pode acrescentar novas contribuições à candente discussão a respeito do galego na origem do português, fomentando o diálogo com pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Do mesmo modo, o trabalho figura como prova da profícua atividade tanto no campo da glotopolítica quanto da historiografia linguística, expandindo os horizontes e as fronteiras desses dois ramos do saber.

O mais, a história dirá.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos por Ig** (Publicadas no Diário). Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diario, 1856.

ALENCAR, José de. **Diva**. Perfil de mulher. 4.ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1891.

ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965 [1870].

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira**. São Paulo: Parábola, 2021.

AMANATIDIS, Kyriakos. Το γλωσσικό ζήτημα βρήκε τη λύση του στον 20ό αιώνα. **Νέος Κόσμος**, 08 out. 2017.

ARAÚJO, Gabriel Antunes de. Apresentação. In: BARROS, João de. **Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja**. Edição crítica, leitura modernizada e reprodução fac-similar organizada por Gabriel Antunes de Araujo. São Paulo: Humanitas, Paulistana, 2008.

ARGOTE, Jerónimo Contador de **Regras da Língua Portuguesa, espelho da Língua Latina...** Lisboa: Officina da Musica, 1725.

ARISTÓTELES. **Πολιτικά**. I–II. Μτφρ. Β. Μοσκόβης. Αθήνα: Νομική Βιβλιοθήκη, 1989.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, p. 18-40, jan./jun. 2016.

ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. In: ROBOREDO, Amaro. **Methodo grammatical para todas as linguas**. Edição Facsimilada. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

ASSUNÇÃO, Carlos.; KEMMLER, Rolf.; FERNANDES, Gonçalo.; COELHO, Sónia.; FONTES, Susana.; MOURA, Teresa. **A Orthographia da Lingua Portuguesa (1736) de Luís Caetano de Lima**. Estudo introdutório e edição. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2022.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1992].

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019 [2011].

BAGNO, Marcos. **Uma história da linguística: da Antiguidade ao Iluminismo**. Tomo 1. São Paulo: Parábola, 2023.

BAGNO, Marcos. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: crioulização e ideologias linguísticas. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2019 [2013].

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, Marcos. **Curso de Linguística Geral**. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.

BAGNO, Marcos. **Uma história da linguística: do século 19 ao limiar do século 20**. Tomo 2. São Paulo: Parábola, 2023b.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Martin Claret, 2007 [1915].

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja**. Lisboa: Olyssipone, 1539.

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Olyssipone, 1540.

BARROS, João de.; GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Diálogos em defesa e em louvor da língua portuguesa**. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Volume 1. Princípios e conceitos fundamentais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 [2011].

BASSO, Renato M.; GONÇALVES, Rodrigo T. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BASTOS, Neusa Barbosa; BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Entre a história e a ciência: a constituição da Historiografia da Linguística como área de pesquisa e ensino nos estudos sobre a linguagem. In.: SÁ JÚNIOR, Lucrécio Araújo de.; MARTINS, Marco Antonio (org.). **Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino**. São Paulo: Blucher, 2016, pp. 57-70

BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy dos S. Historiógrafo da Linguística: referenciais teórico-metodológicos. In: LEITE, Marli Quadros.; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva.; SIQUEIRA, Cínthia Cardoso de. (org.). **Tópicos em Historiografia da Linguística: das práticas linguísticas à meta-historiografia**. São Paulo: Edusp, 2023.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (org.). **História Entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Introdução. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Dimensões da pesquisa em Historiografia Linguística. In: LEITE, Marli Quadros.; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva.; SIQUEIRA, Cíntia Cardoso de. (org.). **Tópicos em Historiografia da Linguística**: das práticas linguísticas à meta-historiografia. São Paulo: Edusp, 2023.

BESADA, Augusto G. **História Crítica de la Literatura Gallega**. Edad Antigua. Tomo primero. Volumen Primeiro. La Coruña: Latorre y Martinez, Editores, 1887.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BORGES NETO, José. **História da Gramática**. Curitiba: Editora da UFPR, 2022.

BORGES NETO, José. A Teoria da Linguagem de Fernão de Oliveira. In: ABAURRE, Maria Bernadete; PFEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito. (org.). **Fernão de Oliveira**: Um Gramático na História. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: OLIVEIRA, Fernão de. **A gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Historiografia da Língua Portuguesa**: Século XVI.1.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. **Duelos no serpentário**: uma antologia da polêmica

intelectual no Brasil (1850 – 1950). Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**. A revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010 [1990].

BURKE, Peter. Apresentação : a nova história, seu passado e seu futuro. In.: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. (org.). Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1991].

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à Historiografia**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP : Edusc, 2003 [1994].

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Trad.: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **História da Linguística** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes [s.d.] [1975].

CASAGRANDE, Nancy dos Santos. **A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI**. Um percurso historiográfico. São Paulo: Educ, 2005.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Cancioneiro alegre**. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1879.

CASTRO, Ivo. Galegos e Mouros: a língua galega vista pelos filólogos portugueses. **Página de Ivo Castro**. (FLUL/CLUL). 1996. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1996_Galegos_e_Mouros.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. **Novos ensaios críticos**. Porto: Casa da Viúva Moré, 1867.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHRISTIDIS, Anastassios-Fivos. **Ιστορία της αρχαίας ελληνικής γλώσσας**. Thessaloniki: Instituto de Estudos do Grego Moderno, 2005.

COELHO, Francisco Aldolpho. Português e gallego. In.: **A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa**. 3.ed. emendada. Porto: Magalhães e Moniz editores, 1896.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Trad.? São Paulo: Martin Claret, 2006.

COUTINHO, Ismael de L. **Pontos de Gramática Histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria

Acadêmica, 1971 [1938].

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**. Memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

DIMARÁS, Konstantinos. **Ιστορία της νεοελληνικής λογοτεχνίας**. 9.ed. Atenas: Gnosis Publishers, 2000 [1949].

DREPANI.GR. Α ΕΥΑΓΓΕΛΙΚΑ ή Ευαγγελιακά – 8 Νοεμβρίου 1901. **Drepani.gr**, 08 nov. 2022. Disponível em: <https://drepani.gr/index.php/history/item/17170-ta-evaggelika-i-evaggeliaka-8-noemvriou-1901>. Acesso em 15 jan. 2023.

DUARTE, Sónia. O galego nos textos metalinguísticos portugueses (XVI-XIX). **Revista Galega de Filoloxía**, n. 16, p. 75-105, 2015.

ELEFATHERANEA. 8 ΝΟΕΜΒΡΙΟΥ: Τι ήταν τα Ευαγγελικά — Έγιναν το 1901. **Eleutheranea**, 08 nov. 2021. Disponível em: <https://eleutheranea.gr/8-noemvriou-ti-itan-ta-evangelika-eginanto-1901/>. Acesso em 15 jan. 2023.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2014 [2006].

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2017 [2008].

FARACO, Carlos Alberto. **História do Português**. São Paulo: Parábola, 2019.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARIA, Manuel Severim de. **Discursos varios políticos**. Évora: Manoel Carvalho, 1624.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes.; [ZILIO-]PASSERINI, Thiago. 210 anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na babel brasileira. **Confluência**, Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Ed. Especial 30 anos, p. 199-232, jun. 2021.

FINBOW, Thomas Daniel. A formação dos conceitos de “latim” e de “romance”. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019 [2011].

FISHMAN, Joshua. Bilingualism with and without Diglossia, Diglossia with and without Bilingualism. **Journal of Social Issues**, n. 23, p. 29-38, 1967.

FRAGOSO, Élcio Aloisio. **A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil**. 2001. 192f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua**. Lisboa: Antonio Gonsalvez, 1574.

GARCIA, José Manuel. **História de Portugal: uma visão global**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. **Pour la Glottopolitique**. *Langages*, n. 83, 1986. Trad. Marcos Bagno, jul/2016.

HACKING, Ian. Ensaio introdutório. In: KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 12. ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1962].

HERRERO VALEIRO, Miguel J. **Ilusões glotopolíticas e planificação linguística na Galiza**. Projeto de Investigação: Análise do discurso público actual. 1997. Disponível em: <https://ssl.webs.uvigo.es/actas1997/06/Herrero.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

JANSON, Tore. **A história das línguas: uma introdução**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015 [2012].

KALOFORIDIS, Vassileos. Το Γλωσσικό Ζήτημα και οι Συνέπειές του στην Ελληνική Γλώσσα και Παιδεία. **Αθηναϊκό Ακαδημαϊκό Περιοδικό**, v. 2, n. 1, p. 11-23, mar. 2022.

KEMMLER, Rolf. Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina (1721, 1725). **Limite**, n. 6, p. 75-101, p. 2012.

KARKAVITSAS, Andréas. **Ο ζητιάνος**. Αθήνα: Ιωάννης Κολλάρος, 1925 [1897].

KOERNER, Ernst F. K. O problema da metalinguagem na historiografia linguística. Trad. Cristina Altman. 1996 [1993]. In: KOERNER, Ernst.F.K. **Quatro décadas de historiografia**

linguística: estudos selecionados. Vila Real: Publito, 2014.

KOERNER, Ernst F. K. Historiografia linguística. Trad. Susana Fontes. 1994. In: KOERNER, Ernst.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Publito, 2014.

KOERNER, Ernst F. K. Questões que persistem na historiografia linguística. Trad. Cristina Altman. 1996 [1995]. In: KOERNER, Ernst.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Publito, 2014.

KORDATOS, Ioannis. **Ιστορία της Νεοελληνικής Λογοτεχνίας**. Τόμος Α. Atenas: Επικαιρότητα Ο. Ε, 1983.

KOTROTSOU-LONDOU, Tatiani. Το ελληνικό γλωσσικό ζήτημα. **Επιστημονικό βήμα**, n.3, p. 40-56, abr. 2004.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1962].

LABOURDETTE, Jean-Françoise. **História de Portugal**. 1.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

LAGARES, Xoán Carlos Sobre a noção de galego-português. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade**, no 35, p. 61-82, 2008.

LAGARES, Xoán Carlos Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados: uma reflexão a partir do galego. In.: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019 [2011].

LAGARES, Xoán Carlos. O galego em seu labirinto: breve análise glotopolítica. **Letras**, Santa Maria, n. 42, p. 97-128, jan./jun. 2011a.

LAGARES, Xoán Carlos. Continuidades e rupturas linguísticas na península ibérica. **Revista da Abralin**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 123-151. 2ª parte 2011b.

LAGARES, Xoán Carlos ,Galego-português-brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada. In.: LAGARES, Xoán Carlos; MONTEAGUDO, Henrique. (ors.). **Galego e português brasileiro**: história, variação e mudança. Niterói: Editora da UFF, 2012.

LAGARES, Xoán Carlos . O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In.: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2019 [2013]

LAGARES, Xoán. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAGARES, Xoán. Uma leitura da “Defesa da glotopolítica”. In: Savedra, Mônica Maria. G.;

PEREIRA, Telma Cristina de A. S; LAGARES, Xoán Carlos. (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff, 2021.

LEÃO, Duarte Nunes do. **Orthographia da lingua portuguesa** : obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingua Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem ; Item hum tractado dos pontos das clausulas. Lisboa: João de Barreira, 1576.

LEÃO, Duarte Nunes do. **Origem e Ortographia da Lingoa Portugueza**. 3. ed. Lisboa: Typographia do Panorama, 1864 [1606].

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

LEROY, Maurice. **As grandes correntes da Linguística Moderna**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1982 [1963].

LIÃO. Duarte Nunes do. **Orthografia da Lingoa Portuguesa** (Lisboa: per João de Barreira, impressor delRei N.S). 1576.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

LOBATO, António José dos Reis. **A Arte da Gramática Portuguesa**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

LOPES, Luiz Paulo da (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e : cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2019 [2013]

MACHADO, José Barbosa. **Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesas**. Braga: Edições Vercial, 2012.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Dicionário do Português Arcaico**. Salvador, BA: Editora da Edufba, 2013.

MACKRIDGE, Peter. **The Greek origin of the therm "diglossia"**. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39637084/The_Greek_origin_of_the_term_diglossia_. Acesso em 14 jan. 2023.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. **Breve história de Portugal**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. **Brevíssima História de Portugal**. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2018 [2016].

MENON, Odete Pereira da Silva. Contador de Argote: um dialetólogo/sociolinguista *avant la lettre*? **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 22, n. 2, p. 167-191, ago. 2019.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e consequências da padronização. Trad. Marcos Bagno. **Journal of Sociolinguistics**, v. 5, n. 4, p. 530-555, 2001.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MURGUIA, Manuel. **Historia de Galicia**. Tomo Primero. Lugo: Imprenta de Soto Freite, Editor: 1891.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. São Paulo: Editora da Unesp, 2005 [1987].

NEVES, Maria Helena de Moura. Apresentação. **Alfa**, São Paulo, v. 44, 2000.

NUNES DO LEÃO, D. **Origem, e Orthografia da Lingoa Portugvesa**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Olyssipone, 1536.

OLIVEIRA, G. M. Prefácio. In. CALVET, L.J. **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013 [2002].

PAIVA, Dulce de Faria. Século XV e meados do século XVI. In.: SPINA, Segismundo (org.). **História da Língua Portuguesa**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011 [2008].

PALMA, Dieli Vesaro. Lições de português e a formação de futuros professores: a proposta de Souza da Silveira para o ensino da língua materna na perspectiva da Historiografia Linguística. In.: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. **Anais**[...]. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, 2013, pp.224-233.

PALMA, Dieli Vesaro; BASTOS, Neusa Barbosa. As ideias linguísticas de Duarte Nunes do Leão: contribuições à gramaticografia em língua portuguesa. **Confluência**, n. 53, p. 35-56, 2017.

PALMA, Dieli Vesaro.; ZANON, Marilena. Konrad Koerner e Pierre Swiggers: suas contribuições para a Historiografia Linguística. In: LEITE, Marli Quadros.; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva.; SIQUEIRA, Cíntia Carodoso de. (org.). **Tópicos em Historiografia da Linguística**: das práticas linguísticas à meta-historiografia. São Paulo: Edusp, 2023.

PAPADOPOULOS, Simos. **Το γλωσσικό ζήτημα στην Ελλάδα** (18ος – 20ος αιώνας): η συμβουλή του Γιάννη Ψυχάρη στο γλωσσικό ζήτημα. 2020. 22f. Monografia (Bacharelado em Filologia Grega) – Departamento de Filologia, Universidade de Creta, Rethymno, 2020.

PEREIRA, Carlos Eduardo. **Grammatica Historica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1915.

PEREIRA, Telma; COSTA, Débora. Representação linguística: perspectivas práticas e teóricas **Gragoatá**, Niterói, n. 32, p. 171-188, 2012.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920**, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1978.

POLITIS, Linos. **Ιστορία της νεοελληνικής λογοτεχνίας**. 14.ed. Atenas: Μορφοτικό Ίδρυμα Εθνικής Τράπεζας, 2004 [1978].

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade FEEVALE, 2013.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [2008].

PSALIDAS Αθανάσιος (1767 - 1829). **iZagori**. Disponível em: <https://izagori.gr/people/biographies/532-%CE%B1%CE%B8%CE%B1%CE%BD%CE%B1%CF%83%CE%B9%CE%BF%CF%83-%CF%88%CE%B1%CE%BB%CE%B9%CE%B4%CE%B1%CF%83-1767-1829.html>. Acesso em 14 jan. 2023.

PSYCHARIS, Ioannis. **Το ταξίδι μου**. 1.ed. Atenas: Τυπογραφείο του Σ. Κ. Βλάστου, 1888.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** – política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBEIRO, João Pedro. Sobre o Idioma, Estilo e Ortographia dos nossos Documentos. In: RIBEIRO, João Pedro. **Dissertações Chronologicas Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesistica e Civil de Portugal**. Lisboa: Typografia da Academia de Lisboa, 1810.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ROBOREDO, Amaro. **Methodo gramatical para todas línguas**. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**. Uma teoria da histórica como ciência. Trad. Estevão C. de

Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCOTT, Ana Silvia. **Os portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. **A Formação Histórica da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958 [1955].

SWIGGERS, Pierre. La Historiografía Lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista argentina de historiografía lingüística**, I, 1, 67-76, 2009.

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. **Revista Eutomia** - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. Trad. Ronaldo de Oliveira Bastos e Antonio Ackel Barbosa. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

TOLIS, Evângelos. **Γλωσσικό ζήτημα, γλωσσικές ιδεολογίες και γλωσσική πολιτική**. Η περίπτωση της συνταγματικής αναθεώρησης του 1911. 2020. 79f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Aberta Grega, Patras, 2020.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. Lição I (=XIII). In.: **Lições de Filologia portuguesa, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das Lições práticas de português arcaico**. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

VASCONCELOS, José Leite de. À Galliza [1881]. **Grial**, t. 15, n. 56, p. 233-236, abr./maio/jun. 1977.

VASCONCELOS, José Leite de. Literatura Popular Galega. In: VASCONCELOS, José Leite de. **Opúsculos**. Volume IV. Filologia (Parte II). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

VASCONCELOS, José Leite de. Historia de la literatura gallega, por Augusto G. Besada. In.: **Revista Lusitana**. Vol I. Porto: Livraria Portuense, 1887-1889.

VASCONCÉLLOZ, António Garcia Ribeiro de. **Grammatica Histórica da Língua Portuguesa**. Lisboa: Aillaud & C^a, 1901.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da Linguística**. 5.ed. São Paulo: Parábola, 2006

[2002].

WOOLARD, Kathryn. Language Ideology. In: STANLAW, James. (ed.). **The International Encyclopedia of Linguistic Anthropology**. John Wiley & Sons, Inc, 2021.

ZANON, Marilena.; FACCINA, Rosemeire Leão da Silva. A Arte da Grammatica da Língua Portuguesa, de Reis Lobato, e sua contribuição para o ensino do Português no Brasil do século XVIII. In: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. (org.). **História Entrelaçada: A Construção de Gramáticas e o Ensino da Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

[ZILIO-]PASSERINI, Thiago. Em defesa e louvor da língua portuguesa: uma análise historiográfica do Diálogo de Pero Magalhães de Gândavo. **Verbum**, v. 8, n. 1, p. 74-91, abr. 2019a.

[ZILIO-]PASSERINI, Thiago. **Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima: o lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX**. 257f. 2019b. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019b.

ZILIO-PASSERINI, Thiago. Tradição e inovação em “O Dialeto Caipira”, de Amadeu Amaral. **Verbum**, v. 9, n. 2, p. 323-342, 2020.

ZILIO-PASSERINI, Thiago. O ideal clássico de língua em diálogos do século XVI: memória e representação do português. In: MARTINO, Agnaldo. (org.). **Itinerários Investigativos. História das Ideias Linguísticas: apropriação e representação**. São Paulo: Blucher. 2021.

ZILIO-PASSERINI, Thiago. Combates em favor do português: glotopolítica no Brasil em perspectiva historiográfica. **Philologus**, ano 82, n. 82, Supl., Rio de Janeiro, CiFEFiL, p. 281-298, jan./abr. 2022.

ZILIO-PASSERINI, Thiago.; PALMA, Dieli Vesaro. Origem e consolidação da gramática tradicional: historiografia de uma tradição discursiva. **Revista da Abralín**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 647–671, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução: o espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj. (org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.